



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM**  
**SOCIOLOGIA E DIREITO**  
**LINHA DE PESQUISA HUMANIDADES, POLÍTICAS PÚBLICAS E**  
**DESIGUALDADES**

Carolina Câmara Pires dos Santos

**Na trilha das Dandaras, Candaces e Anastácias: memória e ancestralidade como  
ferramenta de luta por direito à moradia na Comunidade do Horto.**

Niterói

2023

CAROLINA CÂMARA PIRES DOS SANTOS

Na trilha das Dandaras, Candaces e Anastácias: memória e ancestralidade como ferramenta de luta por direito à moradia na Comunidade do Horto.

Tese apresentada no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Ciências Jurídicas e Sociais.

Área de Concentração: Sociologia e Direito.

Orientação: Prof. Dr. Eder Fernandes Monica.

Coorientação: Prof. Dra. Thula Pires.

Niterói

2023



SANTOS, C C P. 2023. XXX f. Na trilha das Dandaras, Candaces e Anastácias: memória e ancestralidade como ferramenta de luta por direito à moradia na Comunidade do Horto. Tese (Doutorado em Sociologia e Direito) - Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

Aprovada em: XX de fevereiro de 2023

#### BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Eder Fernandes Monica (orientador)  
UFF – Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dra. Thula Rafaela de Oliveira Pires (coorientadora)  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio

---

Prof. Dra. Virgínia Totti Guimarães  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio

---

Prof. Dra. Carla Appollinario de Castro  
UFF – Universidade Federal Fluminense

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Rosiane Rodrigues  
UFF – Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dra. Alessandra Benedito  
FGV-SP – Fundação Getúlio Vargas

## Dedicatória

À ancestralidade que me honra e me confere possibilidades de existência em diáspora.

Às valentes mulheres da minha família: minhas avós Antônia Câmara (*in memorian*) e Izabel Perpétua (*in memorian*).

À minha incrível mãe Maria Luzia Câmara e ao meu amoroso pai David Pires.

Aos meus afilhados Maria Victoria Said (*in memorian*) e Breno Pires (*in memorian*).

À minha querida Tia Maria Benedita Câmara (*in memorian*)

A todas as mulheres negras e homens negros da diáspora africana, que lutam constantemente pelo direito de viver, pela liberdade, construindo ferramentas e estratégias próprias para abrir novos caminhos e novas possibilidades de afirmação do ser, pensar e existir.

Majestosa África  
Berço dos meus ancestrais  
Reflete no espelho da vida  
A saga das negras e seus ideais  
Mães feiticeiras, donas do destino...  
Senhoras do ventre do mundo  
Raiz da criação  
Do mito a história  
Encanto e beleza seduzindo a realeza  
Candaces mulheres guerreiras  
Na luta... justiça e liberdade  
Rainhas soberanas  
Florescendo pra eternidade  
(Samba Enredo Mulheres Ventre do  
Mundo - Salgueiro)

Complexa demais pra sua compreensão  
Visão periférica, voz periférica  
Coloco o ego desses boy na minha mão  
Quero mais que KITS, era Nefertiti  
Com a dor fiz feat, transformei em som  
Nóiz não tamo quite, várias dívidas  
400 anos cês vão me pagar  
Não vão me pegar, não, não  
Mas eu vou cobrar  
Cada gota de sangue que nem Rubi  
Nem vem de ignorância pra reprimir  
Sou Zacimba não sou sua Bi  
Tô no corre, sou Dandara sem Zumbi  
(Rosas – DriK Barbosa)

Na questão da terra: Que os movimentos  
negros apurem onde existem terras  
ocupadas por comunidades negras, e  
providenciem por meios legais, a  
aplicação da usucapião evitando os  
problemas de usurpação das terras. Luta  
pela defesa dos posseiros, na sua maioria  
negros e mestiços, com aplicação das  
leis, desprezadas pelo próprio Estado.  
(Grupo Movimentos Sócio-Políticos no  
3º Congresso de Cultura Negra das  
Américas, 1982).

## **Agradecimentos**

À Olorum e toda a minha ancestralidade por me permitir vencer tantos desafios e me acolher nos momentos difíceis. Sou grata por todas as lições aprendidas e vitórias conquistadas. Laroye! Ogún Ye! Ye Ye O! Kao Kabiesile! Ep Babá! Odoiya! Asé!

À minha mãe Maria Luzia Câmara, mulher amorosa e destemida que me acompanha com amor, ternura, amizade desde que nasci e compartilha generosamente seus saberes aprendidos na escola da vida. Mãe, você me ensinou a ler e me apresentou um mundo de possibilidades. Gratidão imensa por sempre acreditar em mim! Te amo incondicionalmente!

Ao meu pai David Pires, homem de caráter ímpar, que me ensinou a trilhar os caminhos de justiça e amor. Pai, desde a infância você acreditou no meu potencial e me incentivou a não ceder aos meus medos e sim a vencer meus desafios. Agradeço por seu amor, por sua sensibilidade! Te amo imensamente!

À minha tia Lia Câmara, minha segunda mãe, que sempre me acolhe com doçura e alegria. Muito obrigada por seu amor, pelo apoio incondicional e pelas boas risadas ao longo de todos esses anos! Te amo muito, muito!

Ao meu marido João Maurício Abreu, companheiro que luta ao meu lado e celebra comigo as vitórias do caminho. Meu amor, sou muito feliz por termos nos encontrado nesta vida! Tenho enorme gratidão por sua dedicação, seu amor e carinho, pelas conversas e trocas sobre a tese e sobre a vida, por me apoiar incondicionalmente nessa jornada. Te amo, meu bem!

Ao Prof. Eder, meu orientador que se tornou um amigo querido durante os anos de mestrado e doutorado. Te agradeço por não soltar a minha mão nos momentos difíceis. Você foi fundamental para que eu chegasse até aqui! Muito obrigada por sua orientação cuidadosa e pela liberdade de criação. Asé!

À Prof. Thula Pires, minha coorientadora, que me acompanha desde os tempos de graduação na Faculdade de Direito da PUC-Rio, agradeço a orientação atenta, afetuosa e por abrir caminhos/possibilidades de existir no campo do Direito. Você é uma grande inspiração não só para mim, mas para muitas juristas negras do Brasil. Asé!

À banca examinadora por aceitar o convite para avaliação, compartilhar seus saberes e assim potencializar a pesquisa.

A equipe de trabalho da secretaria do PPGSD – UFF, em especial ao Felipe, por sua generosidade e atenção ímpares. Vocês são fundamentais em nossa jornada na pós-graduação! Muito obrigada, de coração!

Aos coordenadores do PPGSD Prof. Leonel Alvim e Prof. Carla Apolinário por construir espaços de diversidade, humanidade e sensibilidade no universo acadêmico. Vocês são incríveis!

A Comissão de Acolhimento dos Estudantes do PPGSD – UFF, e em especial a Anna Carolina Pinto, pela escuta atenta, pela amizade e por organizar um espaço de cuidado em nosso programa. Carol, além de uma super pesquisadora, você é uma mulher incrível!

Ao Coletivo e Projeto de Pesquisa Anastácia Bantu, agradeço a oportunidade de vivenciar o aquilombamento dentro do espaço acadêmico. Enfrentamos muitas batalhas junt@s e ao mesmo tempo partilhamos afetos, acolhimentos e potências. Luciana Luz, Mariana Ayodeli, Marianna Lopes, Henrique Rodrigues, Angelica Abreu, Erli Sá, Ana Míria Carinhonha, Adriana de Moraes, Larissa Vieira, Márcia vocês têm minha admiração, respeito e afeto.

Ao Coletivo de Alunos Negros da UFF – CENUFF, em especial a Nalui Mahin, por apoiar e trabalhar arduamente pelas ações afirmativas na universidade. UBUNTU!

À Bruna Ribeiro pela colaboração como assistente de pesquisa e por nossa amizade. Bru, você é uma jovem que me inspira a ser melhor e eu tenho muito orgulho e alegria em tê-la em minha vida! Te amo!

Às duas amigas-irmãs que a UFF me deu: Adriana de Moraes e Ana Miria Carinhonha. Sua amizade e cuidado são um presente nessa caminhada. Sou feliz por nossos caminhos se cruzarem e promoverem esse encontro tão bonito e fortalecedor.

À Convenção das Bruxas, grupo de criaturas-amigas-encantadas que encontrei na UFF do qual me orgulho de fazer parte, que permanece fortalecendo e nutrindo a alma nessa linda dança da vida. David, Bia, Nat e Gabs, vocês tornam o percurso mágico. Sorrisos, lágrimas, tarot, dança, música, canto, pintura, moda, maquiagem, fotografia, mudanças, vagalume, galos e galinhas, cachorro, Gatinho, Nancy Fraser, Alemanha, E.T., casamentos, loucuras mil. Amo muito tudo isso! Vocês aumentam a vida! Amo vocês!

Aos amigos-irmãos da PUC para a vida: Alexandre Silva, Fernanda Souza e Caroline Lyrio, perto ou longe, vocês ressignificam constantemente o sentido de amizade, fraternidade, irmandade. Agradeço imensamente as partilhas e tudo que construímos nesses 13 anos. Gratidão por tanto! Todo meu amor e carinho para vocês!

Ao Murilo Rodrigues, por essa irmandade que construímos e continuamos alimentando. Entre confidências, amores, desamores, derrotas, vitórias, choros, risos e deboches continuamos de mãos dadas. Lillo, eu te amo e agradeço por você generosamente, há 22 anos, querer fazer parte da minha vida e me permitir fazer parte da sua.

A Elis Véras, minha amiga e irmã de caminho, fé e luta, te agradeço por tanto amor e cuidado. Eu me sinto feliz e honrada por escolhermos caminhar juntas e compartilharmos vida! Aye! Asé!

À Camila Daniel por sua linda amizade e por generosamente compartilhar suas experiências de vida pessoal e acadêmica. Seu encontro com a dança me emociona e presenciar como ela adentrou a sua vida e te potencializa é muito inspirador. Que sigamos bailando e honrando essa ferramenta de cura e libertação deixada como legado por nossos ancestrais.

À Dinda Mara e Vó Nélia, a vida me presenteou com a sua chegada e eu nem podia imaginar quanto amor, aprendizado e carinho eu receberia. O sentimento de reciprocidade entre nós é muito bonito e nutritivo. Muito obrigada por tudo!

À Manu Miruaba, Guel Pires, Kelly Borges e Eve Dias por nossa amizade tão linda e potente e que desde a adolescência representa para mim um porto seguro. Amo vocês!

A todas as mulheres potentes reunidas na organização EMPODERA – Transformação Social pelo Esporte, agradeço a experiência linda com o Projeto Elzas e por todo carinho, amizade e admiração mútuos.

À Dona Adélia, Seu Osmir e todas as participantes do Projeto Elzas, vocês são pessoas incríveis. O convívio com vocês no Centro Social de Trabalho Comunitário - CENSOTRACO me trouxe muito aprendizado e felicidade. Sou grata por todo amor, compartilhamento de saberes e sabenças. Vocês me inspiram a seguir lutando por justiça social.

À Fátima Amorim (irmã Fátima) da Comunidade da Estradinha e toda sua família, pelo amor e amizade compartilhados nesses 10 anos. Agradeço também pela confiança em permitir que eu e o João compartilhem saberes e afetos com as crianças e jovens do Centro Social Seara dos Anjos – CASSA. A senhora é uma grande líder! Tenho profunda admiração e respeito por sua luta e trajetória.

À Comunidade do Horto pela confiança e fé em mim e na pesquisa. Eu me sinto honrada em poder contar essa história tão forte de pertencimento ancestral. Dona Ofélia, Dona Maria Alice, Ana Paula, Cristina, Pedro, Pablo, Margareth, os moradores e moradoras da Vila da Major 64 e Vila da Major 122-A, suas entrevistas foram fundamentais para esta pesquisa e eu agradeço demais por partilharem suas histórias de vida e pontos de vista.

À Paula Máximo, Rafael Mendonça, Emerson de Souza e Laura Olivieri agradeço por concederem as entrevistas, cujo conteúdo foi fundamental para compreender de maneira mais profunda a realidade da Comunidade do Horto.

À Emília de Souza, uma matriarca que a vida acadêmica colocou em meu caminho e por quem tenho imensa admiração enquanto mulher negra, líder comunitária, mãe, avó, bisavó. Suas lições de vida e ação, em tempos de guerra e de paz, sua potência, suas estratégias e seu amor pelo Horto me inspiram e se tornam aprendizados que levam para a vida.

A todos os irmãos e irmãs do Ilé Asé Omi Larè Iyá Sagbá por todo acolhimento, amor e carinho. Especialmente, ao Babalorixá Daniel Ti Yemonjá, a Iyákekere Marta Ti Osun e Iyalaxé Yasmine Ti Yemonjá, gratidão imensa por tantos ensinamentos e caminhos de vida, saúde. Essa tese também é fruto do asé de vocês! Modupé!

SANTOS, Carolina Câmara Pires dos. 2023. Na trilha das Dandaras, Candaces e Anastácias: memória e ancestralidade como ferramenta de luta por direito à moradia na Comunidade do Horto. Tese de doutorado. Orientação do Prof. Doutor Eder Fernandes Monica. Coorientação da Prof. Dra. Thula Rafaela de Oliveira Pires. Niterói: Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense, 2023.

## RESUMO

Esta pesquisa desenvolve como tema o direito à moradia na cidade a partir da luta da Comunidade do Horto, localizada na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, e tem como objetivo geral analisar, sob uma perspectiva afrodiaspórica, o enfrentamento das mulheres negras do Horto diante dos problemas da efetivação do direito à moradia em um contexto de hegemonia da branquitude. Assim, a pergunta-problema que conduz a pesquisa é como a ação política das mulheres negras na Comunidade do Horto pode contribuir para ampliar a compreensão sobre o direito à moradia no sistema jurídico brasileiro? Este trabalho tem como hipótese que a ação política das mulheres negras da Comunidade do Horto oferece caminhos para repensar os instrumentos de efetivação do direito à moradia. Para elaborar tal investigação, utilizamos como metodologia a pesquisa ativista, cuja centralidade está na experiência das pessoas que vivenciam o conflito. Desse modo, o método une referências bibliográficas afrodiaspóricas ao trabalho de campo, este último realizado através de entrevistas semiestruturadas com moradores e moradoras das áreas pertencentes à Comunidade do Horto, a partir de uma abordagem qualitativa. A pesquisa identificou como resultado que a luta das mulheres negras do Horto pela garantia do direito à moradia produz epistemologias e práticas enraizadas na ancestralidade e memória, desafiando, portanto, o *status quo* perpetuado pela hegemonia da branquitude sobre o Direito. Este resultado confirma a hipótese inicial levantada pela pesquisa e aponta para a necessária reorganização do sistema jurídico brasileiro que privilegia historicamente sujeitos brancos no acesso à terra e à moradia.

**Palavras-chave:** mulheres negras; direito à moradia; memória; ancestralidade.

SANTOS, Carolina Câmara Pires dos. On the path of the Dandarás, Candaces and Anastácias: memory and ancestry as a tool in the fight for the right to housing in the Horto Community. Orientation by Prof. Doctor Eder Fernandes Monica. Co-orientation: Prof. Doctor Thula Rafaela de Oliveira Pires. Niterói: Post-Graduate Program in Sociology and Law From Universidade Federal Fluminense (Fluminense Federal University), 2023.

### ABSTRACT

This research develops as a theme the right to housing from the struggle of the Horto Community, located in the south zone of the city of Rio de Janeiro, and has as general objective to analyze, from an afrodiasporic perspective, the confrontation of black women of Horto facing the problems of realizing the right to housing in a context of white hegemony. Thus, the question-problem that conducts the research is how can the political action of black women in the Horto Community contribute to broadening the understanding of the right to housing in the Brazilian legal system? The hypothesis of this work is that the political action of black women in the Horto Community offers ways to rethink the instruments for implementing the right to housing. To develop such an investigation, we used activist research as a methodology, whose centrality is in the experience of people who experience the conflict. In this way, the method unites Afrodiasporic bibliographical references to field work, the latter carried out through semi-structured interviews with residents of areas belonging to the Horto Community, based on a qualitative approach. The research identified as a result that the struggle of black women from Horto to guarantee the right to housing produces epistemologies and practices rooted in ancestry and memory, thus challenging the *status quo* perpetuated by the hegemony of whiteness over the law. This result confirms the initial hypothesis raised by the research and points to the necessary reorganization of the Brazilian legal system that historically favors white subjects in access to land and housing.

**Keywords:** black women; right to housing; memory; ancestry.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	25
<b>CAPÍTULO I – Comunidade do Horto: Guardiã da memória de uma territorialidade ancestral .....</b>	<b>32</b>
<b>1.1. Trilhando o caminho das Candaces: o percurso metodológico da pesquisa e as lições do caminho.....</b>	<b>34</b>
<b>1.2. Compartilhando um olhar sobre a Comunidade do Horto.....</b>	<b>40</b>
<b>1.3. Caminhos e descaminhos do Horto Florestal: comunidade tradicional ou invasora?.....</b>	<b>52</b>
<b>1.3.1. Do Engenho D’El Rey a América Fabril: histórico de um território fundado na colonização.....</b>	<b>52</b>
<b>1.3.2. A Comunidade do Horto e as suas primeiras lições de resistência ....</b>	<b>68</b>
<b>1.3.3. A batalha mais árdua pela permanência: Horto <i>versus</i> especulação imobiliária e ameaça de remoção.....</b>	<b>78</b>
<b>1.4. Museu do Horto: uma iniciativa comunitária pelo direito à memória e a ancestralidade.....</b>	<b>86</b>
<b>Capítulo II – Não somos invasores! O Museu do Horto e a ampliação das vozes-narrativas frente ao discurso hegemônico.....</b>	<b>97</b>
<b>2.1. Dona Maria Alice .....</b>	<b>99</b>
<b>2.2. Dona Ofélia .....</b>	<b>102</b>
<b>2.3. Ana Paula Teixeira de Oliveira .....</b>	<b>106</b>
<b>2.4. Pablo Amaral Mandelbaum.....</b>	<b>109</b>
<b>2.5. Maria Cristina (Vila Industrial 1024).....</b>	<b>115</b>
<b>2.6. Pedro Marins (TV Horto) .....</b>	<b>121</b>
<b>2.7. Vila 1024 e Vila da Major 64 .....</b>	<b>129</b>
<b>2.8. Vila da Major 122-A .....</b>	<b>148</b>
<b>2.9. A moradia para além da moradia (Conclusão do Capítulo: direitos conexos ao direito à moradia) .....</b>	<b>169</b>
<b>CAPÍTULO III – Direitos para quem? A luta concreta da Comunidade do Horto frente ao pacto narcísico da branquitude.....</b>	<b>173</b>
<b>3.1. Ações de Reintegração de Posse: o processo como ponto de partida.....</b>	<b>180</b>
<b>3.1.1. Os traços comuns das Ações de Reintegração de Posse contra a Comunidade do Horto Florestal .....</b>	<b>182</b>
<b>3.1.1.1. As Ações de Reintegração de Posse: posse e propriedade .....</b>	<b>182</b>

3.1.1.2. <i>Os personagens das Ações de Reintegração de Posse contra a Comunidade do Horto</i> .....	183
3.1.1.3. <i>Pedidos e Argumentos do Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro contra a Comunidade do Horto: a petição inicial</i> .....	185
3.1.1.4. <i>Os documentos que acompanham a petição inicial</i> .....	190
3.1.1.5. <i>O momento da concessão ou não da liminar</i> .....	191
<b>3.1.2. A defesa jurídica da comunidade do Horto em Juízo: pedidos e argumentos</b> .....	<b>192</b>
<b>3.1.3. Parecer do Ministério Público</b> .....	<b>202</b>
<b>3.1.4. As decisões do Judiciário</b> .....	<b>204</b>
<b>3.2. Territorialidade ancestral versus pacto narcísico da branquitude: uma discussão sobre Ancestralidade, Memória e Propriedade</b> .....	<b>211</b>
3.2.1. <b>Pacto Narcísico da Branquitude em ação: a articulação dos atores envolvidos no caso do Horto</b> .....	<b>212</b>
3.2.2. <b>Ancestralidade e Memória Comunitária confrontando o Direito de Propriedade</b> .....	<b>235</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>241</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>248</b>

## **Siglas**

AMAHOR – Associação de Moradores e Amigos do Horto

AMAJB – Associação de Moradores do Jardim Botânico

APA – Área de Proteção Ambiental

ART. – Artigo

AVC – Acidente Vascular Cerebral

DPGE-RJ – Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro

DPU – Defensoria Pública da União

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAU – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPJB – Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPN – Instituto Pretos Novos

MPF – Ministério Público Federal

NUTH – Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

SMH – Secretaria Municipal de Habitação

SMU - Secretaria Municipal de Urbanismo

SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

SPU – Secretaria de Patrimônio da União

STF – Supremo Tribunal Federal

TCU – Tribunal de Contas da União

TRF – Tribunal Regional Federal

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

## **Lista de figuras e tabelas**

FIGURA 01 – Orixá Ogum (à esquerda) e Orixá Oxum (à direita).

FIGURA 02 - Candace Amanitore, pirâmide de Méroe. Museu Egípcio de Berlim, Alemanha

FIGURA 03 – Mapa da comunidade do Horto

FIGURA 04 – Rua Pacheco Leão, ao lado esquerdo o Jardim Botânico e ao direito, início da área dos condomínios

FIGURA 05 – Casas da Comunidade do Horto com faixas de protesto contra remoção.

FIGURA 06 – Escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio

FIGURA 07 – Portão de entrada do SERPRO com fotos de moradores antigos da Comunidade do Horto

FIGURA 08 – Espaço Municipal de Desenvolvimento Infantil Julia Kubitschek

FIGURA 09 - Largo das Pedras

FIGURA 10 – Aqueduto da Levada e espaço do antigo Clube Caxinguelê

FIGURA 11 – Morro das Margaridas – Casa que foi a antiga sede do Engenho Del Rey

FIGURA 12 – SERPRO (SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS)

FIGURA 13 – Grotão

FIGURA 14 – Caminho de pedras pé-de-moleque, riacho e o grande Jequitibá

FIGURA 15 – Solar da Imperatriz

FIGURA 16 – Portal da Entrada do 2040

FIGURA 17 - Escultura em homenagem aos escravizados que replantaram a Floresta da Tijuca e as Paineiras

FIGURA 18 – Eu em entrevista com Emília Maria de Souza na sua residência

FIGURA 19 - Clube Caxinguelê antes da reintegração de posse

FIGURA 20 - Remoção no Caxinguelê

FIGURA 21 – Tropa de Choque da Polícia Militar atuando na remoção no Horto

FIGURA 22 - Conta de luz com o nome da rua em homenagem ao avô do Pedro

FIGURA 23 - Certidão de Nascimento do Pedro

FIGURA 24 – Casa do Pedro Marins

FIGURA 25 - Área do antigo Clube Caxinguelê (Vista de dentro do IPJB)

FIGURA 26 - Escola Municipal Julia Kubitschek dentro da área do IPJB

FIGURA 27 - Muro construído pela EMBRAPA (fundos) – Vista da Vila 1024

FIGURA 28 - Parede do Teatro Tom Jobim construída pelo IPJB

FIGURA 29 – Entrada da Vila da Major 64

FIGURA 30 – Casa da Vila da Major com faixa de protesto

FIGURA 31 – Identificação dos ossos enterrados

FIGURA 32 – Muros construídos pelo JBRJ junto às casas

FIGURA 33 – Fundação e muro construído acima do telhado das casas

FIGURA 34 – Desmatamento promovido pelo IMPA

FIGURA 35 – Área antes do desmatamento

FIGURA 36 – Projeto do Novo Campus do IMPA

## **Prólogo**

*Ancestralidade.* Evoco esta palavra para honrar e agradecer toda a ancestralidade que me nutriu durante todos os caminhos desta pesquisa: a familiar, a espiritual e a da Comunidade do Horto. Ancestralidade é ainda o pilar que estrutura esta pesquisa. Desde que terminei a dissertação de mestrado esta palavra permanece pulsando em meu sentir, existir e viver. Não apenas pela força espiritual que acredito me mover, guiar e proteger, mas também pela história daqueles que me antecederam. Eu trago esta palavra para iniciar a nova fase da minha pesquisa porque ela nunca fez tanto sentido para mim como agora. E exponho nas linhas adiante a razão desse sentir.

Desejo partilhar dois momentos cruciais para esta nova jornada: uma conversa com Maria Luzia Câmara, minha mãe, e, uma conversa com uma amiga, que é terapeuta corporal reichiana e consteladora familiar Elis Veras. Em um dado momento essas duas conversas se conectaram e produziram um sentido que me fez perceber a necessidade de continuar a pesquisar e escrever sobre direito à moradia e o povo negro no Brasil.

Em um dia comum, não lembro exatamente quando (apenas recordo que foi durante o processo de finalização da minha dissertação), minha mãe me contou uma história familiar que se relaciona com o direito à terra e moradia e talvez explique a minha insistência em estudar e pesquisar sobre o direito à moradia para o povo negro. Na ocasião, ela me disse que a sua mãe, minha avó, dona Antônia Cardozo, filha de pai negro e mãe indígena, relatou algumas vezes que o seu pai, meu bisavô, o Sr. Antônio Dionísio, tinha a posse de uma pequena terra no sul da Bahia e que esta roça era muito produtiva. A família inteira morava lá e trabalhava cultivando todo tipo de legumes, verduras e uma variedade de animais. Segundo a minha avó, eles tinham todo tipo de alimento e a família se dirigia à cidade apenas para comprar querosene, elemento que provia a iluminação da casa, e sal para temperar e conservar os alimentos.

A pequena terra do meu bisavô era muito próspera e bem cuidada, e, por fim, acabou atraindo os olhares gananciosos de latifundiários da região. Um desses senhores insistia que o meu bisavô deveria lhe vender a terra e ele resistiu o quanto pôde. Minha avó contou para a minha mãe que meu bisavô sofreu ameaças. Mas, Seu Antônio Dionísio era muito devoto de Santo Antônio (inclusive realizava festas para homenagear o santo) e sabia umas rezas muito antigas para escapar das tocaias armadas pelo seu inimigo. Foram muitas tentativas, mas meu bisavô sempre escapava.

Cansado de fracassar em seu objetivo e em uma tentativa desesperada e covarde de forçar a venda da terra, este homem invadiu a casa do meu bisavô, mas ele e os outros homens da casa haviam saído para a lida no roçado. Encontrou apenas o irmão mais querido do meu bisavô pela frente, que no momento estava desarmado e o assassinou friamente na presença das mulheres e das crianças. Minha avó era apenas uma garotinha que assistiu aquela tragédia e anos mais tarde disse para minha mãe que ela jamais conseguiria esquecer a cena. Meu bisavô, que estava prestes a comprar algumas “cabeças de gado” para também cultivar naquelas terras, ficou tão transtornado, desgostoso e devastado com o assassinato do irmão que aceitou uma proposta para deixar sua querida terra para trás.

Um oportunista que por ali passava se aproveitou da situação e ofereceu uma troca de terras para o meu bisavô. Ambos deram a palavra que não voltariam atrás nesse negócio. A verdade é que Seu Antônio Dionísio fora enganado e ao chegar à terra com toda a família descobriu que não havia nada plantado, a terra era seca e dura e que havia muitos mosquitos. A família inteira adoeceu e meu bisavô abandonou aquele lugar, levando consigo a família para a cidade e, assim, passou a trabalhar para terceiros como forma de sobrevivência e manutenção da família. Inclusive meu bisavô trabalhou na estrada de ferro Bahia-Minas, uma ferrovia que pretendia ligar Ponta de Areia, na cidade de Caravelas (localizada no sul da Bahia) a Araçuaí (Serra dos Aymorés – MG). Daquele momento em diante, esse núcleo familiar encontrou inúmeras dificuldades para se manter e o empobrecimento se tornou uma triste realidade para meus antepassados.

Quando ouvi essa história, entrei em uma espécie de reflexão profunda sobre como a perda da terra havia impactado a vida da minha família. Pensei sobre o sofrimento e possíveis danos emocionais e psicológicos que o meu bisavô e seus familiares sofreram, mas principalmente todas as mulheres e crianças que presenciaram o covarde assassinato. Além disso, a pauperização gerada para a família por uma forma cruel de remoção forçada, pois esta mudança brusca causada por um fato de extrema violência ocasionou a desorganização e a precariedade em suas vidas, e, conseqüentemente, na dispersão familiar em busca de condições de sobrevivência, golpe do qual eles nunca conseguiram se recuperar.

Pensei sobre a história da minha avó materna, Dona Antônia, que sabia trabalhar com a terra, plantar, colher, cultivar animais, fazer manteiga e requeijão de corte e, anos após a tragédia, se dedicou ao ofício de lavar roupas para as famílias abastadas da cidade

de Prado. Minha avó se tornou lavadeira e esta foi a profissão que exerceu durante toda a sua vida, mantendo a dignidade da sua própria família. Dona Antônia se casou duas vezes e teve sete filhos, frutos desses dois relacionamentos. Dos sete, ela criou cinco, e dois foram criados pela família do seu ex-marido, meu avô. Por muitas vezes, minha mãe a acompanhou na lida diária e as duas iam juntas à beira do Rio Jucuruçu, que percorre a cidade de Prado, para exercer o ofício.

Aqui abro parênteses para partilhar memórias. Lembro-me de ir passar férias e visitar, quando criança, a casa da vó Tonha (era como eu a chamava) e adorava tomar banho nas enormes bacias de alumínio, instrumentos do seu trabalho, que ela enchia de água para eu brincar. Lembro também do seu enorme quintal, repleto de árvores frutíferas (banana, carambola, biribiri, entre outras) e pequenos animais, principalmente galinhas e patos. Outra memória forte era o cheiro dos grãos de café que ela mesma torrava, pilava. Em seguida, preparava o café e servia bem quente no finalzinho da tarde. Além disso, lembro-me das maravilhosas compotas feitas por ela com as carambolas do seu próprio quintal e que me extasiavam. O universo da casa da minha avó para mim era quase mágico, mas, hoje penso que para ela era uma tentativa de manter viva sua tradição familiar de cultivo à terra que lhe fora roubada durante sua infância. Fecho parênteses.

Minha mãe começou a trabalhar muito cedo, ainda na infância, para ajudar na renda familiar. A partir dos sete anos de idade iniciou sua jornada como empregada doméstica e babá na casa de várias pessoas, dividindo seu tempo entre o trabalho e a escola. Ela era uma aluna muito aplicada, apesar de toda a pobreza e dificuldades (até hoje ela se orgulha em dizer que nunca tomou um “bolo de palmatória”!). Aos dezessete anos surgiu a oportunidade de trabalhar como empregada doméstica para uma família no Rio de Janeiro e, assim, deu início a uma mudança radical em seu destino. Ao chegar na “cidade maravilhosa”, ela retomou os estudos, formou-se auxiliar de enfermagem pela Cruz Vermelha Brasileira, passou em um concurso público para o Município do Rio de Janeiro no setor da saúde, se casou com meu pai, teve três tentativas de gestação, obtendo sucesso apenas na última.

Assim, Dona Maria Luzia tem apenas uma única filha viva, Carolina, esta que aqui escreve. Eu sou a herdeira da valentia dessas mulheres. Uma linhagem de mulheres negras que diante de tantas adversidades não desistiram de conquistar mais do que lhes era permitido e ousaram ir além do lugar que a sociedade lhes reservara.

Eu nunca me dei conta da minha própria relação com a questão da moradia e porque sou tão instigada a pesquisar sobre o assunto até o dia em que iniciei uma conversa com a minha amiga Elis Veras. Eu me lembro que nesse dia eu estava bem aborrecida, chateada e revoltada com uma série de microagressões e violências racistas que havia enfrentado durante o mestrado e o processo seletivo para ingressar no doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. E eu me perguntava se realmente fazia sentido estar naquele espaço violento e o que estava fazendo comigo mesma ao permanecer na Academia.

De maneira perspicaz, a Elis mudou o foco daquela conversa informal e sem que eu percebesse, começamos a falar de família, casa, moradia. Conteí várias histórias sobre a minha família, dentre elas, a história recentemente descoberta sobre o meu bisavô e as mudanças do meu núcleo familiar do Rio para a Bahia, da Bahia para o Rio, às quais eu e minha família havíamos vivenciado.

De repente, ela me pergunta: “você consegue perceber que a sua família tem um histórico de migrantes e como a moradia sempre foi uma questão importante na história da sua família”? Aquela pergunta me surpreendeu e conduziu a diversos questionamentos, sendo crucial para me tirar da inércia e desânimo provenientes de uma profunda experimentação do racismo no ambiente acadêmico e me projetou novamente para um lugar de coragem e propósito. A Elis trouxe à minha consciência algo que estava diante de mim e que eu não conseguia enxergar. E foi ali, naquele momento, que me dei conta de que a minha insistência em pesquisar sobre o direito à moradia era uma questão que remetia aos meus antepassados e, por fim, a ancestralidade para mim.

Ao começar esta escrita, fui buscar no dicionário<sup>1</sup> o significado de ancestralidade e encontrei as seguintes definições: “legado de antepassados; linha das gerações anteriores de um indivíduo ou de uma família; proveniência de um povo”. Diante de tais significados, da minha história de vida e dos que me antecederam, tenho certeza de que o ponto de partida desse projeto está fundado em uma potente ancestralidade. Não apenas pelas divindades que acredito guiar meus passos, mas pelo legado de resistência construído por um povo que sobreviveu ao mais duradouro holocausto da História. E que em condições indignas impostas pelo racismo e colonialismo, esse povo, munido de suas

---

<sup>1</sup> Dicionário Michaelis On-Line. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/ancestralidade/>. Acesso em 08.11.2018.

próprias tecnologias e sabedoria, sobreviveu aos horrores da escravidão e construiu seu legado e suas potências na diáspora.

Ao refletir sobre essa história familiar de pertencimento a terra, conflitos fundiários e remoção forçada percebi que ela é muito semelhante a de muitas famílias negras no Brasil que lutam cotidianamente, seja na cidade ou no campo, pelo exercício do direito à moradia, constitucionalmente garantido. Negros e indígenas têm resistido arduamente ao longo da história pela preservação, manutenção e permanência em seus territórios e, portanto, pode ser considerada como uma luta ancestral por direitos.

Início, portanto, este trabalho, consciente da minha responsabilidade e compromisso como pesquisadora ativista, de maneira que eu venha produzir na Academia uma ferramenta possível para o povo negro no Brasil e, quiçá, na diáspora. Considero que a minha trajetória enquanto mulher negra, filha de migrantes nordestinos, pesquisadora ativista é pautada por uma longa jornada de estudos, pesquisas técnicas, mas também de muita escuta, oralidade e partilha de afetos, todos eles elementos cultivados de maneira muito natural, ou mesmo tradicional, pela comunidade afrodiaspórica.

Preciso dizer que o Movimento de Mulheres Negras, compreendido por mim como um movimento político rico em diversidade, múltiplas potências intelectuais e militantes, construído incansavelmente por mulheres pretas para a emancipação da comunidade negra, me apresentou e introduziu na perspectiva da pesquisa ativista. Este encontro me permitiu, enquanto mulher negra pesquisadora, unir o conhecimento científico produzido na Academia aos saberes ancestrais e, assim, utilizar a produção acadêmica como ferramenta possível para transformar realidades e criar estratégias de combate ao racismo, seja ele de ordem estrutural, institucional ou ambiental e, demais discriminações.

Outro recurso importante para mim, enquanto pesquisadora, e muito difundido pelas intelectuais do movimento de mulheres negras, é a narrativa realizada em primeira pessoa. Esta narrativa me situa e mostra de onde estou partindo, na medida em que me posiciono como mulher negra e não um sujeito universal, neutro, desprovido de quaisquer experiências e características.

Falar em primeira pessoa me concede a liberdade para realizar a minha escrevivência<sup>2</sup> enquanto pesquisadora negra e, por conseguinte, relatar as experiências vividas no campo de análise e de como elas transformam o meu olhar sobre a pesquisa. Portanto, elaboro meus trabalhos acadêmicos escrevendo em primeira pessoa para expressar de maneira mais profunda os caminhos que percorri e os resultados que alcancei.

Faço minhas as palavras de Lélia González para manifestar a disputa de narrativas neste espaço hegemonicamente branco que é a Academia: “Agora o lixo vai falar e numa boa!” (GONZÁLEZ, 1984, p. 225). O “lixo” vai falar, desconstruir e destruir velhas formas de manutenção de privilégios para construir novas estratégias de emancipação. Assim me posiciono, falando em primeira pessoa, confiando na ancestralidade que me sustenta, para evidenciar as desigualdades raciais no processo de garantia de direitos, disputar narrativas a partir de um pensamento afrodiaspórico, e, assim, conceber novas ações efetivas no enfrentamento e combate ao racismo.

Ainda no curso desta pesquisa descobri que a minha ligação com a defesa das terras do Horto também é ancestral. Desta vez, ancestralidade no sentido mais profundo, de alcançar a minha alma, o meu espírito e as divindades que me regem. A comunidade do Horto está assentada sobre caminhos que ostentam matas, rios e cachoeiras e basta pisar no território para sentir a força da natureza e dos deuses que lá habitam. E sobre o conflito fundiário estabelecido, são das mulheres as principais vozes e corpos que se erguem para defender sua comunidade. É um lugar de mulheres, em sua maioria, negras, que lutam por seus direitos e defendem suas terras.

Hoje compreendo que a justiça racial que precisa ser reconhecida e que me conduziu até a Comunidade do Horto e me fez participar ativamente de sua defesa está ancorada em minha ancestralidade. Entendo que existe algo muito maior por trás dessa jornada. Desde menina, os sonhos sempre me apontaram direções e desta vez um caminho apareceu. Após um sonho que me direcionava para um jogo de búzios, fui conduzida até o Ilê Asé Omi Larè Ìyá Sagbá, terreiro de candomblé localizado em Santa Cruz da Serra, em Caxias, na Baixada Fluminense. Durante a consulta ao oráculo, descobri que sou filha, protegida e guiada pelo Senhor das guerras e batalhas, o Senhor do Ferro, da Forja dos

---

<sup>2</sup> A escritora Conceição Evaristo apresenta-nos o conceito de escrevivência como uma ferramenta que possibilita o relato da experiência de pessoas negras em nossa sociedade. Segundo a autora, escrevivência é “a escrita de um corpo, de uma condição, de uma experiência negra no Brasil” (EVARISTO, 2007, p.20).

Metais, aquele que usa sua criatividade para produzir ferramentas e novas tecnologias e, assim, possibilitar abertura de caminhos, trazer prosperidade e materializar justiça para a humanidade.

O itan<sup>3</sup> que o Babá Daniel Ti Yemonjá<sup>4</sup> me contou durante o jogo é que certa vez as terras de Oxum foram invadidas e ela temendo perder seu território, convocou Ogum para ajudá-la a expulsar os inimigos. Ogum atendeu prontamente ao pedido e se dispôs a guerrear, vencendo todos os inimigos e devolveu as terras para Oxum. Em gratidão ao seu empenho, a Senhora das Águas Doces, da Prosperidade, da Fertilidade e das Boas Estratégias, concedeu a Ogum o título de Guardião das Terras de Oxum.

FIGURA 1 – Orixá Ogum (à esquerda) e Orixá Oxum (à direita).



Fonte: Oradia NC Porciuncula by Devian Art

Ao ouvir as palavras do Babá fiquei emocionada e compreendi muito sobre a minha trajetória pessoal e familiar. Seu Antônio Dionísio, meu bisavô, era devoto de Santo Antônio, que na Bahia é sincretizado com Ogum. Compreendi ainda esse meu desejo de pesquisar o tema e transformar a tese em uma possível ferramenta para promover justiça e, por fim, me fez compreender também a conexão que tenho com a Comunidade do Horto, uma terra de mulheres valentes, estrategistas e defensoras de suas

---

<sup>3</sup> Os itans são as histórias dos orixás, que geralmente são contadas pelos griôs, contadores de histórias na tradição africana. Itan pode ser definido ainda como “o conjunto de lendas e mitos do panteão africano” (SOUZA;SOUZA, 2019, p.99).

<sup>4</sup> Babalorixá e liderança religiosa do Ilê Asé Omi Larè Ìyá Sagbá.

terras. Colocadas essas observações, reitero nesta escrita o meu compromisso com a pesquisa, almejando transformá-la em um instrumento para reflexão acerca do direito à moradia para o povo negro no Brasil e quem sabe assim avançar no sentido de sua garantia. *Ogun Ye! YeYe O! Asé!*

## INTRODUÇÃO

Embora eu tenha me dedicado a escrever nos últimos anos trabalhos acadêmicos sobre os impactos das remoções das favelas na vida das mulheres negras e o seu protagonismo na luta por direito à moradia na cidade do Rio de Janeiro, decidi ampliar os horizontes de análise e compreensão dessa dinâmica de exclusão, dada a complexidade que envolvem os institutos jurídicos em termos de raça, gênero, classe, dentre outros.

Durante o 4º Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (CONINTER IV, 2015)<sup>5</sup>, evento promovido pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (ANINTER-SH), eu apresentei um artigo acadêmico no âmbito da pesquisa sobre raça, gênero, classe e direito à moradia e, na ocasião, fui provocada pelo Prof. Eder Fernandes, hoje meu orientador, a pensar sobre propriedade, conceito de Direitos Reais pertencente ao ramo de Direito Civil, que efetiva a segurança jurídica ao direito à moradia.

A partir daquela provocação comecei a observar e pensar sobre propriedade, os desafios, entraves e possibilidades da garantia de pessoas negras, moradoras de favelas a este instrumento, considerando a origem colonial e o legado de desigualdade deixado pela escravidão e colonialidade, e, assim, repensar os caminhos da minha pesquisa e quais os futuros passos deste novo trecho da caminhada. Todas as experiências e vivências relatadas acima me conduziram ao desenvolvimento desta investigação que culmina nesta tese de doutorado.

É preciso dizer que anteriormente, em minha dissertação<sup>6</sup> (SANTOS, 2017, p.32), defendi que a favela é alvo da política de remoção por ser uma territorialidade<sup>7</sup> negra, não

---

<sup>5</sup> O CONINTER IV teve como tema "Fronteiras e integração: estudos interdisciplinares na América Latina" e aconteceu entre os dias 08 e 11 de dezembro de 2015, na Universidade do Oeste do Paraná.

<sup>6</sup> Em 30 de maio de 2017, defendi a dissertação Elekô – Mulheres Negras na luta por direito à moradia na cidade do Rio de Janeiro, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense, sob orientação do Prof. Dr. Luís Antônio Cunha Ribeiro e coorientação do Prof. Dr. Eder Fernandes Monica.

<sup>7</sup> Para os fins desta pesquisa, o conceito de territorialidade é compreendido como as relações estabelecidas por um determinado grupo com o território que habita, destacando os modos próprios de viver e fazer uso do território, suas características socioeconômicas, culturais e raciais. "A territorialidade é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo e de grupos distintos. Há continuidade e descontinuidade no tempo e no espaço; as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar: elas dão-lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar. (...) É um processo de relações sociais, tanto econômicas, como políticas e culturais de um indivíduo ou de um grupo social. A territorialidade corresponde às relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com sua natureza exterior. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da

apenas por ter se originado no período pós-abolição, mas, também por continuar sendo uma solução de moradia para a população negra. Desse modo, a política de remoção de favelas exclui famílias negras e empobrecidas das regiões consideradas privilegiadas e as desloca para locais distantes sem infraestrutura adequada que permita o exercício da cidadania plena.

Segundo os dados produzidos pelo CENSO 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE<sup>8</sup>, (IBGE, 2010), as favelas cariocas abrigam um total de 1.326.465 (um milhão, trezentas e vinte seis mil e quatrocentas e sessenta e cinco) de pessoas negras, considerando as categorias pretos e pardos, enquanto a população branca residente em favelas soma um total de 677.557 (seiscentas e setenta e sete mil e quinhentas e cinquenta e sete). Assim, é possível afirmar que as favelas são territorialidades negras e que, portanto, se constituem como os quilombos da atualidade, como sugere o Prof. Andreilino de Campos.

A favela surge no cenário urbano do Rio de Janeiro, conforme já afirmamos, sem estar contextualizada em processo social, mas como resultado de fatos espaciais e temporalmente delimitados. No nosso entender, uma das possibilidades é compreender a favela como um espaço de transmutação do espaço quilombola, pois, no século XX, a favela representa para a sociedade republicana o mesmo que o quilombo representou para a sociedade escravocrata. Um e outro, guardando as devidas proporções, vem integrando as “classes perigosas”: os quilombolas por terem representado, no passado, ameaça ao Império; e os favelados por se constituírem em elementos socialmente indesejáveis após a instalação da República. (CAMPOS, 2007, p. 63)

O texto mostra como a favela se tornou uma ameaça social, um perigo para a sociedade carioca e em uma análise mais atenta desvela a herança racial e social deixada para a negritude pelos colonos europeus. Ter uma origem africana e trazer consigo sua fenotipia em uma sociedade pautada pelo racismo antinegro implica assertivamente em um *locus* de marginalização. E como a favela representa no ideário social o “lugar de negro”, o tratamento dado pelo Estado aos seus moradores ainda é de desumanização, marcada pela violência contínua, descaso, omissão e negação de direitos.

---

identidade e para a reorganização da vida cotidiana” (SAQUET, 2009, p. 88). A territorialidade pode ser ainda uma estratégia utilizada por ocupantes de determinado território para construir um sentido (SACK, 1986, p. 26), o que poderia fortalecer o vínculo de pertencimento comunitário.

<sup>8</sup> Até o presente momento não foi realizado um censo completo como o de 2010. Temos apenas dados gerais sobre a composição da população brasileira. Em razão da pandemia da Covid-19, houve uma demora na coleta de dados que aconteceu apenas em meados de 2022, mas os resultados ainda são parciais. No que se refere ao censo sobre aglomerados subnormais (favelas e comunidades), os últimos dados são de 2010.

Assim, o legado escravocrata construído pelo período colonial teve consequências muito distintas para brancos e negros. O racismo cultural, explicitado por Frantz Fanon em *Pele Negra, Máscaras Brancas* (FANON, 2008, p.160) como uma das consequências do colonialismo, se perpetuou produzindo desigualdades a partir de processos discriminatórios em relação a identidade étnico-cultural associada à origem geográfica, religião e língua, para além das características físicas (ALMEIDA, 2018, p.24). Tal dimensão ideológica do racismo se infiltra em instituições públicas e privadas tão somente porque existe uma estrutura política, econômica e jurídica que permite seu desenvolvimento.

Desse modo, compreender o acesso da população negra ao direito à moradia demanda uma análise cuidadosa, dada a complexidade dos elementos que se entrecruzam. Se aos negros foi imposta uma experiência grifada por condições de subalternidade e subcidadania, por outro lado, os brancos se tornaram o padrão de existência da sociedade, adquiriram terras e propriedades em geral, seja por meio de herança ou como recompensa durante o processo de imigração no Brasil. Ponto aqui no período pós-abolição, que a população negra não recebeu nenhum tipo de indenização ou incentivo formal do Estado para uma inclusão social, fato este fundamental para a inserção dos libertos na condição de pobreza e miséria. Por esse motivo, é tão importante retomar a filosofia de *Sankofa*<sup>9</sup> e olhar para trás, observando o passado, pois somente assim é possível compreender a dinâmica de desigualdade que continua a ocorrer no presente e, posteriormente, traçar novas estratégias de combate ao racismo e assim, seguir para o futuro.

Como dito anteriormente, o instrumento jurídico que garante o direito à moradia no Brasil é o título de propriedade. Entretanto, sua disponibilidade requer uma estrutura que a maior parte da população negra residente em favelas tem dificuldade em alcançar, principalmente no que tange a restrição de recursos financeiros, seja pelos valores imobiliários ou pelos trâmites burocráticos impostos pelo Estado brasileiro.

É necessário lembrar ainda que o instituto legal que rege a maioria das territorialidades negras no Brasil, destacando aquelas consideradas informais pelos órgãos públicos, como por exemplo, as favelas, é a posse<sup>10</sup> (BRASIL, 2002), e que,

---

<sup>9</sup> O adinkra Sankofa (pássaro olhando para a cauda) nos informa que somente olhando para trás é que será possível transformar o presente e avançar para o futuro. Os Adinkras são um conjunto de símbolos da cultura Ashanti (região da África do Oeste: Gana, Togo, Costa do Marfim), que transmitem valores fundamentais para as sociedades africanas.

<sup>10</sup> O instituto da posse está previsto pelo Código Civil Brasileiro nos artigos 1.196 a 1.224, CC/02.

embora seja condição *sine qua non* para efetivar os modos de aquisição da propriedade, tais como a usucapião, é um elemento juridicamente mais frágil em relação a propriedade, pois não assegura a permanência contínua.

Considerando tais premissas, torna-se urgente reconhecer que a propriedade no Brasil se estabeleceu como um privilégio da branquitude<sup>11</sup>, na medida em que a sua perpetuação ocorre por meio do instituto da herança, uma ferramenta estruturada pelo Direito Civil, originária do período colonial (ALMEIDA, 2018, p.143). Assim, ao longo da história da sociedade brasileira, pessoas brancas, herdeiras, exerceram de maneira contínua seu direito à moradia através da manutenção destes direitos.

E para realizar esta análise mergulharemos no contexto que originou essa desigualdade. Se o Direito criou um sistema de perpetuação de privilégios para a branquitude por meio dos direitos de propriedade e herança, é preciso fazer uma reflexão sobre a estrutura econômica que permitiu tal criação: o capitalismo. Em primeiro lugar, é imprescindível destacar que o desenvolvimento do capitalismo, principalmente no Brasil, somente foi possível graças à escravidão. E isto porque a apropriação das vidas africanas pelos europeus possibilitou o seu enriquecimento, a aquisição e acúmulo de terras, seja na Europa ou nas Américas, e, conseqüentemente, a expansão do capitalismo.

O comércio de homens e mulheres de pele negra dizimava a África por cerca de quatro séculos e sociedades negras na Ásia e Oceania também haviam sido reduzidas a uma ou outra forma de escravidão. Milhões de autóctones negros e indígenas haviam sido subjugados ou exterminados nas Américas; milhões de africanos foram levados através dos mares para substituí-los nas minas de ouro e prata e nos campos de algodão e açúcar nas Américas e no Caribe. O Capitalismo ocidental estava em plena expansão; a Europa bebia o sangue do homem negro e cuspiu dinheiro em seguida. (MOORE, 2010, p. 48)

Assim, a escravidão foi a condição ideal que permitiu o desenvolvimento do capitalismo, que, por sua vez, encontrou no Direito a ferramenta decisiva para garantir, de forma contínua, sua expansão. Por outro lado, a aquisição de terras promovida por esse modelo econômico no Brasil e garantida pelo direito de propriedade efetivou, conseqüentemente, o direito à moradia para a população branca.

---

<sup>11</sup> Branquitude é um conceito que vem sendo utilizado para expor e explicar a condição racial do branco na sociedade brasileira, apontando os privilégios que hierarquizam as relações raciais e o colocam historicamente em uma posição de poder superior e, conseqüentemente, desfavorecem ou aniquilam as populações não brancas.

O Direito<sup>12</sup>, atrelado ao liberalismo econômico, tornou a propriedade privada um elemento primordial, quase sagrado, para o exercício da cidadania plena e que deve ser protegido por todos os meios possíveis, inclusive utilizando a força/violência estatal se necessário for, seja no âmbito público ou privado. Logo, uma estrutura legal que nasce em um contexto de racismo antinegro, expropriação, violência e exclusão tende a permanecer distanciando a garantia da população negra a direitos necessários para o exercício da plena cidadania, como por exemplo, o direito à moradia.

Torna-se urgente, portanto, pensar a garantia deste direito, analisando os elementos ideológicos, políticos, econômicos e jurídicos que estão envolvidos neste processo, dada a complexidade das estruturas que se entrecruzam e, por fim, hierarquizam as relações raciais, tornando invisível a população atingida pela discriminação e impedindo o exercício igualitário da cidadania.

Dada a grave desigualdade estruturada no Brasil, é imperativo compreender a dinâmica das relações raciais, principalmente na esfera jurídica, para avançar em novas estratégias de garantias de direitos para o povo negro. Considerando tais premissas, esta pesquisa se faz necessária porque ainda são poucos os trabalhos acadêmicos que utilizem raça como lente de análise do direito à moradia.

Quando iniciei meus estudos neste tema, eu era estagiária do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (NUTH-DPGE) e estudante da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Lembro que ao escrever a monografia, encontrei dificuldades em encontrar referências bibliográficas que tratassem abordassem racismo e discriminação de gênero no contexto da política de remoção das favelas. Da escrita da monografia até esta tese de doutorado, ainda são raros os trabalhos acadêmicos que tratem sobre o território carioca e façam esse recorte.

Desde os meus primeiros passos como pesquisadora percebi que a resistência das mulheres negras denuncia o racismo estrutural/institucional e sexismo não apenas na política de remoção elaborada pelo Poder Executivo (Município / Estado / União) como também no comportamento das instituições jurídicas envolvidas na questão. Seja por ação

---

<sup>12</sup> A palavra Direito, escrita com a letra d em maiúsculo, neste trabalho representa a estrutura jurídica que rege as relações em sociedade e que se pretende grande e central dentro da estrutura colonial que experimentamos. Convoco as pessoas leitoras, inspirada pelo autor Thiago Hoshino (2020, p.14) que compreendam a acepção da palavra como um deboche, pois tal estrutura não deve ser considerada como maior ou mais importante que o público com o qual ela se relaciona.

ou por omissão, os atores envolvidos não reconhecem os fatores discriminatórios e perpetuam violências para além da negação do direito à moradia.

Após acompanhar o caso da Comunidade do Horto, compreendi que as lições aprendidas com as lideranças comunitárias, durante o processo de defesa pela permanência em seus territórios se desdobram em algo muito importante e que ultrapassa a denúncia de violação de direitos. Tal observação me conduz a questão principal da pesquisa que é, diante do racismo e sexismo estruturados nas políticas de remoção, qual o legado da luta das mulheres negras por direito à moradia na Comunidade do Horto? A hipótese é de que a luta dessas mulheres pela garantia do direito à moradia produz epistemologias e práticas que desafiam o status quo perpetuado pelo Direito.

Provocada pela minha coorientadora, a Prof. Dra. Thula Pires, durante uma reunião de orientação, optei por colocar mais uma vez as mulheres negras no centro da investigação, contudo, mirando, nesta oportunidade as práticas e o conhecimento produzidos por elas no decorrer da luta por direito à moradia. Existe uma multiplicidade de saberes e práticas na organização comunitária que merece destaque e que pode servir como inspiração ou mesmo referência para comunidades e favelas que vivenciem conjuntura semelhante.

Neste contexto, esta pesquisa tem como objetivo principal investigar, a partir da resistência das mulheres negras do Horto, as estruturas que impedem a garantia do direito à moradia de territorialidades negras ameaçadas de remoção. Por conseguinte, os objetivos específicos são: a) analisar o conflito entre o direito à memória e à ancestralidade e o direito à propriedade; b) identificar o pacto narcísico da branquitude a partir do comportamento dos atores interessados na remoção da Comunidade do Horto; c) analisar a produção de saberes, conhecimento das mulheres negras no processo de luta por direito à moradia; d) desvendar a memória da Comunidade do Horto a partir dos relatos de seus moradores e colaboradores; e) investigar se a solidariedade afrodiáspórica entre mulheres, a partir da experiência do Horto, tem impactos positivos na luta por direito à moradia.

Para cumprir os objetivos acima elencados, a tese está organizada em três capítulos escritos com base na pesquisa realizada em campo e os referenciais bibliográficos selecionados, conforme já mencionado anteriormente.

O primeiro capítulo “Comunidade do Horto: Guardiã da memória de uma territorialidade ancestral” trata do histórico da comunidade construído a partir da composição de uma pesquisa bibliográfica, que inclui o material produzido sobre a região e o acervo do Museu do Horto, incluindo a entrevista com os principais atores de sua fundação e o percurso metodológico utilizado para a produção da pesquisa.

No segundo capítulo “Não somos invasores! O Museu do Horto e a ampliação das vozes-narrativas frente ao discurso hegemônico” foi elaborado a partir das entrevistas realizadas com os moradores e moradoras, cujas narrativas são fundamentais para compreender o conflito com o IPJB, a dinâmica de vida e resistência da Comunidade do Horto.

Por sua vez, no terceiro e último capítulo intitulado “Direitos para quem? A luta concreta da Comunidade do Horto frente ao pacto narcísico da branquitude”, veremos os argumentos suscitados pelo IPJB e pela defesa nas ações de reintegração de posse, como os atores interessados na remoção da comunidade se articulam para concluir a expulsão das famílias, além de discutir a estratégia comunitária de confrontar o direito à propriedade a partir do direito à memória e à ancestralidade.

## **CAPÍTULO I – Comunidade do Horto: Guardiã da memória de uma territorialidade ancestral**

Desde a primeira vez que tive contato com a Comunidade do Horto percebi que as mulheres são muito ativas na dinâmica de defesa do território. São elas quem criam as estratégias de defesa e organizam toda a coletividade para encampar a luta por direito à moradia e, conseqüentemente, a permanência da comunidade.

Essa percepção me conduziu a escrever a dissertação de mestrado “*Elekô – Mulheres negras na luta por direito à moradia na cidade do Rio de Janeiro*” (SANTOS, 2017, p.121), na qual eu destaquei o protagonismo das mulheres negras da comunidade, destacando suas percepções e a resistência que constroem constantemente no território.

Como dito anteriormente, eu proponho neste trabalho seguir a trilha dessas mulheres guerreiras e focar no que elas trazem como epistemologia e prática para a luta por direito à moradia: memória e ancestralidade. Essa combinação ousada desafia o status quo de um instituto antigo e preservado ao longo dos séculos na formação jurídica brasileira: propriedade.

Desse modo, é hora de mergulhar nas trajetórias e percursos percorridos pelas guardiãs ancestrais da Comunidade do Horto. Algumas delas passaram os últimos 20 anos à frente do campo de batalha pela permanência das casas e vidas que ali se estabeleceram há muitos anos. Outras já se afastaram daquela militância mais direta, que exige a constante presença física em órgãos institucionais/governamentais e seguem como conselheiras da nova geração. Há ainda as que seguem em descanso, mas estão atentas a qualquer nova movimentação e se apresentam caso percebam algum tipo de risco envolvendo sua comunidade.

Independente da maneira de atuação, a presença das mulheres do Horto é algo estabelecido há muito tempo e suas estratégias de enfrentamento vão se modificando, acompanhando o tempo atual e se adaptando às demandas que surgem. Algo muito comum que ouvi durante as entrevistas e conversas informais que tive com as moradoras foi “eu já lutei muito pela comunidade, agora é hora delas continuarem”. São avós e mães se referindo ao legado que deve ser assumido pelas filhas e netas. É o passar do bastão como forma de continuidade da luta. Seja por motivo de idade, saúde, ou mesmo de cuidado com entes familiares mais idosos ou enfermos, elas se afastam da militância mais

ativa, mas, percebo que estão sempre aconselhando, opinando suas concordâncias e discordâncias, atentas ao que acontece no Horto e, se apresentam pessoalmente, caso seja necessário.

É importante dizer que na minha história de caminhada com a Comunidade do Horto existe uma personagem principal: Emília Maria de Souza. Uma das lideranças comunitárias mais antigas e ativas do Horto, ela está há mais de 20 anos no campo de batalha. Mulher negra de pele retinta, assim como seu sobrinho Emerson, Emília está há muito tempo engajada na luta contra a remoção do Horto. Ela influenciou seu sobrinho Emerson e compartilhou orientações e saberes nesse processo de condução da comunidade. Eles dois foram presidente e vice-presidente da Associação de Moradores e Amigos do Horto - AMAHOR durante as duas últimas gestões e, nesse momento, por questões internas comunitárias, saíram da presidência da associação de moradores. No entanto, continuam ativos no engajamento comunitário e na luta pela permanência dos moradores na região. Inclusive eles permanecem à frente do Museu do Horto, participando de eventos, pois reconhecem a memória como uma importante ferramenta de luta contra as remoções.

Essa escolha não é aleatória. Para além da Emília encarnar o papel de liderança em sua comunidade, mobilizando principalmente outras mulheres negras, percebo que é primordial criar mecanismos de combate ao apagamento das mulheres negras que lutam por direito à moradia na cidade do Rio de Janeiro, principalmente aquelas que lutam contra as remoções. O racismo estrutural, de maneira muito perversa, segue apagando mulheres negras da memória social urbana e elas são esquecidas ao longo do tempo. Portanto, é preciso, manter sua memória viva e, assim, inspirar futuras gerações.

Diante do contexto vivenciado com a comunidade, percebi os diferentes modos de atuação das mulheres negras e sua semelhança com o fazer de importantes personagens femininas afrodiáspóricas. A sagacidade e estratégia de luta das Candaces, a força e expressão da oralidade de Anastácia (escrava que foi silenciada com uma máscara de flandres) e a perspectiva de fortalecimento comunitário e aquilombamento trazido pelo símbolo de Dandara de Palmares e Teresa de Benguela são elementos presentes nos modos de fazer a luta e do agir em comunidade das mulheres negras do Horto. Emília encarna esses atributos, assim como suas companheiras de luta.

Desse modo, neste capítulo, vamos adentrar o universo dos saberes das mulheres negras do Horto, a partir das práticas que envolvem memória e ancestralidade, diante do

problema que aflige sua comunidade, identificando suas contribuições para o Direito e as suas possibilidades de construir ferramentas de organização e luta, além do fazer metodológico desta pesquisa que fora inspirado e influenciado por elas.

### **1.1. Trilhando o caminho das Candaces: o percurso metodológico da pesquisa e as lições do caminho.**

KTKE. KDKE. KANDAKE. CANDACE. Se por um lado me encontrei com mulheres negras que defendem suas comunidades e decidi escrever sobre sua resistência e agência, por outro lado, ao longo dos anos de pesquisa, me deparei com histórias de mulheres africanas ancestrais, que já se organizavam para defender seu território, suas famílias, sua comunidade, seu povo. E foi nesse processo que encontrei leituras sobre as *KTKE* ou *KDKE* (*Kentake* ou *Kandake*), que na tradução da língua meroíta significava “rainha-mãe”, “rainha-regente” ou mulher real para o povo africano de Kush, atual região do Sudão e da Etiópia.

FIGURA 02 - Candace Amanitore, pirâmide de Méroe. Museu Egípcio de Berlim, Alemanha.



Fonte: Blog Ensinar História

Mas, quem eram essas mulheres? As candaces eram rainhas (170 a.C a 12<sup>a</sup>.C) que tinham um grande prestígio comunitário, sendo lideranças políticas ativas e altamente consideradas pelo povo (LECLANT, 2011, p. 304)<sup>13</sup>. Oito rainhas candaces foram identificadas por pesquisadores da Antiguidade: Shanakdakhete, Amanirenas, Amanishaketo, Amanitore, Amantitere, Amanikhatashan, Maleqorobar e Lahideamani. Embora exista registros históricos de que homens tenham sido reis ou governadores no auge do Império de Kush, as candaces se destacaram como governantes e em muitos relatos os nomes dos seus maridos sequer são mencionados.

Duas rainhas tiveram então um papel preponderante: Amanirenas e Amanishaketo. Seus maridos permanecem esquecidos, e não se sabe sequer o nome do de Amanishaketo. O trono também foi ocupado durante alguns anos por um príncipe que se tornou rei, Akinidad, filho da rainha Amanirenas e do rei Teriteqas. Seria importante conhecer a ordem de sucessão das duas rainhas, ambas “Candace” – transcrição do título meroíta Kdke, de acordo com a tradição dos autores clássicos. (LECLANT, 2011, p.286)

As rainhas negras eram temidas por líderes romanos porque em diversas tentativas de invasão estes não obtiveram sucesso em suas empreitadas, dada a organização e estratégia do exército kushita. Em determinado episódio histórico, em meio aos diversos conflitos causados pelas invasões romanas e após o saqueamento da cidade nomeada Napata, a candace Amanishakete, cujo governo teria sido de 41 a 12 a. C, reorganizou seu exército e cercou Alexandria, recentemente fortificada pelos generais romanos. Ao perceber que os guerreiros kushitas tinham um treinamento de guerra bastante intenso, domínio do território e que jamais permitiriam a entrada em suas terras, os romanos foram obrigados a dialogar e tentar convencer a Rainha-mãe a fazer um acordo (LECLANT, 2011, p.289).

Além do engajamento político, que incluía articulação e estratégias militares de combate, as Candaces também eram vistas como a representação de uma ancestralidade espiritual na terra. Assim, elas estabeleciam uma conexão divina com a comunidade visto que eram concebidas como filhas adotivas das divindades cultuadas no Império de Kush. Cabia, inclusive, às rainhas-mães a adoção das mulheres que ingressavam em seu núcleo familiar.

Muito importante também era a sua participação em um complicado sistema de adoção, pelo qual a rainha-mãe, designada pelo título Senhora de Kush, adotava a esposa do filho. Assim, Nasalsa adotou

---

<sup>13</sup> As informações sobre as candaces foram pesquisadas na obra História Geral da África – Volume II, publicada pela UNESCO (UNESCO, 2011)

Madiqen, esposa de Anlamani, que logo morreu; este foi sucedido pelo irmão Aspelta, cuja esposa Hennutskhabit foi adotada por Nasalsa e Madiqen.(LECLANT, 2011, p.304)

Esses relatos históricos demonstram a extensão do poder de ação das Candaces que exerciam suas funções militares, familiares e religiosas e que ao longo dos anos foram se estabelecendo como soberanas dos seus territórios, revelando assim o protagonismo feminino e a força de um potente matriarcado.

Para mim, essa história das Candaces diz muito sobre a presença das mulheres negras no Brasil, no que tange aos modos de organização política, familiar, religiosa, dentre outras. E no que se refere à defesa do seu território, associei imediatamente ao desempenho e ação das mulheres negras do Horto, que, assim como as rainhas-mães ancestrais, reúnem suas potências e habilidades pela guarda e manutenção da sua comunidade.

Dito isto, reafirmo minha caminhada na trilha das rainhas-mães para tratar sobre o meu percurso metodológico. Mas, o que quero dizer com “seguir a trilha das Candaces” no processo da pesquisa? Para além de compreender o sentido da força ancestral matriarcal, para mim, significa conhecer bem o território e caminhar com empenho necessário, paciência e estratégia a fim de desenvolver a pesquisa nos moldes em que havia planejado, ainda que fosse necessário fazer adaptações.

Como dito no início deste trabalho, adotei como metodologia a pesquisa ativista. Considerando que esta tese dá continuidade ao trabalho desenvolvido durante o mestrado optei em aplicar a mesma metodologia utilizada anteriormente. Embora o método fosse algo familiar, encontrei algumas dificuldades para desenvolver a pesquisa por causa da pandemia da COVID-19<sup>14</sup>, o que trataremos mais adiante.

Assumi desde o início da pesquisa uma busca por referenciais teóricos afro-referenciados. Portanto, a centralidade epistemológica deste trabalho está na produção intelectual de mulheres e homens negros brasileiros e da diáspora africana. Ou seja, este é um trabalho metodologicamente ancorado em um referencial teórico-metodológico afrodiaspórico, nos moldes da pesquisa ativista.

---

<sup>14</sup> A pandemia da Covid -19 se iniciou na China em dezembro de 2019 e se espalhou globalmente, atingindo seu ápice no início de 2020. A doença consiste em uma infecção respiratória, através do vírus SARS-COV 2, que tinha um alto poder de disseminação, infecção e letalidade, causando milhares de mortes não apenas no Brasil, mas no mundo inteiro. Somente no Brasil, mais de 600 mil pessoas morreram, muito em função do atraso da compra de vacinas pelo presidente em exercício na época, Jair Bolsonaro, que ignorou a gravidade da doença, tomando decisões contrárias ao recomendado pela Organização Mundial de Saúde – OMS, colocando toda a população brasileira em risco.

Apesar de não ignorar os métodos tradicionais de pesquisa, a pesquisa ativista busca aprofundar as relações humanas e compreender melhor as raízes dos problemas sobre desigualdade, opressão, violência e as condições relacionadas ao sofrimento humano, sendo realizada, em cada fase, desde a sua concepção até a difusão, em cooperação direta com um coletivo organizado de pessoas que estão sujeitas a essas condições, além de formular, coletivamente, estratégias para transformar essas condições e alcançar o poder necessário para tornar essas estratégias efetivas (HALE, 2003, p.1).

A pesquisa ativista foi desenvolvida no âmbito dos estudos negro-africanos de pesquisadores e ativistas da área de Antropologia da Universidade do Texas (RIZZO; SANTOS; FONSECA, 2022, p. 02). Este método de pesquisa, por sua vez, também pode ser identificado por alguns pesquisadores como pesquisa-ação, ou pesquisa-participante, sendo aquela que “integra o desenvolvimento da prática à construção do conhecimento, num processo cíclico” (SOMEKH; NOFKE, 2015, p.141). A meu ver, a questão principal a ser destacada na pesquisa ativista está na centralidade das experiências do pesquisador e dos sujeitos da pesquisa como elementos fundamentais para o seu desenvolvimento.

Focar minha atenção na centralidade dos sujeitos (pesquisadores/as-coletividades) e em suas interações, como motores de todas as etapas do processo de uma elaboração compartilhada sobre os objetivos e rumos da investigação. Esta condição nos auxiliaria a refratar a objetificação das técnicas e dos instrumentos da pesquisa sobre nós e possibilitaria captar aquilo que fosse de real necessidade, interesse e possibilidade dos coletivos. Trazer para o centro da experiência todas as tensões que surgissem e buscar na reflexividade meios de solucioná-las coletivamente. Assim, as tensões e a reflexividade, seriam os elementos centrais do procedimento metodológico, sobretudo, para observar as relações entre a posicionalidade do pesquisador e o conhecimento situado. Esta condição permitiria sair da superficialidade e do desconforto advindos do mistério. Uma vez conhecidas as posições, sustentadas e debatidas, melhor estaríamos tanto na relação de produção de novos conhecimentos, como de estabelecermos relações de confiança na diferença. (RIZZO, 2022, p. 4)

Conheci este método de pesquisa no âmbito do ativismo político junto ao movimento de mulheres negras, mas, especificamente durante o IX Curso de Atualização “*A Teoria e as Questões Políticas da Diáspora Africana nas Américas*”, realizado em junho/2015 pela organização da sociedade civil Criola (organização composta por e para mulheres negras no Rio de Janeiro) em parceria com a Universidade do Texas - EUA (CRIOLA, 2015) e, desde então, utilizo suas ferramentas para investigar a realidade das mulheres negras no processo de garantia do direito à moradia.

A pesquisa ativista torna-se uma ferramenta interessante para a análise desenvolvida neste trabalho científico porque não impede o envolvimento da pesquisadora com tema abordado e nem com os sujeitos participantes da pesquisa (SANTOS, 2018, p.25). Desse modo, os pressupostos principais desta ferramenta é não colocar sob suspeita o rigor acadêmico devido ao engajamento político do pesquisador e, por outro lado, pontuar que o envolvimento do pesquisador pode aprofundar o conhecimento do problema, o que pode vir a potencializar a contribuição teórica (SANTOS, 2018, p.26).

Assumir que o caráter processual e dialógico entre teoria e prática na produção compartilhada de saberes implica no engajamento político de todos os atores nas agendas de luta, bem como, na promoção de formas alternativas de democratização na produção e disseminação dos conhecimentos produzidos (SPEED, 2008) e (GREENWOOD, 2008). Esta condição possibilitaria romper a dicotomia da observação-participante e ajudaria a construirmos uma relação de cooperação mútua, onde a própria agenda de luta pudesse intuir, explicitar ou elucidar as questões de investigação. (RIZZO, 2022, p.05)

A partir desta compreensão, selecionei referenciais teórico-metodológicos que dialoguem com a realidade da Comunidade do Horto, inclusive pensar em conjunto com os sujeitos da pesquisa sobre diferentes estratégias de ação política, e, assim, participar da defesa pela permanência dos corpos-vidas dessa localidade que se estabelece como um importante lugar de memória e história negra do Brasil.

Também utilizei como fonte para a produção deste trabalho as pesquisas já realizadas no Horto, como por exemplo, a tese de doutorado “Horto Florestal: um lugar de memória na cidade do Rio de Janeiro”, da pesquisadora Laura Olivieri (SOUZA, 2012); a dissertação de mestrado “Segurança da posse, consenso democrático e controle externo unilateral: Avanços e retrocessos na história da ocupação do Horto Florestal”, do advogado da comunidade, Dr. Rafael Mendonça (MENDONÇA, 2016); o livro “Cacos de Memórias – Experiências e desejos na (re) construção do lugar: o Horto Florestal do Rio de Janeiro” (BIZZO, 2005); o livro “Memórias Brincantes” (LACERDA, 2001), realizado a partir da vivência de brincadeiras das crianças e moradores antigos em parceria com as escolas municipais do entorno da comunidade. Inclusive, essas duas últimas referências e a tese de doutorado da Laura foram sugestões da Emília como fonte de pesquisa.

Outro importante material utilizado como fonte de consulta são os vídeos e documentários sobre a Comunidade do Horto, disponibilizados por mídias alternativas na

plataforma do YouTube. Esse material é fundamental para ilustrar, principalmente, as situações de desigualdade impostas à comunidade, a violência e truculência policial praticada durante as remoções e, por outro lado, o poder de organização comunitária no processo de defesa do seu território.

Organizei os passos desta pesquisa da seguinte maneira: a) leitura e fichamentos dos referenciais teóricos; b) análise sócio-histórica, a partir das pesquisas produzidas anteriormente; c) entrevistas individuais e coletivas com moradores dos núcleos da Comunidade do Horto para estudar e compreender a realidade de cada área; d) entrevistas com membros do Museu do Horto e da Assessoria Jurídica da comunidade; e) presença e observação em assembleias comunitárias e encontros com suas lideranças.

Essa pesquisa está em desenvolvimento há cerca de 6 anos e durante esse tempo pude conhecer bem os moradores e observar suas potências e desafios. Nesse percurso, fiz o campo da pesquisa em contínuo diálogo com as lideranças comunitárias e demais moradores, ouvindo sugestões, coletando dados e informações necessárias e, ainda, colaborando com as diferentes estratégias de defesa da comunidade. Entrevistas, conversas informais e rodas de memória foram fundamentais para descobrir e compreender melhor a realidade comunitária e, em contrapartida, como eu poderia contribuir nesta luta que se estende há mais de 30 anos. E é nesse caminho que integra prática e teoria que desenvolvo a pesquisa e desejo torná-la uma ferramenta útil para a Comunidade do Horto.

Mas, como produzir a pesquisa de campo em meio ao confinamento e à falta de vacina? Como entrevistar pessoas idosas sem colocá-las em risco? Foram muitos os questionamentos. Ora, meu planejamento envolvia entrevistas individuais e coletivas. Como seria possível colocar meu planejamento em ação? Decidi fazer uso da tecnologia e assim consegui realizar algumas entrevistas online. As presenciais ocorreram somente em meados de 2021, com uso de máscara, álcool gel, ao ar livre e distanciamento necessário para que nenhuma pessoa envolvida, inclusive eu mesma, fosse infectada.

Realizei 5 entrevistas individuais pela modalidade on-line e 5 entrevistas individuais presenciais. Já as entrevistas coletivas, ou seja, as duas rodas de memória com os moradores e moradoras das Vilas 1024, Major 64 e Major 122-A ocorreram no formato presencial. Preparei um roteiro semiestruturado para realizar as entrevistas de maneira que parecesse uma conversa, justamente para evitar algum tipo de inibição ou receio frente ao gravador.

Nesse momento não estabeleci critérios raciais para selecionar as pessoas entrevistadas. Meu critério foi ouvir pessoas que morassem há muito tempo em diferentes pontos da comunidade e quisessem colaborar com o trabalho. Essas entrevistas foram fundamentais para colher muitas informações em relação ao histórico da comunidade e assim realizar este trabalho.

No que se refere às mulheres negras, como eu já tinha muito material colhido de um outro trabalho que produzi em conjunto com a comunidade e que resultou na publicação do livro “A participação das mulheres na construção do território - Rocinha e Horto” (SANTOS, 2018), no ano de 2018 e a minha própria dissertação de mestrado em 2017, percebi que ampliar a escuta comunitária não geraria prejuízos metodológicos. Desse modo, utilizo estes materiais também como fonte de pesquisa sobre as vivências e experiências das mulheres negras nesta territorialidade.

Assim, meu percurso metodológico seguiu a trilha das Candaces do Horto, unindo epistemologias acadêmicas e populares em um trabalho construído de maneira coletiva e afetuosa.

Marcada essa importante construção metodológica, a seguir, apresento essa forte e potente comunidade que não desiste de lutar por direito à moradia.

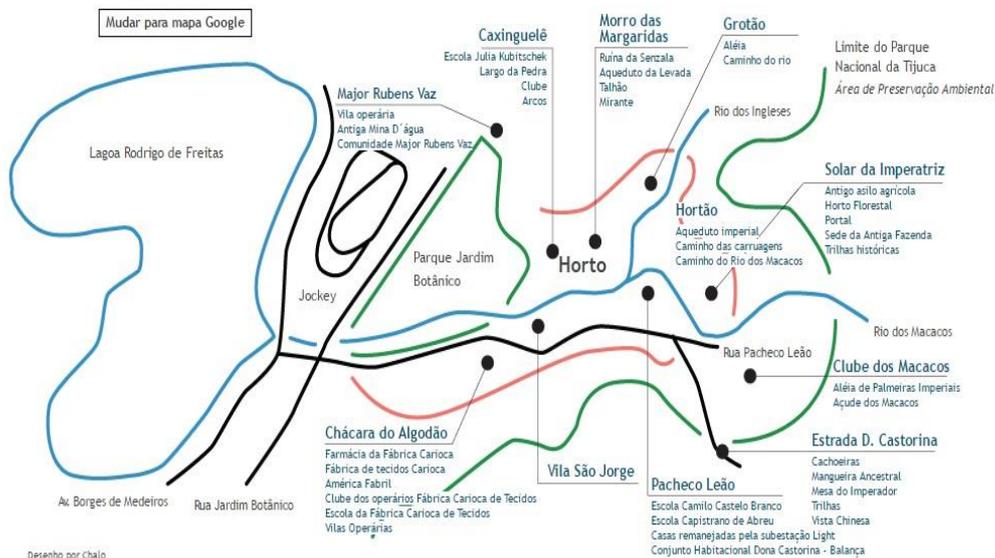
## **1.2. Compartilhando um olhar sobre a Comunidade do Horto.**

A história da Comunidade do Horto é bicentenária e guarda momentos históricos e significativos da cidade do Rio de Janeiro e do Brasil. O início da ocupação do território do Horto Florestal está completamente ligado ao primeiro século da invasão e colonização portuguesa (SOUZA, 2012, p. 76). Assim, o povoamento desta localidade começa com a construção dos engenhos, ao redor de um manancial de água, conhecido hoje como Lagoa Rodrigo de Freitas e, conseqüentemente, traz em seu desenvolvimento a escravidão indígena e africana.

Embora vejamos ao longo deste capítulo os registros históricos deste território, decidi iniciar este capítulo apresentando a Comunidade do Horto. Sua área está subdividida em 11 núcleos que ocupam os bairros do Jardim Botânico e Gávea, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, considerada há pelo menos 50 anos como área socioeconomicamente privilegiada. Esses núcleos que compõem a comunidade são:

Caxinguelê, Chácara do Algodão, Clube dos Macacos, Dona Castorina, Grotão, Hortão, Major Rubens Vaz, Morro das Margaridas, Pacheco Leão, Solar da Imperatriz e Vila São Jorge.

FIGURA 03 – Mapa da comunidade do Horto



Fonte: Arquivos do Museu do Horto

Neste momento não farei de maneira alguma um relato técnico (farei no avançar do texto), mas uma memória afetiva. Muito menos uma viagem pelas onze localidades que a compõem. Desejo através do meu olhar, transportar, quem lê esta produção, ao local para que possa experimentar um pouco do que vivencio todas as vezes que caminho naquelas terras. Nem de longe será tão poderoso quanto estar presencialmente, mas talvez seja possível compreender sua atmosfera.

Poucas vezes visitei o Horto em dias de chuva. Não me acostumo com as temperaturas mais baixas. Prefiro caminhar por lá durante as manhãs ensolaradas porque elas desvendam a beleza e as cores do lugar. Ao iniciar o percurso, começo a subir a Rua Pacheco Leão e avisto ao lado esquerdo o Jardim Botânico. À medida que caminho por esta rua, vejo algumas casas construídas nas imediações do parque, integradas com a natureza. Ao lado direito temos casas antigas que remetem a vila operária do início do período industrial, casas antigas em contraposição às novas construções e aos condomínios de casas de classe média alta, bares e restaurantes elegantes, com estilo “cool”, “cult” ou “gourmet”, como se diz hoje em dia. Ao olhar na mesma direção, um pouco acima, para dentro da mata avisto mansões luxuosas construídas dentro da floresta.

FIGURA 04 – Rua Pacheco Leão, ao lado esquerdo o Jardim Botânico e ao direito, início da área dos condomínios



Fonte: Arquivo pessoal.

Continuando a caminhada, vejo ao lado esquerdo uma quantidade pouco maior de casas mais populares, com faixas escritas “O HORTO FICA” em seus muros.

FIGURA 05 – Casas da Comunidade do Horto com faixas de protesto contra remoção.



Fonte: Arquivo pessoal

Visualizo as casas populares ao lado esquerdo com faixas de protestos pela permanência, denunciando a especulação imobiliária, a expulsão de pessoas pobres e a

acusação injusta de invasão. Do lado direito, vejo duas escolas públicas que recebem estudantes da região, principalmente da Comunidade do Horto: a Escola Municipal Camilo Castelo Branco e o Colégio Estadual Manuel Bandeira.

FIGURA 06 – Escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio



Fonte: Arquivo pessoal.

Mais à frente, chego a um enorme portão localizado no lado esquerdo da mesma rua, com uma placa enorme: SERPRO (Serviço Federal de Processamento de Dados), indicando a existência deste órgão dentro daquele espaço. Essa é uma das entradas oficiais da comunidade. Ao adentrar esse espaço, vejo casas simples, muito bonitas, protegidas por muros, bem cuidadas, com aquele ar de “casa de vó”, e que me lembram as casas do interior da Bahia, em meio a árvores altas, antigas e frondosas, com copas largas, oferecendo sombra a quem passa por ali.

FIGURA 07 – Portão de entrada do SERPRO com fotos de moradores antigos da Comunidade do Horto



Fonte: Arquivo pessoal.

É possível ver pássaros distintos cantando e sobrevoando o local. Às vezes aparecem tucanos, com suas belíssimas cores, sobrevoando a minha cabeça. O silêncio se faz presente e é quebrado apenas pelo canto dos pássaros ou pelo bom dia dado pelos moradores da região, ou ainda pelos passos apressados das crianças que se direcionam para o Espaço Municipal de Desenvolvimento Infantil Julia Kubitschek. Esta escola, situada dentro da comunidade, teve seu espaço cercado pelo Instituto Parque Jardim Botânico e curiosamente podemos ver uma construção do tamanho de uma casa e que funcionou durante um tempo como a lixeira do referido parque. A lixeira instalada produziu chorume que escorria em direção a escola e a comunidade. Isso foi motivo de grande reclamação dos pais das crianças que lá estudam e dos moradores, tanto pelo mau cheiro quanto pela possibilidade de contaminação. Atualmente está desativada devido à pressão comunitária para o encerramento da atividade. Isto colocado, retornemos ao nosso passeio.

FIGURA 08 – Espaço Municipal de Desenvolvimento Infantil Julia Kubitschek



Fonte: Arquivo pessoal.

Sigo à direita e continuo caminhando. Vejo uma garagem grande, pintada de verde, onde são celebradas missas e reuniões comunitárias em dia de chuva. Um pouco mais à frente, continuamos caminhando pelas ruas de terra batida sentindo o frescor das árvores, a brisa leve que passa pelo corpo e convida a continuar o percurso. Subo uma pequena rua mais estreita e logo acima está o Largo das Pedras, local ao ar livre onde atualmente acontecem as reuniões comunitárias. É a área de socialização e lazer da comunidade, após a reintegração de posse do Clube Caxinguelê, na qual ocorrem tanto as reuniões da AMAHOR (Associação de Moradores do Horto) quanto as festas juninas, de Natal, de comemoração da primavera. Um local a céu aberto, rodeado de pedras, com mais casas muradas ao redor.

FIGURA 09 - Largo das Pedras



Fonte: Arquivo pessoal

Sigo caminhando pelo lado direito do caminho e é possível ver um antigo aqueduto, um pouco aterrado, acimentado, escondido, meio disfarçado. Os moradores contam que é da “época dos escravos” e que eles apanhavam água para abastecer seus senhores. Mudando um pouquinho de direção, subo um morro levemente íngreme, cujo percurso também tem casas e muitas plantas e flores. Árvores não faltam.

FIGURA 10 – Aqueduto da Levada e espaço do antigo Clube Caxinguelê



Fonte: Arquivo pessoal.

Estamos no Morro das Margaridas. Essa localidade me lembra sítios, roças. Tudo muito bem cuidado, preservado. Mas, uma casa em especial chama a atenção por ser muito antiga. Muito antiga mesmo. Dá até para ver as ruínas da construção realizada em um tempo muito anterior ao nosso. Essa casa, segundo os moradores, foi da época dos escravos também. Algumas pessoas que residem ali já encontraram ferros, correntes, grilhões de pés e de mãos naquela região.

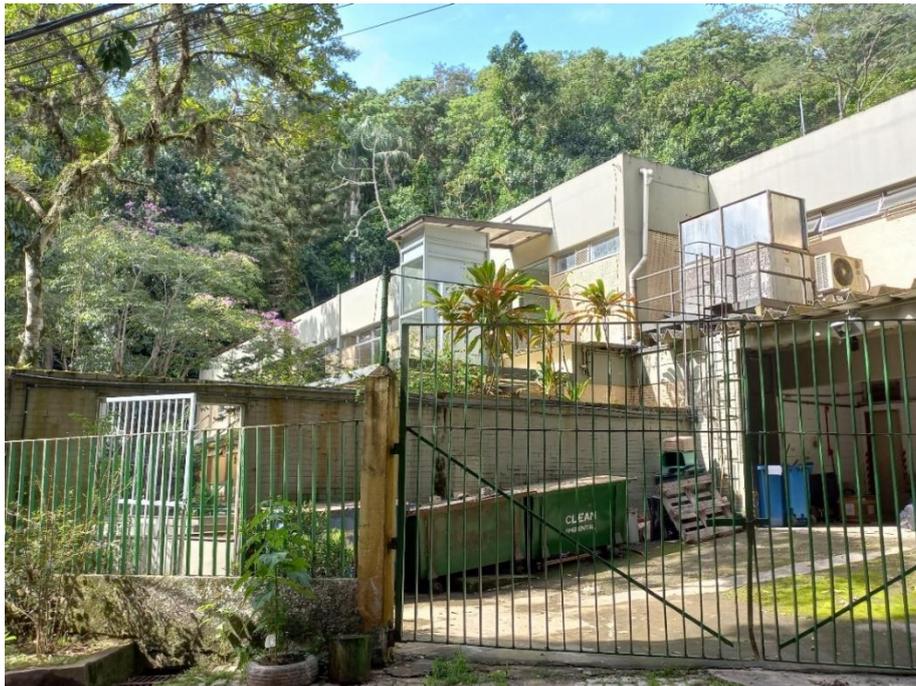
FIGURA 11 – Morro das Margaridas – Casa que foi a antiga sede do Engenho Del Rey.



Fonte: Arquivo pessoal

Os cachorros das casas começam a latir e penso que é hora deixar essa paisagem e me direcionar para outro lugar importante da comunidade. Estou a caminho do Grotão. Nesse trajeto, desço e posso ver mais casas em meio a um verde natural. Caminhando pela estrada de terra à frente, passo por uma grande construção, mas não é possível adentrar o espaço. É a sede do SERPRO. Dizem os moradores que foi instalado ali na época da ditadura militar.

FIGURA 12 – SERPRO (SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS)



Fonte: Arquivo pessoal

Mais à frente é possível ver um riacho correndo entre as pedras e a vegetação nas margens. Chegamos ao Grotão. As ruas desta localidade costumam estar limpas, bem cuidadas, com lixeiras da Comlurb<sup>15</sup> instaladas em um trecho específico para o recolhimento do lixo comunitário. Vejo casas populares situadas uma ao lado da outra e a disposição das construções me lembra o subúrbio carioca. Tem sempre gente na rua, saindo para o trabalho ou escola, ou mesmo sentada na porta de casa conversando, tomando banho de sol, cuidando dos arredores. Risos, cumprimentos, a vida se movimenta no espaço e traz alegria. Um pouco mais a frente se ergue a floresta.

---

<sup>15</sup> Companhia Municipal de Limpeza Urbana da Cidade do Rio de Janeiro. Órgão responsável pela coleta de lixo na cidade do Rio de Janeiro.

FIGURA 13 – Grotão



Fonte: Arquivo pessoal.

Entrar nesse espaço que para muitos evoca manifestações sagradas, me encanta. Vou até lá subindo um pequeno morro, coberto de vegetação, árvores altas e sigo caminhando por uns 20 minutos nesta trilha, mata adentro. Nesse trajeto aqui não tem casa. Mas tem muito asé<sup>16</sup>. Boa energia. Vida natural. Frescor. Beleza de uma mata que foi replantada por escravizados após a crise hídrica na cidade do Rio de Janeiro. Após uns vinte minutos de caminhada entre subidas e descidas, aparece um caminho de pedras pé-de-moleque<sup>17</sup>. Eu sempre penso sobre a força das pessoas que carregaram aquelas pedras até lá. É um extenso caminho, com mais uns 10 a 15 minutos, marcado por essas pedras que me conduz até um pequeno rio. Água doce e pura! Dá para molhar o rosto a nuca. Sempre tiro os sapatos para atravessar o riacho e reenergizar os pés naquela água corrente refrescante.

---

<sup>16</sup> Asé é uma palavra em iorubá que significa boa energia, energia vital.

<sup>17</sup> Pedras pé-de-moleque eram pedras grandes dispostas para formar uma espécie de calçamento e facilitar o trânsito de carroças e pessoas. Geralmente eram provenientes das beiras dos rios ou de pedreiras.

Ao concluir a travessia para a outra margem, é possível enxergar uma árvore enorme, se erguendo diante de uma clareira na mata. Subo nas pedras pé-de-moleque e escalo para chegar nessa parte um pouco mais alta. Surge, então, um enorme jequitibá, com raízes externas tão grandes que é possível sentar-se em cima, como se fosse um grande sofá natural. É possível imaginar os cultos das religiões de matriz africana ou indígena. A mata silenciosa guarda uma memória muito antiga sobre os povos que ali cultuaram seus deuses, professaram sua fé, se inspiraram e se fortaleceram de modo a continuar sua luta por liberdade.

FIGURA 14 – Caminho de pedras pé-de-moleque, riacho e o grande Jequitibá



Fonte: Arquivo pessoal.

Subindo um pouco mais no caminho após o grande Jequitibá e caminhando mais uns 20 minutos para cima, encontro parte das famosas cachoeiras do Horto. É impossível não se atirar naquelas águas brilhantes que caem com força, passam por grandes pedras e formam pequenos rios embaixo. É só abastecer a alma, energizar o corpo e o espírito com a força que jorra entre aquelas pedras. Ao mesmo tempo, ao chegar na parte de baixo, as águas que outrora explodiam, impondo sua majestade, fluem com leveza e tranquilidade.

Com essa mesma energia retorno e faço o caminho de volta, passando com muito respeito e consciência sobre o poder desta floresta.

Ao retornar, passo pelo 2040, localidade que abriga o Solar da Imperatriz e por onde passa também o Rio do Macacos e tem um clube com o mesmo nome. Inclusive esse espaço de lazer também foi fundado na época da ditadura militar por alguns engenheiros, trabalhadores da antiga Companhia Estadual de Águas da Guanabara (CEDAG).

Quanto ao Solar da Imperatriz, ele foi uma casa que abrigava a Família Real portuguesa durante o verão e funcionava como sede das fazendas de café da região. Uma estória interessante contada pelos moradores mais antigos é que o referido solar é assombrado pelos fantasmas dos escravizados. Assim, algumas pessoas disseram já ter ouvido o lamento vindo do porão onde funcionava a senzala. Ainda sobre este porão, os moradores contam que lá também havia muitos objetos do tempo da escravidão, mas que desapareceram durante a reforma para a instalação de uma lanchonete que funcionou apenas pelo período de um ano. Ninguém da comunidade teve mais notícias sobre esses objetos.

FIGURA 15 – Solar da Imperatriz



Fonte: Arquivo pessoal.

Próximo ao solar, na lateral direita, temos um pequeno casario com características ainda do período colonial. Mais abaixo temos mais casas e à esquerda temos um portão grande que é a entrada principal para o Solar da Imperatriz. Atravessando o grande portal

para fora do 2040, temos mais à frente as casas consideradas mais populares, que tem moradores antigos, gente que nasceu na comunidade e hoje são avós e até bisavós.

FIGURA 16 – Portal da Entrada do 2040



Fonte: Arquivo pessoal.

Mais acima, encontra-se a Estrada Dona Castorina onde está localizada a Associação de Moradores do Horto, a AMAHOR. Nesta rua também residem as principais lideranças do Horto. Do lado esquerdo temos as casas que pertencem a comunidade e ao lado direito temos casarões e mansões. Esta rua é bastante arborizada e é caminho para o Instituto de Matemática Pura e Aplicada, o IMPA, o Instituto Moreira Salles, a Mesa do Imperador, a Vista Chinesa e algumas cachoeiras.

Nesta mesma rua, no quintal da saudosa Tia Elza, era servida a famosa feijoada do Horto. Embora a tenha conhecido já no fim da vida, infelizmente eu não tive a oportunidade de conhecer o evento. Quando me aproximei da comunidade, Tia Elza já estava com a idade bem avançada e não cozinhava mais. Boa parte dos moradores se lembra com alegria e saudade dos eventos com a feijoada. A Tia Elza é mãe da Emília Souza, liderança ativa pela permanência da comunidade. Eu tive a felicidade de comer a feijoada preparada pela Emília, que herdou as habilidades culinárias da sua mãe, em algumas reuniões no quintal e me senti privilegiada de participar dessa tradição familiar repleta de sabores, risos e histórias. Encerro aqui, com memórias de afeto e reverência, o nosso tour inicial pela comunidade do Horto e a seguir vamos iniciar a trajetória histórica do Horto Florestal e sua comunidade.

### **1.3. Caminhos e descaminhos do Horto Florestal: comunidade tradicional ou invasora?**

Lugar de paz e tranquilidade, o Horto, como é conhecido por seus moradores, abriga a história de uma ocupação territorial com mais de 200 anos e que traz consigo a memória da presença indígena, dos engenhos de cana de açúcar e das plantações de café, e, conseqüentemente, da escravidão, da chegada da Família Real Portuguesa e do início do período industrial por meio da instalação de fábricas na região.

Mesmo com toda essa trajetória, a comunidade é completamente desconsiderada e acusada de invasora. Atualmente, o conflito fundiário, que se estende desde a década de 1980, trouxe apreensão, medo e violência para seus moradores. O sossego, o canto dos pássaros, o voo dos tucanos, a brisa fresca, dentre outras manifestações naturais são interrompidos ocasionalmente pelas bombas de gás lacrimogênio, sprays de pimenta, cacetetes e até mesmo tiros nos episódios das reintegrações de posse que acontecem sempre com truculência por parte do poder policial. As constantes ameaças de remoção desta comunidade acontecem não apenas pelos processos de reintegração de posse, mas por práticas contínuas de dominação pela administração do Instituto Parque Jardim Botânico do Rio de Janeiro (IPJBRJ).

Essa trajetória está repleta de memórias e histórias de luta e resistência, muitas vezes invisibilizada e apagada. Veremos ao longo deste capítulo um histórico sobre a ocupação deste território, como o Horto se tornou alvo da especulação imobiliária e os seus moradores acusados de invasores e, por conseguinte, como a comunidade se organizou para defender sua memória e territorialidade ancestrais.

#### **1.3.1. Do Engenho D’El Rey a América Fabril: histórico de um território fundado na colonização**

A história do território do Horto começa um pouco depois da invasão europeia às terras pindorâmicas. Abro um parêntese para ressaltar a importância de afirmar que não houve descobrimento, já que o Brasil era habitado por povos indígenas. Desse modo, com a apropriação realizada pelos portugueses sobre o território, Pindorama<sup>18</sup> foi

---

<sup>18</sup> Pindorama foi o nome dado ao Brasil pelos povos originários tupi.

violentamente usurpada das nações indígenas e a sua exploração ocorreu mediante o processo de colonização.

Portugal estabeleceu como estratégia para a ocupação das novas terras o sistema das capitânias hereditárias<sup>19</sup> e dividiu ainda os territórios em sesmarias<sup>20</sup> que eram concedidas por meio de doações e forais, com o objetivo de exercer a posse territorial e explorar as riquezas com exclusividade (CARDOSO, 2021, p. 30). Dessa maneira, a colonização começava a se estruturar e gerar recursos para os portugueses.

No entanto, graças a resistência indígena e às diversas tentativas de invasão por outros povos europeus, a colonização portuguesa encontrou dificuldades para se estabelecer. As únicas capitânias estabelecidas e que conseguiram obter sucesso foram São Vicente, localizada ao sul de São Paulo, e Pernambuco, no Nordeste.

A maioria das capitânias fracassou por falta de recursos e interesse de seus donatários, alguns dos quais nunca se deram ao trabalho de cruzar o oceano e pôr os pés no Brasil para conhecer seus novos domínios. Vasco Fernandes Coutinho, donatário da capitania do Espírito Santo, até que se revelou ativo e esforçado, mas logo foi à falência, entre outras dificuldades, pela feroz hostilidade dos indígenas ocupantes da região. Em 1545, suas terras tinham sete engenhos de cana-de-açúcar e mais dois em construção. Alguns anos mais tarde, estavam todos queimados e em ruínas. Só em duas capitânias floresceram plenamente conforme o projeto inicial da Coroa Portuguesa: a de São Vicente, no litoral paulista, cedido a Martim Afonso de Sousa; e a de Pernambuco, cujo donatário, Duarte Coelho, mudou-se para o Brasil com a família e passou a supervisionar pessoalmente os negócios. (GOMES, 2019, p. 317)

Especificamente no caso da região do Rio de Janeiro, que fazia parte da Capitania de São Vicente (CARDOSO, 2021, p.30), aconteceram diversas tentativas de invasão pelos franceses. Em 1555, houve uma tentativa de consumir a “França Antártica”, com a invasão da ilha de Serigipe, localizada na baía de Guanabara. Os franceses dominaram a

---

<sup>19</sup> O sistema das capitânias hereditárias foi implementado em 1534 e consistia em um movimento político para tentar ocupar, povoar e defender as novas terras, estabelecendo a colonização do Brasil. Desse modo, o território nacional foi dividido em 15 capitânias hereditárias, com seus respectivos donatários que tinham total autonomia sobre suas terras e receberiam “privilégios econômicos, devendo este única e exclusivamente iniciar e desenvolver centros populacionais” (MATTOS; INNOCENTINI; BENELLI, 2012, p.438).

<sup>20</sup> As sesmarias eram terrenos concedidos pelos donatários para que interessados investissem no cultivo da agricultura e no povoamento. “Um dos objetivos da lei era constranger os “donos” de terra a cultivar sua gleba. Caso tal condição não fosse observada, a coroa tinha o direito de revogar a concessão e doar a terra em sesmaria a outra pessoa que se comprometesse a cultivá-la em tempo pré-determinado por lei. Transcorridos 155 anos da codificação da Lei das Sesmarias, esse instituto jurídico português foi transplantado para o Brasil, em 1530, através da carta de poderes concedida a Martim Afonso de Sousa, quando enviado às terras da América portuguesa no comando de uma expedição colonizadora. Assim, a coroa pretendia utilizar as sesmarias para incentivar a colonização do território, ainda inexplorado.” (Plataforma S.I.L.B – Sesmarias do Império Luso-Brasileiro).

ilha e rebatizaram-na com o nome de Coligny e construíram um forte com o mesmo nome (ABREU, 2010, p.72). Desse modo, havia uma preocupação do império português em ocupar o território para proteger e assegurar o domínio sobre o território. Por outro lado, a resistência de alguns povos indígenas à colonização era outro grande obstáculo, considerando que os nativos conheciam muito bem todo o território.

Apesar da inimizade luso-tamoia já estar declarada desde a década de 1540, a consolidação de um território verdadeiramente hostil aos portugueses em São Vicente demorou um pouco mais para acontecer, pois permaneciam na Guanabara os aliados temiminós, também conhecidos como maracajás ou “índios do gato”. Todavia, há muito que a região deixara de ser um local tranquilo e de “gentil gente” para os lusos. Segundo carata de um jesuíta anônimo, que esteve com o governador Tomé de Sousa no Rio de Janeiro em dezembro de 1552, a tripulação não havia conseguido desembarcar “porque os Índios (tamoios) estão mal com os brancos (portugueses)”. (ABREU, 2010, p.104)

A cidade do Rio de Janeiro foi fundada, portanto, em meio aos conflitos pela posse territorial, em 1º de março de 1565, quando Estácio de Sá conseguiu se fixar na região do Pão de Açúcar, controlando a entrada da Baía de Guanabara e, por outro lado, monitorar a atividade indígena (ABREU, 2010, p.124). Desta maneira, ao longo do ano de 1565, Estácio de Sá pôde colocar os fundamentos da cidade, impedir a continuidade do projeto da “França Antártica” e consumir o domínio português sobre o território.

Pensando na ocupação das terras e na produção de riquezas, Portugal impulsionou a construção de engenhos na região. Inclusive, entre os anos de 1590 e 1613, aconteceu uma ampliação da criação e instalação de engenhos de cana-de-açúcar na cidade do Rio de Janeiro (ABREU, 2010, p.248). É nesse contexto de afirmação e posse da Coroa Portuguesa em relação às terras do Brasil que surge a primeira onda de colonização da região do Horto.

O Engenho D’El Rey, propriedade do império português, foi fundado por Antônio Salema, governador do Rio de Janeiro no ano de 1575, nas margens da Lagoa de Camambucaba, atual Lagoa Rodrigo de Freitas (ABREU, 2010, p.247). Um fato relevante é que, segundo a pesquisadora Laura Olivieri (2012), a sede do Engenho D’El Rey foi construída em uma das áreas do Horto conhecida como Morro das Margaridas. A historiadora identificou que o terreno era apropriado para o cultivo de cana-de-açúcar devido a riqueza hídrica da região, o que tornava o solo fértil e abastecia a estrutura dos engenhos. Por outro lado, a localização no alto da colina do Morro das Margaridas facilitava a observação e a vigilância do entorno.

Lugar fértil de encontro de águas, o Horto situa-se no vale entre os Rios Macaco (que vem da Floresta da Tijuca) e Ingleses (proveniente da Gávea), afora afluentes seus. Uma localidade ideal para se investir na agricultura e na produção de açúcar nos moldes dos engenhos de açúcar fluminenses do século XVI. As moendas tiravam partido da energia hídrica e se testavam novas tecnologias movidas a força hidráulica na região. O lugar também é cheio de colinas, o que favorecia a construção das Casas-Grandes com privilegiada visão panóptica (FOUCAULT, 2008) da senzala e do campo de trabalho. Segundo Laura de Mello e Souza (1997) os engenhos coloniais típicos do século XVI no Brasil erguiam-se em colinas a fim de favorecer a observação do entorno em 360° (OLIVIERI, 2012, p.155).

O referido engenho foi estabelecido para o cultivo de cana-de-açúcar e Salema recebeu na ocasião três mil cruzados para terminar a obra, o que não aconteceu e gerou descontentamento entre os colonos (GASPAR; BARATA, 2008, p.21). Cristóvão de Barros era o provedor da Fazenda Real e diante dos conflitos e controvérsias suscitados em relação ao Engenho D'El Rey, que era considerado improdutivo, escreveu uma carta em 1578 e recomendou a venda para evitar prejuízos. Quase vinte anos depois, em 1596, a Coroa Portuguesa decidiu então pela venda do engenho e seu primeiro comprador foi Diogo de Amorim Soares.

A partir de então, o engenho passou a se chamar Engenho de Nossa Senhora da Conceição e a sua sede foi transferida para o local que hoje é o Centro de Visitantes do Jardim Botânico. A antiga sede do Engenho D'El Rey foi abandonada, “sendo, então, posteriormente ocupada pelos negros livres e fugitivos da região, constituindo-se como um Mocambo” (OLIVIERI, 2012, p.69). Ou seja, a antiga casa-grande foi transformada em lugar de refúgio e resistência para escravizados que se aventuravam a fugir e lutar por sua liberdade. Falaremos mais a frente sobre essa localidade.

As terras do Engenho de Nossa Senhora da Conceição passaram pelas mãos de algumas famílias, dentre elas a do oficial militar português Rodrigo de Freitas de Mello Castro. Ele as adquiriu em 1660 e “foi conservado no poder de sua família durante cento e quarenta anos” (BIZZO; SALES; NEVES, 2005, p.28) até retornar para a propriedade da Coroa Portuguesa em 1808.

Passou este engenho, por compra e ou por herança, por diversas mãos: os Amorim Soares (quando recebeu a denominação de Nossa Senhora da Conceição), os Fagundes Varela (herdeiros dos Amorim Soares) e os Freitas de Mello Castro (herdeiros dos Fagundes Varela). Foi destes últimos que a antiga Lagoa de Sacopenapã recebeu a denominação de Lagoa Rodrigo de Freitas. (GASPAR; BARATA, 2008, p.21).

Mas, afinal, o nome da lagoa é Sacopenapã ou Camambucaba? Faz-se necessário abrir um pequeno parêntese para pontuar que o nome quinhentista da atual Lagoa Rodrigo de Freitas era Lagoa Camambucaba e não Sacopenapã. Essa afirmação foi comprovada pelo geógrafo Maurício Martins de Abreu, em seu livro Geografia Histórica do Rio de Janeiro, revela o traslado de uma escritura de venda das casas, no qual o escrivão descrevia a região como lagoa da Camambucaba. Sacopenapã era o nome da praia que atualmente conhecemos por Copacabana (ABREU, 2010, p.247).

Essa confusão em relação aos nomes ocorre porque Fagundes Varela quando proprietário do engenho se tornou dono também das terras dos bairros de Copacabana, Ipanema, Leblon, Gávea, São Conrado e Jardim Botânico, diante da concessão da carta de sesmaria do dia 07 de fevereiro de 1609, concentrando sob o seu poder uma grande quantidade de terras. Desse modo, o antigo engenho D'El Rey ficou conhecido por vários nomes: Engenho de Nossa Senhora da Conceição, Engenho da Lagoa de Sacopenapã e Engenho de Salema (GASPAR; BARATA, 2008, p.24).

Ao menos dois engenhos eram conhecidos na região do Horto: o Engenho de Nossa Senhora da Conceição, pertencente aos Fagundes Varela e o Engenho de Nossa Senhora da Cabeça, cujo proprietário era Salvador de Sá (OLIVIERI,2012, p.158). A presença desses dois engenhos expõe a necessidade de mão-de-obra abundante para a fabricação de açúcar, questão solucionada pelos portugueses por meio da escravidão. No início, povos indígenas foram escravizados, mas a quantidade de trabalhadores não foi suficiente para dar conta da demanda. Por um lado, milhares de indígenas morreram em decorrência de doenças e epidemias e, por outro, houve a resistência indígena, que incorria em diversas fugas para dentro das matas. (GOMES, 2019, p.129)

Desse modo, em 1559, Mem de Sá, governador do Brasil à época, reduziu em 40% as tarifas alfandegárias para o comércio de africanos escravizados (GOMES, 2019, p.318). Este ato possibilitou o tráfico e a escravidão das vidas africanas, e, assim, simultaneamente impulsionou a produção de açúcar.

Com a lavoura e os engenhos, seguiam também os escravos. “Açúcar, escravidão e ocupação da América são histórias intimamente ligadas”, escreveu o historiador norte-americano Stuart. B. Schwartz”. (GOMES, 2019, p.318).

O açúcar era o principal produto de exportação no Brasil seiscentista e é atualmente “considerado o primeiro bem de consumo em massa na história da humanidade” (GOMES, 2019, p.314). À época do Brasil-Colônia, o açúcar era um

produto raro, caríssimo, supervalorizado, inicialmente consumido pelas elites europeias, mas depois se tornou acessível às camadas mais populares (GOMES, 2019, p.314). Portugal encontrou as condições ideais para a produção: solo fértil para o cultivo e mão-de-obra gratuita, gerada pela escravidão. Posteriormente, a cultura do café também foi introduzida nas mesmas circunstâncias. Tanto o açúcar quanto o café eram sinônimo de escravidão (GOMES, 2019, p.318). Por isso, a primeira onda de ocupação do território da comunidade do Horto está intrinsecamente relacionada com a escravidão dos povos originários e africanos.

Com a vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, iniciou-se a segunda onda de ocupação da região. O Príncipe Regente desapropriou e incorporou as terras do engenho de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa a Fazenda Real, além de indenizar os herdeiros de Rodrigo de Freitas (GASPAR; BARATA, 2008, p.28). Mediante um decreto assinado em 13 de maio de 1808, D. João VI autorizou a criação da Real Fábrica de Pólvora.

O lugar escolhido pelo marechal-de-campo Nacion para estabelecer a Real Fábrica de Pólvora era aquele então ocupado pelo engenho. Abrangia as terras planas que contornavam as fraldas do morro que se erguia entre o rio dos Macacos e a margem oeste da Lagoa (conhecido atualmente como Morro do Jardim), com abundância de água corrente que proporcionaria força motriz para o funcionamento das oficinas. Entrou a fábrica de pólvora em atividade em 1810, funcionando até o fim dos anos 1820, quando três fatores evidenciaram a necessidade de levar a produção de pólvora para lugar mais distante e seguro: o grande número de acidentes com trabalhadores, o rápido crescimento do Rio em direção a Botafogo e a abertura do Jardim Botânico ao público. (GASPAR; BARATA, 2008, p.49)

Como visto no parágrafo acima, a fábrica de pólvora foi transferida devido ao perigo constante gerado por explosões e acidentes, o que colocava tanto os habitantes do entorno quanto os visitantes do Jardim Botânico em risco. A fábrica, cuja localização era à margem da Lagoa Rodrigo de Freitas, foi então desativada no fim dos anos 1820 e transferida para a Serra da Estrela, tendo a sua inauguração em 1832. (GASPAR; BARATA, 2008, p.49)

É importante destacar que, com a chegada da Família Real, também se inicia na cidade do Rio de Janeiro o desenvolvimento industrial. E a mão-de-obra utilizada nas fábricas também era escravizada (SOARES, 2007, p.147). No que se refere ao Horto, ao menos duas fábricas foram instaladas na região e seus empregados também eram escravizados, como podemos ver no trecho abaixo.

O próprio Estado “Joanino” não teve o menor embaraço quando recorreu ao emprego de escravos em suas tentativas industriais. (...) A Real Fábrica de Algodão, Tecidos de Pano e Malha da Lagoa Rodrigo de Freitas, que também teve uma vida curta (1819 – 1821), empregou 4 mestres, 2 feitores e 16 escravos, 12 dos quais trabalhavam diretamente com a fiação e a tecelagem de algodão. Isso sem contar os mais de 100 cativos que, já nos anos 1810, eram empregados na Fábrica de Pólvora da Lagoa, transferida em 1833 para o vizinho Município de Estrela. (SOARES, 2007, p.149)

Esse período compreende a segunda onda de ocupação territorial do Horto, que para além da construção da Fábrica de Pólvora e da Fábrica de Tecidos, foi motivada pela criação do Real Horto, conhecido atualmente como o Jardim Botânico. Todas essas iniciativas foram importantes para o desenvolvimento, não apenas do bairro, mas também da cidade do Rio de Janeiro. E em todas elas, a presença da mão-de-obra escravizada é uma constante.

O Jardim Botânico era a princípio um jardim de aclimação de plantas nativas e exóticas e um espaço para difundir e cultivar a cultura do chá e das especiarias. Mas, em 1824, após a nomeação do Frei Leandro para diretor, o Jardim, para além do propósito de ser um local de passeio, passa a ser um Instituto de Estudos Botânicos (GASPAR; BARATA, 2008, p.49).

A terceira onda de ocupação do território do Horto está relacionada com a produção cafeeira. Apesar do cultivo do café estar concentrado na região do Vale do Paraíba, Estado do Rio de Janeiro, havia algumas fazendas na Côrte que investiram neste tipo de plantio. As plantações já estavam estabelecidas em algumas partes da cidade quando Dom João VI chegou com a Família Real, principalmente na região do Alto da Boa Vista, local onde o café se desenvolveu plenamente (ABREU, 1992, p.70).

A leitura dos anúncios classificados publicados na Gazeta do Rio de Janeiro e no Diário do Rio de Janeiro, nas décadas de 1810 e 1820, por exemplo, indica que, nesse período, os sítios e fazendas de café movidos pelo braço escravo estavam por toda parte: no Alto da Boa Vista, no “alto da Gavia” (próximo à Pedra Bonita), nas margens da Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio Comprido, nas Laranjeiras e Cosme Velho, em Jacarepaguá, no Campinho, em Cascadura, na Barra da Tijuca, no Rio das Pedras, no Mendanha, e na “banda d’além” (o outro lado da baía de Guanabara). (ABREU, 1992, p.71)

A cultura cafeeira estava em pleno desenvolvimento na região que abrange o Horto, como podemos ver no fragmento abaixo:

Em 1837 vendia-se, por sua vez, uma chácara no caminho da Gávea, pouco adiante do Jardim Botânico, com caminho para sege, (...) grande

vargem de capim, atravessada por dois rios, (...) com perto de 50 mil pés de café, uma olaria, forno para farinha; e podem trabalhar até 20 pretos. (ABREU, 1992, p.73)

Possivelmente, esse anúncio se referia a localidade da Fazenda dos Macacos, cuja sede é o atualmente conhecido Solar da Imperatriz, ou 2040 para os moradores da Comunidade do Horto. Tal fazenda é uma das áreas que já produzia café desde 1750 (OLIVIERI, 2012, p.172). Inclusive esta sede foi uma das primeiras construções a concentrar a população escrava da fazenda nos porões da Casa Grande.

Cabe ressaltar que a opção por manter a escravaria nos porões da Casa Grande deriva de duas razões principais. A primeira, de ordem econômica e política, deve-se ao fato de que com a proibição do tráfico ao norte da linha do Equador desde o princípio do século XIX e, posteriormente, a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, em 1850, as “peças”, como eram conhecidos os escravos, passaram a ser cada vez mais caras, ensejando a necessidade de um controle mais eficiente sobre o patrimônio. A segunda de ordem da habitabilidade do edifício, tinha a ver com o fato de que o clima na região sudeste seja temperado, e o calor humano que emanava dos corpos de escravos trabalhadores ao final das jornadas permitia manter aquecidas habitações sujeitas a temperaturas baixas em certos períodos do ano. (OLIVIERI, 2012, p.174)

Desse modo, a sede da Fazenda dos Macacos acompanhou a estrutura arquitetônica do período, concentrando os escravizados em seus porões, tanto para manter um maior controle sobre as “peças” quanto para usar a fonte de calor e energia de seus corpos amontoados para aquecer a temperatura da casa. Mais uma vez, a exploração da mão-de-obra escrava se faz presente nesse território.

Um ponto interessante sobre este período cafeeiro é que durante a gestão de Dom Pedro II, o Rio de Janeiro enfrentou a falta de água em seus mananciais, devido ao crescimento populacional e dos cafezais, o que causou uma seca prolongada. Na verdade, desde o período da Independência do Brasil, a cidade passou por algumas crises hídricas, o que moveu Dom Pedro II a realizar o replantio da Floresta da Tijuca, desapropriando as terras usadas para as plantações de café.

Ao lado da produção agrícola (que contribuiu para a degradação das nascentes d'água que abasteciam a cidade, uma vez que estas ficaram desprotegidas por causa do desmatamento intensivo), do aumento da demanda por água (em vista do crescimento da cidade, notadamente após a chegada da Corte portuguesa ao Brasil), e de uma série de períodos de seca na cidade (1824, 1829, 1830, 1833 e 1843), que também contribuiu para reduzir o volume de água vindo das nascentes, tornando a captação de água insuficiente para atender às necessidades da população, o problema do abastecimento de água se torna uma prioridade. Assim, em 1860, o assunto do replantio e proteção das matas

junto às nascentes ganhou especial atenção. D. Pedro II, em 1861, ordenou o replantio da área degradada com árvores nativas, com o objetivo de resguardar as nascentes, protegendo legalmente a área como uma Floresta. Então, podemos concordar com Vieira (2010, p. 10) que diz que “a história oficial de nossas áreas protegidas começa no ano de 1861 com a criação, pelo Império, das Florestas da Tijuca e Paineiras”, áreas que, atualmente, integram o Parque Nacional da Tijuca. (BELIANI; MORAES; BORGES, 2016, p.4)

O desmatamento da Mata Atlântica gerado principalmente pela ampliação da produção do café somado ao crescimento populacional desordenado resultaram nas crises hídricas na primeira metade do século XIX (ABREU, 1992, p.73). Anos mais tarde, Dom Pedro II encontrou a solução para enfrentar o problema da falta de água repondo a mata nativa e criando as florestas, protegidas por legislação. Como o reflorestamento demoraria certo tempo para surtir efeito, o governo imperial opta por redirecionar os mananciais e assim captar água para o reabastecimento da cidade.

À exceção dos trabalhos de reflorestamento e de desapropriação de terrenos, que progrediam rapidamente, os anos 60 e início dos 70, caracterizaram-se pela antiga prática de, a cada seca, buscar-se, no mesmo maciço da Tijuca, novas fontes supridoras. (...) A seca que afetou a cidade a partir de fins de 1868 tornou imperiosa, por sua vez, a captação de alguns mananciais ainda não aproveitados no alto da Tijuca (rio Cachoeira), no Andaraí Grande (Joana), e no Jardim Botânico (Macacos e afluentes), que logo foram incorporados ao sistema de abastecimento d'água da cidade. Na década de 1870, finalmente, foram canalizadas as águas dos afluentes do rio da Gávea (próximo da Pedra Bonita), dos pequenos mananciais que desciam da serra do Andaraí Pequeno (desde as águas Férreas até o Trapicheiro), do Três Rios e do Covanca. (ABREU, 1992, p.80)

Conforme o trecho acima, o rio dos Macacos e seus afluentes, localizados na região do Horto, também foram usados como fonte para suprir a necessidade de água da cidade. Não apenas as águas da região foram objeto do processo de abastecimento, mas também suas terras estiveram envolvidas no replantio que iria futuramente ajudar na conservação dos mananciais.

Durante a crise hídrica, Dom Pedro II nomeou o major Archer para coordenar o trabalho de reflorestamento na Floresta da Tijuca e Tomás Nogueira da Gama para monitorar as Paineiras (BELIANI; MORAES; BORGES, 2016, p.5). Obviamente, a mão-de-obra envolvida nesta empreitada era escravizada. Ao pesquisar sobre este período, descobri que existe um monumento na Floresta da Tijuca em homenagem aos trabalhadores escravizados que participaram do reflorestamento. O monumento é composto por uma estátua de um escravizado agachado, semeando e uma placa abaixo com os seguintes agradecimentos:

A Constantino, Eleuthério, Leopoldo, Manoel, Matheus e Maria, trabalhadores escravos que serviram ao Major Archer no reflorestamento da Floresta da Tijuca e a Sabino, Macário, Clemente, Antonio e Francisco, escravos de Thomas Nogueira da Gama, no reflorestamento das Paineiras, o agradecimento da Cidade do Rio de Janeiro e a homenagem dos que amam essa Floresta. (Texto escrito na placa de homenagem).

Não se sabe ao certo quantos participaram desta tarefa, mas os nomes desses escravizados foram resgatados pelo Parque Nacional da Tijuca e devidamente lembrados através dessa escultura presente no Centro de Visitantes. Estima-se que cada um deles plantou cerca de dez mil mudas em um período de 10 anos, somando um total de mais de cem mil mudas.

FIGURA 17 - Escultura em homenagem aos escravizados que replantaram a Floresta da Tijuca e as Paineiras



Fonte: Acervo pessoal

Essa homenagem me fez lembrar um dos percursos que fiz pela comunidade com o Emerson, presidente da AMAHOR, que ao me levar para conhecer a Trilha das Cachoeiras, me contou uma história que se conecta com esse mesmo período. Ele me mostrou um trecho da mata, no qual existe uma farmácia natural, com várias espécies de ervas medicinais e me disse que foi plantada pelos escravizados durante a crise hídrica. Os pés de café foram retirados e no lugar foram replantadas várias espécies de vegetação nativa. O Emerson me contou que aquela trilha funcionou como rota de fuga para os quilombos da região e que os escravos plantaram, junto ao replantio da floresta, aquelas ervas medicinais para curar ferimentos ou doenças que poderiam desenvolver durante o caminho.

Essas memórias sobre o período da escravidão são constantemente relatadas pelos moradores do Horto. Durante o levantamento bibliográfico para a pesquisa, encontrei no acervo histórico da Emília, vice-presidente da Associação de Moradores e Amigos do Horto (AMAHOR) documentos importantes para esta análise. Este acervo, levantado pela pesquisadora Laura Olivieri junto à comunidade durante a estruturação do Museu do Horto, contém dois documentos encontrados na Biblioteca Nacional Digital que informam a presença de escravizados na região.

O primeiro, com data de 30 de março de 1844, foi registrado com o nome Relação dos Escravos Pertencentes à Nação Addidos ao Jardim Botânico da Lagoa Rodrigo de Freitas. Trata-se de uma listagem dos escravizados cedidos ao Jardim Botânico. Este documento funciona como uma espécie de relatório que cataloga os nomes dos escravizados, sua origem geográfica e a idade estimada. Se nascido no Brasil, esse escravizado é denominado crioulo ou crioula e pardo ou parda (categoria que indica o mestiço), e, caso tenha sido capturado em algum país africano, esta origem serve como referência para diferenciar, como por exemplo, José Congo, Joaquim Pardo, João Antônio Crioulo, Francisca Benguela, Anna Parda e Anna Crioula. O referido registro é dividido em duas partes. A primeira parte trata sobre os escravizados homens e na segunda traz as informações sobre as mulheres.

No que concerne aos homens, o documento subdivide-os em duas categorias: os mais fortes e os mais fracos. A primeira tem dezoito escravizados considerados como mais robustos ou saudáveis, com idade variando entre dezesseis e acima de sessenta anos. Entre os nascidos no Brasil, temos sete descritos como crioulos e dois pardos. Já os capturados no continente africano são nove homens vindos de Moçambique, Cabinda e

São Thomé. Na segunda categoria, o documento destaca dez homens como os mais fracos, com idade variando entre dez e maior de cinquenta anos. Neste grupo temos um pardo, cinco crioulos e quatro provenientes de Cabinda, Benguela, Congo e Moçambique. Dentre os mais fracos, dois são apontados como os mais fracos e doentes: João Lourenço Benguela, maior de 50 anos e Matheus Moçambique, maior de 30 anos.

Este relatório mostra ainda as funções que os homens escravizados exerciam no Jardim Botânico:

Dos Escravos acima mencionados, os que tem se habilitado (exercitado) na fábrica de chá e feitura dos utensílios (esteirões, peneiras, quibandos e cestos) são: Pedro, Miguel, Delfino, Felis, Fortunato e José Congo. Em que se empregão os escravos no Jardim: Oito a dez estão empregados em serviços mais pesados, a saber: uns cavando e conduzindo terra forte para outros applicarem sobre as ruas nos lugares que faltão ao nivelamento, ou repararem os multiplicados desmanchos das vallas, ruas e canteiros causados pelas chuvas. Os escravos que de ordinário se empregão neste serviço são: Pedro, Manoel Cabinda, Miguel, Francisco, Fortunato, Raymundo, José Congo, Antonio Moçambique, Manoel Crioulo e Manoel de São Thomé. Seis ocupão-se de plantações e viveiros. São estes: Joaquim Pardo, João Antônio, Claudio, Manoel Crioulo, Paulo e Constantino. Três estão continuamente com as tesouras aparando as banquetas de murta e, de outros arbustos que guarnecem as ruas e canteiros. São estes: Julião, Joaquim Crioulo e Matheus. Dois estão empregados em ofícios de jardinagem que não podem ser conservados sem cuidado. Taes como caramanchas. São estes, Felis e Delfino. Os mais não são bastantes para moldarem as más hervas que crecem pelos canteiros, vallas e passeios. (BRASIL, 1844, p.01)

Conforme dispõe o trecho acima, percebemos que os homens escravizados eram destinados a trabalhar tanto na fábrica de chá e produção dos utensílios quanto na manutenção do Jardim Botânico, que envolvia atividades relacionadas com a jardinagem, plantações e viveiros, incluindo também trabalhos mais pesados, os quais dispõem de grande força física.

A segunda parte do documento traz informações sobre as mulheres escravizadas, declarando seus nomes, origem e idade estimada. Além disso, informam se elas têm filhos, a idade das crianças, se tinham algum companheiro e se sofriam de alguma doença ou deficiência. Compilei essas informações na tabela abaixo para melhor organização.

TABELA 1 – Mulheres escravizadas no Jardim Botânico

NOME	NACIONALIDADE	IDADE ESTIMADA	OBSERVAÇÕES
Águeda	Crioula	17 anos	
Alexandrina	Dita	15 anos	Com uma filha, Firmina de 3 meses
Aniceta	Moçambique	Maior de 40 anos	
Anna	Crioula	12 anos	
Anna	Parda	Maior de 30 anos	Muito doente do peito
Antonia	Crioula	Maior de 30 anos	Mulher de Delfino. Muito doente.
Carolina	Dita	16 anos	Mulher de Manoel Crioulo, com uma filha Ludovina, de 3 meses.
Catharina	Muangue	Maior de 50 anos	Mulher de Manoel Cabinda. Aleijada.
Delfina	Crioula	18 anos	Mulher de Joaquim Crioulo, com um filho de 7 meses, Severino.
Engracia	Dita	16 anos	Com uma filha de um mês, Francisca
Francisca	Benguela	Maior de 30 anos	Mulher de Joaquim Pardo, com um filho Adão, de 6 anos e 2 filhas: Eva, de 8 anos e Esperança, de 2 anos
Felicidade	Crioula	Maior de 20 anos	Com duas filhas: Rita, de 4 anos, Umbelina, de 2 anos e um filho Elias, de um mês.
Juliana	Conga	Maior de 30 anos	Mulher de Miguel, com um filho Jeronymo, de 5 anos.
Laurinda	Crioula	12 anos	
Leopoldina	Dita	15 anos	
Lucrecia	Rebola	Maior de 30 anos	Mulher de João Antônio, com uma filha Generosa, de 6 anos. Esta escrava padece muito do peito.
Luzia	Dita	Maior de 30 anos	Mulher de Manoel de São Thomé, com uma filha Clemencia de 7 anos e tem em sua compa Carolina, de 5 anos.
Maria	Crioula	18 anos	Mulher de Matheus, com dois filhos Maximiano, de 3 anos e Aleipo (Aleixo), de 7 meses.
Marianna	Moçambique	Maior de 50 anos	Mulher de Felipe
Perpétua	Crioula	15 anos	
Rosaria	Dita	Maior de 30 anos	Mulher de Julião, com uma filha Vicência, de 8anos.
Maria	Conga	Maior de 20 anos	Africana Liberta

FONTE: Relação dos Escravos Pertencentes à Nação Addidos ao Jardim Botânico da Lagoa Rodrigo de Freitas.

Como podemos perceber, as mulheres escravizadas têm idade que variam entre doze e maior de cinquenta anos, catorze são nascidas no Brasil (uma parda e treze crioulas) e oito vindas de Moçambique, Rebolo, Cambinda, Congo, Muangue e Benguela.

É possível verificar que onze tem companheiro e entre essas apenas três não tem filhos. Do grupo de mulheres escravizadas, onze são mães. Desse grupo, oito tem companheiro e três não possuem. O quadro mostra ainda que quatro adolescentes, com a faixa etária de doze a quinze anos, não tem marido e nem filhos. Além disso, revela também que três mulheres estão bastante doentes e uma tem deficiência física. O documento afirma inclusive que as doentes “padecem do peito”, o que significa que elas desenvolveram doenças respiratórias<sup>21</sup>. Tuberculose, asma e bronquite, por exemplo, eram doenças muito comuns entre as pessoas escravizadas devido a aglomeração, umidade e a insalubridade existente nas senzalas.

Sobre as funções exercidas, algumas escravizadas foram direcionadas para a produção da cultura de chá e especiarias e outras para a limpeza e manutenção do Jardim. Sobre as que não desempenhavam nenhuma função direta, parte delas era composta por mulheres no exercício da maternidade, principalmente dos filhos mais novos que ainda necessitavam de cuidados, e, a outra parte era formada pelas mulheres que estavam adoecidas, como destacado no trecho a seguir.

72 escravas – 55 maiores e 17 menores de 7 anos. De todas as escravas acima mencionadas maiores de 7 anos, só 12 a 14 é que de ordinário se achão empregadas em moudar hervas que crecem no terreno occupado pelas plantas do chá e em outros lugares cultivados e a varrer o Jardim. As demais não fazem serviço, umas por estarem ocupadas com a criação dos filhos, e outras por doentes. No quartel de Janeiro a Março deste anno falecerão Vicente, de quatro anos, filho de Rosaria Cabinda e Amaro, de dois anos, filho de Luisa. Os Escravos que tem falecido assim como os que tem nascido tem sido declarados nas contas dadas por quarteis. Desde 1837 até o presente falecerão 7 escravos que tem feito muita falta. São estes Manoel de Santa Cruz, Dionísio, Domingos, Bonifacio, Elena, Domingas e Francisca. Jardim Botânico da Lagôa de Rodrigo de Freitas em 30 de março de 1844.

O fragmento acima traz, por conseguinte, informação referente aos falecimentos dos filhos das escravizadas e é interessante perceber que a referência é sempre materna. Comparando a primeira e a segunda parte, as informações sobre os filhos não são mencionadas na relação dos homens. Além disso, quando as escravizadas têm um companheiro, a descrição no texto é “mulher de”, diferente da parte masculina cujas

---

<sup>21</sup> As doenças respiratórias figuravam como uma das principais *causas mortis* dos escravizados. A obra **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850)**, de Mary Karasch, elenca as 13 principais doenças que causavam a morte entre os escravizados urbanos na cidade do Rio de Janeiro. Os maus tratos somados a alimentação e moradia inadequadas contribuíam para o agravamento do quadro das enfermidades e provocavam o óbito das populações escravizadas.

informações omitem a paternidade e muito menos colocam a mulher como referência no relacionamento. O relatório lista ao final também o falecimento de sete escravos, que segundo o autor, fizeram muita falta no que se refere ao trabalho executado no Jardim.

O segundo documento encontrado no arquivo da comunidade está datado em 1855 e trata-se da Matrícula dos Escravos Nacionaes Addidos ao Jardim Botânico da Lagôa Rodrigo de Freitas. Apesar do mau estado, como pode ser visto no anexo II, o documento registra os nomes, a idade e a nação dos escravizados, noticia também a data de nascimento e falecimento ou ainda, em alguns casos, a data de sua emancipação (ver anexo II).

Esses dois documentos confirmam a presença do vínculo entre homens e mulheres escravizados com esse território. Ademais, para além das relações de trabalho estabelecidas, essas pessoas habitaram a região, consolidaram relações de afeto entre si, criaram filhos e formaram famílias dentro do que era possível diante dos horrores impostos pela condição da escravidão.

Pudemos observar que estão diretamente relacionadas com o cultivo, manejo e cuidado da terra e, também, com as atividades da fábrica de chá e especiarias. Como vimos anteriormente, os escravizados estiveram diretamente implicados com o início da produção industrial na cidade do Rio de Janeiro e o desenvolvimento desta atividade nos conduz à quarta onda de ocupação territorial do Horto.

Inclusive, em meados do século XIX, especificamente no ano de 1853, após a construção do Aqueduto da Levada no Morro das Margaridas que tinha por objetivo distribuir a água captada na região do Grotão para o Jardim Botânico, foi instalada uma fábrica de chapéus cujo nome era Fábrica de Chapéus Chile. Essa fábrica pertencia a um peruano, o Sr. José Assunción Rengifo, que utilizava uma erva muito comum no local chamada taboa como matéria prima para a confecção de esteiras, cestas e chapéus (BIZZO, 2005, p.31). Nessa época pré-industrial, já havia um ajuntamento de casas de alguns trabalhadores do Jardim Botânico. E apesar da breve duração do funcionamento da fábrica de chapéus, seu registro e das casas na região constam em uma espécie de catalogação feita em 1924, pela Carta Florestal (BIZZO, 2005, p. 32).

Anos mais tarde, com a inauguração da Fábrica Carioca, uma fábrica de tecidos que se instalou próximo ao Jardim Botânico no fim do século XIX, dá-se início a quarta onda de ocupação territorial. Devido à crise no abastecimento de água da cidade, as

indústrias têxteis eram implantadas em locais perto dos mananciais para assegurar o seu funcionamento (ABREU, 1992, p.84). Assim, algumas fábricas de tecidos aproveitaram a riqueza hídrica para instalar suas sedes na região do Horto.

Dadas as carências do abastecimento oficial, e a grande demanda de água que caracteriza essa indústria, a localização próxima aos cursos fluviais passou a ser amplamente buscada, já que somente assegurando-se um nível mínimo de abastecimento é que o retorno de tão grande investimento poderia ser garantido. Contraditoriamente, era à margem dos rios que desciam do devastado maciço da Tijuca que esta oferta poderia ser minimamente assegurada, o que era explicado pela precariedade dos sistemas de adução existentes a montante, que só captavam parte dos mananciais aí localizados. Por essa razão, grande parte das fábricas têxteis para aí se direcionou, destacando-se a Companhia de Fiação e Tecidos Aliança (que se implantou em Laranjeiras em 1880), a Fábrica de Fiação e Tecelagem Carioca (instalada no Jardim Botânico em 1884), a Companhia de Fiação e Tecidos Confiança Industrial (instalada em Vila Isabel em 1885), a Companhia de Fiação e Tecidos São Félix (organizada na Gávea em 1881), e a Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado (inaugurada em 1894 no Jardim Botânico). (ABREU, 1992, p.87)

O desenvolvimento das indústrias têxteis na região contribuiu para o surgimento das vilas operárias localizadas próximo às sedes das fábricas. Além das vilas operárias, alguns empregados das fábricas também construíram suas casas no Horto para residirem próximo ao local de trabalho. Somando a esse movimento, o Jardim Botânico passou a ceder casas já construídas ou mesmo permitir a construção de casas aos seus funcionários para assegurar a presença destes nas atividades laborais cotidianas.

Neste período, que coincide com o período do fim da escravidão, aconteceu no Brasil uma política de branqueamento da população através da inserção de imigrantes como mão-de-obra nas fábricas, plantações e comércio, substituindo a força de trabalho dos escravizados. Tal política fora introduzida sob a crença nas teorias do racismo científico<sup>22</sup>, que defendia a superioridade da raça branca e destacava os povos africanos como inferiores, primitivos e pouco evoluídos. Então, o problema de uma população com maioria de pessoas negras seria solucionado com a vinda dos povos europeus para o

---

<sup>22</sup> Provenientes do continente europeu e muito difundidas nos Estados Unidos, as teorias raciais foram introduzidas no Brasil no final do século XIX e permaneceram até meados dos anos 1930 e 1940 como embasamento científico para explicar a superioridade de povos brancos e a inferioridade dos povos negros e indígenas. Eram atribuídas aos povos não brancos (africanos, asiáticos e indígenas) características específicas daquele grupo racial como por exemplo, tendência à criminalidade, ao alcoolismo e a degeneração de caráter, enquanto aos povos de origem europeia eram atribuídas inteligência, desenvolvimento e evolução social etc. Na obra *O espetáculo das raças*, a autora Lilia Schwarcz destrincha o universo das teorias raciais que se apresentavam sob nomes distintos: eugenia, darwinismo social, dentre outras. A Medicina e o Direito foram áreas muito influenciadas pelo racismo científico e tiveram como principais expoentes Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Silvio Romero (SCHWARTZ, 1994, p.147).

Brasil. Desta forma, com o decorrer do tempo e da miscigenação, a sociedade brasileira seria purificada tornando-se branca e civilizada (OLIVEIRA, 2008, p.08) Assim, oportunidades de trabalho e outros incentivos<sup>23</sup> foram o ímã que atraiu italianos, alemães, espanhóis, dentre outros, ao país, implementando, por sua vez a política de branqueamento da população.

Neste cenário, a Comunidade do Horto também abrigou trabalhadores imigrantes que vieram para a região atraídos pelas fábricas. A Companhia América Fabril - CAF comprou a Fábrica Carioca de Tecidos, Carioca, localizada na antiga estrada D. Castorina, no Horto, se estabelecendo como a maior companhia têxtil do país (WEID, 1986, p.142). A instalação da CAF trouxe novos funcionários e ao mesmo tempo novos moradores, que construíram suas casas e famílias.

Essa contextualização das quatro fases de ocupação do Horto desmantela o argumento de que a Comunidade do Horto é invasora. Negar ou refutar as origens indígenas e africanas cuja comprovação pode ser comprovada por documentos originais e pesquisas científicas faz parte de um posicionamento cínico e perverso. A partir do próximo tópico veremos a consolidação da comunidade durante o século XX, quando começam as tentativas de remoção da Comunidade e como seus processos de resistência foram estruturados.

### **1.3.2. A Comunidade do Horto e as suas primeiras lições de resistência**

Ao longo da primeira metade do século XX, a Comunidade do Horto se estabeleceu na zona sul da cidade, sendo formada principalmente pelos funcionários das fábricas e do Jardim Botânico o qual autorizara a construção das casas dentro ou próximo ao parque. Sobre esse período encontrei fatos que são bem interessantes e que se relacionam com a divisão dos espaços sociais da cidade.

O livro *Caco de Memórias – Experiência e desejos na (re) construção do lugar: o Horto Florestal do Rio de Janeiro* é uma obra fruto do esforço de moradores e

---

<sup>23</sup> Durante o período da produção cafeeira, os imigrantes receberam como incentivo o contrato de colonato que incluía remuneração, boa alimentação, possibilidade de comprar pequenos sítios e assim impulsionar a mobilidade social. No caso da cidade do Rio de Janeiro, os imigrantes italianos que aqui chegaram eram majoritariamente urbanos e suas principais ocupações profissionais eram as fábricas e o comércio ambulante. (BERTONHA, 2014, p. 418)

pesquisadores que se debruçaram sobre a história local e que buscaram registrar a memória dos moradores mais antigos da Comunidade do Horto. Ao encontrar esse livro, que foi organizado por Maria Nilda da Silva Bizzo<sup>24</sup> e publicado em 2005, pude acessar relatos riquíssimos provenientes da memória dos anciãos do Horto e que trazem narrativas acerca da sua consolidação.

Dentre as pessoas convidadas a conceder as entrevistas, uma grande parte já faleceu. Mas, suas histórias e memórias estão registradas nesse livro, eternizando assim as suas vivências neste território. É interessante perceber como os moradores conhecem a história da região e a perpetuam em suas falas. O relato do Sr. Silvio Iório, que à época da publicação tinha 82 anos, é um exemplo de memória e consciência acerca da construção do território do Horto.

O Jardim Botânico foi fundado com o trabalho escravo. Cinquenta casais de escravos iniciaram os trabalhos. Alguns escravos ficaram. Diz a história que, diversos deles, não tendo para onde ir continuaram trabalhando aí. Quando acabou o braço escravo, começaram a vir os imigrantes europeus. Eu sou filho de imigrantes italianos. Em 1888, mais ou menos, o Ministro do Interior do Império cedeu essa área para duas companhias: a de Tecidos Carioca, para construir uma fábrica de tecidos que tinha três mil operários, inclusive eu, que trabalhava no almoxarifado. E a outra, para Arthur Sauer, que fez esse conjunto do aqui. (BIZZO, 2005, p.48)

Entre o fim do século XIX e o início do XX, muitos italianos vieram para o Horto atraídos pelo trabalho nas fábricas, tanto que aquela região ficara conhecida por “Itália Pequena” (BIZZO, 2005, p. 48). As pesquisadoras confirmam o relato do Sr. Iório no decorrer do livro não apenas sobre o território cedido, mas também em relação aos incentivos concedidos aos empresários, pelo governo da época, para a construção das vilas operárias, que ocupavam uma área com cerca de “cinquenta e um mil metros quadrados, onde foram construídas oitenta e nove casas e vinte e nove cômodos para solteiros” (BIZZO, 2005, p.50).

Uma outra obra, recentemente publicada, o livro “Histórias do Jardim Botânico: um recanto proletário na zona sul carioca (1884-1962)” (CARDOSO, 2021, p.24), retrata a origem popular do bairro, que fora construído por diversos trabalhadores, até o momento da desativação definitiva da Companhia América Fabril, em 1962, e posterior elitização,

---

<sup>24</sup> Economista, com pós-graduação em Filosofia da Educação (UFRJ), Mestrado em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ) e idealizadora e coordenadora do projeto Nossa História.

além de descrever em seu conteúdo a imigração italiana na região e a organização da luta operária por direitos trabalhistas.

Não por acaso, uma rua foi apelidada de “Pequena Itália” na vila operária ao lado da Fábrica Carioca. Segundo Cléia Schiavo, neste lugar, os imigrantes preservaram a sua língua e a cultura italiana. Uma Gávea que era habitada pelos Schiavo, Pierantoni, Bendia, Merola, Tambasco, Celano, Magnani, Pelegrino, Canallini, Chicarino, Schettino, Ochionni... que se encontravam no Bar do Canallini, um ponto de encontro situado na Ponte de Tábuas, na esquina da Pacheco Leão e Jardim Botânico. Imigrantes atraídos pela possibilidade de trabalho nas fábricas e no comércio em ascensão na região, que cruzaram o Atlântico com o sonho de “fazer a América”. (CARDOSO, 2021, p.110)

Italianos, portugueses e brasileiros compunham o corpo de trabalhadores que se dedicavam ao trabalho nas fábricas e se organizaram por meio de uma associação para lutar por condições dignas de vida e trabalho. Essas associações promoveram passeatas e protestos vinculados a partidos políticos de orientação esquerdista com a finalidade de fortalecer suas demandas.

Nas primeiras décadas do século XX, as greves e outros movimentos de associação de operários eram considerados casos de polícia. A região da Gávea foi palco de lutas proletárias com a presença de anarquistas, de sindicalistas e, depois, de comunistas, que apareciam nas páginas dos jornais, geralmente, acusados de incitar os trabalhadores com suas “ideologias perniciosas”; especialmente, depois da eclosão da greve de 1917. (CARDOSO, 2021, p.164)

Uma memória bastante marcante entre os moradores do Horto nesta época e que se relaciona com a luta por direitos eram os clubes organizados pelos operários das fábricas para o lazer. Existiram dois clubes principais: O Clube Recreativo Musical Carioca e o Carioca Esporte Clube. O primeiro era um ambiente mais democrático, todos os trabalhadores podiam se divertir lá e a banda de música era regida pelo Mestre Joviniano, um músico que também trabalhava na fábrica. A construção do clube foi realizada pelos próprios trabalhadores e este ambiente era considerado, para além de um espaço musical, como um espaço de organização política comunista já que vários membros do clube tinham ligação com o Partido Comunista. Já, o segundo clube, o Carioca, era mais ligado aos esportes, com estádio de futebol, mas não era aberto para toda a comunidade, havia restrições. Pessoas negras não eram aceitas, eram barradas na porta. Inclusive, sobre a influência comunista e as questões raciais existentes na região, afirma Cardoso:

Como já salientamos anteriormente, o movimento operário no bairro não ficou isolado das influências das ideias consideradas subversivas, pois circulavam nos periódicos e alguns militantes, que contribuíam para difundir tais ideais entre os trabalhadores têxteis. De todo modo, em que pese a idealização sobre o movimento, havia uma espécie de segregação socioespacial no meio do proletariado de acordo com a pesquisa de Cléia Schiavo sobre a história de sua família no bairro: “os negros e pardos se situavam na parte denominada Floresta, alguns residiam na parte alta da rua Lopes Quintas. Havia trabalhadores na vila operária e no Saneamento. Para os mais especializados, a fábrica alugava casas fora dessa área, como a do Mestre de Tear, Schiavo Luiz Natálio, tio de Fernando Schiavo”. (CARDOSO, 2021, p. 192)

O texto acima é curioso porque além de apontar os modos de propagação dos ideais subversivos, indica ainda o tratamento diferenciado dado aos trabalhadores e a segregação racial do espaço. Revela também que os trabalhadores negros e pardos residiam na floresta, ou seja, na região do Horto Florestal. Isso se torna importante porque é mais um registro de que o Horto Florestal é uma territorialidade reconhecida como negra, uma localidade que historicamente abriga uma população negra. E por último mostra que os trabalhadores com maior qualificação eram alocados em região distinta, fora do convívio de negros e das concentrações operárias.

É nesse contexto que negros livres e imigrantes, dentre outros trabalhadores estabeleceram suas famílias e construíram suas vidas em torno do trabalho nas fábricas de tecido da localidade e exerceram suas funções arduamente até meados da década de 1950, quando a Fábrica de Tecidos faliu e encerrou as suas atividades. Com a crise econômica de 1930, as fábricas perderam força, entraram em declínio e acabaram declarando falência. A partir desta conjuntura, uma porção das terras pertencentes a fábrica foi destinada a criação de vários condomínios, e, nesse mesmo período, iniciaram também as construções das mansões nas encostas dos morros, nas adjacências das vilas operárias (BIZZO, 2005, p. 53). Em torno da década de 1960, os terrenos que comportavam a área das fábricas se transformaram em condomínios de casas e prédios.

A chegada dos ricos na região do Horto deu início a uma trajetória de gentrificação<sup>25</sup>, que implicou em uma valorização excessiva em termos econômicos do

---

<sup>25</sup> Gentrificação é um conceito de origem inglesa (*gentrification*) que corresponde ao encarecimento ou enobrecimento de uma área a partir do momento em que pessoas ricas passam a residir ou frequentar o local. Segundo o dicionário de antropologia da USP, “o termo refere-se a processos de mudança das paisagens urbanas, aos usos e significados de zonas antigas e/ou populares das cidades que apresentam sinais de degradação física, passando a atrair moradores de rendas mais elevadas. Os “gentrificadores” (*gentrifiers*) mudam-se gradualmente para tais locais, cativados por algumas de suas características - arquitetura das construções, diversidade dos modos de vida, infraestrutura, oferta de equipamentos culturais

solo urbano. Ou seja, uma região que anteriormente era dada ao funcionamento das fábricas com seus operários residindo em casas populares, agora se tornava um espaço supervalorizado, a partir da ocupação territorial por pessoas ricas e suas mansões. E a vida na localidade passou a funcionar de acordo com os desejos desses novos moradores. A exceção dessa nova dinâmica mercadológica está a Comunidade do Horto.

Até a metade do século XX, a comunidade estava consolidada e seguia estabelecida de maneira pacífica, sendo constituída majoritariamente por funcionários do Jardim Botânico e das antigas fábricas. Os antigos moradores dizem que ninguém queria morar ali, pois, grande parte da área cedida pelo Jardim Botânico para a construção das casas era brejo. Pouquíssimos moradores receberam casas prontas, a maioria deles construiu suas casas tijolo por tijolo.

A partir da segunda metade do século XX, a região do Horto recebeu novos moradores que ocupariam o Condomínio Residencial Dona Castorina. Esse condomínio era fruto, na verdade, de uma política habitacional criada pela Companhia de Habitação Popular (COHAB) para pessoas com baixa renda. Esse conjunto serviu para abrigar principalmente parte dos moradores que foram despejados das favelas do Pinto e da Beira da Lagoa<sup>26</sup>, próximas a Lagoa Rodrigo de Freitas e da Vila Hípica (BIZZO, 2005, p.60). O Balança, como é conhecido pelos moradores da região, funcionou como solução de moradia para os removidos das favelas acima citadas.

Tinha a favela da Praia do Pinto e a da Beira da Lagoa. Na Beira da Lagoa quando enchia, entrava água nos barracos, como sempre. Mas, o pessoal não queria sair. Gostavam dali. Era bom porque a Lagoa enchia e o pessoal pescava lá na beira, com aquele anzolzinho para pegar caraúna. Dava também muito siri. Eu gostava muito de lá. Se dependesse de mim eu fazia um barraco lá. Era muito boa aquela favela, morava muita gente de bem. Eu vim para cá em 1951. Eles queriam tirar a gente da favela porque o Dr. Roberto Marinho era dono da Hípica. Daí nós viemos pra cá. Ah, isso aqui era um esqueleto. O pessoal veio

---

e históricos, localização central ou privilegiada, baixo custo em relação a outros bairros -, passando a demandar e consumir outros tipos de estabelecimentos e serviços inéditos. A concentração desses novos moradores tende a provocar a valorização econômica da região, aumentando os preços do mercado imobiliário e o custo de vida locais, e levando à expulsão dos antigos residentes e comerciantes, comumente associados a populações com maior vulnerabilidade e menor possibilidade de mobilidade no território urbano, tais como classes operárias e comunidades de imigrantes. Estes, impossibilitados de acompanhar a alta dos custos, terminam por se transferir para outras áreas da cidade, o que resulta na redução da diversidade social do bairro” (ALCÂNTARA, 2018).

<sup>26</sup> A remoção das favelas próximas à Lagoa Rodrigo de Freitas aconteceu durante o período da ditadura militar, sendo concluída em 1969. A favela da Praia do Pinto tinha cerca de 15.000 habitantes, em 1969, a Catacumba tinha em torno de 9.100 e a ilha das Dragas em torno de 2.500. Ou seja, cerca de 27.000 pessoas foram removidas e a maioria desta população foi realocada para a Zona Oeste, especificamente para a Cidade de Deus e Cidade Alta (VALLADARES, 1980, p 142). Uma pequena parte desta população foi instalada no Condomínio Dona Castorina, no Horto e na Cruzada São Sebastião, no Leblon.

para cá e fomos nós mesmos que terminamos os prédios. Depoimento do Sr. Miguel dos Santos, 72 anos. (BIZZO, 2005, p.61)

Morava lá embaixo, na Vila Hípica, onde agora é o Hospital da Lagoa. Morei lá, acho que uns cinco anos. Cada um foi para um lugar, porque era uma favelinha. Então acabou e repartiram o pessoal. Uns vieram para cá (Balança). Apesar de pegarmos isto aqui no esqueleto, eu gostei. Meu marido era funcionário federal, tirou um empréstimo e fizemos a obra. Pegamos isso aqui no tijolo, não tinha porta, nem janela. Passaram uns anos, no tempo do falecido Carlos Lacerda, ele veio aqui e deu pra gente um tipo de propriedade pra gente pagar como se fosse uma prestação. Então, todo mundo pagou, tirou a escritura e agora é nosso. Pagamos só o IPTU. Depoimento da Sra. Maria Luiza Marques, 82 anos. (BIZZO, 2005, p.61)

A maior parte dos moradores do “Balança” são oriundos das favelas que foram despejadas da Lagoa e que ao chegar no novo local de moradia se depararam com os apartamentos inacabados e com necessidade urgente de obras para torná-lo habitável. Desse modo, sem nenhum tipo de auxílio governamental, os removidos precisaram criar alternativas para terminar de construir seus apartamentos.

Ainda durante o período da ditadura militar, em meados dos anos 1960, o Horto recebeu algumas instituições que também impulsionaram o desenvolvimento do bairro do Jardim Botânico. O Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) foi instalado na região do Grotão, em um lugar que abrigava uma área de lazer da comunidade. Antes da instalação do SERPRO, havia uma espécie de pracinha mantida pelo Rotary Clube na qual as crianças brincavam e moradores em geral se reuniam. Com a chegada da SERPRO, esse lugar foi demolido e um prédio foi construído para acomodar a instituição. Os moradores a partir de então não podiam mais circular nas imediações e as crianças perderam seu lugar de lazer.

O IMPA (Instituto de Matemática Pura e Aplicada) é outra instituição que também foi construída na região do Horto, especificamente na Estrada Dona Castorina. Apesar de ter sido criado em 1949, a sede deste órgão foi construída em meados da década de 70 e inaugurada em 1981. Sobre esta instituição, tem um relato interessante dado pela Dona Elza, mãe da Emília, no livro Cacos de Memória:

Isso aqui tudo era mato, ali não tinha faculdade (IMPA). Tudo era mato. Onde é a faculdade agora era um bananal. Tinha um japonês, que agora mora no Balança, indenizaram ele para sair e derrubaram a mata. Ali tinha cada borboleta linda. Derrubaram tudo para fazer a faculdade do IMPA. Relato da Sra. Elza Maria de Souza, 73 anos (BIZZO, 2005, p.66).

Dona Elza acompanhou tudo de perto porque o IMPA foi construído praticamente em frente à sua casa. É interessante o relato sobre a derrubada da mata porque um dos argumentos suscitados para remover a comunidade é sobre os danos ao meio ambiente. Inclusive, novas obras estão sendo realizadas atualmente por este órgão e causando impactos ambientais. Mas, trataremos do assunto no capítulo dois.

Alguns moradores do Horto também trabalham ou trabalharam no IMPA, assim como na Companhia Estadual de Água e Esgoto - CEDAE. Lembrando que desde a época do Império, já funcionava o Serviço de Águas nesta região, a CEDAE é outra entidade que se instalou na Estrada Dona Castorina, próximo ao Rio dos Macacos. Até hoje existe o Clube 17, conhecido também como Clube dos Macacos, em alusão ao rio que passa no local, fundado pelos engenheiros da CEDAE, mas que não é aberto para a comunidade. Furnas Centrais Elétricas igualmente se instalou no Horto, na região do Grotão e fundou uma usina na localidade. O Toalheiro Brasil, uma empresa do ramo de lavanderia industrial também se estabeleceu no Horto e de acordo com os moradores também gerou impactos ambientais negativos.

Eu tenho 78 anos e moro aqui no Horto desde que nasci. Morava onde é a usina de FURNAS (Grotão). Quando Furnas construiu a usina, pediram que a gente se mudasse porque eles iam construir casa pra gente na beira da rua Pacheco Leão. Construíram, nós mudamos, e derrubaram as casas antigas para fazer a usina. Isso foi no tempo do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). A CEDAE também autorizou a construção na sua área, na Estrada Dona Castorina. O Rio dos Macacos passa nos fundos da minha casa. Quando eu era garoto pegava muito camarão e lagosta. Hoje, a gente não pega nem peixinho porque o Toalheiro Brasil joga muita coisa no rio. Tem dia que fica uma espuma branca de quase um metro de altura de sabão, ácido, essas coisas que eles despejam dentro do rio e que vai para a Lagoa. Mata os peixes, mata tudo, nem sapinho tem. Nem os passarinhos podem beber água senão morrem. Já falamos com muita gente. Isso é problema que nem o Jardim Botânico vai conseguir resolver, já foi muito discutido e ninguém conseguiu nada. Relato do Sr. Alípio Ferreira, 78 anos, ao jornal Vozes do Horto. (BIZZO, 2005, p. 68)

O relato acima trata sobre os danos advindos da instalação da empresa Toalheiro Brasil. Mesmo com a mobilização dos moradores em alertar as instituições para a devida atuação emergencial e assim prevenir os prejuízos ambientais, não houve sequer resposta no sentido de sanar o problema. Além dos danos causados diretamente à fauna e a flora da região, os elementos tóxicos despejados no rio dos Macacos colocaram a comunidade em uma situação de insegurança ambiental. Abordaremos o tema no segundo capítulo.

Além dessas instituições uma outra importante empresa se instalou na região na década de 1960, a Rede Globo. Segundo os moradores, a empresa ocupou o prédio onde funcionava anteriormente o Clube Recreativo Musical Carioca, construído pelos antigos funcionários das fábricas. O clube acima citado foi demolido em 1930 e por volta do ano de 1936 outro clube foi construído no local pelos próprios moradores do Horto e ex-funcionários da fábrica, recebendo o nome de Clube Pintacuda. Depois recebeu o nome de Panamericano e por último, o nome de Clube Condomínio. Ele funcionou até a década de 1960 quando, segundo os moradores, foi fechado pelo Departamento de Ordem e Política Social – DOPS durante a Ditadura Militar (BIZZO, 2005, p.113). Com o esvaziamento da área do clube, a Globo adquiriu o imóvel e iniciou a expansão dos seus núcleos na região do Jardim Botânico.

Simultaneamente ao período da chegada e estabelecimento da Rede Globo no bairro do Jardim Botânico, iniciam os conflitos fundiários com o Instituto Parque do Jardim Botânico da cidade do Rio de Janeiro, que posteriormente vão se materializar nas ações de reintegração de posse movidas durante a década de 1980. A princípio, com a nova dinâmica de instalação de órgãos e instituições governamentais, empresas de prestígio e os novos ricos, o bairro vai perdendo a característica de proletariado e assume uma estética mais elitista, o que gera a supervalorização dos imóveis. Aos poucos, o Jardim Botânico deixa de ser um bairro proletário e passa a ser um bairro classe média alta e de luxo.

Com o início das ações de reintegração de posse movidas pelo Instituto Parque Jardim Botânico, a Comunidade do Horto cria sua associação de moradores para se defender das tentativas de remoção. A AMAHOR – Associação de Moradores e Amigos do Horto nasce na década de 1980, especificamente no ano de 1986, por orientação dos advogados, para organizar as estratégias de defesa comunitárias, seja no âmbito jurídico ou administrativo.

Eu gostaria de resgatar a história da AMAHOR, mas infelizmente não existem mais registros do início da associação. Em entrevista com a atual vice-presidente, a Sra. Emília Maria de Souza, soube que todo o histórico da AMAHOR se perdeu durante uma

enchente<sup>27</sup> no ano de 2019 que atingiu a casa da moradora Vânia, a tesoureira da associação. A casa foi inundada pela enxurrada e não foi possível salvar os documentos.

Desse modo, optei por contar aqui um pouco da história da Emília dentro da AMAHOR, que há cerca de 20 anos organiza o processo de resistência comunitária através da associação, com aprovação da maioria dos moradores. Decidi entrevistá-la para que sua trajetória não seja esquecida ou mesmo perdida. A luta desta mulher negra contra a remoção da comunidade onde vive desde os três anos de idade precisa ser contada por que ela denuncia o tratamento dado a territorialidades negras na cidade do Rio de Janeiro.

FIGURA 18 – Eu em entrevista com Emília Maria de Souza na sua residência.



Fonte: Arquivo pessoal

Descobri durante a entrevista que a primeira pessoa a presidir a AMAHOR foi uma mulher. A primeira presidente foi a Professora Solange que lecionava na Escola Municipal Camilo Castelo Branco. Outros moradores assumiram a gestão da associação

---

<sup>27</sup> Em abril de 2019, a Comunidade do Horto foi atingida por uma enxurrada que invadiu as casas que estão construídas próximo ao rio dos Macacos. Essa enxurrada aconteceu devido ao grande volume de água das chuvas de um temporal que atingiu o Rio de Janeiro, deixando rastro de destruição em vários pontos da cidade. No caso da Comunidade do Horto, o rio dos Macacos acumulou um grande volume de água (cerca de 88 mm/h), transbordou e cobriu uma parte considerável das casas de lama, causando muitos prejuízos. Os links a seguir mostram as consequências das chuvas: <https://globoplay.globo.com/v/7524232/?s=0s> e <https://globoplay.globo.com/v/7529359/>.

e deram continuidade ao processo de resistência. Emília recebe o convite anos depois da criação da associação, entre o final da década de 1990 e início do ano 2000, para participar da gestão, mas confessa que no início não queria assumir esse cargo.

Olha, na verdade, não foi uma questão assim espontânea. Eu relutei muito antes de entrar, né? De começar a atuar. Eu me lembro que estava em casa à tarde, aí vieram aqui em casa a Dona Maninha, que era a presidente da associação na época, e o Seu Tuninho, Seu Antônio Herrero, vieram conversar comigo. Eles hoje já são falecidos. E me disseram que já estava na época da renovação da associação e que já estavam com bastante idade, estavam cansados e precisavam renovar, colocar pessoas novas na associação. E perguntaram se eu não estaria disposta a compor a nova diretoria. Eu disse que não, que não tinha nada a ver comigo. (Relato da Emília)

Dona Maninha e Seu Tuninho pediram à Emília que reconsiderasse e pensasse bem sobre o assunto porque aquela altura a gestão já estava vencida e eles tinham urgência em compor a nova diretoria. Emília disse que pensou e repensou, ponderou que se fosse para ajudar a comunidade, valeria a pena. Por outro lado, ficou preocupada com o trabalho e com a criação da sua filha Janaína que à época era uma adolescente.

Eu falei: Olha só, Dona Maninha, assim... Eu trabalho, tenho... Na época, Janaína era assim, novinha... E eu não tenho tempo disponível. Nessa época eu trabalhava como telefonista do Instituto de Seguros de Brasil. Aí, eu entrei, comecei na associação, e depois como vice-presidente. Seu Tuninho era o presidente e eu era a vice.

A partir desse momento, a Emília começa a fazer parte da diretoria e logo depois passa a ser a vice-presidente, ajudando na condução das estratégias políticas de defesa da comunidade. Durante sua gestão, a comunidade permaneceu unida, mesmo tendo opositores. Emília mobilizou os moradores a engajar nos protestos contra a remoção, incentivou a participar das assembleias locais para informar sobre os processos e estratégias. Ela se articulou com projetos e movimentos sociais, não apenas para dar visibilidade às injustiças, mas também para dialogar com lideranças comunitárias que enfrentam desafios similares. Além disso, buscou apoio também em partidos políticos que defendem o direito à moradia e realizou parcerias com projetos de universidades públicas e privadas para garantir a defesa jurídica do Horto.

Nesses 20 anos, Emília atuou na diretoria, já foi presidente e atualmente é a vice-presidente da AMAHOR e o presidente é o seu sobrinho Emerson de Souza. Desse modo, a organização comunitária passa também por um lugar de construção familiar de afeto que é algo bastante evidente da Comunidade do Horto. Esses sentidos de pertencimento e familiaridade impulsionam a vontade dos moradores de continuar resistindo e

permanecer na localidade, perpetuando assim seus modos de vida simples, em harmonia com a natureza.

Esse tipo de construção torna compreensível o fortalecimento da resistência desta comunidade. Os laços de solidariedade e afetos construídos ao longo do tempo alimentaram o ânimo de permanecer na terra dos seus antepassados e resistir a tantos desafios. A transformação e a supervalorização do bairro Jardim Botânico tornaram a Comunidade do Horto, uma territorialidade majoritariamente negra e construída por trabalhadores, alvo do processo de remoção.

No período compreendido entre o início até meados do século XX, a moradia dos trabalhadores do Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico não somente era tolerada como praticamente obrigatória. Em algumas situações, as casas foram cedidas e em outras houve apenas a permissão para construir nos terrenos. Os moradores relatam que transformaram brejos em locais habitáveis. Quem residia no Morro das Margaridas não tinha água encanada, buscava água com balde no aqueduto da levada, descendo e subindo o morro diariamente para ter água em casa. Eram muitos os desafios. E se não pudesse residir perto do trabalho, perdia o emprego.

Mas, a partir da segunda metade do século XX, com a chegada das instituições públicas e privadas e da construção das mansões, a Comunidade do Horto passa a ser vista como uma área que precisa desaparecer. As primeiras lutas e aprendizados dos moradores foram apenas uma espécie de treinamento perverso para encarar anos mais tarde a face mais nefasta desta guerra contra negros e pobres: a onda generalizada de remoção das favelas, gerada pela especulação imobiliária nascida dos megaeventos esportivos na cidade do Rio de Janeiro. É o que veremos no item a seguir.

### **1.3.3. A batalha mais árdua pela permanência: Horto *versus* especulação imobiliária e ameaça de remoção**

Com o anúncio da realização dos megaeventos esportivos na cidade do Rio de Janeiro, a dinâmica de exclusão de pobres e negros se intensificou devido à especulação imobiliária impulsionada principalmente por empresários do ramo da construção civil. Tal dinâmica teve início com a escolha da cidade para sediar os Jogos Pan-Americanos

em 2007 e, posteriormente, houve uma sucessão de eventos internacionais de grande porte acontecendo até os Jogos Olímpicos em 2016.

Provavelmente, pela primeira vez na história, uma cidade sediou quase todos os eventos internacionais de grande visibilidade mundial. Essa dinâmica se iniciou, de maneira mais distante, com a conferência da ONU sobre o Meio Ambiente de 1992. Depois de ter tentado, sem sucesso, sediar os jogos Olímpicos de 2000 e de 2008, a candidatura da cidade do Rio de Janeiro para os Jogos Pan-americanos de 2007 foi aceita e se configurou como um divisor de águas. A partir dessa data, como foi analisado por Gonçalves (2013), a cidade recebeu todas as candidaturas que concorreu, tendo organizado os Jogos Militares de 2011, a última conferência da ONU sobre o Meio Ambiente (Rio+20), a Copa das Confederações de futebol de 2013, as Jornadas Mundiais da Juventude com o Papa, também em 2013, assim como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. (GONÇALVES; VALE, 2019, p.442)

Ao todo tivemos sete eventos internacionais realizados na capital carioca. Essa sequência de acontecimentos que alcança públicos diversos e numerosos, atraiu consequentemente inúmeros investidores com o objetivo de granjear lucros exorbitantes. Nesse cenário, quanto mais se aproximava a época da realização dos megaeventos, mais os terrenos em locais considerados privilegiados se tornaram objeto do desejo desses investidores.

Com a confirmação da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos em 2016, foi instaurada, então, pelo poder executivo municipal uma política de remoção das favelas cariocas, sob o argumento da necessidade de reurbanização para implantar a estrutura necessária aos megaeventos. Milhares de famílias foram removidas e reconduzidas, em sua maioria, para locais distantes da cidade, tais como Paciência, Campo Grande e Cosmos. Desse modo, podemos identificar ao menos quatro justificativas utilizadas pela Prefeitura para promover a remoção forçada: a) área de risco; b) reestruturação urbana; c) infraestrutura dos eventos esportivos; d) mobilidade urbana.

O argumento da área de risco foi utilizado em 2010, quando a cidade do Rio de Janeiro foi atingida por um temporal e várias favelas sofreram com o desabamento de casas ou com risco iminente de desabamento. Apenas alguns trechos de determinadas favelas estavam de fato nesse enquadramento. Mas, tal argumento foi utilizado para tentar remover favelas em sua totalidade e não apenas o trecho que de fato estava em situação de risco. Diversas favelas, em diversos pontos da cidade foram incluídas nesse argumento: Morro dos Prazeres (Santa Teresa), Estradinha 1014 (Botafogo), Parque Columbia (Pavuna), dentre várias outras.

A reestruturação urbana para fins de revitalização da zona portuária da cidade também serviu como pretexto para remover as famílias moradoras de favelas e ocupações. A implementação do projeto Porto Maravilha, cujo objetivo era o embelezamento e a modernização da região, promoveu a remoção de famílias de várias ocupações para fins de moradia. As ocupações Quilombo das Guerreiras, Zumbi dos Palmares e Carlos Marighella, dentre outras, foram alvos do processo de remoção da zona portuária. O mesmo aconteceu com a construção de um teleférico que removeu famílias do Morro da Providência, que é a favela mais antiga da cidade.

Outra justificativa muito utilizada era a infraestrutura dos jogos. Nesse caso, a Prefeitura informava que determinadas favelas estavam no perímetro da construção da infraestrutura necessária para a realização dos jogos. Esse foi o caso da Vila Autódromo (Jacarépaguá, próxima ao Parque Olímpico do Rio de Janeiro), Favela Metrô-Mangueira e Aldeia Maracanã (próximas ao Estádio do Maracanã), Favela Belém-Belém (Pilares, próxima ao Estádio Olímpico Nilton Santos -vulgo Engenhão).

Outras favelas, no entanto, foram removidas para supostamente dar lugar a estrutura de mobilidade urbana. A instalação do BRT (Bus Rapid Transit), sistema que simultaneamente surgiu com as vias Transoeste, Transolímpica e a Transcarioca para ligar a zona norte a zona oeste, serviu como justificativa para remover, por exemplo, as favelas Vila Recreio I e Vila Recreio II, Restinga, Vila Harmonia (na região de Jacarépaguá), Largo do Campinho e Vila das Torres (no entorno de Madureira). A onda de remoção foi anunciada por meio de matéria jornalística e informou à época que cerca de 119 favelas seriam removidas até o ano de 2012.

Em 07 de janeiro de 2010, meses após o anúncio do Rio de Janeiro como cidade-sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, o jornal O Globo Online publicou a notícia de que 119 favelas seriam removidas pela Prefeitura até o ano de 2012. Na ocasião, o secretário municipal de habitação, Jorge Bittar, informou que as favelas listadas seriam integralmente removidas sob o argumento da localização em área de risco de deslizamento ou inundação, de proteção ambiental ou de logradouros públicos. Segundo a matéria jornalística, ao menos 12.196 domicílios seriam removidos, resultando em cerca de 2,34 milhões de metros quadrados desocupados. Dentre as favelas elencadas, foram citadas a do Horto, localizada no Jardim Botânico, a Indiana, na Tijuca, Metrô Mangueira, no Maracanã, CCPL, em Benfica, Vila Autódromo, na Barra e Vila Taboinhas, em Vargem Grande. (SANTOS, 2017, p.49)

Embora o Caso da Comunidade do Horto tenha características diferentes em relação aos casos das demais favelas ameaçadas por ser um conflito fundiário direto com a União Federal, o fato é que ela passou a integrar também o rol de favelas ameaçadas de

extinção no contexto dos megaeventos como vimos acima, no trecho em destaque. Assim, a onda de remoção forçada que invadiu a cidade tornou ainda mais vulnerável a Comunidade do Horto que já vivia sob constante intimidação. Com a chegada dos megaeventos esportivos, o processo de gentrificação e especulação imobiliária no bairro do Jardim Botânico se fortaleceu e tornou mais perigoso, ameaçador.

Durante a preparação para os jogos, os moradores do Horto sofreram com diversas tentativas de remoção, através das reintegrações de posse, sempre acompanhadas pelo aparato da Polícia Militar e da resistência comunitária. Em 2013, houve a retirada de três famílias<sup>28</sup> na região do Grotão que, segundo os moradores, já residia há cerca de 80 anos na localidade. Nesta ocasião, as famílias removidas foram realocadas em imóveis da Secretaria de Patrimônio da União, no Centro e em Botafogo.

Em 05 de maio de 2014, aconteceu uma remoção bastante controversa e violenta que implicou na reintegração de posse do Clube Caxinguelê<sup>29</sup>, que era o espaço de lazer da comunidade. Para tentar frear a resistência comunitária, a tropa de choque da Polícia Militar foi acionada, com uso de máscaras antigás, atiraram bombas de efeito moral e de gás lacrimogênio contra os moradores.

FIGURA 19 - Clube Caxinguelê antes da reintegração de posse



Fonte: Arquivo cedido por Pedro Marins da TV Horto.

---

<sup>28</sup> TV Brasil: Começa desocupação de casas irregulares no Jardim Botânico - Repórter Rio: <https://www.youtube.com/watch?v=KzSayJwfD08>

<sup>29</sup> Remoção no Caxinguelê - [https://www.youtube.com/watch?v=IhkxyE\\_DsMQ](https://www.youtube.com/watch?v=IhkxyE_DsMQ)

A reintegração de posse foi consumada após muita resistência comunitária e o uso da força policial. O que se tornou curioso neste caso é que, a princípio, o Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro afirmava recuperar a área para aumentar o campo de pesquisas. Mas, após o local onde funcionava o Clube Caxinguelê voltar ao seu domínio, até o presente momento, não há qualquer atividade acontecendo, tornando-se um espaço ocioso, sem função.

FIGURA 20 - Remoção no Caxinguelê



Fonte: Arquivo AMAHOR

A última batalha encampada pela Comunidade do Horto foi uma remoção bastante violenta realizada em 07 de novembro de 2016. A Comunidade do Horto foi cercada e invadida por cerca de 200 policiais, incluindo a tropa de choque da polícia. Bombas de gás lacrimogênio e de efeito moral, spray de pimenta, balas de borracha e agressões a cacetetes foram utilizados para dispersar a resistência pacífica comunitária. Várias pessoas foram atingidas, inclusive mulheres e homens idosos.

Em novembro de 2016, a comunidade foi cercada por centenas de policiais para promover a reintegração de posse de apenas uma família. Não obstante a organização comunitária tenha colocado barricadas para impedir a entrada do caminhão de mudança, os protestos comunitários eram pacíficos e as armas utilizadas eram apenas suas vozes e seus corpos. No entanto, os policiais da tropa de choque agiram com truculência, agredindo mulheres e idosos não apenas com bombas e balas de borracha, mas também com cassetetes. (SANTOS, 2017, p.110)

É importante destacar que todo esse contingente policial e arsenal bélico foi aplicado para remover uma família composta por dois adultos e um adolescente. Alguns

militantes da luta por direito à moradia da cidade do Rio de Janeiro estiveram presentes para apoiar a resistência comunitária e, infelizmente, também foram atingidos pela violência praticada pela Polícia Militar. Diante das agressões, os moradores revidaram a truculência policial com seus próprios corpos, paus e pedras, além das construções de pequenas barricadas. Inclusive, o confronto foi noticiado em telejornais<sup>30</sup> e em mídias sociais ativistas<sup>31</sup> no campo dos direitos humanos.

FIGURA 21 – Tropa de Choque da Polícia Militar atuando na remoção no Horto



Fonte: Arquivo do Museu do Horto

A família alvo da reintegração de posse foi a do morador Marcelo, que há época tinha 41 anos e morava no Horto desde que nasceu, vivia com sua esposa e seu único filho, de 15 anos, na casa deixada por sua tia, que fora casada com um ex-funcionário do IPJB. Marcelo trabalhava com buffet e guardava todas as louças e utensílios em sua própria casa. Sua residência, além de moradia, funcionava como abrigo para seus equipamentos de trabalho. A família do Marcelo foi removida sem nenhum tipo de auxílio e, diferentemente da remoção ocorrida em 2013, não houve nenhuma solução de moradia apresentada pelas instituições envolvidas.

---

<sup>30</sup> Reintegração de posse no Horto tem confusão e manifestação. Polícia tenta reintegrar área invadida com cerca de 50 casas. Vias do Jardim Botânico foram fechadas e houve confronto. <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/11/policia-faz-reintegracao-de-posse-no-horto-na-zona-sul-do-rio.html>.

<sup>31</sup> The Intercept: VÍDEO EXCLUSIVO: Dentro da casa da família removida à força de sua moradia no Horto - <https://www.youtube.com/watch?v=U6K6366GcmY&t=3s>; TVT: Com bomba e gás, PM retira família de ocupação no Jardim Botânico - <https://www.youtube.com/watch?v=LqecPp4F07s>

A remoção da família de Marcelo também foi muito simbólica para os moradores pois, para além de toda a violência empregada para garantir a reintegração de posse, a casa foi destruída parcialmente, sendo retiradas portas, janelas e telhado. O local permanece até hoje abandonado sem nenhum tipo de cuidado, com o matagal crescente em meio aos entulhos que sequer foram retirados. Em 07 de novembro de 2021 completam cinco anos do despejo forçado da família e o espaço continua inutilizado pelo Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico, e o acúmulo de entulhos e matagal deixa o ambiente em total desequilíbrio, gerando danos presentes e futuros para a comunidade.

Margarida Maria das Graças Marques, moradora do Horto que é conhecida por todos como Gal, teve um dos ferimentos mais graves durante a ação violenta executada pela Polícia Militar. Gal é aposentada, à época do conflito tinha 63 anos e morava no Horto há mais de 30 anos com seus dois filhos, um deles é pessoa com deficiência e faz tratamento à base de óleo de canabidiol devido ao quadro de múltiplas convulsões. Gal foi socorrer uma vizinha que foi atingida por bala de borracha e ao prestar socorro foi alvejada na perna por uma bomba jogada pela polícia.

Aí, eu saí para o meio da rua, quando eu saí, eles estavam atravessando, subindo para a casa que ia ser demolida, fazer a reintegração. O cara só me olhou, jogou uma (bomba). Quando eu fiz isso, ele pegou foi pra atirar, mas não deu tempo, eu corri, preni para não sentir o gás. Senti pressão nos olhos. Quando eu fui sair daqui pra entrar novamente lá pra dentro, eu falei: “O que é isso”? Eu olhei e estava pegando fogo. Minha calça é aquela lycra. Senti a dor e vi a calça. “Preciso entrar na minha casa! Olha só o que seus colegas fizeram comigo! Eu preciso entrar na minha casa!” Eu precisei entrar na minha casa pegar meu documento! “Documento pra que”? “Para eu ir para o hospital!” “Estou ferida, um colega de vocês me feriu, preciso entrar na minha casa!” “Mas, a senhora não vai entrar!” “Como não vou entrar na minha casa? A minha casa não está sendo despejada! A casa é minha e eu vou entrar na minha casa”. Olhei pra trás e estava passando a repórter da Band correndo e eu gritei: “Repórter, eu fui ferida! Olha isso aqui!” Ela veio, filmou, fotografou. Eu me tremia toda. (SANTOS, 2018, p.137)

Outra moradora prejudicada nesse episódio foi a moradora Neuza Silva. Ela nasceu, cresceu e constituiu família no Horto. Tanto seu pai como seu marido foram funcionários do Jardim Botânico. Seu avô foi feitor das chácaras da região. Dona Neuza é viúva, mãe de quatro filhos, seu filho mais velho é falecido e tem um filho com deficiência. Foi aposentada por invalidez devido a uma cardiopatia e tinha 79 anos quando aconteceu o despejo forçado da família do Marcelo (SANTOS, 2018, p.136).

A última investida que eles deram... Tem minha cara no jornal, na frente assim, tinha no muro lá do Jardim. Eu falei que não era pra ter tirado, eles tiraram, tem meu rosto no Jardim Botânico. Eu participo de tudo e

nunca fui agredida, dessa vez eu estava encostadinha no portão ali e quando entrou aquela turma do Choque. Aí, me deram um empurrão! Me jogaram! Olha, só não me machuquei porque fui voando por cima dos outros, aí um rapaz me agarrou na frente aqui. É agressivo, né? Mas, eu enfrento nem que seja pra morrer! Eu vou. Agora tem uma coisa, covardia é covardia. Eles falam em tirar as pessoas, dizem que nós somos invasores, eles confessam com isso incompetência deles, porque cada portão tem um guarda, por onde que entra invasor? Não é verdade? Incompetência da chefia. Tem outra coisa, eles falam em nos tirar e vai nos colocar onde? Onde vão nos colocar? Eu tive uma isquemia, uma isquemia transitória, fiquei com a visão assim. Aqui só nesse meiozinho. Eu podia enfiar uma agulha, fazer um crochê. Mas, quando olho pros lados até agora... Tanto é que tenho uma consulta com vários exames agora. Isso foi logo depois dessa confusão aí. Relato da Neuza Silva (SANTOS, 2018, p.136)

Com seu relato, Dona Neuza aponta os danos à saúde provocados pelo caráter violento da última reintegração de posse. Além disso, ela tem uma cardiopatia grave que ensejou a aposentadoria por invalidez e um filho com deficiência. E esse tipo de ameaça constante com violência embutida pode causar o agravamento da sua própria saúde e do seu filho.

Nesta mesma reintegração de posse, muitas pessoas foram atingidas, inclusive um grupo de mulheres que sequer estavam participando do confronto direto. Dona Maria da Penha, moradora do Caxinguelê, viúva, 74 anos à época do ocorrido e filha de um ex-funcionário do Jardim Botânico, relatou que ela, sua irmã e vizinhas estavam conversando na porta das suas residências, em local distante da área principal de conflito, quando de repente o batalhão de choque entrou na sua rua em formação de combate e atirou uma bomba contra elas. Uma das vizinhas estava segurando seu filho no colo, um bebê de cerca de três meses, quando os policiais atiraram bombas de gás lacrimogênio e bombas de efeito moral, na direção do grupo. Todas correram para dentro de suas casas e a irmã de Dona Penha teve uma queimadura na perna devido a um estilhaço da bomba que a atingiu.

Além de toda a violência direta perpetrada durante os despejos forçados, a Comunidade do Horto lida diariamente com outro tipo de violência: a acusação de que seus moradores são invasores. Nesse sentido, o principal inimigo apontado pela comunidade é a Rede Globo, que através de matérias difamatórias, acusa os moradores de ocupação irregular, invasão e dano ambiental. Em várias ocasiões são publicadas reportagens com esse tipo de conteúdo que influencia a opinião pública contra a permanência dos moradores.

Dada a capilaridade e a quantidade de meios de comunicação que veiculam tais notícias (jornais impressos e televisivos, portais da internet, rádio, etc.) é uma luta árdua produzir conteúdo que conte a verdadeira história da Comunidade do Horto e alcance a sociedade. Digo árdua porque existe uma tríade muito poderosa, segundo os próprios moradores atuando contra a permanência dos moradores: O Globo, a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico - AMAJB e o Instituto de Pesquisa do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Esses três atores costumam atuar conjuntamente, de modo que a AMAJB e o IPJBRJ denunciam supostas violações ao meio ambiente e a Globo publica as reportagens sem direito de resposta. A Associação de Moradores da Gávea - AMAGávea também se movimenta nesse sentido de perseguir os moradores das Vilas da Major Rubens Vaz.

Para rebater os insultos e acusações, a AMAHOR busca parcerias com mídias alternativas, com coletivos ativistas de jornalistas como o The Intercept Brasil, TVT, A Nova Democracia, e as mídias sociais de seus apoiadores. Uma iniciativa que surgiu nesse processo foi a criação da TV Horto<sup>32</sup> pelo Pedro Marins, que é nascido, criado e residente na comunidade e seu bisavô foi funcionário do Jardim Botânico. Com a TV Horto, o Pedro registra as festas e atividades importantes para o processo de permanência, as tentativas de remoção e disponibiliza o conteúdo gerado nas plataformas do Youtube e Facebook.

Diante da criminalização produzida através de matérias jornalísticas que induzem seus leitores a acreditar que a remoção é legítima, seja pelo argumento de dano ambiental, seja pela acusação de invasão ao terreno do Instituto de Pesquisas do jardim Botânico, a comunidade do Horto precisou se organizar para reverter tais argumentos e contar a verdadeira história por trás das matérias falaciosas. É com o objetivo de revelar a história e a memória de moradores tão antigos, que nasce o Museu do Horto. Veremos a seguir como se deu a sua construção, seus personagens principais e suas memórias.

#### **1.4. Museu do Horto: uma iniciativa comunitária pelo direito à memória e a ancestralidade**

A partir de do constante assédio impulsionado pelo Instituto Parque Jardim Botânico, desde a década de 1980, para forçar sua remoção, a Comunidade do Horto,

---

<sup>32</sup> Canal da TV Horto no Youtube: <https://www.youtube.com/user/p21digital>

politicamente organizada e mobilizada, começou a prestar atenção na importância de contar a sua própria história e disputar as narrativas com o poder hegemônico. Nesse processo, se deu conta também sobre a riqueza dos relatos de experiência e vivência na territorialidade e que tinham uma história bonita de pertencimento e forte para contar. Desse modo, iniciou uma mobilização de apoiadores com conhecimento técnico na área de história, pedagogia, museologia, dentre outras para formar o que hoje se conhece como Museu do Horto.

Mas, o que é e como surgiu o Museu do Horto? Baseado nas premissas da memória social, o Museu do Horto<sup>33</sup> é um museu de percurso que entrelaça lugares históricos e o registro da memória coletiva da Comunidade do Horto. Como uma forma de manter o acervo vivo e acessível não apenas para os moradores, mas para todas as pessoas que desejam conhecer sua história, foi construída uma plataforma digital, um site, para disponibilizar todo o conteúdo.

A tese de doutorado da pesquisadora Laura Olivieri “Horto Florestal: um lugar de memória da cidade do Rio de Janeiro – A construção do Museu do Horto e seu correspondente projeto social de memória” (SOUZA, 2012), é uma obra que explica todo o processo de construção e articulação do museu, além de revelar detalhadamente o conteúdo produzido, a partir da memória dos moradores, e descoberto durante a pesquisa.

Para contar a história sobre o surgimento do Museu do Horto, entrevistei duas pessoas fundamentais para sua criação: a pesquisadora Laura Olivieri e o atual presidente da AMAHOR, Emerson de Souza. Apesar do museu partir de uma iniciativa coletiva, os dois tiveram um papel fundamental em sua constituição, desenvolvimento e articulação. Durante a entrevista descobri muitas histórias interessantes, inclusive dos próprios articuladores que narro a seguir.

Laura Olivieri é historiadora, tem mestrado em História e cursou seu doutorado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, trabalhou em algumas organizações não-governamentais, dentre elas o Museu da Pessoa. Ela já conhecia a Comunidade do Horto, mas se aproximou, nos anos 2000, através de uma outra pesquisadora também muito importante nesse percurso de resgate da memória

---

<sup>33</sup> Página do Museu do Horto - <https://www.facebook.com/Museu-do-Horto-171077956243078/>

comunitária, a Professora Maria Nilda Bizzo<sup>34</sup>, que dirigia uma ong intitulada Ler e Agir. Laura a conheceu através da RITS - Rede de Informações Para o Terceiro Setor.

Ela tinha uma ong chamada Ler & Agir, que tinha um projeto de memória e dentro de um equipamento de bibliotecas comunitárias, em comunidades. Então, tinha um espaço no Horto, articulado com a Emília, que já era uma super importante liderança na comunidade. Esse espaço até foi desativado, mas funcionava onde era o DEPSI (Desenvolvimento da Personalidade Socio Infantil), que ficava depois o ponto de ônibus e antes da casa da Emília... Naquele ínterim ali e era um espaço comunitário. A gente então começou a fazer um trabalho de memória local, eu era a professora, no âmbito desse projeto da Maria Nilda, da ong. E consistia em eu, no final da tarde, duas vezes por semana, ir lá e sensibilizar os jovens pra pesquisa histórica e a importância da memória histórica da região ali. (Relato Laura Olivieri)

Maria Nilda Bizzo, em construção conjunta com a Emília, foi quem deu os primeiros passos nesse processo de reconstituir a memória da Comunidade do Horto. Podemos dizer que esse foi o embrião para o que depois se constituiu como o Museu do Horto. Desse projeto “Nossa História” organizado pela Professora Maria Nilda Bizzo e do qual a Laura Olivieri participou como professora, nasceram o livro “Cacos de Memórias – Experiências e desejos na (re) construção do lugar: o Horto Florestal do Rio de Janeiro” e o vídeo “Horto Real”, disponível para acesso no youtube<sup>35</sup>. Inclusive, esse vídeo foi um produto específico das oficinas de formação da Laura com os jovens moradores do Horto.

E aí eu capacitei uns meninos que eram jovens, eram... Sabe, essa fase 16, 17, 18 anos, são jovens né, todos moradores. Curiosamente, todos meninos e ensinei eles a pesquisar historicamente e a trabalhar com memória oral e pedi pra eles que fizessem um documento qualquer, de qualquer tipo no final dessa capacitação que durou uns 6 meses com uma narrativa deles mesmo sobre a história do Horto. O resultado, então, é um filme, um vídeo que eles fizeram chamado “Horto Real” que é muito interessante, você encontra no youtube. Eles fizeram uma associação quando o Dom João chega ao Brasil, e começa a desapropriar casas, e mandar as pessoas embora pra comitiva imperial ser acomodada em analogia com o que acontece na questão fundiária na moradia do Horto. (Relato Laura Olivieri)

Após essa colaboração com a ong Ler & Agir, Laura me contou que ficou um tempo afastada do Horto porque teve dois filhos e precisou dedicar tempo à maternidade

---

<sup>34</sup> Economista. Pós-graduada em Filosofia da Educação e Mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Prof. Maria Nilda Bizzo atua principalmente nos temas de desenvolvimento socioeconômico e conflitos ambientais, modelos de sustentabilidade, política e regulação ambiental; gestão ambiental e movimentos sociais.

<sup>35</sup> Horto Real – Projeto Nossa História: <https://www.youtube.com/watch?v=qmP4btN33mE>

conjuntamente ao trabalho. Em 2007, ela decidiu retornar ao doutorado para estudar sobre memória social. Naquela época, não havia linhas de pesquisa nessa área no departamento de História, então ela se candidatou ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, no qual havia abertura para o tema, passou em primeiro lugar, ganhou uma bolsa de estudos e foi orientada pela Prof. Denise Fonseca, que já conduzia pesquisas sobre identidade, memória, raça e gênero.

Inicialmente, a Laura pensou em desenvolver uma pesquisa comparativa em memória social, comparando o Museu da Maré, que era o pioneiro nesse campo em relação com a Rocinha e o Horto. Mas, a história do Horto era tão rica que a pesquisadora então se encantou e mergulhou profundamente em todas as teias e nuances trazidas pelo território e seus moradores. Assim, Laura dedicou o tempo integral da sua pesquisa para a reconstrução da memória da Comunidade do Horto.

E então eu comecei a estudar esses 3 casos, mas só que eu mergulhei tão profundamente no Horto que eu desisti do comparativo e fui fazer um recorte mais profundo, e trabalhar só no Horto. Então, daí chegando a tese foram 4 anos de imersão começando sempre com a metodologia da memória oral, então eu partia de entrevistas com idosos. Essas pessoas iam me mostrando fotografias, documentos, me contavam histórias, a partir do que eu ia então pesquisar em arquivos. Esse foi o movimento. Acho que isso é importante metodologicamente. Tá dito também na tese. E pra além de uma pesquisa mais arquivística, teve uma ação interessante que aí entra a criação do Museu do Horto. Porque essa pesquisa minha de doutorado coincide então com a gente fundando os fundamentos iniciais do Museu do Horto.

O Museu do Horto surgiu da pesquisa realizada pela Laura e do desejo dos moradores em manter suas histórias de vida e pertencimento vivas. Nesse contexto, algo muito interessante apontado pela pesquisadora foi o momento político propício para a construção e realização do museu. Durante o governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva houve um grande investimento no Ministério da Cultura, cuja administração ficou sob o cargo do ministro Gilberto Gil, no período de 2003 a 2008. Desse modo, havia incentivos para setor de museologia com perspectiva social, o que possibilitou o desenvolvimento de alguns museus importantes em favelas, comunidades tradicionais, dentre outras. Esses investimentos viabilizavam formações técnicas para orientar a criação e a manutenção dos museus.

No caso do Museu do Horto, órgãos importantes estiveram envolvidos e apoiaram o surgimento da iniciativa comunitária para registrar sua memória. Dentre eles, podemos

destacar o IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus e a SEPPIR - Secretaria Especial de Promoção de Políticas da Igualdade Racial. Inclusive, o ministro Edson Santos, nascido e criado no Horto, trabalhou à frente da SEPPIR nos anos de 2008 a 2010 e tentou apoiar a comunidade durante a sua gestão.

Com o cenário favorável ao desenvolvimento de uma museologia voltada para a memória social somado ao material garimpado pela Laura durante os quatro anos de pesquisa do doutorado, a Comunidade do Horto, representada pela AMAHOR, viu a oportunidade de criar e organizar um registro oficial de sua memória e assim disputar uma narrativa, que até então estava em desvantagem por não ter visibilidade.

A gente tava já com essa memória em andamento, retomando e os museus estavam sendo criados, eles foram aumentados pelo IBRAM e a gente teve a sorte de tá fazendo a coisa certa, no momento certo e que havia interesse. A gente tinha a lei 10.639. Só isso, então, era favorecer a preservação da memória negra, afrobrasileira. Hoje, outro contexto. Mas, nesse momento, o IBRAM trabalhava nesse sentido de favorecer isso como uma política pública da área de cultura comunitária museal. Então, eles estavam antenados com o internacional e contra a instituição de museus, reformulando a museologia pra incluir essa memória das comunidades. Então estavam pipocando várias experiências dos museus comunitários, de favelas, de quilombos, de comunidades indígenas. Aí, o que a gente fez foi se aproximar de uma figura que se chama Mário Chagas que era presidente do IBRAM, que hoje é diretor do Museu da República. E ali naquele momento ele foi da minha banca, e ele era conselheiro do museu do Horto quando a gente criou, tinha todo um modo de conselheiros legais. (...) Então, a gente entrou na rede de museologia social. (...) Eu fiz a ponte, mas, o Emerson era a pessoa que participava da rede efetivamente. (...) Ele foi a Brasília, foi pro Nordeste, até porque tinha fomento.

O Emerson, que foi presidente da AMAHOR e sobrinho da Emília, esteve envolvido na construção do museu comunitário desde o início, tanto quando auxiliou a Laura fazendo o contato com os moradores dos 11 núcleos que compõem a Comunidade do Horto para colher as histórias e memórias, quanto nos processos constitutivos oficiais do museu.

Na verdade, foram momentos distintos, mas que fazem parte desse mesmo processo de construção minha ali dentro do engajamento da causa do Horto, e da própria construção do museu, em 2000 e 2001. Na época, nós ainda tínhamos o clube Caxinguelê né, e ali era a sede da associação dos moradores. Enfim, tinha uma série de atividades socioculturais que eram organizadas nesse clube, e eu tive a oportunidade de fazer parte dessa dinâmica comunitária aqui do Horto. Tanto desde pequeno jogando bola lá em cima. Na verdade, eu sou

nascido e criado no Morro das Margaridas vivi lá até os meus 2 anos e meio, 3 anos de idade, depois que eu vim morar aqui na Dona Castorina onde eu vivo até hoje né. Mas, na verdade eu sou nascido e criado ali, e ali é ao lado do Caxinguelê. Então boa parte da minha infância, até eu me adaptar aqui nessa minha nova vida no alto do Horto, eu frequentei muito o Morro das Margaridas e o Caxinguelê, porque eram as minhas referências de infância e tudo mais. (Relato do Emerson)

Emerson relata acima como começou o engajamento no movimento de permanência do Horto que curiosamente esteve atrelado às suas vivências no Clube Caxinguelê, que além de sede da AMAHOR era também a área de lazer da comunidade. Nascido no Morro das Margaridas, ele se mudou junto com a sua família para a Estrada Dona Castorina, onde reside até hoje, mas ainda assim suas referências políticas e sociais estiveram presentes na região onde nasceu. Nesse percurso, se aproximou da luta e da construção do Museu do Horto.

Então, desde essa época venho participando dessas atividades, mas particularmente em 2002 e 2001, foi quando nós tivemos a oportunidade de conhecer a Maria Nilda e ela veio fazer um projeto aqui no Horto que ela já fazia em outras localidades, outras comunidades do Rio de Janeiro através da ong dela Ler & Agir. Ai era um grupo de pessoas, no caso, na sua grande maioria mulheres, que faziam esse trabalho de ajuda da construção de bibliotecas comunitárias dentro desses territórios. Inclusive até meu amigo Ricardo, lá do Cerro Corá, que tem a biblioteca comunitária do Cerro Corá que funciona até hoje, e que foi fruto aí desse trabalho da Maria Nilda e dessa equipe que fizeram e deram esse start lá pra eles. E fizeram a mesma coisa aqui no Horto. Na época minha tia já fazia parte da associação dos moradores, da diretoria não estava a frente mas já tava ali na luta, da causa né e tudo mais, e eu tava lecionando ali na Escola de Música Villa Lobos. (Relato do Emerson)

Ele me conta que no início dos anos 2000, a Maria Nilda e sua equipe ajudaram a montar a biblioteca comunitária do Horto Florestal que foi instalada dentro do DEPSI, uma escola que prezava pela inclusão de pessoas com deficiência e que, posteriormente, por falta de recursos, a escola fechou. Nesse ínterim, a biblioteca foi transferida para o Caxinguelê e de repente todos os envolvidos na construção da biblioteca comunitária se deram conta de que não havia nenhum tipo de registro sobre a história do Horto.

O pessoal da equipe super apoiou. Ah, temos uma biblioteca aqui, que é super legal, as crianças tem vindo, as pessoas estão apoiando, tem livro contando a história do mundo inteiro, mas não tem um livro contando sobre a história do Horto. Surgiu a ideia de se fazer esse trabalho da construção do livro, aí foi um trabalho de pesquisa de 2 anos que gerou o Cacos de Memória. (...) Enfim, rolou isso, aconteceu que eu tive a oportunidade de participar desse processo de construção do livro, né? Participei não de todas, mas de uma boa parte das entrevistas

que foram realizadas, inclusive nessa parte musical de levantamento de blocos carnavalescos, das figuras desses blocos da música aqui do Horto Florestal, o falecido seu Eraldo, entrevistamos seu Evandro também, algumas pessoas que eram do antigo Unidos do Jardim Botânico. Foi um trabalho bem legal e as pessoas na época foram muito solícitas de prestar seu depoimento e compartilhar as histórias, fotos, memórias. (Relato do Emerson)

Toda essa experiência de trabalho coletivo pavimentou os caminhos do que posteriormente se tornou o Museu do Horto. Curiosa qual sobre o momento em que decidiram compor a instituição, perguntei ao Emerson quando eles sentiram a necessidade de organizar toda aquela bagagem com tantas informações, histórias e memórias dos moradores e transformar em museu. Ele me respondeu que foi quando as matérias falaciosas sobre a comunidade começaram a dominar as mídias tradicionais de comunicação.

Então, em 2005, a gente começa a ser bombardeado por especulações imobiliárias através do jornal O Globo. Então são feitas uma série, não só o jornal O Globo, mas também da então gestão, tanto do Jardim Botânico parque, instituto de pesquisa, quanto da associação de moradores e amigos do bairro Jardim Botânico, a AMAJB. Então as três instituições se uniram pra criminalizar a comunidade do Horto, dizendo que era a comunidade que destruía o meio ambiente, que tinha tráfico de drogas, que tinha milícia.

O Museu do Horto surge, portanto, como uma defesa alternativa, para além da jurídica, para trazer visibilidade e realizar uma narrativa contra hegemônica. A partir do surgimento do museu comunitário, outras matérias jornalísticas foram publicadas questionando sua criação e colocando em descrédito a origem negra da comunidade. A exemplo deste tipo de argumento depreciativo temos duas matérias que foram publicadas: uma publicada pela revista *Veja*<sup>36</sup> e outra publicada pelo site *O Globo Online*<sup>37</sup>. Na primeira, o veículo impresso noticiou uma suposta fraude em relação ao quilombo do Horto e o surgimento do Museu do Horto. Na segunda, foi publicado o projeto do Museu do Horto, que em tese teria sido enviado ao setor cultural da Petrobrás para possível patrocínio, com a estrutura do quadro de possíveis funcionários, questionando valores dos salários e colocando em descrédito a narrativa quilombista do museu.

---

<sup>36</sup> Matéria publicada na revista *Veja* impressa “Um ultraje, um escândalo” na edição 2203, ano 44, no 6, de 9 de fevereiro de 2011.

<sup>37</sup> Matéria publicada no site do *O Globo Online* pela jornalista Selma Schmidt em 01/10/2020: “Comunidades do Horto buscam patrocínio para construção de museu” - Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/comunidades-do-horto-buscam-patrocio-para-construcao-de-museu-2916395>. Acesso em: 20.08.2021

A gente pensou em como fazer para que as pessoas escutassem, conhecessem o outro lado da história, não só o lado de quem quer retirar os moradores, mas o lado de quem está sendo ameaçado. Nós pedimos resposta a Rede Globo. Nada foi feito, fizemos uma reunião na Associação Brasileira de Imprensa afim de comover as pessoas. Infelizmente nem a Rede Globo, nem os tribunais de justiça entenderam a situação que deveria ser da gente ter o direito de resposta no mesmo grau. A gente acabou sendo atacado pela Rede Globo, nas suas páginas, nos blogs do Anselmo Gois, nas suas matérias, só prejudicou a gente. Inclusive, até logo depois da criação do museu, no processo de criação do museu, o próprio jornal *O Globo* fez uma matéria criminalizando o museu, chamando o museu de “museu dos invasores”. Então, enfim, foi uma coisa bem pesada. Foi aí que a gente resolveu não só fazer o museu, um museu de percurso, mas fazer o virtual, estar na internet, mobilizando todas as informações, históricos das famílias, ocupação do território pra quem quisesse conhecer a história de construção do Horto Florestal, da comunidade, do próprio Jardim Botânico. O Jardim Botânico se mistura com a história da comunidade. São as famílias dos trabalhadores do Jardim Botânico que vieram aqui pra poder fazer a manutenção e preservação tanto do parque Jardim Botânico quanto do meio ambiente do local. (Emerson)

Como não houve manifestação ao pedido de direito de resposta para os moradores da Comunidade do Horto pela mídia tradicional, foi necessário criar outra estratégia. Para combater essas reportagens depreciativas, a pesquisadora Laura Olivieri publicou uma resposta no Portal Geledés<sup>38</sup>, em 13.02.2011, afirmando a historicidade da região do Horto como quilombo e como uma comunidade tradicional na cidade do Rio de Janeiro.

Em resposta à matéria publicada essa semana pela Revista Veja (“Um ultraje, um escândalo” na edição 2203, ano 44, no 6, de 9 de fevereiro de 2011), como historiadora e uma das coordenadoras do Museu do Horto, me sinto no dever cívico de socializar as informações que acumulo em dez anos de pesquisas e estudos sobre a história do Horto Florestal, embora outros profissionais já tenham escrito boas defesas da comunidade e sua história depois que a mídia passou a atacar a região, estigmatizando seus moradores como “invasores” e outros perversos atributos na tentativa de desqualificá-los e mesmo criminalizá-los. Procurarei me deter num ponto específico da citada matéria, para o que, transcrevo o trecho ao qual respondo com o presente artigo: “Cogitou-se até transformá-la [“a área invadida”, segundo a revista] em quilombo, sob a alegação de que quem pleiteava a terra eram descendentes de escravos, mas a ideia não vingou por completa falta de evidências”.

Em seguida, Laura aponta no texto, de maneira resumida, todas as evidências históricas angariadas durante os seus 10 anos de pesquisa na Comunidade do Horto. Ponto

---

<sup>38</sup> Matéria publicada por Laura Olivieri no Portal Geledés em 13.02.2011: “Quilombos não se inventam; eles existem historicamente: apontamentos sobre a história e a ancestralidade do Horto Florestal do Rio de Janeiro”. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/quilombos-nao-se-inventam-eles-existem-historicamente/>. Acesso em: 20.08.2021

a ponto, a historiadora explica as conexões com as fazendas de açúcar e café, a presença de escravizados e de mocambos, as ruínas da antiga casa grande no Morro das Margaridas e a senzala no subsolo do Solar da Imperatriz. Finaliza o texto reafirmando o compromisso com do Museu do Horto em manter viva a memória do povo negro através da permanência da Comunidade do Horto.

Por fim, temos uma certeza: o Museu do Horto tem a missão de reafirmar essa identidade negra e guerreira da região e está trabalhando junto com os moradores a história e a cultura da resistência afrobrasileira em ações que envolvem a capoeira, a cultura ervateira ancestral, as expressões religiosas, o samba, a feijoada... E doa a quem doer, incomode a quem incomodar, não vamos dar o braço a torcer e nos manteremos firmes na luta, como sempre esteve a combativa população do Horto em séculos de resistência e afirmação cultural.

É com esse espírito combativo e construtivo (*Ogun Ye!*) que o museu comunitário continuou se construindo e abrindo caminhos para possibilitar que a narrativa dos moradores permanecesse viva. Emerson afirma que logo no início as pessoas não compreendiam muito bem o que era um museu comunitário porque o imaginário das pessoas estava permeado por uma ideia que remetia aos museus tradicionais, como por exemplo, o Museu Nacional. Esses museus mostravam itens e a história sobre a Família Real, mas nunca retratou os trabalhadores, os escravizados, quem de fato construiu a cidade do Rio de Janeiro. Nesse movimento de questionar o processo hegemônico instituído, nasce a museologia social. Amparados por esse ramo museal, o Museu do Horto montou a sua equipe e passou a conscientizar os moradores sobre as ações de um museu comunitário e buscar fomento para formação e estruturação.

Uma série de museus que foram criados em 2008. Na época, o Ministério da Cultura estava na gestão do Gilberto Gil. E aí ele teve esse entendimento de pegar esses pontos cartesianos do território brasileiro e começar a trabalhar a memória história desses pontos que são um dos locais mais violentos do Brasil, pra que as pessoas tivessem essa percepção, essa identificação, dentro da construção da sociedade, que era uma coisa que não tinha, né? Era uma coisa dos excluídos! Só o excluído fisicamente, excluído mentalmente dentro da memória histórica, construção do nosso povo dentro da nossa sociedade. Eu tive a oportunidade de participar a partir de 2009/2010. O museu inicial era a Emília, Natércia, a Cristiane Tobias que morou ali no Caxinguelê, eu, a Laura Olivieri. E aí, assim, dentro desse núcleo, na verdade, a gente começou a desdobrar para outras pessoas que não participavam efetivamente da equipe do museu, mas que nos ajudaram a estruturar. Enfim, nessa coisa da divulgação do museu dentro da comunidade de ajudar, ver quem é que tinha a memória lá da família, registros históricos através de fotos e documentos, e aí fizemos essa campanha lá no Caxinguelê. A gente começou a fazer uma série de eventos do Museu do Horto, voltado em memória, a história do Horto e pedimos

para que as famílias levassem documentos, fotos históricas da família onde a gente digitalizou esses documentos e fotos enfim, colhi depoimentos dessas pessoas para começar a montar o acervo do museu.

Nesse período, dois personagens foram fundamentais para apoiar a estruturação do museu: Nathercia Lacerda e Mário Chagas. A Nathercia é uma educadora e apoiadora que desenvolveu um trabalho riquíssimo com as crianças da Escola Municipal Capistrano de Abreu em resgatar a memória das brincadeiras dos anciãos e crianças do Horto e que resultou em um livro chamado “Memórias brincantes”. Nathercia conhecia o Mário que à época era coordenador da Museologia Social da UNIRIO e também fazia parte da diretoria do Instituto Brasileiro de Museus:

Ele (Mário Chagas) estava puxando esse movimento de museologia social e foi uma das pessoas responsáveis aqui no Brasil por fomentar, por fazer esses reconhecimentos do território e fomentar a criação desses museus comunitários. E nós tivemos a oportunidade, através da Natércia, de ter a visita do Mário Chagas aqui. Na época ele correu todo o território e entendeu a importância de nos ajudar a construir o nosso museu, né? A gente já havia feito uma construção do livro "Cacos de Memória" e esse livro também serviu de base pra gente fazer essa pesquisa de levantamento das famílias, enfim, da história de vivência das famílias de construção aqui do território do Horto Florestal. Em 2008, houve o primeiro encontro lá na Bahia, onde eu não tive a oportunidade de ir, quem foi, foi a Emília. Mas, ali já tinha todos os representantes dos museus comunitários do Brasil dentro desse programa chamado "Pontos de Memória". Um programa financiado pelo IBRAM e que tinha esse intuito como já falei de valorizar as histórias das famílias que viviam nessas áreas impactadas por violência causada tanto pelo Estado, quanto pelo narcotráfico, quanto pelas milícias. Então, com esse trabalho foi muito bom porque conseguimos salvar muitas vidas nesses locais que receberam esses programas. Então, em 2008 teve o primeiro encontro. Em 2010 teve o primeiro fórum nacional de museus, eu tive a oportunidade de ir em Brasília. Em 2011, nós fizemos o encontro aqui no Rio de Janeiro. Em 2012 teve um segundo fórum que foi em Petrópolis. Aí em 2014 teve um terceiro que foi da Teia que é no Rio Grande do Norte, e eu tive a oportunidade de ir também com os meus amigos que tem os outros museus aqui do Rio de Janeiro: da Maré, São Conrado, na Rocinha com o Firmino, o Fernando do museu de Favelas, com o Sidney Tartaruga, mestre de capoeira lá do Cantagalo, né, que inclusive o pai dele era grande parceiro do Dicro.

Essa articulação com o IBRAM foi fundamental não apenas para a estruturação do museu, mas também para que a equipe tivesse contato com outras experiências museais com realidades próximas a sua tanto no âmbito da cidade do Rio de Janeiro quanto no plano nacional. Algo muito interessante, é que durante a entrevista, Emerson destacou a participação feminina nos processos de resistência comunitários.

É, e a gente vai conhecendo as histórias de cada um, né. E assim, muitas mulheres também tipo, guerreiríssimas que eu tive a oportunidade de conhecer também. Inclusive uma delas era até nascida e criada no lixão de Brasília, (...) ela teve todo um processo dela de vida, tudo de luta, e hoje em dia graças a Deus tá lá firme e forte, fazendo o trabalho deles lá de memória e história também. Enfim, a vida dela é muito melhor, tudo isso por conta do trabalho da museologia social dentro desses territórios. E aqui no Horto também, porque a gente teve a oportunidade de tá construindo o museu, o museu até hoje tem esse reconhecimento do Instituto Brasileiro de Museus, como o museu de percurso, e dentro do programa Pontos de Memória. Então, agora a gente tá voltando aí com essa equipe, né, que é a equipe inicial. Mas, assim com outras pessoas também que a gente já fez contato no entorno do Horto só aguardando esse momento pra gente poder realizar essa capacitação delas dentro dessa nova plataforma. Porque a antiga plataforma foi extinta quando a empresa faliu. Enfim, e aí agora a gente tá com esses novos parceiros aí. E vamos remontando e reinaugurando o museu do Horto em breve se Deus quiser.

O fomento realizado pelo IBRAM para formação e estruturação dos museus comunitários impactou a vida de muitas pessoas atingidas pela violência, pela pobreza e ausência do Estado. No caso específico da Comunidade do Horto, a criação do museu comunitário e seu reconhecimento pelo IBRAM ajudou bastante no sentido de construir autoestima dos moradores e moradoras do Horto e assim fortalecer o seu desejo de permanência no território. Compreender que a sua história é importante não apenas para o bairro, mas para a memória da cidade do Rio de Janeiro e do Brasil.

A página virtual oficial do Museu do Horto está temporariamente fora do ar porque seu conteúdo está em transferência para uma nova plataforma digital. Mas, suas mídias sociais estão sendo acionadas novamente pelo *Instagram* e *Facebook*<sup>39</sup>. O site é um importante canal para divulgação da história e memória da Comunidade do Horto, pois através dele é possível contrapor mentiras e desinformações por canais digitais produzidas pelos interessados em sua remoção e assim conceder um espaço justo para a manifestação da narrativa comunitária. No próximo item, traremos histórias e memórias de alguns moradores do Horto.

---

<sup>39</sup> Páginas do Museu do Horto nas mídias sociais:

Instagram: <https://www.instagram.com/museudohorto/>

Facebook: <https://www.facebook.com/search/top?q=museu%20do%20horto>

## **CAPÍTULO II – Não somos invasores! O Museu do Horto e a ampliação das vozes-narrativas frente ao discurso hegemônico**

Anastácia. A figura de uma mulher negra com uma máscara de ferro em sua boca que a impede de falar. Uma mulher escravizada, cultuada nacionalmente como santa negra e não reconhecida pela Igreja Católica Apostólica Romana. Ainda muito criança me deparei com a imagem e confesso que fiquei assustada quando vi. A violência é assustadora. Era um papel cor de rosa, com a imagem e oração datilografados em tinta preta. O que eu não podia imaginar àquela época era a representatividade e força que aquela mulher tinha para muitas pessoas no Brasil.

Anastácia, conforme indica a memória popular, foi uma mulher escravizada que se impôs contra a escravidão, resistiu aos estupros de seu proprietário e era dona de uma beleza ímpar. Por seu comportamento considerado rebelde ou por gerar ameaça à esposa de seu proprietário (existem as duas versões no imaginário popular), foi amordaçada com uma máscara de ferro. Outra memória bastante comum é que mesmo nessa condição, ela curava homens e mulheres escravizados e feridos pelos açoites violentos ordenados por senhores de engenho. Por esse motivo, ela teria sido isolada e passou a ter com muitas dificuldades para se alimentar, o que fez com que ela adoecesse e viesse a falecer.

Existem estudos que atestam a sua existência e outros que afirmam que Anastácia nunca existiu. Independente disso, o fato é que a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, localizada na Rua Uruguaiana, no centro da cidade do Rio de Janeiro, construída pelas irmandades negras católicas no século XVIII é conhecida até hoje como a Igreja da Anastácia.

Essa igreja comporta o Museu do Negro, com itens remanescentes da época da escravidão, e, ainda é possível encontrar várias imagens da santa negra e inclusive pedidos de seus devotos. Houve uma época em que as imagens da Escrava Anastácia, nome pelo qual é reconhecida pelos fiéis, estavam presentes no salão principal onde ocorriam as missas. Mas, após o terrível incêndio que acabou com boa parte do acervo histórico do local, Anastácia teve sua existência desconsiderada pela Arquidiocese e sua presença foi retirada do átrio da igreja e foi confinada no pequeno museu nos fundos desta igreja.

Evoco a representação da Anastácia para falar sobre silenciamento e apagamento histórico. Constantemente nos deparamos com mulheres negras sendo silenciadas e apagadas dos espaços de poder. Imagine então aquelas que não conseguem sequer ter acesso a tais espaços. Suas histórias seguem sendo apagadas e ou contadas por quem exerce o poder dominante.

Nesse sentido, o Museu do Horto se tornou um instrumento de luta relevante para a Comunidade do Horto porque através dele é possível contar a sua própria história e desconstruir o argumento perverso e falacioso de que os moradores são invasores. Nesse sentido, com o propósito de aprofundar a escuta e ampliar as vozes comunitárias, proponho mergulhar nas histórias e memórias coletadas durante as entrevistas que realizei durante a pesquisa de campo.

No dia 30 de junho de 2021, a Comunidade do Horto foi surpreendida por um fato que mais uma vez deixou os moradores enredados em uma situação de vulnerabilidade: o Poder Judiciário realizou uma ação conjunta com a Polícia Militar e a Polícia Federal para entregar mandados de citação e de reintegração de posse. Por volta de 5:30 da manhã, os policiais já estavam percorrendo as ruas da comunidade e iniciaram a abordagem às 6:00. Foi uma situação de muita apreensão porque dada a violência ocorrida na última remoção, muitas pessoas temiam que o fato se repetisse.

Segundo matéria jornalística<sup>40</sup> publicada no Portal G1 (Rede Globo), a presença da polícia era uma maneira de garantir a segurança dos oficiais de justiça, como se houvesse algum perigo iminente. A Comunidade do Horto sempre atua de maneira pacífica e nunca aconteceu nenhum tipo de agressão a qualquer agente do Judiciário no cumprimento do seu ofício. O que houve foi uma tentativa de intimidar os moradores e forçá-los a receber os mandados, tendo em vista que muitos deles se esquivam em receber as notificações e mandados como estratégia para permanência. A abordagem realizada neste dia foi estúpida, truculenta e grosseira pois os agentes foram ríspidos, bateram e chutaram os portões dos moradores e inclusive em alguns casos quase arrombaram portões. Vale ressaltar que a população do Horto tem muitos idosos e muitos deles tem

---

<sup>40</sup> Matéria publicada em 30.06.2021 no Portal G1: Oficiais de Justiça notificam famílias do Horto sobre desapropriação; ação conta com apoio da PF e PM. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/30/pf-e-pm-notificam-familias-do-horto-processo-de-desapropriacao.ghtml>. Acesso em: 05.07.2021

doenças cardíacas, hipertensão, diabetes, dentre outras doenças, que com esse tipo de abordagem pode agravar a condição de saúde.

Com esse novo assédio à comunidade, foi necessário montar um plantão jurídico para averiguar o teor das intimações recebidas e tirar a dúvida dos moradores. Nesse momento, como também faço parte da equipe de assessoria jurídica da comunidade, eu participei do plantão fazendo as entrevistas para a pesquisa, coletando informações relevantes através das memórias e vivências para posteriormente ceder o material para o Museu do Horto. A partir do plantão, contatei outros moradores e agendei novas entrevistas.

O método utilizado foi o de entrevista aberta, porque dado o contexto de vulnerabilidade, percebi que esse método deixava os moradores e moradoras mais confortáveis para falar sobre suas vivências. Por outro lado, como já conheço o caso em questão, tendo escrito a dissertação sobre a comunidade e realizado entrevistas anteriormente, me senti segura para embarcar nesse método de entrevista. Considerando esse contexto, destaco a seguir cada pessoa entrevistada e o conteúdo compartilhado.

## **2.1. Dona Maria Alice**

Maria Alice Gomes de Jesus tem 62 anos e nasceu no Horto. Seu avô veio de Minas Gerais para o Rio de Janeiro e começou a trabalhar na sementeira do Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro aos 18 anos. Ele trouxe a família que na época era composta por sua avó e dois filhos, dentre eles seu pai. O Jardim Botânico cedeu parte do material para a construção da casa e seu avô a construiu. Ela me conta que a sua casa era de sopapo e foi construída à base de angu e barro.

Com o passar do tempo, vieram mais filhos. Seus avós tiveram 8 filhos. Quando seu pai se casou com a sua mãe, eles não permaneceram casados por muito tempo. Sua mãe foi embora da casa e Maria Alice e seu irmão foram criados por seus avós paternos desde bebê. Assim, ela e seu irmão cresceram juntos com o seu tio caçula que tinha praticamente a mesma idade.

Sobre a sua infância ela me conta que foi uma vida financeiramente muito difícil porque apenas seu avô tinha trabalho com remuneração para sustentar uma família com 8 filhos e netos, mas que mesmo assim eram felizes e não faltava alimento. Ela conta que

brincava muito na região do Solar da Imperatriz, onde mora até hoje, localidade conhecida como 2040.

Por toda a história de sua família ela fica indignada com as acusações sobre invasão “Muitos estão dizendo que não é morador do Horto, tão dizendo que somos invasores, nós não somos invasores”. E nesse processo de resistência, ela percebe que toda comunidade está envolvida na luta, mas que existe um protagonismo feminino. “Acho mais forte, que eu estou vendo, um pouco das mulheres, porque elas estão botando força na luta”.

Algo interessante que Dona Maria Alice me contou quando perguntei se ela sabia de alguma história local sobre a presença de escravizados na região é que durante a sua infância ela chegou a ver as “coisas dos escravos” no porão do Solar da Imperatriz porque ela e os coleguinhas costumavam brincar ali. Naquela época era tudo aberto, então as crianças brincavam no porão e nos jardins do Solar.

Quando eu era garota, eu cheguei a ver. A gente brincava muito no casarão. Era tudo aberto. Tinha corrente, tinha uma porção de coisas deles, tinha aquelas coisas de bater neles, nos escravos, tinha tudo ali guardado. Hoje eu não sei, porque o Jardim Botânico cercou. O jardim que nós brincávamos ali, eles fecharam. E lá na sementeira, era a sementeira aqui e aqui era uma passagem que ia pra minha casa. O que eles fizeram, fecharam aquilo ali. Já tem um bom tempo já, 3 ou 4 anos. Aí o que acontece, prejudicou a gente que passava ali no caminho, ainda mais de gente idoso, é uma subida enorme, prejudicaram a gente.

Dona Maria Alice relata o cerceamento da área do Solar da Imperatriz. Outros moradores já me relataram que antigamente os moradores tinham acesso ao Solar, mas que há uns poucos anos atrás os acessos foram cercados por portões, grades e alambrados. Assim, como Dona Maria Alice, outros moradores tiveram a experiência de brincar entre a memória viva de um período nefasto, a escravidão. As correntes, grilhões e objetos de açoite encontrados nos porões do Solar da Imperatriz desapareceram com a reforma realizada pelo Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico. Além disso, houve também o fechamento das passagens que saíam da sementeira, local onde seu avô trabalhou, e que implicou na passagem por um local mais íngreme e hoje dificulta a locomoção dos idosos que vivem na localidade.

Ademais, segundo seu relato, houve ainda a destruição do campo de futebol que implicou diretamente na possibilidade de lazer comunitário e que conseqüentemente também gerou danos ambientais para a comunidade. Algo muito recorrente nos relatos da

comunidade é a falta de cuidado com os espaços retomados pela administração do Jardim Botânico.

Acabou com o campo de futebol dos meninos que jogavam bola. Ali tinha um campo de futebol enorme, tinha um casarão que guardava material dos funcionários, derrubou, virou mato, um matagal que dá mosquito da dengue. Às vezes, quando a gente quer fazer uma brincadeira para as crianças em outubro, liga pra lá, pra ver se eles tiram. Passar a máquina pra tirar os matos de lá. Eles mesmos que limpam e eles mesmo que jogam lixo naquilo ali, o próprio Jardim Botânico. Eles varrem tudinho, onde tem o casarão, tira os matos e aí sabe o que eles fazem? Pegam e jogam lá dentro, no campo, não fazem nada, só querem prejudicar a gente, querem fazer de tudo pra tirar a gente dali.

O descaso com o espaço onde era o campo de futebol torna o ambiente comunitário nocivo, trazendo como consequências negativas insetos e bichos atraídos pelo lixo acumulado pela própria instituição que deveria zelar pelo bem-estar e salubridade do local e das pessoas. Deixar entulhos em geral tem sido uma prática institucional comum no contexto da remoção das favelas para forçar os moradores a abandonar as casas e mudar para outro lugar. No caso da Comunidade do Horto, isso se torna interessante porque o IPJB acusa os moradores de poluição ambiental, quando a própria instituição age de maneira irresponsável e não zela por um meio ambiente saudável com a finalidade de criminalizar os moradores.

Outra questão importante apontada pela entrevistada e que também se relaciona com a vivência em um meio ambiente equilibrado é a sua condição de saúde. Aos 62 anos, Dona Maria Alice é uma sobrevivente de três acidentes vasculares cerebrais (AVC) e um infarto. Diante desse quadro, ela foi aposentada por invalidez e me contou que quando tem alguma ameaça de remoção, ela fica muito nervosa e o seu quadro piora muito.

No primeiro AVC, eu andei de cadeira de rodas, aí fui me reabilitando. Hoje em dia eu sinto dores insuportáveis nas pernas, não tenho forças. Olha, essa última tentativa que a polícia foi na porta... Nossa Senhora! Eu passei muito mal! Meu marido quase que me levou pro hospital, me deu remédio pra me acalmar, ficar quietinha.

O primeiro AVC que ela teve foi em 1982 e o enfarto foi no ano passado, antes do início da pandemia. Ela me contou que ficou internada durante dois meses e que o acompanhamento tem sido realizado no posto de saúde conhecido como Minhocão, na Gávea, próximo a PUC-Rio. O tratamento inclusive é uma questão que a preocupa muito

porque se a remoção da comunidade se concretizar, ela não saberia para onde ir ou como iniciar o tratamento em outro lugar, porque nesse posto os médicos já conhecem o caso clínico dela.

Dona Maria Alice vive com seu marido, seu filho de 27 anos, um irmão e relata que, mesmo com esses graves problemas de saúde, ajuda nos cuidados do marido da sua tia, a quem chama de pai e que mora nos fundos da sua casa. Na verdade, ela cuida de dois idosos: o marido da sua tia e o seu pai biológico, que está tratando um câncer de próstata.

Mora eu, meu marido, um tio meu, um irmão e nos fundos mora o marido da minha tia que eu chamo de pai e meu filho fica com ele por ele ser idoso. Eu fico com ele porque ele também chama ele de pai. Tomo conta dele porque meu pai é debilitado, ele tem câncer de próstata, ele já é idosinho, entendeu? E esse meu tio, ele tem labirintite e tem um problema de saúde na pele.

Durante a entrevista Dona Maria Alice continuou falando sobre as origens da sua família. De acordo com o seu relato, o avô era negro com uma tonalidade de pele bem escura e sua avó era uma mulher branca, mas ela conta que todos os filhos herdaram os fenótipos do avô e afirma a negritude da sua família.

Já ao final da entrevista descobri que Dona Maria Alice é católica, mas que algumas famílias no Horto cultuam religiões de matriz africana. Ela me conta que inclusive tem um primo que é pai-de-santo e reside no Horto. Trata-se de uma pessoa que fez uma contribuição muito importante para o Museu do Horto no sentido de evidenciar a africanidade do território: o Pai Maurício. Ele é um líder religioso que ajudou a pesquisadora Laura Olivieri na identificação de símbolos e espaços relacionados com a ancestralidade africana dentro da comunidade, identificando inclusive locais de culto. Encerramos a entrevista refletindo sobre a importância da continuar contando sua história para que as gerações presentes e futuras da Comunidade do Horto saibam sobre sua origem e continuem a lutar por sua permanência.

## **2.2. Dona Ofélia**

Ofélia Santos Silva tem 67 anos e mora no Horto, na região do Grotão há 60 anos. Ela me contou que sua família migrou do interior da Bahia para o Rio de Janeiro quando tinha apenas 7 anos de idade. Sua família tinha um pequeno restaurante na cidade de Cajuípe, no sul da Bahia, mas o rendimento da família diminuiu consideravelmente e

então precisaram buscar novas oportunidades de sobrevivência. Quem abrigou a sua família foi o seu tio, que já residia no Horto por ser funcionário do IPJB e conseguiu um trabalho para o seu pai na mesma instituição.

Meu pai trabalhou, meu pai se aposentou lá, entendeu? Meu tio arrumou pra ele, ele foi trabalhar lá. Era, sementeiro, negócio de semente. É isso aí, coisas de semente, às vezes no campo, primeiro ele foi trabalhador de campo, né?! Aí passou pro IBAMA. E ele se aposentou como funcionário público, público federal. E nós somos criados aqui no Horto. A vida inteira aqui. Nunca morei em outro lugar, entendeu?

Desde que sua família migrou para o Rio de Janeiro, Dona Ofélia nunca viveu em outro lugar. Ela tem ainda dois irmãos que nasceram e cresceram no Horto. Ela se emocionou bastante quando me disse que é horrível pensar na possibilidade de morar em outro lugar. Eu pausei a entrevista nesse momento para acolhê-la e retomei a escuta quando ela teve condições de falar novamente.

A minha história está aqui, meus filhos... Eu estudei na Júlia Kubitschek. Meus filhos estudaram no Camilo, estudaram no Capistrano. Entendeu? Então é complicado, muito triste, entendeu? Então, tô aí nessa luta aí né. Os nossos direitos, né? Porque é forte, muito forte. As pessoas às vezes não acreditam “Ah não, vai se mudar, vai pra outro lugar” mas não adianta porque quando você sai daqui, você vai passear, aí você fica pensando na sua casa, no seu cantinho. Mesmo você tendo uma casa maravilhosa, mas ali é o seu cantinho, ali é o seu lugar. Meus vizinhos são maravilhosos, eu não tenho nada pra falar mal deles, nada. São maravilhosos! É uma família. E nós somos uma família, tá entendendo? Todos nós, tudo uma família, acontece com um, o outro já se preocupa, tá entendendo? Se você vai pedir uma oração, uma reza ou alguma coisa você não pede só pra você, se pede pra todos, todos que moram aqui.

Dona Ofélia mostra o quanto é doloroso pensar na possibilidade de se mudar do Horto e perder toda a história da sua família, as memórias afetivas do lugar onde construiu sua vida, se casou e teve filhos. É possível perceber a conexão e pertencimento com o território, a integração com os vizinhos que retratam uma relação familiar que se estende para a comunidade. Essa ligação com a sua história e memória é que fortalece Dona Ofélia e impulsiona a continuar na lutar por direitos.

Então, é muito triste a gente sair do nosso lugar. Muito triste. Eu tenho chorado muito, eu não choro na frente dos meus filhos, nem do meu marido não. Porque senão ele fica muito nervoso. Meus filhos também ficam com medo de eu morrer, mas é muito triste a vida. Você ter a sua casa, seu lugar. É pequenininho, mas, você tá ali, né? Eu tenho meus netos. É eu tenho meus netinhos, você se afasta dos seus netos.

Dona Ofélia esconde o sofrimento oriundo das contínuas ameaças de remoção para não aumentar as preocupações dos seus familiares. Ela se preocupa em ser removida para áreas distantes da cidade e aponta a pandemia como um agravante da vulnerabilidade gerada pela remoção. Demonstra ainda o medo de perder o seu lar e de se afastar do convívio com os netos.

Durante a entrevista, quando Dona Ofélia se emocionou, eu fiquei preocupada com seu estado emocional. Ela me disse que já havia tomado seu remédio para hipertensão e, por isso, estava mais tranquila. Afirmou ainda que além da pressão alta não tem outros problemas de saúde, mas que tem dificuldade na locomoção por causa do seu joelho. Quando acontecem as ameaças de remoção, o quadro de saúde piora consideravelmente.

Eu fico muito nervosa, num estado de nervos. Aí, meus vizinhos falam “Ofélia, não morra. Não morra pelo amor de Deus, se acalma, se acalma, se acalma”. Minha filha tava ligando agora pra mim. “Mãe, tá onde? Tá na associação? Calma mãe, calma”. Entendeu? Depois tudo se ajeita. Mas é difícil, você é uma pessoa com quase 70 anos. É complicado, se eu tivesse 40 anos, 30 e poucos anos a gente não se preocupa muito, qualquer lugar vive né? Mas é complicado, muito difícil. E outras pessoas que choram também. Em reunião tem pessoas assim que choram. Tem outras que encontram comigo e choram também, entendeu?

Assim como a entrevistada, outros moradores também sofrem com a contínua ameaça de remoção. Muitos deles são idosos e se preocupam em ter que morar em um lugar totalmente desconhecido, principalmente aqueles que viveram a vida inteira na Comunidade do Horto. Dona Ofélia cita a pandemia novamente como mais um fator de preocupação porque perder sua moradia nesse momento significa se expor ao vírus. Ela, que fez quarentena e cumpriu os protocolos de prevenção a COVID-19, tem medo de contrair a doença caso seja despejada de sua residência, principalmente por fazer parte do grupo de risco. Além disso, ela relata que teve familiares na Paraíba contaminados pelo vírus e internados em um hospital, o que aumentou sua tensão e aumentou o receio de seus filhos contraírem a doença.

É, a gente até se emociona com essa doença matando as pessoas, né?! Eu tava com um sobrinho lá na Paraíba e ele graças a Deus saiu, ele tava entubado e furaram ele aqui assim (na região da garganta) e o cunhado do meu marido também. E graças a Deus já tão em casa. E tudo isso na sua cabeça. E eu preocupada dos meus filhos morrerem, né? Quando você pensa que tá respirando... Eu dentro de casa... “tô fazendo minha missão direitinho dentro de casa”. Eu fiquei 3 meses sem sair de dentro de casa, apavorada, com medo. Só andava ali na estrada

do Grotão ia até lá no SERPRO e voltava, entendeu? Todo dia, todo dia, todo dia, ficava ali perto do rio falando com Jesus, conversando com Ele, pedindo a cura pra nós, pro povo né?! “Senhor, só o Senhor pode nos curar, só o Senhor é Deus”. Tá entendendo?

O medo de perder a casa durante a pandemia foi expresso em vários momentos da entrevista. A ida dos oficiais de justiça à comunidade, com o suporte da Polícia Militar e da Polícia Federal, para entregar de mandados de citação no dia 30.06.2021, deixou Dona Ofélia em pânico por ter recebido o documento. Como relatado anteriormente, houve agressividade por parte dos policiais que bateram e chutaram os portões para amedrontar os moradores e forçá-los a receber os mandados.

Aí, veio essa bomba aí... A menina ligou pra mim, a oficial de justiça. Aí, ligou pra mim, eu tava deitada, foi no mesmo dia que elas estiveram lá... Então todo mundo acordou cedo né?! Aí eu falei “Ah vou me deitar, que eu não tô aguentando”. Tava muito frio aquele dia, muito frio. E meu corpo dói todo. Eu falei “vou deitar, vou ficar deitada”. Aí ela ligou eu tava cochilando, ela falou pra mim, né, aí meu marido “ah, vê o que é, vê o que é, aceita, vê o que é”. Aí, eu aceitei. Se eu soubesse antes, eu não teria aceitado, entendeu? É muito triste. Olha, é complicado. Aí, eu procurei a Emília no mesmo dia. Saí desesperada né, porque você ser despejada, chegar um caminhão na sua casa, 6 horas da manhã, pegar tuas coisas todinha e jogar dentro de um carro? Você não sabe pra onde vai! Aí você morre! Aí morre, aí morre, tá entendendo?! Aí morre, porque ninguém merece uma coisa horrível dessa. Desculpa até eu desabafar.

Felizmente, nesse dia, não houve nenhuma reintegração de posse. Mas, a possibilidade de alguém ser removido causa preocupação e desespero nos moradores. Dona Ofélia me disse que se perder sua casa não tem pra onde ir. Toda a sua família está estabelecida no Horto. Sua mãe era diabética e faleceu aos 63 anos. Já o seu pai faleceu aos 97 anos em 2019. Ambos faleceram no Horto, na própria casa onde viveram. Ela me contou que cuidou do seu pai até o falecimento e que o seu irmão Rildo passou a viver na casa onde o seu pai morou e é ele quem cuida do outro irmão, Miguel, que tem esquizofrenia. Perder a casa, dado o contexto familiar, implica na desestrutura de sua família e por isso Dona Ofélia se preocupa tanto com as ameaças de remoção e luta pela permanência no local.

Sobre a organização da resistência, Dona Ofélia diz que apesar de ser tímida e falar pouco, acompanha as reuniões e assembleias e que percebe a força feminina na luta de maneira mais ativa que os homens. Ela percebe que existe uma forte ligação das mulheres com a casa e com a família e, na sua opinião, isso motiva o engajamento feminino de maneira mais firme e incisiva.

No Horto, acho que as mulheres são bem fortes. Eu acho porque você vai nas reuniões, você vê as mulheres falando mais e os homens falam bem pouco. Bom, eu acho que elas se colocam mais a frente porque elas querem a casa delas, a família delas bem, né? Assim como eu. E os homens, eles ficam tímidos né, só alguns que falam de lutar pela família. Os homens ficam meio tímidos. Acho que eles ficam tímidos porque eles não podem dar uma casa pra esposa né, tirar a família daqui, daquela situação, acho que é por isso que eles ficam tímidos. As mulheres são fortes, são fortes! Por isso que te digo: mulheres unidas, jamais serão vencidas! Eu gosto muito quando elas começam a falar! Elas falam "Ofélia, você tem que falar, você é mais quietinha". Eu falo, mas pouco.

Quis saber também sobre suas memórias da infância no Horto e ela conta que teve uma infância maravilhosa, descrevendo uma relação muito próxima com a natureza.

Eu tive uma infância muito boa, tá entendendo? Andei naquele Jardim Botânico, ali dentro. Nossa! Comi pêssego ali, carambola... Eu comi um outro que não lembro o nome... Brincava ali dentro. Eu levava o almoço do meu pai, ia por dentro do rio. Muito bom, aqui. Nossa, uma infância maravilhosa.

Algo bastante interessante na entrevista, quando perguntei sobre memórias ou registros da época da escravidão, Dona Ofélia disse que a sua tia Pedrosa contava para ela quando era criança que ali no território do Horto viveram muitos índigenas e que muitos deles estavam enterrados na região, assim como escravizados também. Ela perguntou para sua tia se ela havia sido escravizada e a tia respondeu "Não minha filha, não cheguei a ser não. Eu não morava aqui também, mas teve escravos, índios". Como a família não era dali e a sua tia já vivia no Horto há muito tempo, contava essa história para os mais novos.

Desse modo, a história do território e da comunidade é transmitida oralmente de geração em geração e fortalecendo o vínculo dos moradores com a casa e a terra que vivem. A entrevista cedida a mim por Dona Ofélia retrata a vida de mais uma família que passou a residir no Horto por causa do trabalho prestado ao Jardim Botânico. Sua história e memória se manterão vivas através do Museu do Horto.

### **2.3. Ana Paula Teixeira de Oliveira**

Ana Paula tem 58 anos e reside em uma das vilas da rua Major Rubens Vaz, na área da Gávea, próximo à praça do Jockey. Ela me concedeu a entrevista na sede da AMAHOR, durante o mutirão. Conversamos um pouco acerca sobre a resistência

comunitária e a entrevistada enxerga um protagonismo das mulheres na resistência do Horto. Indago o porquê dessa percepção e ela me responde “porque as mulheres se preocupam mais com a casa, com a moradia, com o bem-estar da família”.

Sua história com o Horto começa na verdade com o seu avô que foi funcionário do IPJB. Ela me contou que a família era grande e todos moravam no Cantagalo. Por causa da proximidade com o local de trabalho, o diretor do Jardim Botânico na época convidou seu avô para morar ali e cedeu o terreno para ele construir uma casa. Ana Paula não sabe dizer em que década a mudança para o Horto aconteceu, mas me deu como referência seu tio mais novo que tem 70 anos e nasceu no Horto.

Olha, meu tio que tá aqui, ele nasceu lá (na vila da Major), já tá com 70 anos. A mamãe nasceu lá no Cantagalo, aí veio pra cá pequena. Aí meu avô veio com a filharada dele, que eram muitos filhos. Alguns já nasceram onde eu moro. E depois a mamãe casou. Foi morar em outro lugar. Mamãe separou, minha avó faleceu em 70 e aí vovô convidou mamãe pra morar onde eu moro atualmente. Aí, ficou vovô e os filhos. A maioria já tinha casado, né? Cada um foi pra um canto. Vovô ficou com a mamãe e a minha tia mais nova que é falecida. Ficou eu e minha irmã, meu tio e outros tios também ficaram.

Ana Paula não nasceu no Horto. Foi morar aos 08 anos de idade na casa dos avós. Antes ela residia no Vidigal. Ela conta que sempre passou bastante tempo no Horto porque os avós tomavam conta dela e da irmã enquanto a mãe ia trabalhar. Sua família está na quarta geração, pois, Ana Paula tem uma filha de 19 anos, que inclusive é a pessoa da família mais ativa na luta pela permanência no local.

É. Porque a mamãe já está com 80 anos, as coisas já ficam mais difíceis. Minha fillha, eu falo até pra ela "Filha, fica mais engajada". Enquanto eu estou morando aqui, enquanto a gente está morando aqui. Daqui a pouco eu não tô aqui, né? Aí, ela tá mais assim a frente, eu quero passar isso pra ela. Ela tá começando agora, aí falei até pra ela engajar mais, procurar saber sobre a nossa história. Porque eu mesmo, eu vou ser sincera com você, de um tempo pra cá que eu tô mais engajada. Porque é aquele negócio: você vai ficando... Ficando naquela história de... lá em casa está com aquele processo desde 87. Trinta e quatro anos. Aí você "Ah, mas esse negócio que já dura tanto tempo, nunca que ninguém vai sair". A gente vai deixando. A gente procura saber a nossa história direitinho. Mas, isso é muito importante, você saber a sua história, saber o porquê você mora ali. Você não caiu ali de paraquedas. Você não caiu de paraquedas! O que eu espero é que a minha filha continue ali por mais alguns anos.

Considerando a idade avançada de sua mãe, Ana Paula sinaliza a importância do engajamento da sua filha por ser o futuro e a continuidade da sua família. Ela destaca o quanto é relevante saber suas origens e a própria história. Pergunto a ela qual a composição racial da sua família e ela afirma que é negra. Seus familiares são negros.

Meu avô era negro e casou com uma branca. Aí, minha família é toda misturada. Mas, assim, é negro! Eu sou negra, minha filha é negra também. Minha mãe é mistura do vovô e vovó né? Mas, é negro.

Perguntei para a entrevistada se conhecia alguma história sobre o período da escravidão no Horto e ela me diz que já ouviu moradores contarem, mas que nunca se aprofundou. Quis saber também se ela sabia de algum projeto do Jardim Botânico que contasse algo sobre a memória negra, africana. E ela afirmou categoricamente que não existe nada.

Quando pergunto sobre suas memórias de infância, ela me conta várias experiências que retratam o exercício de uma vida comunitária, em um ambiente saudável, totalmente integrada com a natureza. Ela inclusive conta que em um dos episódios da sua infância, durante uma brincadeira teve um ferimento, mas que foi curada por um remédio caseiro, fruto do conhecimento sobre ervas que o seu avô e suas tias tinham.

Me lembro bastante. O meu avô nasceu no dia 24 de junho. Meu avô sempre foi muito presente na minha vida, muito. Eu lembro dele como se ele estivesse aqui. Aí, todo ano, em dia de São João, a gente fazia fogueira em casa. Aquelas fogueiras bonitas, a família toda reunida. Festa junina, mesmo. Em frente à minha casa, tinha uma árvore enorme lá que depois caiu com o tempo, a gente chamava de raiz. Brincava muito ali, de pique-lateiro. Eu tenho uma cicatriz enorme na minha perna com relação a isso. Brincadeira de criança mesmo. Colocávamos uma lata de óleo, o óleo era em lata. E a gente chutava. As crianças se escondiam, ficava tipo pique-esconde, mas chutava a lata. Aí, a lata estava lá aberta, uma cicatriz enorme. Nem fui para o hospital, fui curada em casa com remédio caseiro por meu avô e minhas tias.

Nessa época, Ana Paula já morava no Horto pois seus pais haviam se separado. Ela me contou que era muito paparicada junto com sua irmã por suas tias. Havia um tio dela que também trabalhava no Jardim Botânico e que morava ao lado e, então tinha muitos primos para brincar. Eles corriam pelo Horto em buscas de aventuras e inventavam várias brincadeiras.

Nós atravessávamos um túnel. É que tinha um túnel que atravessava ali da Gávea pro Horto, na década de sessenta e poucos. Meus tios jogavam ali no Caxinguelê. Tinha um time que se chamava Volta Redonda. Vinha aquele povo todo atravessando o túnel que tem umas tubulações da CEDAE. E atravessavam o túnel com tocha porque é cheio de morcego e depois nós descíamos do Caxinguelê. Era um barato. Fazíamos a maior bagunça ali em tudo, enfim. Voltando ao vovô, fazíamos essa festa em família. Os vizinhos iam, era muita cerveja porque o vovô gostava de uma cerveja, eu brincava muito com os meus primos porque nós éramos muito ligados. Até hoje somos, com os vizinhos. Tudo era muito bom, era uma época realmente boa.

Essa narrativa revela o espírito comunitário dos moradores do Horto. O Caxinguelê, ponto de encontro e de lazer, abrigava tanto a turma do futebol quanto as brincadeiras das crianças. Além disso, havia as festas realizadas na porta de casa, onde a família e os vizinhos se reuniam para celebrar o aniversário do avô da Ana Paula e as festas juninas. Outro ponto interessante na entrevista é que na década de 60 não havia serviço de energia elétrica individualizado, então o avô da Ana Paula se encarregava de pegar a conta e dividir o valor entre os moradores.

Lá, não tinha luz. Só tinha uma luz que o vovô e uns vizinhos dividiam. Era um relógio para todos os moradores, para as 23 casas. O vovô tinha o trabalho de pegar aquela conta pra dividir entre todos os moradores. Na minha casa tinha um transformador que puxava muito a energia. Mas, era muito bom, não tinha luz no caminho. A gente pegava vagalume, a gente colocava no copo pra fazer de lanterna. Aí, tomava uns banhos a noite. Naquele verão tinha aquela tina de água. Lá em casa com os primos era muito bom, muito bom.

Ao trazer suas memórias de infância, Ana Paula afirma que é absurda a acusação de invasão e que a maioria dos moradores do Horto foram funcionários do Jardim Botânico, estabeleceram suas vidas e famílias naquela localidade. Por isso, ela continua lutando e estimulando sua filha a saber sua própria história e permanecer ativa para garantir o direito à permanência na comunidade.

#### **2.4. Pablo Amaral Mandelbaum**

Ao conversar um dia com o Emerson e a Emília na AMAHOR, eles sugeriram que eu entrevistasse o Pablo, morador do Balança, nome popular do Conjunto Habitacional Dona Castorina, porque seria interessante para a minha pesquisa e de fato foi uma entrevista importante para compreender o comportamento institucional do IPJB. Isso porque o entrevistado, além de morar na região do Horto há 20 anos, trabalhou no núcleo de educação ambiental do Jardim Botânico.

Ele me contou que passou a residir no Balança desde 1988, mas que sua mãe residiu no Horto quando ele era criança e, assim, teve uma ótima infância, conhecendo os moradores e lugares do Horto. Quando se formou em Pedagogia, Pablo começou a trabalhar em um projeto de formação para professores das redes pública e privada de ensino.

Eu fazia as capacitações de professores de rede pública e alguns de rede privada também, contando também de uma forma transdisciplinar, a questão do Jardim de aclimatação, né. Você conseguir dar subsídios para os professores trabalharem de uma maneira mais efetiva, mais rica, mais lúdica, mais crítica, os conhecimentos transdisciplinares que podem ser resgatados ali daquele roteiro. E vai desde a questão de vegetação, **de apropriação de saberes indígenas**, apropriação de saberes das populações africanas. Ali você consegue contar a história do Brasil e perceber também aquele jogo político. Aquele jogo de domínio, de busca. Uma hegemonia desde que chegaram aqui nas nossas terras dominando.

Pablo disse que por ter essa percepção e o fato de ser morador do bairro Jardim Botânico se sentia ali entre a cruz e a espada. Então, após esse trabalho de educação ambiental, ele exigiu do IPJB que fosse realizado um trabalho com a comunidade do Horto. Segundo o entrevistado, por mais que haja o conflito territorial, existe no estatuto de todos os jardins botânicos a obrigação de trabalhar com as comunidades do entorno. E então no Rio de Janeiro não poderia ser diferente.

Tem no estatuto do Jardim Botânico a obrigação da relação com o entorno da comunidade. E que era muito prejudicada por esse conflito e muita pouca vontade de chegar junto à comunidade do Horto, que apesar de estarmos na zona sul, é como se fosse um subúrbio da zona sul. Era um lugar que era pântano, ninguém queria, era "brejo". Hoje em dia que se tem um valor muito maior pra questão do verde, da natureza, antigamente era mosquito, mato ninguém queria.

Desse modo, Pablo conseguiu fazer um trabalho para profissionalizar os jovens em situação de vulnerabilidade da região. Pablo me contou que percebeu um déficit na educação das escolas públicas locais por causa da falta de investimento, lugares que não tinham sequer coleta de lixo e que a rede social não conseguia atingir esses jovens para proporcionar oportunidades.

Então, consegui fazer um trabalho com jovens, trabalho profissionalizante e esse foi no núcleo educação ambiental. Ele é um laboratório socioambiental, hoje em dia quem preside é o João Carlos se eu não me engano. E ali foi feito um dos primeiros trabalhos com a comunidade, com os jovens. O trabalho era linha de um edital da Petrobrás e esse edital, na verdade, foi uma chamada da Petrobrás ao Jardim Botânico porque queriam mitigar a multa ambiental.

O entrevistado me conta que nesse período tanto o Jardim Botânico quanto a Petrobrás queriam implementar um projeto para diminuir a multa por dano ambiental. Ele me disse que na época ficou muito revoltado porque o próprio IPJB fez uma devastação em uma área, cortando árvores, e, além disso, dispensava resíduos vegetais em lugares indevidos, o que gerava chorume. O projeto demorou a ser aprovado, mas a verba foi

liberada e o projeto foi realizado, só que de maneira equivocada. Com esse erro, o chorume continuou descendo e matando as raízes das árvores, o que acarretou uma maior devastação. Foi nesse momento que o Pablo decidiu denunciar o ocorrido ao IBAMA.

Eu denunciei. E lá de dentro do Jardim Botânico, quando meus chefes saíram, pelo telefone. Eu liguei pra linha verde do IBAMA. Aí, ocorreu essa multa. E aí, a Petrobrás queria e o Jardim Botânico falou "ah, temos uma multa aqui" e calhou de eu estar pressionando. E foi aí que eu fui trabalhar no projeto, que eu denunciei, sem querer.

Resumindo, Pablo denunciou ao IBAMA o crime ambiental praticado pelo IPJB, o que gerou uma multa ambiental. Com isso, a Petrobrás que também tinha interesse abriu um edital com o IPJB com o fim de mitigar a multa por danos ambientais para ambas as instituições. Nesse contexto, o projeto exigido e idealizado por Pablo para atender a comunidade acabou sendo escolhido para este edital realizado entre a Petrobrás e o IPJB. A primeira fase do projeto foi concluída com sucesso, Pablo estava desenvolvendo o trabalho com os jovens e tudo corria bem. Mas, infelizmente, o projeto foi interrompido na segunda fase, como veremos no trecho da entrevista abaixo.

E aí, o que aconteceu? O Jardim Botânico pegou a segunda parte do projeto, ele contava que ia fazer uma capacitação em vídeo e audiovisual com os jovens pra ter uma forma de renda quando sair dali. Saber mexer com luz, com microfone, com técnicas de som... E o projeto parou porque, segundo consta, o Liszt Vieira, que é o nosso ex-guerrilheiro, (...) disse que pegou o dinheiro e comprou um trator. Sendo que já tinha um trator mais velho funcionando, que ficou largado aqui e depois estragou, ele comprou um trator com o dinheiro e acabou o projeto. Perdi dois jovens por uso e abuso de drogas, alguns pro tráfico depois. E eles estavam seguindo bem, mas só pra contextualizar né, como é difícil. E com essa questão de fazer denúncia, pude perceber tanta incoerência. Tem muitos funcionários muito legais lá dentro, mas tem muita hipocrisia também nesse sentido de usar o verde como discurso elitista que segrega, né?

Ao trabalhar no Jardim Botânico, Pablo percebeu que o discurso de preservação era mobilizado apenas para criminalizar a comunidade. A hipocrisia apontada pelo entrevistado se manifesta nas ações contraditórias da administração do IPJB, que deveria zelar pela preservação ambiental e desenvolver os projetos comunitários, mas, no entanto, devastou a mata e interrompeu o projeto com jovens em situação de vulnerabilidade, utilizando a verba para comprar um trator novo, quando o mais antigo funcionava bem.

Outro ponto interessante da entrevista é quando o Pablo me conta a denúncia que fez para tentar preservar a senzala do Solar da Imperatriz. Desde que comecei a pesquisa

na Comunidade do Horto, sempre ouvi dos moradores, principalmente os que residem na região do 2040, que existia uma senzala no porão do referido solar. Nesse porão havia correntes, ferros, grilhões, dentre outros elementos utilizados para dominar e castigar os escravizados africanos da fazenda, cuja sede era o Solar da Imperatriz. Desse modo, Pablo se preocupou com o destino do local, pois percebeu que o imóvel estava praticamente abandonado.

E eu percebi que tinha o Solar da Imperatriz abandonado, o galpão abandonado. Aquele galpão não tinha tido licitação, era um contrato muito de amigos, né. O contrato era o seguinte, você paga a luz e não precisa pagar nada pro Jardim Botânico, não. Você não quer um espaço pra você assim? Brabo! E aí eu frequentando lá, fui e já tinha ido e fui de novo na senzala. A senzala da última vez que eu fui tinha pedras, uma grande mesa, tinha tronco, tinha as correntes da parede, tinha chumbo, ela tava original. E com essa gestão do Liszt Vieira, eles cercaram, interviram, fizeram, destruíram a senzala, colocaram outro revestimento, tiraram qualquer característica que tinha de senzala e fizeram um lugar privado de cafezinho pra galera rica, no porão assim e que não deu certo. Era pesado, a história é pesada, quem acredita que as coisas tem um pouco de memória né, pode-se pensar assim. Fiz a denúncia no IPHAN, se eu não me engano no Ministério Público também.

O apagamento da senzala aconteceu de maneira gradual e se consolidou com a construção da cafeteria. O entrevistado disse que a denúncia aconteceu ainda durante a gestão do Liszt Vieira que dirigiu o IPJB de 2003 a 2013 e estabeleceu uma verdadeira cruzada contra a permanência da comunidade do Horto, afirmando que apenas 5% dos moradores eram de fato funcionários e o restante eram invasores e, por conseguinte, que o Jardim Botânico precisava ampliar sua área de pesquisa. Nesse período, de acordo com o relato do Pablo, aconteceu a reforma no porão do Solar, que outrora abrigou a senzala.

O entrevistado contou que pediu acesso e informações ao Jardim Botânico, mas o órgão nunca respondia, nem retornava as ligações. Encaminhou ainda e-mails de denúncia ao IPHAN, porém a instituição alegava não existir senzala alguma no local. Com a ação e omissão por parte destes órgãos responsáveis pela manutenção do patrimônio, ocorreu o apagamento de uma memória que estava intacta e poderia servir como um instrumento vivo de educação antirracista não apenas para a comunidade do entorno, mas para a sociedade como um todo.

Então, tem um crime aí acontecendo de deterioração do patrimônio, de apagamento da história, de invisibilidade, mancomunado com o Jardim Botânico. O Jardim Botânico é uma autarquia, ele tem certa liberdade, certa autonomia de verbas. Ele recebe dinheiro de emendas parlamentares e recebe dinheiro da União. Mas, dentro do seu estatuto

ele pode usar como quiser os seus móveis e imóveis. Então, não há nada que garanta que eles possam um dia vender, alugar um pedaço, fazer uma pousada ou um hotel, fazer algo desse tipo. É preocupante porque você vê o poder econômico e o poder da especulação imobiliária aliado ao que a gente tem dessa cultura de não se assumir enquanto povo, enquanto negro, enquanto índio, enquanto pobre. Poucas pessoas mais abastardas tem uma boa convivência com as pessoas de classe, que não são a sua. A gente é um país muito elitista. Então, ao invés de você botar fogo na favela, como era na época da Sandra Cavalcante, lá do morro da Catacumba, de outros lugares, pega mal, você hoje em dia quer proteger o verde. Então, fui focando nesse conflito da utilização do discurso do verde, do discurso ambiental como uma simples justificativa pra segregação social, racial. É uma segregação socioambiental. Você fala que vai fazer um muro em volta da Rocinha pra proteger o verde. “Não é pra deixar todo mundo preso, seguro, e as casas, mansões do lado não. E aqui não tem nada a ver com imóveis milionários que a globo tem aqui, que a família Mariani, do banco da Bahia, são eles que se apropriaram do Jardim Botânico.

Podemos ver no relato do Pablo a referência às formas outrora utilizadas para fazer desaparecer as favelas na cidade do Rio de Janeiro. Como pontuamos anteriormente, os incêndios eram comumente aplicados para exterminar favelas em locais cujo valor imobiliário era alto. O argumento ambiental é mobilizado de acordo com os interesses econômicos não apenas do IPJB, mas dos seus parceiros, interessados na remoção da Comunidade do Horto.

Ele me diz que o conflito fundiário, no início, era relacionado com a cobrança dos impostos realizada de forma equivocada pelo Instituto Estadual de Florestas - IEF. Isso fazia com que alguns moradores pagassem e outros não. Portanto, Pablo observou que o conflito era uma forma de pressão dos órgãos estatais para recolher impostos, mas que posteriormente, formou-se um bloco de poder interessado em investir no potencial imobiliário e comercial de luxo na região. Sobre o assunto, Pablo afirma a presença de um conglomerado de poder na região, formado pela Rede Globo, pela família Mariani e membros da Associação de Moradores e Amigos dos Jardim Botânico, que usa do argumento de preservação do verde para remover pessoas pobres e negras, liberando a área onde a comunidade está assentada e assim investir em negócios e serviços voltados para um público de classe média alta e ricos.

Com o passar do tempo, a força de pressão não ficou sendo mais do Estado e passou a ser esses blocos de poder. Esses pequenos conglomerados que tem um poder de mídia gigantesca, que tem poder de investimento na região. Jardim Botânico é, se você considerar que os bairros da zona sul, o único bairro que não tem uma favela propriamente dita, com tráfico, apesar de ter casas humildes, pessoas

em situação muito difícil. Não tem o domínio do tráfico, de uma força de um comando aqui na região. Então vale muito. Então começou a ter um poder mais incisivo e os moradores foram percebendo isso, que agora a luta não era o IEF, não era o IBAMA. Era contra a Globo, era contra o banco da Bahia, era contra o cara que tá lá dentro (do Jardim Botânico) que comprou, alugou um espaço público e tem seu interesse ali. É o pessoal da política que se diz ambientalista, mas, na verdade, é uma pessoa bem elitista, tipo lá o Alfredo Piragibe. O pessoal que queria expulsar de qualquer jeito os moradores e desconsiderar que a Fundação Jardim Botânico vem de quem construiu cada pedra dali e desconsiderar que os diretores obrigaram os empregados a morar ali. Não tinha ônibus, não tinha nada. E que batiam na porta de noite, porque isso aqui pegava fogo em dia quente e o único jeito de... Tinha uma época que o Jardim Botânico perdeu quase 80% dos seus vegetais numa enchente. E, aí, as canaletas precisavam ser desentupidas, precisavam dos trabalhadores para acordar de madrugada e desentupir se não ia encher tudo de fogo. Os escravizados começaram. Eles construíram cada pedra aqui da região. Agora, posteriormente, foram os funcionários que naquela época não tinha carteira, não era necessariamente. Alguns viraram funcionários públicos, outros não. Quem construiu o roseiral, o cachimbo, construiu vários lugares ali da região. Quem fazia poda daquelas palmeiras imperiais era avô de um amigo meu, que caiu da árvore lá de cima fazendo a poda. Não tinha nenhum direito trabalhista.

A narrativa do Pablo expressa a indignação em relação a desvalorização dos trabalhadores do Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico. Assim como ele, vários moradores relataram que seus antepassados eram obrigados a morar no local porque os meios de transporte eram escassos e a casa onde residiam originalmente era muito distante do local de trabalho. Dessa forma, não se trata apenas de uma permissão para construir as casas. Ou morava próximo ao trabalho ou perdia o emprego. Os trabalhadores que residiam no Horto também estavam à disposição do Jardim Botânico em tempo integral. Caso acontecesse qualquer problema durante a noite ou madrugada, estes funcionários eram acionados para resolvê-lo. O trabalho que inicialmente fora desenvolvido pelos escravizados, posteriormente foi realizado por aqueles empregados que residiam no Horto. Inclusive os trabalhadores que sofriam acidentes de trabalho não recebiam nenhum tipo de auxílio, como foi relatado no trecho acima.

A entrevista com o Pablo foi muito importante porque me revelou a história acerca da descaracterização da senzala e o apagamento de mais uma parte da memória negra da cidade do Rio de Janeiro. Além disso, trouxe ainda algumas informações sobre o comportamento institucional do IPJB que pode ser identificado como prática contínua de racismo institucional, análise que desenvolverei no próximo capítulo junto com outras

instituições envolvidas neste conflito fundiário.

## **2.5. Maria Cristina (Vila Industrial 1024)**

Conheci Maria Cristina durante o mutirão promovido pela assessoria jurídica da AMAHOR e assim descobri a história das pequenas vilas operárias estabelecidas na parte de baixo do Horto que estão situadas entre o bairro Jardim Botânico e a Gávea. A entrevistada tem 60 anos, mora na comunidade na Vila 1024, região nomeada assim devido a entrada pela rua Jardim Botânico, nº 1024, e que faz fronteira com a EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

Peço a Cristina que conte um pouco sobre a sua família e a relação com o território. Ela me diz que a história começou com o seu sogro, o Sr. Pedro Ferreira Caraméz, que foi funcionário durante anos na EMBRAPA e recebeu a autorização para construir sua casa próximo ao local de trabalho. Assim, a família se mudou para a referida vila e todos cresceram e viveram nesta casa que atualmente está sob ameaça de remoção momento. Essa história tem detalhes muito interessantes e que atrela elementos distintos: futebol, II Guerra Mundial e a Vila Operária.

Toda história começa com o meu sogro. O meu sogro foi funcionário da Embrapa, mas antes disso ele foi jogador de futebol. Ele foi reserva do Domingos da Guia, no Flamengo, né? Ele jogou muitos anos pelo Flamengo. E veio a guerra, ele foi a guerra. (...) Ele trabalhava na época no Instituto de Óleo, lá na rodoviária, e ele morava em Benfica. Ele, quando voltou da guerra, ele voltou debilitado. Ele voltou com uma ameba que acompanhou ele durante muitos anos e inviabilizou a vida dele como jogador de futebol. Ele jogou mais 1, 2 anos e parou de trabalhar, de jogar por isso e ficou no Instituto de Óleo. De lá, transferiram ele para a Embrapa aqui. E de Benfica pra cá era muito longe, não tinha condução naquela época, logo após a guerra né? Da segunda guerra mundial. Então, era muito difícil dele vir trabalhar. Então, o que aconteceu? Foram cedidos lotes pela Embrapa a funcionários, para que construíssem as suas casas e morassem no local de trabalho. E assim foi feito. Quando o meu sogro veio trabalhar na Embrapa ele veio como marceneiro, ele aprendeu a profissão, ficou 45 anos na Embrapa.

Cristina relata que as casas eram passadas de funcionário para funcionário, mediante o pagamento de um valor. O trabalhador que ia embora por algum motivo, vendia a casa para o próximo a ocupar a casa e todo esse trâmite era autorizado pela EMBRAPA. Segundo ela, a autorização era emitida pela direção da empresa. Desse modo, seu sogro adquiriu a casa e foi morar lá na década de 1970.

O Sr. Paulo Sergio Ferreira Caraméz, marido da Cristina, tem 77 anos e convive com uma doença neurodegenerativa, o Alzheimer. Mas, tinha apenas 13 anos quando seu pai se mudou para o Horto. Foi uma vida inteira construída no Horto. Paulo Sérgio trabalhou como técnico no setor de mastologia do Hospital Miguel Couto. Seu pai faleceu aos 90 anos de idade e sempre foi cuidado por Paulo Sérgio e Maria Cristina. Inclusive ela me contou que trabalhava como instrumentadora cirúrgica na Santa Casa, mas precisou sair do trabalho para tomar conta dos idosos da família. Além do adoecimento dos pais do Paulo, sua mãe teve câncer e a tia do Paulo também ficou doente. Maria Cristina me disse que a casa se tornou praticamente um mini-asilo, cuidado por ela e pelo companheiro. Com o adoecimento do Paulo, Cristina assumiu o protagonismo da luta por moradia em sua família.

E eu passei à frente da luta do Horto. Desde então, tem quase 30 anos que eu tô nessa luta aqui do Horto em prol da moradia, dos direitos da moradia. E agora, né, mesmo antes, como a gente observa muito aqui na comunidade a frente dessas questões sempre são nossas né, das mulheres, né?! (...) Eu acho que é uma preocupação maior, é um comprometimento maior social. É uma visão maior, mulher tem uma visão maior da necessidade né? A gente precisa do lar, do teto. A gente precisa constituir um lugar seguro para a família. Meu marido, por exemplo, hoje tem 77 anos, ele tem Alzheimer, é aposentado. Nós não temos outro local pra morar e somos pressionados pelo poder superior que visa o dinheiro, não visa... A história toda, todo o movimento né? E segregam mesmo né?! Meu sogro mulato, meu marido mulato, minha família também é... Negra. Entendeu? Todos nós temos uma história de luta.

A entrevistada evidencia o protagonismo feminino no processo de luta por moradia no Horto. Seus quase 30 anos de militância pela permanência na Vila 1024, tornou seu olhar aguçado para perceber as questões envolvidas no conflito. Sua fala expressa, além do classismo que ignora ou exclui a história de vida dos moradores, a percepção do racismo atuante nas políticas remocionistas.

Cristina me contou ainda, durante a entrevista, que o seu marido foi membro do Partido Comunista durante a ditadura militar. Nesse processo, estava morando fora do Horto e ajudou a fundar a Associação de Moradores da Cidade de Deus. Paulo Sergio se dividia entre cuidar da família, trabalhar e ajudar no processo de luta comunitária instituído na Cidade de Deus. Com o adoecimento dos pais que já estavam idosos, ele retornou para o Horto para assumir os cuidados.

Ele participou ativamente. Ele foi pra Cidade de Deus, onde foram formadas as primeiras associações. Tem um livro que conta essa história da Cidade de Deus e é citado o nome dele como um dos

integrantes. O Edson Santos, por exemplo, conheceu o Paulo na juventude e o acompanhou, conhece a história dele. Ele foi uma pessoa muito ativa na luta dos direitos da moradia, direitos de cidadão. E trabalhava no hospital, trabalhava no hospital. Ele trabalhava no hospital, sempre trabalhou na madrugada né?! Ele sempre trabalhou na madrugada no Miguel Couto, e ele tinha o dia para ele resolver essas questões né?! Da família que era ele quem tomava conta dos filhos. Era ele quem viabilizava as coisas da Associação da Cidade de Deus. E depois quando os pais ficaram doentes, ele teve que vir pra cá. Pra cuidar deles. Aí, foi onde ele abandonou a causa. Não abandonou a causa, ele entregou, deixou na mão de pessoas capacitadas que já tinham trabalhado, ficado, com ele anos na Cidade de Deus.

Segundo a entrevistada, Paulo Sérgio transmitiu seu conhecimento e preparou pessoas para assumir sua função para que a luta por direitos na Cidade de Deus não parasse diante do seu retorno ao Horto. Maria Cristina diz que seu companheiro, que tanto cuidou das pessoas, precisa ser cuidado. E ao falar sobre isso, ela revela um pouco da dinâmica que exerce dentro da sua família e sobre seus espaços de sociabilidade.

E agora ele tá na situação de ser cuidado. E eu que tomo a frente de tudo. Tanto da causa da moradia, quanto da saúde, quanto da provisão do lar, quanto da parte financeira, organização, sou eu, sou eu. E ainda faço artesanato, sou ritmista. Eu sou ritmista, eu toco tamborim. Eu agora só tô na Rocinha por conta da situação do Paulo. Eu não posso me dispor em outras agremiações porque eu não posso assumir um compromisso que eu não vou poder. Mas, eu já toquei na Inocentes de Belford Roxo. Já fiz parte da Tijuca. Agora só to me dedicando a Rocinha e tá bom. Só pra poder aliviar a tensão, porque a gente precisa se divertir um pouquinho.

Ela relata durante a entrevista que tocar nas escolas contribui muito para sua saúde mental. Viver sob ameaça de remoção causa uma tensão muito grande e a Maria Cristina consegue aliviar a tensão através da participação como ritmista em escolas de samba. Ela me conta que está com o Paulo há 31 anos, e nesse tempo todo acompanha a luta pela permanência na comunidade. Mas, há 7 anos ela precisou assumir a luta em âmbito familiar, após o falecimento dos seus sogros.

Quando pergunto a ela sobre as memórias que ela tem sobre o Horto ela sorri e fala que gostava muito de frequentar os eventos do Clube Caxinguelê. Ela me conta que no Horto tinha muitas festas, churrascos. No momento em que fala sobre a feijoada da Tia Elza, Maria Cristina afirma sentir arrepios, pois era um “pagode maravilhoso, aquele samba de raiz que tinha aqui”. Ela lembra também com saudade dos amigos que já se foram e fala um pouco sobre a atmosfera comunitária.

Muito tranquilo, as pessoas eram muito ligadas umas às outras, era uma outra atmosfera, né?! Porque a gente vai perdendo os antigos, e a gente vai perdendo também um pouco da referência, da história. A gente vai

perdendo essas coisas porque tudo vai mudando tão rápido, entendeu? E é tão difícil você passar alguma coisa pra juventude, de você fazer com que eles participem de alguma coisa, que haja um entendimento mais realista da situação, né? Porque o jovem tende a viver no mundo de fantasia, até cair o fichão, né?! O fichão quando cai, já tá um pouco mais velho. Porque o que falta e o que a gente sente muito nessa garotada de hoje, é uma estrutura familiar e educacional bem grande, sabe? Isso a gente sente falta, isso a gente tinha antigamente mais.

A entrevistada aponta a falta de estrutura familiar e educacional como possíveis problemas para o engajamento da juventude nas questões comunitárias. Ela diz que o sucateamento da educação se deu conjuntamente com a precarização da saúde, da moradia, para impedir a garantia de direitos. Maria Cristina pontua que é uma política muito cruel e em seguida afirma que vai completar 61 anos e que, assim como ela, os moradores estão envelhecendo e se sentindo cansados. Ela me diz que é preciso “sangue novo” para dar continuidade a luta por moradia. Percebo que ela está realmente preocupada com a perpetuação da resistência comunitária.

Durante a entrevista conversamos um pouco sobre a participação da juventude do Horto nesse processo de resistência. Pela primeira vez, na última manifestação comunitária que seguiu pelos bairros do Jardim Botânico e Gávea, houve um engajamento forte dos jovens da comunidade. E ao lembrar alguns fatos, percebemos que eles costumam aparecer mais em emergências, como por exemplo, a remoção da família do Marcelo. Nesse contexto, Maria Cristina pontua que:

Só! Só nessas horas que eles aparecem, e o mais impressionante que tem é a falta de informação sobre a própria situação. Eles têm uma ideia, uma absorção e uma resolução errônea da coisa. Eles não acompanham, e com a falta de acompanhamento da situação a longo prazo, não existe. Nem por parte dos pais, porque muitos ali a família não participa, só participa na hora do conflito. Muitos ali metem os pés pelas mãos, fazem besteira na hora que não tem que fazer. Entendeu? E isso é uma coisa que é passada para esses jovens. Então, há a falta de entendimento da situação política de como as coisas se resolvem. Porque uma coisa é aquilo que a gente acha, aquilo que a gente pensa, aquilo que a gente tem direito. Outra coisa é a prática. A prática não funciona dessa maneira, a prática precisa de luta, de consciência, precisa reafirmar todos os dias a sua cidadania, o seu direito a viver.

A preocupação da entrevistada está relacionada diretamente com as estratégias comunitárias discutidas nas assembleias e reuniões da AMAHOR. Quem não participa desses eventos muitas vezes não consegue compreender o que está acontecendo e na hora de atuar pode acabar prejudicando a estratégia escolhida pela maioria presente. Maria Cristina se preocupa com a atuação somente nos momentos de emergência porque o

conhecimento sobre a causa acaba se tornando superficial. E como se trata de uma batalha contra poderosos, é preciso conhecer a luta e sua dinâmica com profundidade para conseguir êxito ao final dela. Ela continua seu raciocínio:

Porque você quando luta a favor da sua moradia, da sua saúde, da sua educação, você tá lutando por direito a vida, você luta pela vida. Isso é vida! A gente precisa disso pra viver! Sem isso a gente não vai viver, não vai viver. Então, a falta de conhecimento, de engajamento, é muito grande na juventude porque a própria escola não funciona dessa maneira. De conscientização do lado humano, do lado emocional, do direito do adolescente, de mexer com ele. Você tem que mexer com ele pra gente poder crescer pra algum lado. Você vê que hoje aqui mesmo, pouquíssimos jovens vieram aqui hoje. Pouquíssimos jovens! A maioria que você vê já tem um pouco de cabelo branco. É a falta de engajamento, é falta de conhecimento. Porque aqui tá o jurídico, são pessoas que estão aqui ajudando. Então é uma oportunidade de você aprender, de você conhecer, de você saber. Mas, eu gostei muito da manifestação daquele dia, mas, para ali, sabe? A participação para ali, eles deveriam se movimentar de outras formas, conseguir evoluir, trazer conhecimento pra eles mesmo, entendeu?

Conversamos ainda sobre outras questões que afetam a juventude, tais como a falta de oportunidades que afeta a autoestima, a linguagem utilizada pelos mais velhos que muitas vezes não consegue alcançar os jovens, a vida virtual que ocupa parte do tempo nas redes sociais. Maria Cristina conclui que são muitos elementos a interferir e influenciar na estrutura educacional dos jovens e que grande parte dessa responsabilidade é do poder público que “restringe muito a vida das pessoas e varre a poeira pra debaixo do tapete”.

Dando continuidade às perguntas, eu quis saber da Cristina se a casa dela, dada a localização, também foi afetada pelo sufocamento, que consiste na prática do Jardim Botânico em construir muros próximo às janelas das casas dos moradores da comunidade. E nessa parte da entrevista descobri coisas muito interessantes sobre as práticas de sufocamento e o tratamento dado aos moradores.

É, essa semana eles quiseram levantar uma parede viva nos fundos da minha casa como um jardim vertical. (feito de) Bambu, tela e plantas, fechar tudo. Isso ia ocasionar o fechamento dos fundos e o Sol não ia bater na minha casa. Já é muito úmido e friagem. O Sol... Porque assim, o Jardim Botânico construiu nos fundos da vila um restaurante e um teatro. Isso tapou o Sol bater nas casas. No fundo da minha casa, a Associação de Amigos do Jardim Botânico tem um escritório ali. Nos fundos da minha casa. Foi com eles que eu briguei essa semana. Então, lá eles dão aula de botânica, de plantas, disso, daquilo, lá eles dão aula. E eles tem um pé de abiu gigantesco. Esse pé fica carregado e os macacos vão pra lá devorar aquilo. Destruíram o meu telhado, eu tive que botar uma manta, chamar um pedreiro, gastei um dinheiro que eu

não tinha pra poder consertar o telhado, porque chovia mais dentro do que fora. Fiquei em uma situação horrível. Difícil. Eu pedi para eles cortarem. Eles cortaram o galho pra cá, mas deixaram o resto pra cima. E essa semana agora que passou eu fui surpreendida com os caras botando os bambus enormes até lá em cima... “O que vocês vão fazer aqui?”, “Não, nós vamos botar uma parede...”, “Não, não vai não. Cadê a pessoa responsável daqui?”. O rapaz foi lá, ela não quis me atender. Eu falei “Ela não vai vim falar comigo? Olha só, eu sou confrontante, qualquer coisa que eu fizer ou ela fizer aqui na beirada do meu muro ela tem que vir conversar comigo. Ela não está aqui sozinha e o Jardim Botânico não é dono de nada. Se ela não vir falar comigo eu estou indo aí”. Ela não veio, eu fui lá, ela não me atendeu.

Essa pessoa que a Maria Cristina se refere no trecho acima é a diretora da Associação dos Amigos do Jardim Botânico e que trabalha no local. Apesar de não haver qualquer manifestação ou resposta por parte da diretora, a moradora se dirigiu até o escritório e foi atendida pela secretária que agiu de maneira atenciosa e informou que já havia informado o fato à professora. Maria Cristina comunicou que caso a parede levantada fechasse a abertura da sua casa que escreveria no livro de reclamações do Jardim Botânico.

Então eles pararam a obra na hora, vai cortar os galhos do pé de abiu? Eu falei “Como é que vocês têm uma árvore gigantesca dessa, que vai botar os galhos para as casas dos vizinhos, e vocês não respeitam vizinhos? Vocês não cortam o galho, vocês não podam, vocês largam a árvore na natureza e que se dane os outros. Olha lá meu telhado! Olha, se vocês não resolverem o problema eu escrevo no livro de vocês e escrevo no livro do Jardim Botânico que vai pra ALERJ”. Então eles têm muito medo de mim ali embaixo. E medo da Margareth que mora no 64 (Vila da Major), porque nós praticamente fechamos com o Tom Jobim.

O Teatro Tom Jobim foi construído nos fundos da Vila 1024 e da Vila da Major 64. Ao ser construído, foi construída uma parede enorme que tornou a casa dos moradores mais úmida, pois impede o Sol de entrar em parte das casas da Vila 1024. Outra questão séria é que com o funcionamento do teatro para shows e festas sem a acústica correta, os moradores sofriam com o barulho intenso e tinham dificuldades para dormir, inclusive. Os moradores relatam que nos dias de eventos, o som alto fazia tremer as paredes e móveis da casa, dada sua intensidade. Considerando a quantidade de idosos e pessoas com doenças crônicas, como por exemplo, hipertensão e diabetes, o estresse gerado piorava a condição de saúde. Maria Cristina e Margareth descobriram que o IPJB tinha o alvará de funcionamento do teatro emitido pela Prefeitura Municipal, porém não possuíam a autorização dos demais órgãos de fiscalização.

Porque eles não tinham autorização de funcionar. Tinham autorização sim, da Prefeitura pra funcionar. Mas, o restante das outras

organizações... Acústica, incêndio, corpo de bombeiros, de segurança... Não tinha nenhum. Eles funcionavam a toque de caixa. Então, de tanto que a gente reclamou, de tanto que eu fiz barulho, de tanto que a gente chamou a prefeitura, de tanto que chamamos a polícia, eles acabaram com um prejuízo de 600 mil em multa. Fechou, simplesmente tá lá fechado, apodrecendo.

O teatro permanece fechado até que o IPJB consiga reverter a situação e cumprir com todas as normas de segurança estabelecidas para a realização de eventos. O relato acima revela o tratamento dado aos moradores da Comunidade do Horto. A dinâmica excludente e perversa imposta por estas instituições desconsidera aqueles e aquelas que ajudaram a construí-las. Não há qualquer tentativa em dialogar com a comunidade para resolver conflitos. Desse modo, Maria Cristina, assim como outras moradoras e moradores do Horto, usam do seu conhecimento desenvolvido no processo de luta para garantir seus direitos. Encerramos a entrevista conversando sobre as vilas operárias e recebi um convite dela para conhecê-las pessoalmente. E o meu aceite se desdobrou nas entrevistas que virão a seguir.

## **2.6. Pedro Marins (TV Horto)**

A entrevista com o Pedro surgiu a partir da observação em relação à iniciativa dos moradores em registrar suas memórias e os principais acontecimentos que envolvem a comunidade. Eu assisti no início deste ano uma roda de conversa virtual do programa “JB em Folhas<sup>41</sup>”, transmitida pelo YouTube, na qual participaram a historiadora Laura Olivieri, o Pedro Marins e a cantora Fernanda Abreu e este capítulo consistia na partilha de memórias sobre o Horto Real. Eu já havia visto o Pedro em vários momentos da militância comunitária, sempre carregando sua câmera e registrando as passeatas e eventos pela permanência do Horto. Mas, foi nessa entrevista que me dei conta que seria interessante entrevistá-lo.

Entrei em contato com o Pedro para falar sobre a minha pesquisa. Ele ficou interessado em participar e, então, combinamos a entrevista em um sábado pela manhã. A história da família dele começa com seu bisavô. Pedro completa 60 anos no corrente ano e nasceu na sua própria casa, no Horto, pelas mãos de uma parteira da comunidade

---

<sup>41</sup> Roda de Conversa promovida pelo programa JB em Folhas: JB EM FOLHAS E HISTÓRIAS - LIVE #3 - O HORTO REAL. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=093jvD-B\\_ok&t=2951s](https://www.youtube.com/watch?v=093jvD-B_ok&t=2951s). Acesso em 15.11.2022.

que se chamava Dona Filó. Pedro me contou que a sua mãe também nasceu na mesma casa, em 1930. Sua casa, portanto, tem mais de 100 anos. Seu bisavô foi o primeiro a trabalhar no Jardim Botânico, mas foi seu avô quem construiu a casa. Algo muito interessante sobre a relação da família do Pedro com o território do Horto é que uma das ruas da comunidade tem o nome de seu avô.

Mas, pô! É tão surreal, que meu avô tem nome de rua aqui! Aquele pedacinho ali! Tenho tudo documentado! Pra lá não tem como comprovar não! Mas, rua Pacheco Leão 1235. Ruas tem nomes de ex-funcionário do parque, ou seja, eles dão homenagem aos moradores, Rua Pedro Marins 2. Eles fazem homenagem ao mesmo tempo que querem expulsar a pessoa.

Pedro me mostra uma pasta com documentos que confirmam sua narrativa. Primeiro, ele me mostra uma conta de luz, cuja rua recebe o nome do seu avô, como podemos ver na imagem a seguir.

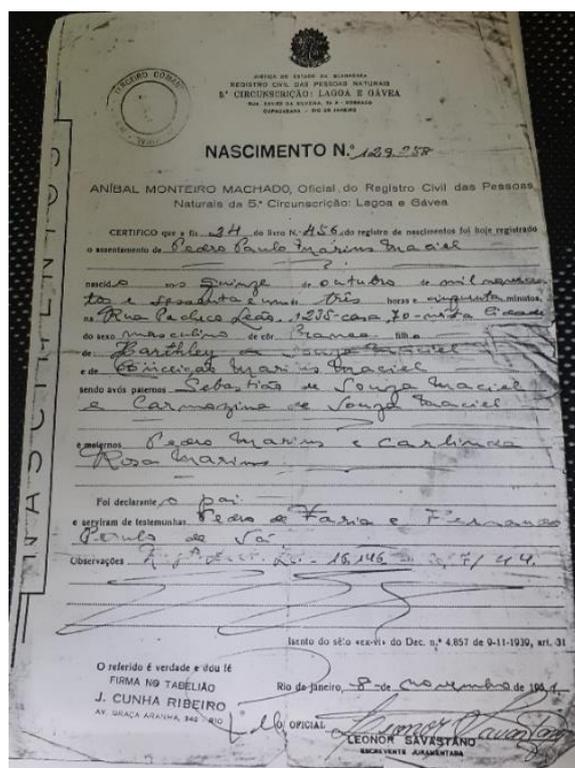
FIGURA 22 - Conta de luz com o nome da rua em homenagem ao avô do Pedro



Fonte: Arquivo Pessoal

Em seguida, ele exibe a sua certidão de nascimento, atestando que o local de nascimento é o mesmo endereço onde reside até hoje. Com muito orgulho, ele faz questão de ler o texto do documento: “Deixa eu te mostrar aqui. Nascido em 15 de outubro de 1961, 3:50h da manhã, rua Pacheco Leão 1235, casa trinta, nesta cidade. Aqui dentro não tem hospital, então nasci na minha casa”.

FIGURA 23 - Certidão de Nascimento do Pedro



Fonte: Arquivo pessoal

Eu quis saber mais detalhes sobre a relação da sua família com o IPJB e o entrevistado partilha memórias muito interessantes. Ele me conta que o seu bisavô foi chefe da guarda do Jardim Botânico e que, segundo os relatos da sua avó, ele ficava sentado em uma poltrona, oriunda da época colonial, na entrada principal do parque. Segundo a memória da sua avó, o bisavô do Pedro parecia um rei.

O avô do Pedro, nasceu em 1904 e era filho de uma mulher indígena. Ele também foi funcionário do IPJB e começou a trabalhar muito jovem. O Pedro me contou que alguns moradores ingressaram no trabalho ainda na infância. Ele inclusive citou a pesquisa da Luciene Carris que identificou crianças em torno dos 10 anos de idade trabalhando no Jardim Botânico.

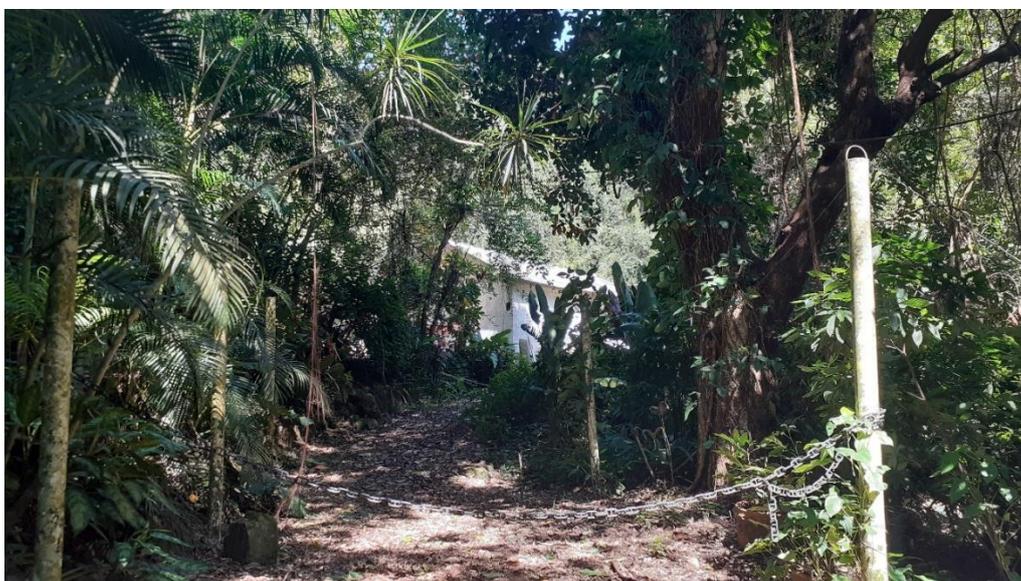
Pedro afirma que a sua família é tradicional e que já está na quinta geração vivendo na Comunidade do Horto: seu bisavô, seu avô, sua mãe, o Pedro e a sua filha. Conversando sobre a sua família, o entrevistado me conta uma história interessante sobre o nome do seu pai e que tem ligação com a memória do período industrial vivido pela comunidade. Sua avó, que era moradora da Vila da Major, foi operária em uma das fábricas da região e ao engravidar, decidiu registrar o pai do Pedro com o nome de Harthley, em homenagem ao diretor da fábrica.

O Pedro me explicou a ligação territorial do Horto com a Vila da Major, localizada na Gávea e porque toda a região é considerada Horto. Inclusive ele me levou até a frente da sua casa para me mostrar como as regiões estavam conectadas. Nesse percurso, atravessamos um dos portões que separa uma parte da comunidade do Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico e entramos no parque numa região bem próxima ao Caxinguelê.

Minha avó é da Major, da Major. Por isso que interliga essa história do Horto e Major. É tudo Horto, entendeu? Porque ali tem o túnel que atravessa, ali onde tem os canos da CEDAE. Posso te mostrar, perto da minha casa. Dá pra atravessar pra Major pelo parque. Você vai ali comigo, a minha casa fica dentro do Parque. Eles cresceram o Parque. A minha casa ficou dentro do Parque, por dentro. Colocaram o portão lá dentro da administração, na casa amarela, eles vieram, subiram... Na década de 80.

Pedro mora ao lado do Aqueduto da Levada. Quando o IPJB avançou para dentro da comunidade, englobou o trecho onde a casa do Pedro está localizada.

FIGURA 24 – Casa do Pedro Marins



Fonte: Arquivo pessoal.

Ele me mostrou as enormes tubulações da CEDAE que atravessam o morro e chegam ao outro lado, na Vila da Major 122A. Nesse local, um pouco abaixo da casa do Pedro tem uma espécie de vazamento que nunca é solucionado, com água vazando noite e dia, tornando o ambiente úmido e enlameado. É um desperdício diário de água. Isso é

curioso porque o IPJB deveria acionar a CEDAE para resolver o problema, com base no próprio discurso de proteção ao meio ambiente. No entanto, o problema existe há muitos anos e até o momento da minha visita não houve solução para o problema.

Fiz registros fotográficos da área onde outrora existiu o Clube Caxinguelê e que hoje tem apenas um monte de terra proveniente de uma enchente que atingiu o Horto e o IPJB. A Administração do instituto retirou a lama e depositou no espaço do antigo clube. A reintegração de posse acabou com a área de lazer da comunidade e determinou a devolução da área para o IPJB, que não utilizou a área para expandir suas pesquisas, mas para depositar terra e mato.

FIGURA 25 - Área do antigo Clube Caxinguelê (Vista de dentro do IPJB)



Fonte: Arquivo pessoal

Andei com Pedro por dentro do Jardim Botânico e ele foi me mostrando alguns locais onde havia portão e que a Administração do parque removeu, avançando para dentro da comunidade. Fiquei bastante impressionada com a progressão territorial do IPJB. Até a Escola Municipal Julia Kubitscheck, que atende às crianças do Horto e bairros vizinhos, hoje se encontra dentro do perímetro do IPJB.

FIGURA 26 - Escola Municipal Julia Kubitschek dentro da área do IPJB



Fonte: Arquivo pessoal

O entrevistado me contou que quando a Administração do IPJB iniciou esse movimento de avançar com os portões para dentro da comunidade, ele gravou um vídeo, mas que o material se perdeu. Pedro me revelou que nessa época não estava engajado na luta do Horto, mas que sempre trabalhou na área de comunicação social. Ele trabalhou mais de 20 anos na Som Livre, atuou também como repórter cinematográfico. Eu fiquei curiosa e quis saber como surgiu a TV Horto e ele me respondeu que fazia registros das festas e eventos comunitários. À medida que o assédio contra a comunidade cresceu ele passou a registrar e assim nasceu a TV Horto.

Eu fazia jogo de futebol, essas coisas pro Horto. Eu sempre fazia alguma coisa pro Horto. Na época, abrimos uma produtora de fotografia. Eu sou fotógrafo. Aí, abrimos a P2L Produções Digitais. Prestava serviço pra Som Livre, pra PUC... Tinha um mercado legal! A gente trabalhou nisso. Aí, eu via uma coisa e dizia "ah vou filmar". Eu filmava e ia jogando no YouTube da P2L Produções Digitais e ia jogando. Tem um lá que está sem título... O número do vídeo... Tem nem escrito o que é. No YouTube, a P2L, eu achei e vi "Caraca, 90% é tudo de Horto! Só filmava Horto". Claro! Tem jogo de futebol, mas, a maioria é Horto. Eu mudei o nome pra TV Horto e tem quase 17 mil inscritos.

A iniciativa do Pedro com o intuito de registrar em vídeos e fotografias as ações e eventos comunitários soma ao propósito do Museu do Horto: perpetuar a memória da comunidade. Ele me conta que começou a alimentar a página no YouTube por volta de 2012-2013 e somente mais tarde, em 2016, nomeou a página como TV Horto - A TV que veio pra ficar!

Aí, falei pô, TV Horto! Automaticamente veio a frase final: A TV que

veio para ficar! Por que a TV que veio para ficar? Porque o Horto, fica! A TV Horto também veio pra ficar. Não veio pra acontecer e ir embora. Veio pra ficar porque o Horto ficando, ela fica. Não tem como ela sair e o Horto vai ficar! E pegou! Às vezes as criancinhas falam “Tv Horto - a Tv que veio para ficar”. Geral já sabe! O bordão é esse, né? Foi em 15 de junho de 2016, tem 5 anos só, somente 5 anos.

Pedro tem o desejo de ampliar o trabalho, mas por enquanto não consegue porque não tem uma equipe para ajudá-lo. Ele, sozinho, é quem filma e edita os vídeos. Ele me conta que já tentou fazer uma web tv, mas a despesa era grande e então ele optou por manter o canal no YouTube porque o acesso é gratuito. Desse modo, a página da P2L deixou de existir, se tornou TV Horto e passou a publicar conteúdo sobre a comunidade, especialmente sobre o processo de resistência.

Tem o YouTube, tava parado lá, uns anos parado lá, quando eu olhei: 16 mil! Caramba, mais de 16 mil inscritos! Tem um vídeo lá que tem mais de 4 milhões de visualizações. Vamos dar um nome. A TV Horto! Vai ser isso, pô! Eu falei, tem muito mais utilidade ela ser Tv Horto. A maioria das coisas que eu faço é ao vivo, pelo Facebook mesmo! As outras coisas eu gravo, boto no YouTube e compartilho em todas as páginas. Ponho na TV Horto e da TV Horto eu compartilho em todas as páginas, grupos, que eu faço parte na comunidade. Aí, tem também, 7 mil seguidores no Facebook. No Instagram que é menos porque eu não boto hashtag e não chama público, porque sou eu sozinho. Abastecer várias páginas, pô. Tem que filmar, tem que iluminar, pô sabe... Tipo lá, teve audiência pública. 20 vídeos que eu tive que editar! Pegar um, baixar, fazer download, jogar no YouTube, escrever tudo e depois joga na Tv Horto. E depois joga nos grupos de apoio a cada vídeo. Teve um dia que eu fiquei 3 horas e meia pra baixar 8 vídeos! Direto assim! Sentado, direto. Quando dei conta, eu falei “caraca, vou fazer só cinco hoje! Amanhã faço mais cinco”. Quando eu vi... Quase 4 horas! É puxado! Ah, é trivial? Né não! Muita responsabilidade!

Ainda sobre a TV Horto, Pedro me conta de maneira muito bem-humorada que a prestação de serviços à comunidade se estende de outras formas. Às vezes, os vizinhos pedem para ele realizar anúncios pela TV Horto. E em outras vezes, é solicitado também para interferir em questões internas entre vizinhos. Quando isso acontece, ele declina e pede que os envolvidos se dirijam à associação de moradores para resolver o conflito.

Quando pergunto sobre os eventos mais impactantes durante esse tempo em que registra a memória da comunidade, ele afirma que foram as remoções do Marcelo e do Caxinguelê. Ele me diz que foram as ações mais violentas, com muito terror psicológico, com os policiais cercando várias partes da comunidade. O relato do Pedro sobre a remoção do Marcelo é muito parecido com o dos outros moradores do Horto.

Foi bem agressivo, botaram fogo... Muita polícia, spray de pimenta na cara das pessoas, a centímetros, né? Idosos! Deram tiro de bala de

borracha na cara... Aqui, bem aqui. Aqui nessa rua aqui. O negócio foi lá, chegaram aqui em cima, tinha uma vizinha saindo lá no portão. Mulher, saindo lá no portão! Quando ela olhou assim, deram tiro de bala de borracha pra cima dela... Cara, surreal! Parece bicho, sabe! Não tem estrutura nenhuma sabe. A pessoa sai e dá tiro, caramba... Terror, né? E psicológico! A maioria da população é de idoso e criança né, gente? Surreal! Do Marcelo foi vergonhoso! Essa semana agora mesmo, colocaram uma foto nossa lá! Às vezes aparece, né? Nossa memória! Às vezes, a gente tá pesquisando alguma outra coisa e acha uma foto emblemática! O Marcelo, assim, no muro da casa dele... A esposa dentro do muro falando com ele... E o filhinho dele olhando assim... Tipo... O que tá acontecendo aqui? O filho dele tava no colégio! Chegou do colégio, uma porrada de policial dentro da casa dele pra tirar a pessoa! Já viu como tá aquilo ali, gente? Um mato alto, poça d'água. É tirar por tirar! Covardia pura, entendeu?

A remoção da casa Marcelo foi muito violenta e não houve qualquer tipo de acolhimento ou alternativa oferecida à família, que saiu da casa e foi morar de aluguel. O local permanece abandonado sem qualquer tipo de uso. Com a área do Caxinguelê, não foi diferente. O local de lazer comunitário que inclusive abrigava a associação de moradores permanece completamente sem função alguma.

Foi agressiva, foi muito braba também. Saía de casa pra jogar futebol ali... Aí, pô... Vieram com a maior violência! Um bando de gente destruindo tudo. E pra que? Vai lá! Tá cheio de lixo! Lixo não, mas teve enchente em 2018, não foi? Encheu de lama o Parque! Foram tirando e jogaram ali! Lá atrás tá abandonado! Agora o ministro do meio ambiente, o Ricardo Sales, esteve aqui umas duas, três vezes no Parque antes de sair. Aí, a ideia deles é fazer a parte de trás, como se fosse um Parque, um bar, um restaurante, digamos.

Assim como o Pedro, vários moradores relatam o interesse do IPJB em transformar a área onde está assentada a comunidade em espaços *gourmet* para beneficiar empresários interessados em expandir negócios e o lazer da classe média alta e dos ricos que moram ou frequentam a região. Famílias tradicionais como a do Pedro seguem ameaçadas de perder a moradia e sua própria história em função dos interesses de quem deseja explorar economicamente o espaço ocupado pela comunidade.

Encerramos a entrevista no portão que dá acesso ao SERPRO, localizado na rua Pacheco Leão. Agradei ao Pedro sua participação na pesquisa e pela caminhada nas terras do Horto que foram abarcadas pelo Jardim Botânico, pois me ajudou a visualizar melhor a questão referente aos limites do instituto. A seguir, dou continuidade com uma visita a Vila 1024 e a duas rodas de memória com os moradores e moradoras da Vila da Major, outra localidade do Horto em conflito direto com o Jardim Botânico.

## 2.7. Vila 1024 e Vila da Major 64

A minha visita aos moradores da Vila da Major 64 foi combinada com a Maria Cristina, moradora da Vila Operária da EMBRAPA. O acordado entre nós era que eu chegasse e me dirigisse primeiro a Vila 1024, onde a Cristina mora, para compreender melhor a localização da parte baixa do Horto que se estende pelos bairros do Jardim Botânico e da Gávea. E assim fizemos.

Cheguei no portão da vila no horário combinado e a Maria Cristina me recebeu de maneira muito acolhedora. Assim que entramos, ela logo me mostrou os muros erguidos para delimitar a área da EMBRAPA. Ela me conta que antes não havia muros e moradores viveram ali totalmente integrados com o espaço da instituição. Era um espaço aberto e os trabalhadores se deslocavam de suas casas para a EMBRAPA com facilidade. Porém, com a construção de um prédio nos últimos anos, bem próximo aos limites com a comunidade, a instituição ergueu um muro enorme que impede o acesso dos moradores ao local.

FIGURA 27 - Muro construído pela EMBRAPA (fundos) – Vista da Vila 1024



Fonte: Arquivo pessoal

Em seguida, caminhamos em direção aos fundos da vila, onde está localizada a maioria das casas. Cristina me mostrou as casas dos seus vizinhos e em seguida me apresentou a casa onde vive com seu companheiro e seu cachorro. A pequena vila é formada por casas simples e bem cuidadas. Assim como a Cristina, alguns moradores têm animais domésticos, em sua maioria, cachorros e gatos, que ao perceberem o movimento no pátio da vila e nossas vozes começaram a latir. Um dos cães estava solto e a Cristina me disse que ela e outros moradores cuidam comunitariamente dele. É como se ele fosse um guardião local. Se entra alguém diferente na vila, ele é o primeiro a avisar. Cumprimentei o guardião local e continuamos o percurso.

Seguimos caminhando para o fundo e ela me mostrou a parede enorme do Teatro Tom Jobim, construído pela administração do Jardim Botânico, erguida junto a uma das casas. De acordo com a fotografia abaixo é possível perceber que a parede do referido teatro é geminada, ou seja, foi construída junto à parede da casa pertencente à vila, sem qualquer distanciamento.

FIGURA 28 - Parede do Teatro Tom Jobim construída pelo IPJB



Fonte: Arquivo pessoal

É nítido o sufocamento praticado pelas instituições envolvidas no conflito em relação à Vila 1024. As paredes altas impedem o sol de adentrar as casas, gerando umidade excessiva. Além disso, tem a questão relatada anteriormente, durante a entrevista da Maria Cristina, referente a poluição sonora que atinge massivamente os moradores durante os eventos e shows porque não há isolamento acústico. Ora, se a preocupação da instituição é de fato a preservação do meio ambiente, seria no mínimo contraditório a permissão de shows e eventos dentro do teatro porque a poluição sonora afeta tanto os moradores ao redor quanto a fauna que habita o parque e o Horto Florestal. Desse modo, o discurso ambiental é mobilizado de acordo com os interesses daqueles que detêm o poder.

Ao sair da Vila 1024, caminhei com a Cristina até a entrada da Vila da Major 64. Antigamente era possível transitar de uma vila para outra sem qualquer dificuldade. Porém, nos dias de hoje, não é possível fazê-lo porque os acessos foram fechados, muros construídos e portões deslocados para assegurar o isolamento das vilas. Assim, saímos pelo mesmo portão onde entrei e caminhamos pela rua Jardim Botânico até a Major Rubens Vaz.

FIGURA 29 – Entrada da Vila da Major 64



Fonte: Arquivo pessoal

Ao chegar na entrada da Vila da Major 64, vejo logo as placas que proíbem o acesso ao parque e um guarda do IPJB posicionado em frente ao portão, mas do lado de

dentro. Ele nos recebeu de maneira um pouco sisuda e perguntou para onde estávamos indo. A Cristina respondeu que estávamos nos dirigindo a casa da Margareth e informou o número da residência. O segurança liberou a nossa entrada pelo portão e nós adentramos a vila. Vimos este guarda passar um rádio para outro e assim que entramos na rua da casa da Margareth já havia outro guarda nos observando.

Chegamos na casa da Margareth e fiquei surpresa com a recepção organizada dos moradores para me receber. Uma mesa com água, refrigerantes e salgadinhos foi colocada no centro do espaço ao ar livre da casa, embaixo das árvores. Fui apresentada aos moradores que lá estavam para contar sobre a história desta vila. Margareth, Sr. Samuel, Sra. Floramir, Sandra e Maria Cristina me receberam e compartilharam suas memórias comigo. Usei o método de roda de memória e foi muito proveitoso porque a memória de um morador reaviva a memória do outro e assim é possível construir uma narrativa coletiva.

O primeiro a falar foi o Sr. Samuel. Ele tem 67 anos e foi morar no Horto quando tinha 3 anos, ou seja, reside na Vila da Major há 64 anos. Ele começa a me contar como sua família chegou lá e que viu a construção da maioria das casas que compõem a vila. Os primeiros moradores, incluindo seus familiares, eram trabalhadores que foram trazidos pelo Ministério da Agricultura.

Não foi pro Jardim Botânico, pro IBAMA. Foi pro Ministério da Agricultura. Isso aqui tudo era pertencente do Ministério da Agricultura. Era uma fazenda de cacau que Dom João comprou e fez o Parque Jardim Botânico. Tudo tem suas divisórias, os muros, as cercas do Jardim Botânico. Vai na Pacheco Leão, O campo do Caxinguelê e o Colégio Júlia Kubitschek. Isso são os limites, e aqui o Cactário. (Relato do Sr. Samuel)

O Sr. Samuel aponta os limites e fronteiras da região da vila. Ele me conta ainda que aquela região não pertencia ao parque do Jardim Botânico e que havia um muro construído pelos escravizados, por ordem dos portugueses, que separava o Cactário da área de serviço, cujo local situavam os serviços de mecânica, hidráulica, lavagem, a bomba de gasolina e o almoxarifado.

Na época em que seus pais chegaram, a vila era completamente separada do Jardim Botânico. A princípio foram instalados em um sobrado verde e branco que ficava isolada no meio do mato. Ele me conta que a sua mãe trabalhou no Instituto de Pesquisa, próximo à delegacia, onde hoje funciona a Pousada dos Pesquisadores do IPJB. Ele me

conta que quando seu pai viajava, sua mãe ficava hospedada em outro lugar porque ela atravessava sozinha uma trilha em um lugar ermo, havendo apenas a casa deles naquela região. As outras casas foram construídas posteriormente.

Margareth afirma que as casas foram construídas pelos moradores. O terreno foi cedido, mas a construção foi realizada com o recurso próprio dos moradores. Ela me conta que outros ministérios funcionavam na região, como por exemplo, o do Meio Ambiente. Desse modo, ela afirma que não era uma coisa só. Cada ministério cedeu o terreno para que seus funcionários construíssem as casas. Eu perguntei se havia algum registro, algum documento, mas todos me responderam que a autorização foi apenas verbal, nunca por escrito.

Margareth: Porque antigamente a honra valia muita coisa né. A palavra era tudo.

Cristina: E passou de funcionário pra funcionário, entendeu? Muitos que saíram, se aposentaram, foram embora, passaram suas casas para outros funcionários.

Sr. Samuel: Ainda tem isso. Quando se sai, se passa pra outros funcionários. E aqui quando era tudo mato ainda, se cedia um lote de terra, você pagava uma taxa pelo uso de terra.

Margareth: Taxa de ocupação.

Sr. Samuel: Aí depois começou a botar, começou a dizer que era aluguel. Como você aluga uma coisa que eles deram? Vinha no contracheque.

Margareth: Vinha descontado. Até que... Quando teve aquela mesa de conciliação, aí viram que estavam errados, né? E, aí pediram para que fosse parada essa cobrança. Mas, foram anos e anos pagando.

Sr. Samuel: E existe uma planta que o Ministério da Agricultura deu pra não haver competição, basicamente todas as casas são iguais. Então, a única coisa que foi construída... foi através de mutirão. Os funcionários se reuniam e vinham ajudar. Só tinha um mestre de obra pra poder fazer aquela planta, tá? Com o compromisso de que mais tarde se daria um registro pra gente com certificado de posse da casa.

A Margareth me conta que os processos de reintegração de posse surgiram durante a direção posterior a do Roberto Campos Porto. A convivência era pacífica e os trabalhadores-moradores não eram importunados. Ela diz que a gestão do Jardim Botânico, a partir de 1987, provavelmente percebeu que a área estava valorizada e que a área poderia gerar mais recursos.

Aí, ele (o gestor) viu que já estava valorizada a área e viu aonde ele poderia ter recursos maiores, não sei se dizer se privados ou na parte do próprio ministério. Mas aonde começou a crescer os olhos entendeu. Porque entre essa direção... que é uma direção antiga que cedeu para todas as pessoas. Por isso você me perguntou ‘tem algum documento?’

Olha só desde essa diretoria até oitenta e seis não teve problema nenhum, a partir de oitenta e sete é que começaram os processos...

Margareth diz que a gestão antiga do IPJB, que cedeu os terrenos, deve ter iniciado por volta de 1945, mesma época em que o seu sogro morou em um cortiço. Eu não sabia da existência de um cortiço ali na região e quis saber sobre o assunto. Ao visitar essa memória, os moradores abriram uma nova “caixa de informações” e surgiram muitas outras importantes, que dizem muito sobre a região do Horto.

A primeira delas é que havia um cortiço ali na proximidade da Vila da Major 64, em um local do lado de fora do Jardim Botânico, próximo às oficinas e de frente para o gramado do parque. Sr. Samuel confirma essa memória comunitária e afirma que hoje é difícil identificar porque o IPJB avançou para dentro da comunidade, retirando as cercas divisórias e tomando a posse e que desse avanço restou apenas um pedaço do muro. Eu quis saber mais sobre essa história e eles relataram o que houve naquela parte do território.

Sr. Samuel: Só sobrou um pedaço do muro aqui tá.

Margareth: Porque brigou né.

Sr. Samuel: Porque o muro se estendia até lá em cima na floresta, quer dizer a floresta e o Cactário dividia a vila.

Margareth: Era aqueles muros de pedra sabe.

Sr. Samuel: E construíram uma casa bem em cima do muro pra dizer que é uma coisa só e não é verdade. Esse galpão que tem aqui era nosso playground, nosso parquinho... Aí, eles fizeram um galpão e acabaram com a área de lazer da gente.

Sr. Samuel continua relatando que nesse “parquinho” havia escorrega, balanço, e, inclusive, um carrossel. Essas são algumas de suas memórias de lazer durante a infância. Ele me contou que chegou ao Horto quando tinha apenas 3 anos e hoje tem 67 anos, ou seja, mora no Horto há 64 anos, e que, portanto, viu as casas serem construídas e acompanhou parte do crescimento da comunidade, principalmente da sua vila.

Nesse momento, a partir do relato do Sr. Samuel, Margareth recorda que nessa época era “tudo chão de terra” e ele confirma essa memória. A moradora continua a relembrar e toca em um ponto importante no que se refere à memória africana no território do Horto. Margareth lembra que no local onde foi construído o Teatro Tom Jobim havia um cemitério e que segundo o que ouviu de alguns moradores, era um cemitério de escravos.

Margareth: Ali era um cemitério. Falava-se que ali onde era o Teatro (Tom Jobim), ali era o cemitério de escravos.

Carolina: Dos escravos?

Margareth: Sim, que quando foi feita a escavação encontraram algumas ossadas.

Carolina: Vocês têm alguma memória dessa época? Vocês lembram dessas ossadas?

Voz mulher: Não. Só falaram. Mas, assim, meio que não deram muita importância pra isso não.

Sr. Samuel: Eu só lembro da senzala. Lá no fundo tinha uma senzalazinha.

Margareth: Ali era uma senzala, ali tinha uma senzala.

Floramir: Ali tinha uma casa separada onde colocava a Júlia pra dormir.

Sr. Samuel: Ali é uma senzala. Onde encontrei aqueles ferros, de passar carvão, aquele triangulozinho que encaixava nas árvores, quando escravo fugia... A gente encontrou bastante.

Floramir: Onde é agora aquele barzinho...

Sr. Samuel: Exatamente, onde é o bar agora. A cantina, é. Ali que era uma senzala, ali.

Os moradores contam que a senzala ficava ao lado do Teatro Tom Jobim, local onde hoje funciona um restaurante. Não há nenhuma placa que referencie a antiga senzala ou que identifique a historicidade do local. O que existe é uma memória coletiva passada de geração em geração, através da oralidade, pelos antigos moradores aos atuais. Os objetos relacionados à senzala que antes eram encontrados facilmente, desapareceram. Foi um consenso entre os participantes da roda de memória que ninguém sabia o paradeiro dessas peças.

Nesse contexto, o Sr. Samuel afirma que não há preocupação do IPJB em preservar memórias, mas sim um interesse em transformar os pontos em comércio. Ele conta que já houve inauguração de três restaurantes e que isso demonstra o interesse praticamente comercial em oposição ao desenvolvimento botânico. Sua opinião é de que anteriormente havia uma maior variedade de espécies no Jardim Botânico, mas que, com o passar do tempo, desapareceram. O interesse, segundo ele, estaria destinado às atividades comerciais.

Sr. Samuel: Então, virou comércio. E a Botânica pra mim foi deixada de lado, porque tinham muitas coisas, tinha antigamente, praticamente não tem mais. Você vai pra dentro do orquidário, as coisas que tinha antigamente, hoje em dia, fico decepcionado.

Margareth: A gente não podia andar lá dentro, pisar nada disso, porque tem que conservar as espécies.

Carolina: Esses vestígios que o senhor encontrou de algemas, correntes... Essas coisas ficavam expostas?

Sr. Samuel: Não. Ficavam no chão, praticamente tudo no chão. Tudo

sujo.

Carolina: Aqui perto né, onde foi construído esse restaurante.

Sr. Samuel: Exatamente! Não sei se eles tiveram a preocupação de pegar e guardar.

Segundo o relato do Sr. Samuel, a postura institucional do IPJB indica um total descuido e descaso com peças de uma senzala. Objetos esses que poderiam contar uma história e memória sobre o holocausto negro, ou seja, da escravização de africanos e, por outro lado, registrar a presença africana no território que sobreviveu aos horrores perpetrados pelo regime colonial.

Outra memória surgida nessa conversa é sobre o prédio do atual Museu do Meio Ambiente que em tempos anteriores abrigou ministros. Essa lembrança comunitária é muito importante porque alguns moradores do Horto trabalharam diretamente com os ministros que ali residiam, na função de jardineiro, motorista, dentre outras. Esses moradores obtiveram autorização para construir suas casas na localidade a fim de prover serviços e cuidados para as referidas autoridades.

Margareth: Agora, quem morava aqui era os ministros.

Sr. Samuel: Os ministros!

Margareth: Os ministros moravam lá dentro, na casa do ministro. Todo mundo chama até hoje casa do ministro. Pra gente ficou conhecido como casa do ministro. Também tem aquele casarão que era o diretor da época que morava, o funcionário Campos, né?

Todos começam a falar ao mesmo tempo, lembrando quem residia na vila, até que Dona Floramir lembra de uma moradora que morou na região onde era a senzala e que segundo os moradores era neta de escravizados. Seu nome é Júlia e era uma senhora negra, alta, de pele retinta, que morou muitos anos na vila e trabalhou como empregada doméstica. Dona Júlia vivia sozinha, seus familiares residiam em Minas Gerais, mas, os moradores não sabem informar se ela nasceu no Rio ou em Minas. Segundo a Margareth, ela já faleceu bem idosa. O fato é que a lembrança dessa personagem comunitária conduziu a uma reflexão coletiva que considero relevante.

Margareth: Essa Julia que eu estava te falando há pouco era neta de escrava. Mas, a família dela era de Minas. Ela que veio pra cá ou ela nasceu aqui. Acho que ela deve ter vindo, né? Eu me lembro dela, engraçado que eu me lembro dela.

Cristina: Morreu?

Margareth: Morreu já. Ela já era bem velinha na minha época já. Mas, ela era forte, bonita, negrona.

Cristina: Apesar de saber daquele casarão (Solar da Imperatriz) lá onde

os escravos trabalhavam, que ficavam... Mas, eu pensava que todo mundo vinha lá de cima.

Sr. Samuel: Mas, no Parque da Cidade tinha uma senzala também.

Carolina: Aonde?

Sr. Samuel: Lá no Parque da Cidade (Gávea).

Carolina: É porque essa região é toda de engenho. Então, devia ter muita senzala.

Sr. Samuel: Todos eles tinham senzala. Lá (no Parque da Cidade) tinha uma senzala que eu me lembro que era no chão. Como eles entravam. Já aqui no Parque Lage, lá atrás tinha um túnel, que depois desmoronou. Lá dentro era a senzala, tinha um tanque de lavar roupa lá dentro, tinha uma escada que descia...

Carolina: Isso, onde que o senhor tá falando?

Sr. Samuel: Parque Lage.

Margareth: Parque Lage.

Sr. Samuel: O Parque Lage tinha uma entrada exatamente tipo uma caverna. E tinha lá dentro um tanque de lavar roupa, onde as roupas ficavam batendo. E tinha a área deles (dos escravizados) lá. A última vez que eu entrei lá, faz anos, tinha desmoronado. Não sei se eles recuperaram. Porque não se recupera. Caiu, fica caído, né? Mas, existia.

Cristina: Agora, uma conclusão importante, toda essa área, era uma área de engenho e dominada pela igreja católica, porque são várias igrejas. Então, isso aqui foi estruturado pela igreja e pelos escravos.

Nesse trecho da roda de memória é possível perceber as lembranças vivas da região. Dona Julia, que segundo os moradores era neta de escravizados, aparece como um fio condutor de memórias sobre o território circunvizinho da comunidade. A partir dessa personagem, surgem lembranças da presença africana no Solar da Imperatriz (Horto), no Parque da Cidade (Gávea) e no Parque Lage (Jardim Botânico). Sr. Samuel relembra a arquitetura de uma senzala, localizada próximo a um tanque de pedra, cuja estrutura desmoronou em razão da deterioração e falta de manutenção. Posteriormente, Maria Cristina percebe que toda essa área ocupada pelos engenhos estava sob forte influência da Igreja Católica, marcada pela presença das várias capelas na localidade, e, conclui que a construção do território foi estruturada pela mão-de-obra escravizada a partir da dominação colonial exercida pela Igreja Católica.

Essa reflexão me trouxe outra informação relevante. Sandra, filha da Dona Floramir, também moradora desta vila, está realizando uma pesquisa de mestrado em Teologia sobre uma igreja atualmente localizada na Gávea. Ela me conta que o objeto do seu estudo, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, no início do período colonial, fora construído na região do Horto / Jardim Botânico e que está em busca de referências para

saber o local exato. Nesta conversa sobre a influência da igreja na região, os moradores se lembram que um padre desta paróquia, cujo nome era Geraldo, apoiava a permanência da comunidade na localidade e sempre dizia “não, eles não podem tirar vocês daqui. Vocês têm que ficar, vocês têm direito aqui”.

A conversa também produziu uma outra informação interessante. A lembrança de um livro de registro, com o nome dos residentes da vila, sob posse do Jardim Botânico, mas que nenhum deles pode ter acesso. O referido livro contém o nome do morador ou moradora, o respectivo número da casa, dentre outras informações pessoais. Segundo o grupo entrevistado, esse livro comprova a ocupação do território pelos trabalhadores e exclui a hipótese de invasão, como exposto por seu opositor e a mídia que lhe é conveniente.

Sr. Samuel: Tem um livro de registro... Registro das vilas, de quando as vilas foram construídas. Ficava dentro da administração, só que eles não mostram porque é uma comprovação pra isso. No tempo que minha mãe faleceu, eles vieram aqui me pegar pra poder atualizar quem é que ia tomar a frente, eles mostraram o livro e lá constava...

Margareth: Os moradores.

Sr. Samuel: E a planta da casa! A planta da casa existe, a metragem, tudo direitinho.

Maria Cristina: De todo mundo?

Sr. Samuel: De todo mundo, todas as vilas, de todas as vilas, na casa, perto do Orquidário, livro grande assim...

Sandra: Será que a gente poderia ter acesso a isso?

Margareth: Nunca, nem eles...

Sr. Samuel: Eles só mostraram pra mim porque... Quando foi atualizado, eles disseram porque eu era militar, fiz curso pra ser oficial da marinha.

Carolina: O senhor foi da marinha?

Sr. Samuel: É, então... Porque eles fizeram como intimidação... “Vamos atualizar”. Chegando lá constava a minha mãe, meu pai, da minha ex-esposa Neusa, o filho, eu botei todo mundo, minha ex esposa, e meus filhos. Então consta meu nome lá, consta a Rose, o Jéferson, o Égon, a Jéssica, todo mundo consta lá. Se o livro tá lá, não sei, mas que tem, tem. Se tem o registro aqui, deve ter no ministério da agricultura e no Museu Histórico.

Margareth: Tanto é que na época que começou tudo isso, ele falou que não tinha como tirar essas pessoas que moravam aqui, mas agora eles estão tentando..

Carolina: Tentando forte né!

Margareth: Tão tentando forte, mas por quê? Porque eles (IPJB) sabem de tudo isso que a gente sabe. Eles têm acesso a esse registro que a gente

ainda não encontrou. Não vou dizer que a gente não tem não. A gente ainda não tem, mas a gente vai ter. O fato é que aqui era uma área de fazenda mesmo, onde tinha bastante, antes de virar isso aqui tudo, da divisão do parque, tinha escravos, tinha índios, que te falei que vi.

Margareth relaciona a perseguição e últimas investidas contra os moradores da vila com o fato deles saberem sobre as informações que comprovam a autorização para a construção e melhoria das casas. Os entrevistados veem a negação de informações acerca do registro combinada com a celeridade nos procedimentos da remoção como uma forma de silenciar os moradores e impedir a comprovação de que receberam a casa como se sua fosse.

Um outro ponto importante que apareceu na roda de memória é quando a Margareth lembra da sua infância, correndo pelo parque, tomando banho de rio. Ela me conta que percorria o Jardim Botânico, o Horto e que havia presença indígena no Horto. Durante a sua infância, ela lembra de ver indígenas que moravam na região. Inclusive, segundo seu relato, havia uma oca construída na região do Caxinguelê.

Voz mulher: Era na região do Caxinguelê, só que mais pra cá. Você entrou nesse portão, o Caxinguelê vai estar aqui, aquele campo enorme, etc. Você virando pra cá, andando um pouco mais você tinha a oca.

Maria Cristina: E os índios?

Margareth: Ah... Tiraram! Tiraram! Eu me lembro que na época eles não queriam sair não, brigaram e tudo. Mas, não teve jeito. Tiraram e pra onde levaram eu não sei. Sei que eram muitos. E gente, era uma coisa generosa de tamanho. Não sei se era porque, eu era criança, mas era uma coisa bem grandona, pegava tipo essa casa, a outra casa ...

Carolina: A senhora lembra?

Dona Floramir: Eu não frequentava, mas eu ouvia falar sim dos índios.

Ao que tudo indica que os indígenas que residiram no local também foram removidos. E ninguém tem informação sobre essa história o sobre a etnia/povo indígena que habitou o Caxinguelê. Mais uma história importante perdida e que dificilmente será recuperada porque não se sabe para onde os indígenas foram levados. Mais um apagamento da história do território do Horto.

Em seguida, eu direciono a conversa um pouco mais para Dona Floramir, mãe da Sandra e uma das moradoras mais idosas da comunidade. A entrevistada tem 87 anos e foi morar no Horto em junho de 1961. Ou seja, mora há 60 anos no Horto. Seu marido foi funcionário do Ministério da Agricultura e recebeu a casa para morar próximo ao trabalho. Ela conta que quando receberam a casa era um “barraquinho de madeira e toda cheia de cupim”. A casa recebida pelo casal sequer tinha portas ou janelas e foram

estruturando o imóvel aos poucos. Além disso, pagavam uma espécie de aluguel para morar na casa.

Dona Floramir: E o moço deixou a gente ficar seis meses sem pagar, comprando material, e fez aquilo ali. Nossa casa é registrada no Ministério. Eu fui lá peguei um papel, mas o papel tá tão mal escrito. Tá registrada lá! Tem folha, tem metragem, tem tudo. Tenho esse papel. A xerox que tirou tá toda preta... Tem o valor... Eu tenho esse papel. E o papel que o diretor deu a casa, naquele tempo. Mas, teve o papel. Fui procurar, não achei. Porque o rapaz que fez a cópia, máquina de datilografia, ele falou que fez uma cópia que ficou com o diretor e a outra cópia pra ficar com o meu marido pra ele apanhar, que ficou ali na mesa, na secretaria, que agora aquilo é o que? Secretaria não é mais... Aí foi procurar, não achou mais o papel da ordem do dono dando o terreno. Mas, tá registrada! Porque dois anos depois que eu morava, os engenheiros vieram ver e começamos a pagar uma taxa anual e a outra dos dois anos que viemos em 62 e começamos a pagar em 64.

Dona Floramir relata no trecho acima o trâmite que permitiu a instalação da sua família na casa. Apesar de não encontrar o documento, ela reforça que houve autorização expressa. É uma preocupação constante da maioria dos moradores do Horto afirmar que não são invasores, por isso a entrevistada reitera a existência do registro. Segundo a entrevistada, a taxa, que ela chama de aluguel, era descontada do salário e aparecia no contracheque. Ademais, Dona Floramir e seu marido trabalharam muito para estruturar e construir a casa de alvenaria, o que significa o investimento de toda uma vida na casa onde constituíram sua família.

Eu pergunto a Dona Floramir como era o bairro quando ela chegou. E ela responde que na vila tinha a casa dela que era um barraco de madeira, tinha um clube também, local onde hoje é a casa da moradora Gildete. Esse era o Clube dos Funcionários do Jardim Botânico, dos Ministérios, do IBAMA que na época se chamava Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF. Dona Floramir conta que seu marido foi aposentado pelo IBAMA e ele faleceu há 4 anos. Relata ainda que quando o processo sobre a reintegração de posse foi instaurado, em outubro de 1986, seu marido estava trabalhando no órgão.

Nesta conversa percebemos que à medida que o bairro foi se valorizando surgem simultaneamente as ações de reintegração de posse. A Margareth conta que em um ano antes das ações eles eram bem-vistos e acolhidos na localidade pela administração e no período de um ano o comportamento institucional mudou rapidamente e começam as acusações de invasão.

Margareth: É igual eu te falei. O diretor que tinha, até o outro diretor, ou seja, até esse percurso da data de 1 ano, não tinha nada. Ninguém era invasor, ninguém era nada. A partir da valorização do bairro...

Carolina: Aí, vocês começam a ser criminalizados com esse discurso de invasão.

Margareth: Isso.

Sr. Samuel: Tinha diretor antigo que ajudava a pintar os muros das casas pra valorizar, pra os visitantes verem... Pros visitantes verem que tratavam bem os funcionários. Se lembra que pintavam os muros da gente?

Floramir: Quando eu tava fazendo a minha casa, o diretor da época ele cedia a areia...

Sr. Samuel: Exatamente.

Floramir: Um tantão de terra...

Sr. Samuel: Nos ajudava, depois inverteu tudo.

Margareth: Mas teve muita gente que pagou pelos seus materiais.

Sr. Samuel: Não, tô dizendo assim, pra ficar... Mais bonitinho.

Margareth: A estética, sim.

Sr. Samuel: Lá pro final do ano, ficar bonitinho.

Carolina: E era uma forma também de agradar os funcionários né?

Sr. Samuel: Exatamente.

Carolina: Uma maneira de...

Margareth: Negativar, né? O salário não devia ser lá grande coisa, né?

Como podemos ver no diálogo acima, havia uma relação de proximidade da administração com os moradores da vila, o que emitia para estes uma ideia de cooperação. Desse modo, a frieza, o distanciamento, as acusações de invasão seguintes às ações de reintegração de posse foram recebidos com muita estranheza pelos moradores da Vila da Major 64.

Outra experiência marcante lembrada pelos moradores se relaciona com a época da Ditadura Militar. Os entrevistados me contam que nesse período havia uma cooperativa dos funcionários do Jardim Botânico na qual havia um restaurante e uma espécie de armazém ou mercadinho onde os funcionários compravam alimentos e os valores eram descontados em folha no final do mês. Essa relação isentou os moradores de passar por dificuldades em relação à alimentação, diferente de outros trabalhadores da cidade do Rio.

Margareth: Aqui tinha uma cooperativa, lá onde é o café agora.

Sr. Samuel: Uma cooperativa, onde é aquele restauantezinho, era uma cooperativa.

Margareth: É, servia arroz, feijão. A gente, eu me lembro como criança, tudo que eu falo mais, é na minha parte infantil porque assim eu tenho 55 anos, graças a Deus que dos quatro pra cá eu lembro.

Carolina: Nasceu aqui?

Margareth: Nasci também, então o que acontece dos quatro pra cá eu lembro. Então, assim... Tinha a cooperativa do seu Nonô.

Sr. Samuel: Seu Nonô.

Margareth: E a gente tinha que ficar na fila da carne na época da ditadura, né? Eu me lembro que eu ia com a minha mãe pra fila pra pegar a carne. Pra comprar. E a gente aqui não teve dificuldade porque ela falava assim “pega lá um quilo de arroz, pega lá não sei o que”. Eu creio, não sei, não era adulta, mas eu creio que a gente aqui não passou dificuldade na ditadura o que as outras pessoas passaram em termos de alimentos por causa da cooperativa que abastecia as pessoas e descontavam no final do mês.

Carolina: A cooperativa era do Jardim ou não?

Sr. Samuel: A cooperativa era dos funcionários.

Floramir: Os produtos eram tudo... De primeira não.

Sr. Samuel: Tudo bom.

Floramir: Sei que a gente comprava e pagava no final do mês.

Margareth: Tinha que ir lá buscar.

Floramir: Tinha o cartão.

Margareth: Tinha que ir correndo buscar, "vai lá buscar não sei o que e assina", e anotava no caderninho, não é isso?

Floramir: Hoje a gente vai procurar essas coisas e não tem e o salário era muito pequeno.

Sr. Samuel: E o pagamento dos funcionários era feito aqui.

Floramir: Aqui, é.

As lembranças trazidas à tona sobre a cooperativa conduziram a conversa para uma memória surpreendente. Sr. Samuel se lembrou que o pagamento dos funcionários era realizado na região da vila e que muitas vezes durante esse momento alguns artistas se apresentavam ali para entreter os funcionários. Um dos artistas famosos que se apresentava nessa ocasião era o Rei do Baião, o cantor Luiz Gonzaga.

Sr. Samuel: O pagamento dos funcionários era feito aqui. Final do mês fazia aquela fila e o Luís Gonzaga vinha cantar aqui.

Carolina: É mesmo?

Sr. Samuel: No final do pagamento! Chegava de tarde com a zabumba, com o acordeon e vinha, cantava aqui em frente! O café era o setor de pagamento. Ele vinha, cantava, entrava por dentro do Jardim Botânico. Os funcionários iam tudo atrás. Ele ia lá pro Caxinguelê, que o Caxinguelê era muito melhor.

Margareth: Caxinguelê era muito festa, né?

Sr. Samuel: E lá ficava até de noite.

A história lembrada pelo Sr. Samuel é mais uma que confirma a importância que o Caxinguelê tinha para a comunidade, principalmente no que se refere ao lazer comunitário. Eu jamais saberia da passagem do renomado artista Gonzagão pelo Horto se não tivesse entrevistado os moradores. Continuamos a conversa sobre o Caxinguelê e mesmo sabendo o que havia atualmente no local, quis saber a opinião do grupo sobre o que foi realizado no local após a reintegração de posse.

Carolina: E depois da reintegração de posse do Caxinguelê, no que se transformou essa área?

Floramir: Nada.

Sr. Samuel: O Jardim Botânico botou um galpão ali.

Margareth: Eu passei por lá, agora que eu fui na reunião que teve. O que acontece, eles tiraram só aquela, antigamente...

Sr. Samuel: O campo.

Margareth: O mato que tem lá, grama, graminha.

Sr. Samuel: Ah, é?

Floramir: Eles não montaram um estacionamento?

Margareth: Eles disseram que precisaram da área pra fazer um orquidário.

Carolina: Criaram as estufas, mas não tem planta nenhuma lá, né?

Margareth: Exatamente! Porque orquídea não nasce ali.

Floramir: Tirou aquela casa que fazia reunião, derrubaram lembra?

Margareth: É, deixaram a construção nova, a churrasqueira, o banheiro, os novos deixaram, entregaram os velhos mais os novos estão lá.

Floramir: Nós íamos lá na reunião. Depois colocaram um depósito de carro de bombeiro, de negócio da polícia sei lá.

Margareth: Ali é curso, curso de bombeiro, curso.

Floramir: Sabe o que eu não entendo, como a gente é registrado lá no ministério da fazenda e eles dizem que a gente é invasor? Porque se está registrado no ministério.

A área onde se localizava o clube Caxinguelê, após a reintegração de posse, se tornou um local sem nenhum tipo de atividade botânica. Estufas foram construídas, mas nada foi cultivado. A casa onde funcionava as reuniões da AMAHOR foi derrubada, conforme a memória comunitária revela. É interessante que um dos argumentos principais do IPJB é promover a remoção com o objetivo de aumentar a área de pesquisa. No entanto, a área reintegrada, que servia como espaço comunitário de lazer, não foi direcionada à pesquisa, sendo eventualmente utilizada para treinamento de bombeiros.

A Sandra contou que leu uma matéria recente publicada em um informe distribuído pelo IPJB no qual eles diziam ter redescoberto o Aqueduto da Levada e acusar os invasores, referindo-se aos moradores, de tê-lo acimentado. Ela ficou tão indignada porque quem acimentou foi a própria administração do parque. Sr. Samuel reforça que essa é uma atitude para influenciar negativamente as pessoas em relação a comunidade. Eles se lembram ainda de uma escadaria de pedra que desapareceu e que em termos de preservação o IPJB é muito insuficiente, pois muitos locais já desapareceram. Inclusive afirmam que se não entrassem em conflito com o IPJB, outras referências já teriam desaparecido. Sr. Samuel conta que havia um muro de pedra bem antigo, mas que em 1978 aconteceu um temporal que causou uma enxurrada e derrubou uma parte do muro. Na ocasião, alguns moradores precisaram acolher aqueles que ficaram desabrigados. Ele se lembra que as primeiras casas da vila eram de madeira e se pareciam com as casas de lenhador do sul do país.

A partir dessa memória, Margareth volta a contar sua história. Ela conta que nasceu no Horto e que sempre morou na casa de Dona Floramir, irmã da sua mãe. O marido de Dona Floramir foi trabalhar no Parque e levou toda a família junto com ele: as duas irmãs e a mãe da sua esposa. Todos moravam juntos e trabalhavam na região. Assim, Margareth nasceu e cresceu na Vila e, durante a fase adulta, se tornou funcionária contratada pelo IPJB.

A casa onde reside hoje pertenceu ao Sr. Francisco Miranda, também trabalhador do parque. Margareth narra que ele adoeceu e não tinha família por perto, nem ninguém que pudesse ajudá-lo. Ela então passou a cuidar dele como acompanhante, levando a médicos, alimentando e dando a medicação necessária. Com o agravamento da doença, Margareth acabou se mudando para a casa do Sr. Francisco e cuidou dele até o seu falecimento. A Margareth relata o que aconteceu a partir do falecimento do vizinho.

Margareth: Nesse dia que ele faleceu, no enterro, a minha mãe conversou com os irmãos e eles autorizaram a minha permanência pra eu ficar lá na casa. E os irmãos dele, no caso, todos assinaram a procuração, fizeram isso com o advogado, tudo bonitinho, passando como se fosse o espólio dele pra mim. E estou aqui, fiz as benfeitorias. Mas, eu cresci na área antes de morar ali. (...) Eu aqui trabalhava no Ministério do Meio Ambiente e ele (Sr. Francisco) no Ministério da Agricultura, só que ele já era aposentado. Quando eles (IPJB) queriam me tirar da casa, por conta do trabalho, eles me deram um papel. Eles fizeram uma coação, só que eu tenho essa coação por escrito, onde me disseram “ou você fica na casa ou você perde o emprego”. Então quando eu perdi o emprego, digamos assim, meu contrato findou com o Jardim Botânico, eu não fui renovada e o pessoal que foi renovado

virou tudo funcionário público, porque o contrato estava sendo findado pra pessoa se tornar funcionária pública. E não tinha concurso público, não tinha nada disso, todo mundo que trabalhava no Jardim Botânico terminou contrato pra virar servidor público.

Carolina: Sem concurso?

Margareth: Todos sem concurso, biólogo, todo mundo.

Desde a morte do Sr. Francisco, em 1988, Margareth vive na casa e lá constituiu sua família. A partir da autorização expressa dos familiares do vizinho falecido, ela assumiu todas as responsabilidades do imóvel, tanto no que se refere à manutenção, benfeitorias, despesas quanto à luta pela permanência no Horto. Margareth ressalta a proposta realizada pelo IPJB quando ainda era funcionária da instituição. Pelo relato, a proposta consistia em trocar a sua casa pela estabilidade no emprego, assim deixaria de ser uma funcionária contratada para obter um cargo público desde que devolvesse a casa. Como optou por permanecer na casa, o contrato foi encerrado e ela perdeu o emprego. Segundo a entrevistada, aqueles que se tornaram servidores públicos alcançaram tal posição sem a realização de concurso público. Aliás, durante a pesquisa de campo, ouvi muitas falas dos moradores apontando possíveis irregularidades cometidas pelo IPJB, que seriam dignas inclusive de investigação pelo Ministério Público.

Algo muito importante que precisa ser mencionado é que os moradores das vilas acompanharam de perto as transformações ocorridas no parque do Jardim Botânico, desde as modificações territoriais até o patrimônio que desaparece pela ação do tempo somada à falta de manutenção ou mesmo restauração, incluindo também a parte botânica. Ficou nítido que eles são memória viva do Jardim Botânico enquanto parque e bairro, como uma espécie de inventariantes apontando o que era antes e como é agora.

Sr. Samuel: Até o próprio cactário, a modificação que fizeram no cactário.

Margareth: Não podia entrar no cactário, lembra? Só com eles (funcionários) junto, acompanhando, pra visitar o cactário, que é onde era a senzala né, ali perto. É, a gente só podia entrar... A gente que já trabalhava, morava, com um funcionário abrindo o portão e entrando junto com a gente. E foi o tio Zé que era o tio Marchetti, José Marchetti, se você for pesquisar você vai ver o nome dele. Ele era um jardineiro, mas ele sabia mais de planta do que o biólogo. Ele conhecia todas as espécies, todas, todas, todas, e incrível ele sabia se dava no sol, se dava na chuva, qual era o melhor lugar pra botar a planta, a flor. Coisa que biólogo não sabe, não sabe tem que estudar pra isso. Tem que vivenciar, ele que cuidava das espécies, então assim...

Sr. Samuel: A quantidade que tem hoje em dia, perto do trabalho dele... o trabalho dele foi jogado fora.

Dona Floramir: Tiraram aquela flor de seda, que a gente fala flor de

maio, era linda a exposição ali, as pessoas vinham de fora quando tinha exposição.

Sr. Samuel: Tinha exposição da flor de maio.

Dona Floramir: A gente era criado aqui. E esse José Marquete era meu tio, ele tomava conta. Flor de maio, orquídea, tudo era exposição daqui, agora não.

Sr. Samuel: Agora vem de fora, colecionador particular...

Dona Floramir: Vem de outros lugares aí e vendendo...

Sr. Samuel: E vem pra vender as coisas aqui.

Margareth lembra do Tio Zé Marchetti, um jardineiro conhecido pela comunidade, também trabalhador do IPJB, cujo conhecimento e experiência eram superiores aos dos biólogos do parque devido à sua vivência. Segundo o grupo reunido, o Tio Marchetti conhecia todas as espécies e realizava um trabalho primoroso no cuidado e identificação da vegetação. Dona Floramir, sobrinha do jardineiro, e Sr. Samuel ressaltam que anteriormente as exposições aconteciam com as flores cultivadas no próprio Jardim Botânico, mas que, nos dias de hoje, tais eventos ocorrem somente a partir de produtores externos porque não há cultivo interno. Desse modo, o parque funciona como vitrine e local de venda para expositores.

Margareth: O que nós vemos no Jardim é isso: uma grande evolução comercial. Então, você tem o restaurante que é padaria, o cinema. Nessa casa que era a senzala, que era casa de D. João é um cinema, é uma galeria de arte e a lojinha do Jardim Botânico.

Sr. Samuel: Olha, só pra você saber, saem daqui 3 carros fortes praticamente todo mês.

Margareth: Todo mês não, toda semana.

Sr. Samuel: Toda semana, 3 carros fortes.

Margareth: Antigamente eram 4, aí depois foi pra 5. Aí, a gente começou a malhar, malhar, malhar, reduziram pra 2 por semana. Quer dizer, ficou o aspecto muito comercial e pouco científico. É isso que a gente sente uma grande diferença.

Sandra: Eu acho que não tem nada científico mais não.

Margareth: Então, é isso que eu tô falando, o comercial tá muito alto e o científico... tão vendendo tudo aí, muito comercial.

Sr. Samuel: Se tivesse voltado pra planta, tudo bem.

Margareth: Não. E, de vez em quando, eles fazem aquelas exposições com orquídea. Aí, vem 3 dias... Aí, vem todos os produtores, fazem as exposições aqui e vendem. Isso já tá acontecendo há quantos anos?

Sr. Samuel: Exato!

Carolina: Mas, de produção mesmo do parque?

Dona Floramir: Não.

Sr. Samuel: Não.

Margareth: Não, não porque nós não temos essa produção aqui. Isso é tudo produtor de fora.

Pela quantidade de carros fortes que saíam do parque por semana, é possível perceber os valores altos gerados e que circulam pelo parque. Os moradores pontuam isso para reafirmar a atividade comercial que na opinião deles se tornou a atividade principal da instituição. Mais uma vez a indignação dos moradores se direciona para a remoção do Caxinguelê que, a princípio, foi reintegrado sob o argumento de aumentar o espaço para cultivar diversas espécies de flores e aprofundar o campo de pesquisa botânica. No entanto, não foi o que ocorreu e até o momento desta entrevista.

Margareth: Aí o que acontece, o Caxinguelê, você me diz, você tem biólogos aqui dentro, você tem engenheiro florestal... Agora, você acha que essas pessoas não têm capacidade de avaliar se aquele solo ali dá ou não dá pra orquídea? Se eles não têm essa capacidade, minha filha, pode mandar todo mundo embora. Então, o que acontece? Eles fizeram pra poder alegar isso e viu que orquídea não dava, porque não vai dar, do jeito que tava ali... E aí tiraram as orquídeas, morreram tudo e botou bombeiro. Aí, ele acabou com o bombeiro. Agora tá lá vazio, tem só aquele viveiro lá.

A indignação presente na fala da Margareth é partilhada pelos moradores que não se conformam em ser tratados como invasores e destruidores do meio ambiente, forma como são representados nas matérias jornalísticas. Através de suas memórias, o grupo entrevistado cria sua narrativa de autodefesa, mostrando seu conhecimento sobre a história do seu território em conjunto e sobre os personagens que ajudaram a constituí-lo. Faz, ainda, questão de provar como são falaciosas e perversas tais acusações e, por conseguinte, mostra as contradições da instituição que o persegue.

Para finalizar este escrito sobre as vilas acima mencionadas, gostaria de mencionar algo que os moradores me mostraram ao final da minha visita e que me impressionou bastante: atualmente existem câmeras de vigilância dentro da Vila da Major 64. Com o avanço do parque para dentro da comunidade, câmeras foram colocadas nas ruas e com isso os moradores são monitorados 24 horas por dia sob o argumento da segurança do parque. Além disso, existem os guardas, já citados no início desse texto, que circulam pela vila e se comunicam o tempo inteiro informando quem entra e sai das casas. Os moradores relatam que se sentem vigiados em tempo integral.

É com esse espírito atento e questionador que os moradores da Vila 1024 e Vila

da Major 64 seguem resistindo contra a remoção das suas casas. Eles enxergam e questionam muitos pontos contraditórios na cultura organizacional e no comportamento institucional do IPJB que segue optando pela reintegração de posse, cortando laços estabelecidos anteriormente e diminuindo as possibilidades de diálogo.

## **2.8. Vila da Major 122-A**

Embora já conhecesse alguns moradores da Vila da Major 122-A, até a entrevista não tinha visitado o local. O portão de entrada desta subárea do Horto é pela Rua Major Rubens Vaz, no bairro da Gávea, mas, diferente da Vila da Major 64, ela se estende para cima e tem uma quantidade menor de casas. A vila, apesar de pequena, tem moradores muito aguerridos que lutam vigorosamente pela permanência no local.

Meu contato inicial foi com a moradora Luiza, também militante pela defesa do direito à moradia de favelas e comunidades da cidade do Rio de Janeiro. Conheci a Luiza em reuniões de movimentos sociais por direito à moradia e nos aproximamos no âmbito da luta contra a remoção do Horto. Ela articulou a entrevista com os demais moradores os quais me receberam de maneira bastante afetuosa. Participaram desta roda de memória Antônio, Luiza, Simone, Dona Pérola, Daniela e a Gabriela<sup>42</sup>.

Segundo Dona Pérola, uma das moradoras mais antigas, a ocupação territorial teve início quando o Sr. Ordelino, primeiro morador da vila e funcionário do Jardim Botânico, foi autorizado a construir sua residência em 1933. Ela me conta que naquela época cada morador construía sua própria casa, todos funcionários do parque que receberam autorização para morar próximo do trabalho. Além disso, no surgimento da vila, os moradores enfrentaram muitas dificuldades, como por exemplo, a falta de energia elétrica.

Dona Pérola: Cada um construía as suas casas, mas foi autorizado pelo, na época, diretor Campos Porto, que autorizou a construção das casas né? Muito sacrifício porque naquela época não usavam material comprado, era mais casa de estuque. Que trabalho que deu. Apanhar saibro na mina... Foi muita trabalhadeira, mas deu tudo certo né? Não tinha luz, mas depois colocou luz.

---

<sup>42</sup> Esses são nomes fictícios. Os nomes verdadeiros dos moradores foram ocultados a pedido do grupo entrevistado, a fim de evitar sua exposição. Eles têm receio de sofrer algum tipo de represália, considerando o contexto das ameaças constantes de remoção e de outras condições explicitadas no momento da entrevista.

Carolina: Quando foi instalada a luz aqui?

Daniela: Década de 70 início de 80.

Carolina: Então, da década de 30 até a década de 70 não tinha energia elétrica.

Dona Pérola: Não cabia né? Nosso caminho aqui, né? Agora a luz mesmo quando colocou eu não lembro o ano não.

Simone: Era um relógio que servia pra todos os moradores.

Podemos ver a precariedade estabelecida na formação da vila. Embora os moradores fossem autorizados verbalmente a construir suas casas, as obras eram realizadas com recursos próprios. Desse modo, casas de estuque foram construídas com muito esforço e, posteriormente, transformadas em casas de alvenaria, sempre custeadas pelos habitantes da vila.

Daniela: É! Aí, aqui na comunidade era um relógio distribuído pra todo mundo. No caminho não tinha luz. Meu pai chegou na época e foi correr atrás com outros moradores. Esgoto... que a gente não tinha ainda. Naquela época lá, inclusive até mesmo com o escavamento que a gente tinha que fazer, acharam coisas da época dos escravos, enterradas em casa... Que isso é importante falar. Vizinho foi mexer no terreno, acharam aquelas bolas de ferro, depois foram mexendo, acharam aquilo...

Carolina: Grilhões.

Daniela: Os grilhões.

Carolina: Correntes.

Daniela: Correntes! Isso tudo lá em setenta e pouco.

Carolina: Quer dizer que lá em mil novecentos e setenta e pouco tinha vestígios dessa época da escravidão ainda?

Daniela: Tinha! Tinha, mas a gente não sabia! Aí, jogava fora! Ficava meio assustado com toda a situação, mas não tinha aquela história de manter aquilo ali no lugar, história para o local, entendeu?

Quando encontravam vestígios de objetos da escravidão os moradores se desfaziam “daquilo”. Eu me lembro de uma ocasião em que a Emília contou que Dona Elza, sua mãe, ficava muito zangada quando ela ou seus irmãos apareciam com algum desses objetos em casa. Para alguns, os objetos representavam sofrimento e dor de seus ancestrais e por isso não deveriam fazer parte do cotidiano. Para outros, tais objetos produziam um sentido de medo, sendo inclusive reputados como assombrados. Nos primórdios da constituição da comunidade, não havia entre os moradores uma consciência sobre direito à memória, o que se modificou após o início dos anos 2000 e a construção do Museu do Horto.

É importante evidenciar aqui que a cultura do apagamento dos vestígios da

escravidão foi disseminada socialmente de maneira muito intensa a partir do pós-abolição. Como por exemplo, o Cais do Valongo que deu lugar ao Cais da Imperatriz, e que no início do século XX foi aterrado, durante a gestão Pereira Passos, com o fim de banir memórias oriundas da escravidão e, assim, propiciar uma nova fase de embelezamento, supostamente progressista, onde os horrores do holocausto negro não representavam, em tese, os interesses socioeconômicos e políticos (MORAES, 2016, p.35).

De volta às memórias de Dona Pérola, soube que ela nasceu na comunidade em 1947 e que seus pais se mudaram para a Vila da Major dois anos antes do seu nascimento, quando seu irmão completaria dois anos de idade. A moradora tem 74 anos, nasceu literalmente no Horto, em sua casa e seu parto foi realizado por Dona Enedina, parteira e zeladora de uma das escolas da região. Sua mãe era uma das trabalhadoras das fábricas e seu pai era funcionário do Jardim Botânico, cuja aposentadoria se deu após 36 anos de serviços prestados à instituição.

Ela começou a trabalhar aos 15 anos no Parque Davis, localizado à época na região da Gávea, próximo à PUC-Rio, e trabalhou no local por 6 anos e meio. Mas, acabou adoecendo porque ao invés de almoçar no local de trabalho usava o intervalo para retornar à sua casa. Dona Pérola conta que naqueles tempos não existia nem ônibus. Eram os bondes que realizavam o transporte. Inclusive, ela conta que o nome antigo da rua onde passava o bonde era 12 de maio e que não existia nenhum desses prédios que existem hoje na Gávea. Tal escassez de meios de transporte explica o fato de os funcionários morarem no Horto, ou seja, próximo ao local de trabalho. A partir desta lembrança, outras, muito importantes, surgem no contexto.

Simone: Era por isso. E, por exemplo, o Jardim Botânico vivia de verbas. Os funcionários viviam cinco, seis meses, sem receber salário, entendeu? Ficavam cinco, seis meses, sem receber salário, tanto que a maioria ou trabalhavam no Jardim Botânico ou trabalhavam nas fábricas locais, ou no Jockey Club, em grande parte porque o horário era compatível. Os diretores na época acharam por bem ter os funcionários próximos para dar continuidade ao funcionamento do Parque Jardim Botânico.

Dona Pérola: Tinha a cooperativa que comprava e pagava por mês.

Carolina: Que cooperativa era essa?

Daniela: Era aqui mesmo, aqui dentro do Jardim Botânico,

Simone: Tinha um galpão onde era a cooperativa, dentro do Jardim Botânico e a gente fazia as compras ali. A maioria dos funcionários, o pagamento ia todo pra ali, quando vinha o pagamento, porque o sustento

saía dali. Ganhava pouquinho e não se tinha dinheiro pra fazer compra em supermercado.

Dona Pérola: Tinham que comer.

Daniela: Ganhava pouquinho.

Essa é uma outra informação muito importante porque tendo em vista que o salário dos trabalhadores era pago de maneira intermitente, descontínua, era praticamente impossível residir em local externo ao Horto. Desse modo, bancar uma vida digna e garantir moradia, alimentação, transporte, saúde, vestuário, dentre outras necessidades, em condições de precariedade salarial, não seria possível. Além disso, dada esta relação de trabalho precarizada e insegura em termos econômicos, os moradores tinham uma única opção de consumo que era o armazém da cooperativa formada por funcionários em um galpão do Jardim Botânico. Assim, o salário recebido era direcionado para pagar as compras realizadas no suprimento à necessidade das famílias.

Luiza conta que seu avô era funcionário do Jardim Botânico, trabalhava também no Jóquei e morava no bairro de Padre Miguel e por causa da distância tinha uma rotina muito sacrificante. Daniela conta que seu pai chegava do trabalho meia-noite e saía às quatro horas da manhã para trabalhar novamente. Em alguns momentos, devido a escassez de transporte, chegava às duas horas da madrugada para sair às quatro. Foi nesse período que a tia delas cedeu o terreno para a construção da casa com autorização verbal da administração do IPJB.

A situação precarizada se estendeu a alguns funcionários mesmo após o fim da relação de trabalho. Antônio traz para a conversa o exemplo do seu avô que era também trabalhador do Jardim Botânico, vinculado ao Ministério da Agricultura e se aposentou pelo órgão. Ocorre que após o falecimento do seu avô, sua avó teve muita dificuldade em receber a pensão, mesmo provando que foi casada por mais de 40 anos. Antônio se emociona ao lembrar da situação que sua avó passou.

Antônio: Com três filhos na época, teve que ficar esperando. Tivemos que procurar SPU, procurar vários órgãos, porque era um absurdo a demora de sair a pensão da minha avó e era muito pouquinho. Assim, minha mãe tinha que ajudar ela, que era casada com meu pai, a prima dela que mora lá no Horto no Caxinguelê ajudava ela com mantimentos e isso é prova que os trabalhadores tinham muito amor pelo que faziam no Jardim Botânico.

A avó do Antônio dependeu da solidariedade familiar e de vizinhos após o falecimento do seu marido, funcionário do parque. Luiza lembrou de outra situação

parecida, a da Dona Natália. Ela conta que na época seu avô ajudou a conseguir a aposentadoria, mas que foi muito difícil. Daniela complementa dizendo que levou tanto tempo que quando a aposentadoria saiu, Dona Natália pouco aproveitou e morreu meses depois. Elas continuam pontuando sobre a relação de seu pai e avô com o parque.

Daniela: É porque aqui as pessoas falam, mas não tem noção. Meu pai ficou ali, trabalhava dentro no Jardim Botânico, se sacrificou, mas não recebia, não tinha uma remuneração boa pra estar hoje o Parque que é hoje.

Luiza: Meu avô foi o primeiro chefe da defesa florestal. Meu avô já foi chefe da segurança, também pelo Ministério da Agricultura.

Simone: O Ministério da Agricultura passou a ser IBDF, e de IBDF, passou a ser IBAMA.

Carolina: Sim, mas hoje o Parque responde a qual ministério?

Simone: Meio ambiente. Diretamente ligado ao Ministério do Meio Ambiente, porém o regime é o regime da carreira de Ciência e Tecnologia.

As moradoras falam sobre o árduo trabalho exercido pelos funcionários para constituir o Jardim Botânico da forma como ele é hoje. Para elas o salário nunca esteve à altura dos esforços empreendidos. Simone explica que muitos trabalhadores do parque estavam vinculados ao Ministério da Agricultura, depois passou a ser regido pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF e, posteriormente, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Atualmente, o IPJB está sob os cuidados do Ministério do Meio Ambiente.

Curiosa e com o intuito de estimular as memórias, pergunto ao grupo sobre como foi a infância no Horto. Consegui colher lembranças muito afetivas sobre brincadeiras e festas na localidade. Os participantes da roda, não apenas brincavam em sua vila, como também frequentavam as áreas do Jardim Botânico e demais regiões da Comunidade do Horto. São memórias felizes de brincadeiras e percursos de aventura integrados com a natureza.

Dona Pérola: A memória daqui... Eu tenho, né? Era muita criança, né? São João era tanta! Então, a gente brincava muito! Como não vejo agora, porque mudou tudo! A gente brincava muito... Pique-esconde, amarelinha, bolinha de gude, pula-corda. Brincava de tudo quanto é tipo de pique, brincar de roda, era muita coisa. Era bem saudável, a infância, das brincadeiras, né?

Antônio ressalta que da geração da sua mãe, tem pouquíssimas pessoas vivas. Dona Pérola completará 75 anos em 2022, sendo hoje uma das anciãs da vila. Ele ressalta

a importância de contar a história dos moradores porque da primeira geração todos já faleceram. Portanto, eles veem na pesquisa a oportunidade de contar sua própria história e deixar um registro para as futuras gerações. Em seguida, Simone começa a contar um pouco da história da vila e a sua própria.

Simone: A entrada aqui não era essa por onde você entrou. Era um terreno de frente pra onde eu moro, aqui mesmo, de frente, subindo aqui de frente. Antes de vir morar aqui, eu já frequentava aqui, na casa dela (Dona Pérola). A minha madrinha era muito amiga da mãe dela. Eu adorava vir pra cá, ficar conversando com a mãe dela, sempre conversei muito.

Carolina: Antes de vir morar aqui, a senhora morava onde?

Simone: No parque planetário da gávea.

Carolina: Nasceu lá, e de lá veio direto pra cá?

Simone: Não! Fui pra Padre Miguel, mas a comunidade de lá foi retirada.

Carolina: Gente! Então você já vem de uma história de remoção, né?

Todos: Isso!

Simone: Fomos retirados! Na época tinha...

Carolina: Gente.

Daniela: É, foram tirando todo mundo. Eles tiraram a gente! Na época tinha aqueles ônibus...

Simone: Cata-mendigo.

Daniela: É, eu não me esqueço! Amarelo! A gente foi daqui até Padre Miguel chorando, chorando. E foi assim tirado a truculência né. Chegou foi tirando aquilo. Era madeira, mas era a nossa casa. E saiu tirando assim... “E vocês vão pra tal lugar”. É... tem foto. Dali que aconteceu a história da gente vir, porque a história do meu pai foi morar pra Jacarepaguá e a gente veio pra cá.

Simone: A gente já vem de uma história de remoção. Na época era pequenininha, então, cara... É muita vivência. É muito sentimento.

O trecho acima foi a minha descoberta em saber que as moradoras, hoje ameaçadas pela remoção, passaram por despejo forçado durante a infância e foram enviadas para Padre Miguel. Recapitulando: elas moravam em casa de madeira próxima ao minhocão (prédio popular próximo à PUC-Rio. Foram removidas de lá para Padre Miguel e, por causa da distância, seu pai tinha muita dificuldade em chegar ao Jardim Botânico. A família acabou saindo do bairro distante e se instalando na casa da tia na vila e seu pai ficou em Jacarepaguá até ter permissão para construir sua casa. Nesse contexto, a memória da infância dessas moradoras está marcada pela violência promovida pelo despejo forçado e pelo temporário desmantelamento familiar. Consequentemente, a

chegada ao Horto abriu um novo capítulo para esta família.

Daniela: E aqui, quando a gente chegou, foi a melhor vivência do mundo! A gente brincava dentro da mata, trilha, sempre brincou assim.

Simone: Eu ia lá dentro do mato, sentava lá pra ler o livro. Enfim, sempre procurando preservar não só a mata, como a fauna do local, os animais... A gente pegava e dava fruta pros macacos! Mas, a informação que me deram é que não podia fazer isso porque tinha bactérias na fruta. Mesmo higienizando tinham bactérias humanas que estavam dizimando os macacos. Mas, eles entram em casa e roubam. (risos)

Carolina: Os pequeninhos? Ou tem grande?

Daniela: Grande! Macaco-prego.

A liberdade de estar, correr e brincar em meio à natureza despertou nas moradoras a consciência de cuidado e preservação da flora e fauna locais. E as lições estão sendo passadas para a futura geração. Durante a entrevista, Gabriela, filha da Daniela e sobrinha da Simone, viu uma minhoca com tamanho razoável que estava próxima aos nossos pés, pegou uma folha seca que estava no chão e com ela pegou a minhoca e colocou na terra novamente, aos pés de uma árvore. Confesso que a cena me deixou impressionada. Gabriela é uma adolescente, tem 17 anos e agiu de maneira muito natural no cuidado com a minhoca. Eu quis ouvir um pouco sobre a experiência desta jovem que vive desde o seu nascimento no Horto.

Gabriela: Eu lembro que eu ia pra casa da minha madrinha e eu ficava brincando na parte mais em cima, perto da mata. Brincava com as plantas e... A gente ficava brincando e brincava! A gente, sei lá... Era uma coisa mais natureza, tipo umas fadinhas, assim... E, é isso! Assim, eu também lembro que aqui tinha... Uma das memórias que eu tenho é que aqui tinha muita... uma florzinha rosa. Então, tinha muita borboleta aqui e era muito lindo aqui. Agora como não tem muita... As florzinhas... Tem menos borboleta, mas elas ainda aparecem aqui.

Carolina: E você gostava?

Gabriela: Claro! Eu adoro os animais.

Carolina: Você acha que o fato de você ter nascido aqui, ter crescido aqui com a natureza em volta, isso ajudou você a ter esse amor pelos animais?

Gabriela: Sim, sim, acho que foi completamente! Tipo agora, lá em casa, a gente tem uma pitangueira na frente da casa. E tem uma arvorezinha que dá um tendão que fica os passarinhos e eles gostam de ficar lá, tipo tem um casal de passarinhos e eles sempre ficam lá. De vez em quando vem um casal de passarinhos verdes e azuis. Eles vão na árvore e eu acho lindo, fico sempre olhando da janela.

Gabriela revela seu amor pelos animais, e pelo que percebi com o evento da minhoca, não se limita apenas a animais belos como pássaros e borboletas. Eu disse a ela que havia observado a cena no início da entrevista e perguntei por que ela fez aquilo e

que talvez eu, mesmo amando muito os animais também, não teria coragem de pegar a minhoca. Ela me respondeu da maneira mais simples e doce possível: “É porque ela pode morrer por causa da pele dela, só da passagem dela pra ali, ela podia morrer”. Gabriela compreende que o pequeno animal, apesar da aparência desagradável a muitos olhos, tem uma função muito importante para a terra e a natureza como um todo.

Eu observei em nossa conversa que ela conhece muitas plantas e animais, o que não é tão comum para uma adolescente carioca. Fiquei curiosa para saber sobre sua escola e como é o convívio com os seus colegas. Ela me respondeu que estuda no Colégio de Aplicação da UFRJ, localizado no bairro da Lagoa e estava cursando o 2º ano do Ensino Médio. Gabriela diz que não se identifica muito com os seus colegas de classe porque, mesmo sendo uma instituição pública, é uma escola elitista e ela não consegue se identificar com as pessoas que lá estudam.

Luiza, prima da Gabriela, diz que da sua geração até o presente momento todos nasceram e se criaram no Horto. Ela relembra das brincadeiras de infância e diz que o fato do seu avô ter uma profissão ligada à natureza foi importante para a formação da sua mãe e tia, a sua própria e agora de seus filhos e da sua prima Gabriela. A educação ambiental e respeito ao meio ambiente começou em casa.

Luiza: Eu já nasci aqui. Assim, essa rua era pequena pra gente e na época que eu nasci tinha bastante criança ainda. Então, assim, subia pela minha casa, a gente ia... Brincadeira de pique-esconde... A gente ia literalmente pelo mato sabe, levava horas procurando pra encontrar. A gente aproveitava pra fazer trilha, subia pela torre, descia pela mina, rodava isso aqui tudo. Aqui tinha uma quadra, nos bombeiros tinha uma quadra, aqui jogava bola, brincava de patins, até lá em cima era muito pequeno. A Major Rubens Vaz era a maior extensão do terreno, né? Criança sempre ampliou muito isso, férias então... Horário de verão... Aí que a gente aproveitava mais, sabe. Catava folha pra fazer comidinha... A gente sempre foi ensinado a cuidar da natureza, a gente sempre foi ensinado a preservar até porque a gente fazia parte da história, então assim...

Carolina: Até porque os seus antepassados... Seu avô já trabalhava no Parque, envolvido com essa questão toda da natureza e automaticamente vocês desenvolveram esse cuidado.

Luiza: Sim, tá no DNA, não tem jeito. Olha, o Jardim Botânico nunca foi tão bem cuidado como na época que quem cuidava era os funcionários. Depois que terceirizou, acabou.

Antônio: Então... Dando como exemplo o avô da Débora, né... Eu vou lembrar de uma coisa também. A nossa brincadeira de criança era atravessar o túnel da CEDAE.

Luiza: Os guardas vinham atrás da gente né.

Carolina: Vocês entravam no...

Antônio: No túnel! Totalmente escuro, com jornal, morcego. E a gente entrava pro outro lado pra pegar jaca e os guardas do Jardim Botânico, os guardas da guarda patrimonial corriam atrás da gente.

Luiza e Antônio lembram do seu tempo de infância e dos espaços percorridos, das brincadeiras integradas a natureza, das aventuras e o cuidado que desenvolveram desde o espaço do lar que, por sua vez, também estava conectado com as atividades do Jardim Botânico, exercidas por seus avôs e outros trabalhadores. Luiza aponta que com a privatização dos serviços que anteriormente eram prestados pelos funcionários-moradores, o Jardim Botânico não teve mais os mesmos cuidados e, por conseguinte, a diversidade e a beleza das espécies.

Luiza: O gramado era a coisa mais linda, sabe. Dava gosto de você olhar o Jardim Botânico! Isso faz parte minha infância. Hoje, onde é o teatro Tom Jobim, era o arquivo morto do Jardim Botânico. Tinha o Edinho que morava ali. Ele criava coelhinho, tinha horta, era a coisa mais linda, sabe. Eu lembro! A minha infância foi assim, foi estar no Jardim Botânico. Depois que terceirizaram, meu tio, irmão da minha avó, trabalhava na carpintaria, aquele espaço onde era em frente ao lago, ali era a carpintaria. O meu tio faleceu ali. Ele literalmente faleceu ali, ele caiu duro ali em frente a carpintaria. Sabe, então assim, é um histórico de...

Carolina: Morreu trabalhando?

Luiza: É. Porque ele morava em Padre Miguel. Aí, as vezes não dava pra ir e ficava na carpintaria assim como outras pessoas, entendeu? Então, assim, a história do Jardim Botânico faz parte da nossa história, nós somos também parte. Do Jardim que não foi terceirizado, que não foi sublocado sabe. Nós fazemos parte dessa história.

Luiza faz críticas ao processo de terceirização porque os funcionários antigos eram dedicados ao Jardim Botânico. A palavra é exatamente essa: dedicação. Segundo a entrevistada, havia um cuidado com o parque que ultrapassa a tarefa designada, unindo afeto e sentimento de pertencimento. As pessoas se sentiam parte da história do parque, o que aumentava o sentimento de comprometimento com o espaço, diferente de uma relação de trabalho terceirizada, onde o vínculo é estritamente profissional, sem vínculo afetivo por pertencimento. Além disso, a moradora traz à tona a morte de um familiar que faleceu no Jardim Botânico, que possivelmente enfartou devido às condições precárias de trabalho e deslocamento, para ilustrar como a vida desses funcionários-moradores estava atrelada ao parque, cujos atravessamentos marcaram a história da sua própria família. Mais uma vez, é uma fala que aproxima e une a história do parque a dos moradores.

Ao perguntar quando o processo de terceirização se iniciou, os moradores respondem que foi na década de 1990. Ou seja, o Jardim Botânico foi construído com bases escravistas e se desenvolveu com o trabalho dos funcionários-moradores que eram mal remunerados até meados da década de 1990. Eles relatam inclusive que o avô da Luiza e o avô do Antônio foram aposentados por meio de demissão voluntária.

Luiza: É, meu avô entrou nessa, né mãe? Pela... Como é o nome?

Antônio: Pedido de demissão voluntária.

Luiza: Ele entrou nessa e meu avô se aposentar faltava muito pouco, muito pouco, agente de defesa florestal.

Simone: Hoje tá ganhando um salário pelo INSS...

Antônio: Ou seja, no governo Fernando Henrique. O primeiro mandato do Fernando Henrique já veio com essa questão aí, da terceirização da gestão pública.

Simone frisa que seu pai foi conduzido a uma espécie de aposentadoria forçada, realizada a partir de um pedido de demissão voluntária, recebendo apenas um salário-mínimo, mesmo após tantos anos de dedicação e diante de tanto trabalho. Nesse contexto, aconteceram as demissões em meados da década de 1990 e, em seguida, deu-se início ao processo de terceirização. Tendo em vista que os funcionários-moradores já não eram necessários, conseqüentemente aumentou a pressão para a remoção da comunidade.

Uma questão importante que surgiu durante a roda de memória, ao lembrar da infância, é que os moradores contam que tinham acesso total ao parque, mas que atualmente seu trânsito está bastante restrito e muitos tem que pagar para visitar o Jardim Botânico. Como as casas não estão na área das catracas, os moradores não são impedidos de entrar e sair das suas residências. No entanto, há um sentimento forte de indignação e revolta porque aqueles que ajudaram a construir e a cuidar do parque e sua descendência não tem mais o direito de usufruir do espaço de lazer.

Antônio: Eu vou lembrar de uma coisa também! A nossa brincadeira de criança era atravessar o túnel da CEDAE.

Luiza: Os guardas vinham atrás da gente, né.

Antônio: No túnel totalmente escuro, com jornal, morcego... E a gente entrava pro outro lado pra pegar jaca e os guardas do Jardim Botânico, os guardas da guarda patrimonial corriam atrás da gente. Mas, a gente também entrava por aqui. Porque hoje em dia pra entrar no Jardim Botânico...

Carolina: Vocês pagam?

Antônio: Meu pai tem que pagar pra entrar no Jardim Botânico. Isso é um absurdo! Meu pai tá idoso, de setenta e... Entendeu? Mas, esse muro existe, né? O Jardim Botânico sempre chamou de parque.

Luiza: A gente sempre passava ali, falava que era morador e passava né? Hoje em dia você tem que pagar pra entrar no lugar que você cresceu.

Essa conversa acrescentou mais um tópico sobre um problema atual que a Comunidade do Horto está enfrentando em relação a administração do Jardim Botânico: o sufocamento das casas promovido pela gestão atual que consiste na prática de levantar muros de delimitação muito próximo às paredes das casas, sem deixar muito espaço para ventilação e os raios de sol. O grupo me conta que nesse processo de nova delimitação e avanço do parque para dentro da comunidade até a Escola Julia Kubitschek foi afetada e perdeu espaço do pátio e que para justificar a expansão do parque, a administração plantou bromélias no local. Tal fato ocorreu alguns anos após os processos de reintegração de posse, em meados da década de 90.

E mais uma vez surge o questionamento sobre o Caxinguelê, que continua parado e sem função alguma. A indignação também aparece porque não era apenas a área de lazer da comunidade, mas do bairro. Os moradores me contaram que jogadores de futebol famosos frequentavam o clube, dentre eles o Zico, jogador do Flamengo e o Edmundo, jogador do Vasco.

Antônio: Zico deu muitas doações de camisa dele pra dar dinheiro pra dar mantimentos pras essas pessoas por causa da pandemia, dessa situação que a gente tá vivendo, Júnior também camisa do flamengo.

Carolina: Essas pessoas apoiam o Horto?

Antônio: Os jogadores?

Carolina: É.

Antônio: Pô, o Zico apoia declaradamente. Adílio, do Flamengo...

Simone: Luís Melodia participava dos jogos também.

A memória do Caxinguelê trouxe à tona lembranças sobre a remoção violenta do Marcelo e a recente abordagem truculenta realizada na comunidade, em período de pandemia e especialmente os moradores das vilas foram muito visados. Os moradores foram acordados entre gritos, socos e chutes nos portões das casas, ou seja, uma forma de coagir, amedrontar, para receberem notificações. Um oficial de justiça foi à comunidade acompanhado por um comboio da Polícia Federal cujos policiais estavam fortemente armados. Chegaram ao Horto às cinco da manhã e se organizaram de forma a distribuir policiais por todas as subáreas. Às seis, deram início a operação.

Antônio: Simultâneo, né? Tudo ao mesmo tempo! Aqui na Vila da

Major, no 122, na vila 64, lá no Jardim Botânico e vieram no Horto todo ao mesmo tempo.

Carolina: E foi muito agressivo também aqui?

Antônio: Muito agressivo.

Carolina: De chutar portão...

Antônio: De socar a porta dos vizinhos. Polícia Federal! Ou seja, o trabalho que não deveria ser feito pela Polícia Federal, e sim pelos oficiais de justiça, né?

A forma de tratamento dada aos moradores assusta e gera revolta porque são tratados como criminosos. A abordagem agressiva também induziu uns dois ou três moradores a identificar a casa de seus vizinhos, o que facilitou a entrega de algumas notificações em alguns locais da comunidade. Mais uma vez a prática da subjugação por medo, o apelo à força do poder de polícia, continua produzindo eficácia.

Luiza conta que durante a remoção do Marcelo socorreu uma moradora idosa atingida na perna por uma bala de borracha, sangrando muito e que na ocasião tiveram que sair pelo mato para chegar ao hospital. Inclusive essa moradora havia passado por uma cirurgia oftalmológica havia pouco tempo e, além disso, é mãe de um rapaz com deficiência. Em seguida, foram à delegacia realizar o registro de ocorrência. Ela lembra que alguns moradores ficaram muito receosos em ir à polícia com medo de represálias. Por outro lado, a violência gerada pela tropa de choque da Polícia Militar gerou outros desdobramentos.

Antônio: Mas, é importante dizer que depois desse fato, da remoção da casa do Marcelo em 2016, após toda essa denúncia, abriu esse inquérito na polícia militar. O vigésimo terceiro batalhão que abrange aqui a área da Gávea se recusou a fazer o acompanhamento de qualquer tentativa de remoção. Eles tentaram fazer, mas veio a olimpíada, veio outros eventos. Mas, devido ao fato, as denúncias, que foi muito grave o que aconteceu nesse dia, foi pras mídias, pra televisão, essas coisas toda, o vigésimo terceiro batalhão falou que não ia mais dar apoio devido toda a truculência, toda a abordagem agressiva. Veio o choque, a quantidade de idosos que tava no dia, na comunidade...

Carolina: Por conhecer a história né?

Antônio: Isso, por conhecer a história ser uma comunidade pacífica.

Eles contaram que o Marcelo saiu da casa onde nasceu e cresceu, viveu a vida toda para morar de aluguel. Lembraram ainda do caso da remoção do Sr. Delton, morador do Grotão, que foi removido e abrigado em um dos imóveis da União no bairro da Tijuca. A Leila, outra moradora removida, foi realocada em um imóvel no Centro. O Marcelo não teve nenhum tipo de apoio ou estrutura oferecida para amparar sua família.

Antônio: Há cinco anos ele está pagando aluguel. Ele saiu da casa dele, que a família dele construiu, onde ele nasceu, pra pagar aluguel. Entendeu? Ele tinha o filho dele, que na época tinha 14 anos de idade, adolescente... Tinha feito reforma na casa dele... O Jardim Botânico tinha autorizado de fazer a reforma na própria casa dele e saiu sem nenhum direito e nenhuma dignidade, da família, pela história que ele tinha no local. E hoje em dia a casa está lá abandonada, virou criadouro de cobra, rato, mosquito. Ou seja, preservação nenhuma.

Luiza: É porque na verdade muda o cenário, mas, a tática é a mesma. Assim como na Vila Autódromo, Estradinha... Cara, na Vila Autódromo era muito surreal. O cara não concordava e a mulher concordava (para sair do local). Eles literalmente dividiram a casa ao meio. Eles demoliram a metade. Tu chegou a ver essa casa? A metade. Cara, era uma coisa assim... e ficavam os escombros.

A casa do Marcelo é um forte símbolo presente na comunidade. Representa o descaso das autoridades que removeram uma família e nada foi construído no local. Há exatamente 5 anos, o local permanece inabitado, abandonado, sem qualquer utilidade, a não ser acumular mato em meio aos escombros, o que por sua vez, produz a presença de animais nocivos à saúde humana e peçonhentos também. Inclusive essa tática de deixar escombros para tornar o ambiente degradado e insalubre foi uma tática muito utilizada em outros casos de remoção na cidade do Rio de Janeiro, como relata Luiza. Simone relembra um caso de remoção no qual as consequências geradas afetaram a saúde física e mental dos moradores de maneira irreversível.

Simone: Mas, a truculência já vem de muito tempo. Eu vou te dar um exemplo de uma situação que pra mim... Foi uma situação que me marcou muito. Foi ali onde é a casa, onde hoje é o setor de segurança do Jardim Botânico, onde morava a Luiza com o marido, que era aposentado pelo Jardim Botânico, e a família, né? Ela, as duas netas, o filho, a nora e o marido. Do nada apareceu polícia, caminhão tirando tudo. Entraram, invadiram a casa dela, tiraram tudo e simplesmente acabaram com tudo.

Antônio: Ela tá falando lá da Vila 64.

Simone: 15 dias depois, ela estava dentro de um caixão sendo enterrada. E o marido 6 meses depois, aconteceu a mesma coisa. O filho, 3 anos depois, ficou totalmente desbaratinado. Ele era guarda do Jardim Botânico. Ele ficou totalmente doente foi parar num centro de tratamento mental, psiquiátrico e faleceu também. E se não fosse as duas filhas a família estaria dizimada. Então isso pra mim, me marcou muito porque ela era uma pessoa muito querida.

A saúde é um dos campos mais afetados quando se trata de uma remoção. Muitas pessoas removidas apresentam agravamento das doenças crônicas ou cardíacas e em alguns casos, falecem semanas ou meses após o deslocamento forçado. Há também casos

nos quais quadros de depressão e ansiedade são gerados ou agravados. No caso relatado, a saúde dos moradores foi atingida a ponto de gerar praticamente o extermínio da família. Simone lembra de outro caso emblemático de remoção nesse mesmo contexto, mas dessa vez, o removido foi um pesquisador do próprio IPJB.

Simone: Teve outra remoção também que me deixou muito chocada, que foi do Dr. Paulo Afiani. Ele foi pesquisador do Jardim Botânico. Ele tinha uma casa lá onde hoje é parte da DIRAD, onde fica a pousada do pesquisador. E aí, o que acontece? Ele estava acamado, doente. Então chegaram uns policiais federais, junto com aquele equipamento todo, armados. Ele foi tirado de maca ainda. E depois disso, ele, claro, foi pro hospital, obviamente. Como ele estava doente, depois disso não demorou muito, ele veio a falecer. E por conta de tudo isso a filha dele também foi parar no hospital, também ficou internada. Entendeu? Então, são coisas que me marcaram porque são pessoas que eu conheci pessoalmente. Então me marcou muito esse tipo de abordagem. Mesmo porque não era necessário. As pessoas já idosas... Ele idoso, as filhas dele já idosas, o mais novo era o neto. Mas, ninguém fez nenhuma objeção. Chegaram, mas já chegaram assim de bonde, como se estivesse fazendo um teatro.

Os casos acima citados refletem os impactos gerados na saúde mental e física dos atingidos pela remoção e a desestrutura que causa nessas famílias. Nesse momento, conversamos sobre os traumas gerados pela violência nas abordagens e remoções dos moradores. O Antônio se emociona ao lembrar que durante a resistência contra a remoção do Marcelo teve que buscar seu filho na escola.

Antônio: Meu filho, pequenininho... uma criança autista... Eu tinha deixado meu filho na escola e a minha mulher tava de plantão no hospital da Lagoa. E eu falei "Caramba, como é que eu faço agora?". Eu falei "Tinha que pegar o meu filho na escola". E aí eu lembro que eu estava com um cheiro insuportável de gás lacrimogêneo na cara. Eu todo sujo de fumaça, de fogo. E eu fui buscar meu filho desse jeito, desse jeito eu fui buscar meu filho na creche. Eu todo sujo! Minha camisa "Remoção nunca mais" do Horto, minha camisa toda suja de fumaça. Eu com a minha cara toda vermelha de gás lacrimogêneo, de bomba que tinham jogado no dia lá. O sentimento todo despedaçado. Meu coração derrotado naquele dia e eu fui lá buscar meu filho assim, desse jeito. Mas, foi um dia que realmente ficou marcado com muita tristeza porque ali era um rapaz mais ou menos da minha idade né.

Dona Pérola comenta que aquela remoção parecia uma guerra. E eles comentam sobre o contingente formado por cerca de 200 policiais do 23º Batalhão da Polícia Militar, Tropa de Choque, dentre outros. Balas de borracha, bombas de efeito moral e de gás lacrimogêneo foram disparadas em cima da população com maioria idosa. Os idosos foram arrancados das cadeiras onde estavam sentados com empurrões e cacetetes.

Cadeiras literalmente voaram e muitas pessoas ficaram machucadas.

Antônio fala sobre a tristeza de ver o caminhão de mudanças entrando na comunidade para levar os móveis e pertences do Marcelo. Luiza lembra que na remoção do Sr. Delton, que inclusive tinha uma patologia cardíaca, os agentes responsáveis pela remoção queriam alocar a família na Fundação Leão XIII e colocar a mobília em um depósito. Depois de muita negociação, o Sr. Delton e a sua família foram direcionados para um imóvel da União no bairro da Tijuca.

Essa dinâmica de violência tem sido comum não apenas durante o ato da remoção, mas também nas fases que a antecedem, como por exemplo, nos momentos em que o oficial de justiça se dirige a comunidade para realizar a entrega dos mandados de citação. A Vila da Major 122-A infelizmente passou por esta experiência na última abordagem realizada no dia 30 de junho de 2021.

Antônio: Chegaram aqui, foi o último lugar.

Carolina: Que horas mais ou menos?

Felipe: Eles já foram pra Globo 5:40h da manhã já na vila 1024 porque eles já tinham tudo tramado já na cabeça deles. Lugar pequenininho, onde eles podiam montar uma reportagem, ou seja, criar todo um fato político pra sociedade comover. E eles estavam entregando (os mandados). E a desculpa deles, esfarrapada, era que era apenas um mandado de citação, o que na verdade, era mentira. Tinha muito mandado de reintegração de posse nesse dia. Primeiro eles chegaram na vila 1024, simultaneamente chegando no Horto também. Várias equipes de policiais, simultaneamente. E aí, depois vieram na vila 64, socando porta de morador na vila 64. Quando liguei pra moradora, a moradora desesperada me ligando. Eles estão entrando aqui, socando, arrebentando aqueles portõezinhos pequenos, sabe? Aqueles portõezinhos de alumínio, socando janela de morador pra poder atender, pra receber. Depois vieram pra cá na nossa vila 122. Eles fizeram tudo simultaneamente, tudo orquestrado.

Para além da sincronicidade executada pela Polícia Federal na entrega dos mandados de citação, houve uma espécie de manobra executada pelo Poder Judiciário para entregar os mandados que informam aos moradores que eles tem um prazo para desocupar o imóvel, o que na ocasião não deveria se aplicar devido ao posicionamento do Supremo Tribunal Federal que impede remoções durante a pandemia.

Luiza: Porque na verdade o que foi falado é que esse pano de fundo foi montado. Essa...

Antônio: Operação.

Luiza: Operação. Mas, pra entrega de mandato de citação, tanto que falei com o Rafael e ele falou “não, pode ficar tranquila, se vier um ou outro é difícil”.

Antônio: A gente já esperava o pior, né? Aqui na vila mesmo onde a gente mora todos os mandados que vieram aqui pra vila, todos vieram como mandado de reintegração, não de citação. Na verdade, um mandato de citação que é na casa da dona Josefa, onde a Tatiana mora, o resto é tudo mandado de reintegração, entendeu?

Luiza: Então, assim... É muito complicado essa covardia que eles usam. Em nenhum momento se fala em oficial de justiça. A todo momento é polícia federal.

Luiza aponta no trecho acima a pressão que os moradores sofrem sendo lembrados sempre que o poder de polícia está à disposição dos opositores da comunidade e identifica essa dinâmica como uma forma de intimidação. Nesse sentido, a pressão é exercida por todos os lados. Os moradores da Vila da Major contam que a maioria da Comunidade do Horto se posiciona pela permanência e que certa vez, no ano de 2013, houve uma tentativa de cadastramento realizada pelo Governo Federal para o projeto “Minha Casa, Minha Vida”. Na ocasião, cerca de 80% dos moradores se cadastraram porque desejam permanecer no local onde nasceram e cresceram.

Antônio: Até uma coisa que eu falei nessas assembleias... Beleza... O único programa do governo federal é o “minha casa, minha vida”. E o que vocês vão fazer com esses idosos de 60,70,75 anos de idade? O cara tem casa e de acordo com a renda dele, vai ter que comprar uma casa e sabe-se lá onde. E qual o período de financiamento que vão fazer? Dependendo vão morrer e não vão conseguir pagar a casa, ou seja, ele vai sair da casa dele, vai ficar em débito e vai deixar de herança pros filhos dele... A ideia é justamente essa.

Luiza: Você lembra de quando ficaram aqui? Aí, nós fomos lá pra saber.

Antônio: Qual era a proposta? Onde seriam construídas essas casas. Porque o estatuto da cidade fala que é num raio de 10 km, né isso, Luiza? Eles falaram que infelizmente a decisão já tinha sido tomada. Gabinete do Ministério do Meio Ambiente, né? Isso era um posicionamento do Ministério do Meio Ambiente e aí a gente foi perguntar onde seria construído essas casas. Aí, a mulher... Pode falar você, Luiza...

Luiza: Aí, usaram esse termo né, 5, 10 km né? Ela falou que 5km, 10km em linha reta, a gente pode colocar vocês em qualquer lugar. Vocês podem morar em Caxias.

Antônio: Campo Grande, falou Campo Grande. Falou pra mim e pra Luiza.

Luiza: Em linha reta... Você tá entendendo a situação? As coisas como são?

Esse posicionamento manifestado pelo Ministério do Meio Ambiente é muito comum em casos de remoção na cidade do Rio de Janeiro. Retiram os moradores de suas casas para colocar em imóveis onde além de pagar a mensalidade referente às parcelas do financiamento, é preciso arcar com o valor do condomínio, sem contar as despesas básicas

como conta de luz, água, gás, internet, alimentação, vestuário e, principalmente transporte. Retirar moradores de uma comunidade tradicional e realocar na zona oeste em meio a uma estrutura precarizada por ausência de equipamentos públicos é contribuir para a desestruturação das famílias.

Chegando ao fim da entrevista eu pergunto ao grupo se existe alguma informação que eles queiram acrescentar, algo que seja importante na história da Vila da Major 122-A e que eles gostariam que aparecesse na pesquisa. Então, descubro que a vila possui uma antiga mina d'água desde a sua fundação.

Luiza: A mina d'água! O primeiro morador veio pra tomar conta. Ela ainda existe. Ela tá lá no mesmo local, sabe? Houve uma tentativa de desvio. Na época, era escola Rio de Janeiro, escola nova, mas a mina ainda tá lá.

Antônio: Até pelo fato histórico. Era um negro, veio pra cá, constituiu sua família aqui. Primeiro morador com autorização desse diretor da época pra tomar conta dessa mina d'água.

Luiza: Descendente de escravo, a mãe dele era escrava.

Foi então que compreendi que o Sr. Ordelino, primeiro morador da Vila da Major 122-A era o guardião da mina, que ainda existe. E segundo o relato dos moradores era um homem negro filho, de uma mulher escravizada. Luiza afirma que o início da história do Sr. Ordelino está sendo continuado por eles, considerando que ele foi para o local para proteger a mina e eles continuam preservando não apenas a história, mas o próprio espaço onde vivem

Luiza: Aqui não existe desmatamento. Não há expansão e tudo aqui é mantido da mesma forma.

Antônio: É importante o que a Luiza tá falando Carolina, porque, assim, você pode ver as casas aqui são bastante antigas. Algumas aqui conseguiram reformar com autorização, com toda essa pressão que o Jardim Botânico dizendo que não ia entrar material de construção, não ia entrar material de obra. Então, assim, a minha casa eu gostaria que você fosse lá. Lá na frente tem um muro de pedra construído pelo meu avô. Quando ele faleceu, no dia que ele faleceu, ele tava terminando de construir esse muro de pedra. Porque assim, era pedreiro com participação e profissão dentro do Jardim Botânico, entendeu? Então, assim, ele mexendo no muro, no final da tarde começou a passar mal e teve um infarto fulminante. Então, como a Luiza está dizendo, as casas são antigas, mantendo o mesmo formato. Como Dona Pérola relatou, não cresceu, não expandiu, mantém as mesmas casas.

Débora: Isso aqui, durante muito tempo era barro, as escadas.

Os moradores seguem afirmando suas origens e sua relação de pertencimento e cuidado com o território. A questão referente às reformas é mais um ponto de pressão e

controle da administração do Jardim Botânico sobre a comunidade. Sob o argumento de impedir a construção de novos cômodos ou casas e assim evitar a expansão da comunidade, o IPJB tem um controle acirrado acerca da entrada de materiais de construção. Desse modo, para fazer qualquer tipo de reparo ou reforma, ainda que seja de ordem estrutural, os moradores devem obter uma autorização da administração do parque. Dado o conflito territorial, a obtenção do documento tem sido cada vez mais burocrática. Além disso, não há garantia de permanência e os moradores correm o risco de serem removidos, mesmo após a reforma das suas casas, como aconteceu com o Marcelo.

Outro ponto interessante do trecho acima é quando Antônio narra o falecimento do seu avô, que teve um infarto durante a construção do muro de pedras que contorna a residência da sua família e a partir deste fato reafirma que a casa permanece da mesma estrutura. Tanto a vida quanto a morte são mobilizadas durante as narrativas para reafirmar a relação da vivência e pertencimento ao território.

Nesse contexto, surge outra reflexão do grupo sobre a presença do Estado na comunidade. Eles afirmam que há uma omissão e um descaso grande no que se refere a estrutura para fornecer serviços básicos. Desde os serviços de luz elétrica no surgimento da vila e a sua pavimentação tudo foi organizado por meio de ações comunitárias. Inclusive a vila foi pavimentada pelos próprios moradores.

Carolina: E aí foram os moradores que pavimentaram?

Luiza: Tudo, tudo aqui! Poder público seja ele qual for, não entra aqui. A Light...

Carolina: Como é o sistema de recolhimento de lixo? Vocês descem lá no portão, né?

Antônio: Terça, quinta e sábado pra recolher o lixo. Mas, as lâmpadas são colocadas pela gente. A Rio Luz não entra aqui.

Luiza: A manutenção do local, né? Tudo que foi feito aqui foi pelos moradores.

A ausência dos fornecedores de serviços públicos na comunidade aumenta o sentido de pertencimento porque foram os próprios moradores que construíram e estruturaram a localidade. É importante ressaltar que a área da Vila da Major é pequena, composta por 24 casas, pacífica, sem nenhum tipo de organização criminosa, seja tráfico ou milícia, operando no local. Não há motivo que justifique a ausência do Estado e, por conseguinte, das empresas prestadoras de serviços básicos.

Antônio: Hoje pela manhã, cedo, minha mulher veio varrer aqui pra poder receber você aqui, entendeu? Então, assim, a gente procura cuidar

do local, tanto com a questão do meio ambiente, preservando o caminho, entendeu? Então a gente minimamente cuida pelo o que a gente tem aqui, entendeu? Então, assim, qualquer tentativa de retirar qualquer casa aqui, é acabar com a nossa história, é enfraquecer a nossa existência na Vila da Major. Ainda mais aqui que somos poucos... Tem uma única entrada. Se os policiais fecharem aqui... Mas, a gente tá mobilizado, a gente tá organizado, a gente não quer sair daqui. Eu recebi um mandado de 30 dias, vivendo esse processo agora devido a decisão do Barroso. Mas, assim, falou que depois dessa suspensão mandou intimar no meu nome, como morador da casa e há uma preocupação muito, né? Porque eu preciso morar aqui, minha mulher trabalha aqui, eu trabalho no CAP-UFRJ onde a Gabriela estuda. Meu filho estuda ali no Jardim Botânico, meus amigos estão aqui, minha identidade foi construída aqui desde a infância. Morei um tempo em Jacarepaguá, mas logo em seguida vim pra cá. Fui o primeiro da minha família morar aqui, eu morava em Jacarepaguá com a minha mãe num apartamento e eu não consegui passar em escola nenhuma, acho que era o destino me trazendo pra cá de volta. Vim estudar no André Maurois aqui na Gávea.

Toda a vida do Antônio foi construída e estruturada nos bairros da Gávea, Lagoa e Jardim Botânico. Ele lembra a trajetória da sua família na Vila Da Major. Seus pais se mudaram e moraram em Jacarepaguá durante 13 anos, mas ao começar o Ensino Médio Antônio retornou para a vila. Ele passou a estudar na escola André Maurois, localizada na Gávea e retorna para perto da avó. Sua avó estava bastante idosa, com 81 anos e precisava de ajuda. Nesse contexto, sua mãe opta por regressar, a fim de reforçar os cuidados com a matriarca da família. Antônio vive até hoje na casa que foi da sua avó, onde sua mãe nasceu e constituiu sua família.

Antônio: Fiquei 13 anos fora. Fui estudar na Andre Maurois. Minha avó já estava com bastante idade, 81 anos. Vivia na casa que eu moro. E eu vim começar a ficar com a minha avó. Aí, eu “pô, mãe, a gente podia voltar pra lá ficar com a minha avó, ela não tá legal”. Até que um dia ela caiu, fraturou o punho. Eu levava ela pra fazer fisioterapia. Logo no ano seguinte minha mãe veio morar aqui de volta, saiu do apartamento pra cuidar da minha avó.

Uma outra questão que a Luiza quis reforçar é que os processos antigos foram ajuizados logo que os funcionários foram aposentados. Ela compreende essas ações como um processo de descarte, ou seja, por estarem aposentados e não terem mais serventia para o parque era o momento de se desfazer dos trabalhadores e suas famílias. Ela confirma que a ação de reintegração de posse da sua casa foi apenas ajuizada em 2018. Ano em que seu avô se aposentou, deixou de ser funcionário do parque.

Já no final da entrevista, curiosa sobre a proximidade da vila com o Jardim Botânico e por saber que muitos moradores trabalharam no parque, eu pergunto se eles

sabem da existência do cemitério de escravos ou se já ouviram falar alguma coisa sobre o assunto. Nesse momento, Simone partilha memórias importantes já que o seu pai trabalhou muitos anos no local.

Simone: O que eu me lembro é que foi feita essa escavação e aí eles pegaram os ossos e colocaram numa caixa, levaram pra uma casa, um laboratório que existe até hoje lá a edificação. Só não é o mesmo propósito. E de lá, as pessoas começaram a passar mal. Então, tiraram de lá e foram fazer o ritual de sepultamento desses ossos lá ao lado da biblioteca do Jardim Botânico.

Carolina: A senhora lembra onde foram encontrados esses ossos?

Simone: Pelo que me falaram foi na escavação do museu, onde é o Museu Arqueológico do Jardim Botânico. Onde é a Casa dos Pilões.

Carolina: Ali que foi encontrado?

Simone: Sim. Lá onde era a fábrica de pólvora.

Carolina: Lá que foram encontrados esses ossos, essas ossadas, né? E eles identificaram que eram dos escravos? A senhora lembra disso?

Simone: Verbalmente não. Mas, grande possibilidade por conta do lugar e período. Porque o aconteceu, antes de ser a casa dos pilões e de ser a casa de pólvora, ela foi modificada pra moradia do João Geraldo Cuma que foi diretor geral do Jardim Botânico. Só que o que que acontece? Eles só tamparam tudo com cimento e não destruíram a estrutura. Foram fazendo uma obra arqueológica mesmo de restauração e foram descobrindo peças, né? E provavelmente esses ossos estavam nessa escavação, pra além de ter sido a residência do Dr. Geraldo Cuma, foi também museu.

Simone contou que os funcionários sofreram com um mal-estar durante o tempo em que os ossos estiveram guardados dentro de uma caixa no laboratório. Ela afirma que as pessoas que trabalhavam no setor relatavam um desconforto muito grande, náuseas, dores de cabeça dentre outros sintomas e, por fim, a administração decidiu fazer um sepultamento e enterrar os ossos encontrados próximo a biblioteca. O interessante é que após o ritual de sepultamento, a rotina de trabalho foi normalizada e não houve mais nenhum tipo de mal-estar.

No que se refere ao Dr. João Geraldo Cuma, Simone narra que ele foi um pesquisador e diretor geral do IPJB e que os ossos teriam sido encontrados durante uma reforma no local onde era sua residência e que posteriormente foi transformado no Museu Cuma, onde eram guardadas informações sobre frutas e sementes. Ela diz que quando iniciaram a reforma foram encontradas peças pequenas, de bichinhos e de cerâmicas. Pergunto a Simone se ela lembra do pesquisador João Conrado Niemeyer de Lavôr, o pesquisador que identificou o cemitério de escravos no Jardim Botânico e ela me respondeu categoricamente que sim, que inclusive o pesquisador era muito amigo do seu

pai. Simone conta que ele estava prestes a se aposentar no final da década de 1980 e que conheceu também a filha dele que também trabalhou no Jardim Botânico, mas como terceirizada.

Simone continua sua narrativa dizendo que já foi muito combativa e participava mais ativamente das assembleias, das visitas a outras comunidades ameaçadas de remoção, dentre outros movimentos coletivos, mas que hoje passou o bastão para sua filha que é quem acompanha de perto a militância comunitária. Desse modo, a luta no Horto vai passando de geração em geração. Embora não esteja no confronto direto com autoridades ou no front da militância, ela permanece confiante e atenta a luta pela permanência da comunidade do Horto.

FIGURA 30 – Casa da Vila da Major com faixa de protesto



Fonte: Arquivo pessoal

O último ponto apresentado pelo grupo de moradores que eles consideram importante aparecer na pesquisa é afirmar que a Vila da Major 122-A não está construída em uma área de risco. Segundo os moradores, à época da apresentação do Plano de Regularização Fundiária elaborado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a área correspondente a vila foi incluída como uma área de risco e seus habitantes deveriam ser realocados para outra região na Comunidade do Horto. Inconformados com o resultado porque nenhum técnico visitou a vila, os moradores pediram ao coletivo técnico que auxiliou a Defensoria Pública durante

o ápice das remoções que fosse elaborado um estudo técnico sobre a região onde residem. Desse modo, o estudo elaborado a partir de visitas técnicas e análise do solo pelos engenheiros e arquitetos se configurou como um contra laudo, excluindo o caráter de área de risco e afirmando a segurança da área.

A Vila da Major 122-A, mesmo sendo composta por poucas casas, tem sentidos e ações de resistência intensos. Os moradores estão organizados junto a toda Comunidade do Horto e participam ativamente das assembleias locais e demais movimentos sociais por direito à moradia na cidade do Rio de Janeiro. Eles mobilizam a sua trajetória na ocupação do território e assim buscam evidenciar sua historicidade própria e pertencimento.

Apresentei neste capítulo a perspectiva, o sentimento e a voz dos moradores, cujas narrativas são constantemente silenciadas e criminalizadas pelos meios de comunicação oficiais e hegemônicos. Por meio dos relatos é possível compreender as relações constitutivas de afeto, trabalho, de vivência com o território, outrora estabelecidas. Utilizei ao máximo o material coletado nas entrevistas para evidenciar suas vozes no texto e assim compreendermos o contexto no qual se insere a luta pela permanência da Comunidade do Horto.

### **2.9. A moradia para além da moradia (Conclusão do Capítulo: direitos conexos ao direito à moradia)**

Algo muito nítido referente à luta da Comunidade do Horto pela permanência nos bairros do Jardim Botânico e Gávea é que a defesa de direitos se estende para além do direito à moradia, garantido pelo artigo 6º da Constituição de 1988. Seja no decorrer das entrevistas ou durante assembleias promovidas pela AMAHOR, ou ainda no próprio convívio com a comunidade, fica nítido que o processo de remoção atinge vários outros direitos conexos ao direito à moradia.

Um exemplo disso é a luta para garantir seu direito à memória através do Museu do Horto que foi concebido para combater o constante apagamento, silenciamento e criminalização praticados pelos algozes da Comunidade do Horto. Uma vez que a Comunidade do Horto conta a história dos períodos colonial e industrial na cidade do Rio de Janeiro, ela abriga os trabalhadores que ajudaram a construir não apenas o que se

conhece como o Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico como o próprio bairro onde estão localizados. Existe a necessidade de manter viva essa memória, para que essas pessoas não sejam tratadas como descartáveis pelos poderes envolvidos e expulsas do território que dedicaram suas vidas para constituir. Desse modo, além de dar visibilidade a história dos trabalhadores e moradores, o Museu do Horto disputa a narrativa com o poder hegemônico e constrói, a partir da sua história e memória, argumentos que fortaleçam sua permanência diante da sociedade.

É importante reforçar que retirar a comunidade implica diretamente no apagamento de uma comunidade tradicional em contexto urbano que cultiva a memória africana e afro-brasileira no território. Nesse mesmo sentido, faz-se necessário reforçar a defesa da Comunidade do Horto como um lugar de memória negra da cidade do Rio de Janeiro e do Brasil. Todo esse conteúdo pode se perder caso a remoção seja realizada.

Outro ponto importante para esta análise é o direito à saúde. A experiência de viver sob a ameaça constante de ser removido produz danos à saúde de muitos moradores em vários níveis. A vulnerabilidade gerada ao bem-estar dos idosos e moradores com doenças crônicas é muito comum durante o período em que acontece um assédio violento à comunidade. Tanto o bem-estar físico quanto mental são negativamente impactados devido ao forte estresse. Depressão, ansiedade e síndrome do pânico são desenvolvidas, assim como pessoas com transtornos mentais, doenças cardíacas, hipertensão, diabetes, dentre outras, tem uma piora no quadro de saúde, especialmente no período posterior a efetivação de uma reintegração de posse.

A qualidade de vida dos moradores do Horto pode ser afetada de maneira muito pior caso seja permitida a remoção da comunidade durante o período da pandemia do COVID-19. Despejar famílias nesta conjuntura implica diretamente na exposição ao vírus e, no caso do Horto, muitos idosos e pessoas com alto risco ficariam extremamente vulneráveis. Embora exista um posicionamento expresso pelo Supremo Tribunal Federal no sentido de coibir despejos forçados, o fato é que não é possível saber até quando este posicionamento será mantido, principalmente considerando que a vacinação está avançando. Mas, como cientistas e especialistas já afirmaram é preciso manter o distanciamento social mesmo com a vacina. Imaginando um cenário de remoção seria impossível manter os protocolos exigidos para combater o contágio da COVID-19.

Nessa mesma esteira, podemos apontar que a remoção coloca em risco o direito a um meio ambiente saudável e equilibrado. A Comunidade do Horto vive em harmonia,

de maneira integrada com a natureza. Então, despejar essa mesma comunidade para locais distantes da cidade configura uma prática de racismo ambiental<sup>43</sup>, considerando que é uma população de maioria negra, historicamente constituída, que se quer privar de viver em um meio ambiente saudável e equilibrado. Enquanto isso, mansões se erguem dentro da Mata Atlântica com a permissão do Poder Judiciário. Discutiremos no segundo capítulo, de maneira aprofundada, como essa dinâmica ocorre e se estabelece como um veículo de desigualdade.

Ainda sobre a questão ambiental, algo muito importante que precisa ser destacado é o engajamento comunitário. Além de guardiões da história e memória, zelam pelo território e, conseqüentemente, pelo meio ambiente, com projetos de reflorestamento local e de limpeza dos rios. Esses projetos nasceram da iniciativa dos próprios moradores e são conseqüentemente apoiados pela AMAHOR.

Um outro ponto a ser discutido é a garantia do Direito à Educação. É muito comum na experiência das remoções na cidade do Rio de Janeiro as crianças e jovens perderem o ano escolar porque não existe nenhum tipo de planejamento e nem envolvimento da Secretaria de Educação. E, então, os alunos não conseguem vagas nas creches e escolas. A Comunidade do Horto tem fácil acesso às creches e escolas públicas dos bairros do Jardim Botânico e Gávea, o que facilita muito a dinâmica de mães e pais que trabalham em período integral. A escola próxima ao local de moradia favorece ainda a rede de solidariedade comunitária que permite que os vizinhos possam se organizar para levar e buscar as crianças e possibilita que os adolescentes e jovens cheguem sozinhos ao espaço escolar.

Portanto, quando se trata da violação do direito à moradia, a garantia de vários outros direitos torna-se prejudicada, o que contribui para o aprofundamento da vulnerabilidade social. Assim, temos uma comunidade, majoritariamente negra e feminina, prestes a perder a segurança à saúde, à educação, a um meio ambiente saudável, além do risco de ter a sua história e memória apagadas, dentre outros direitos.

No próximo capítulo analisaremos o posicionamento dos atores institucionais envolvidos no conflito e sua relação com o caso da Comunidade do Horto. Discutiremos

---

<sup>43</sup> O conceito de racismo ambiental foi pensado na conjuntura das relações que se dão no âmbito da justiça ambiental, a partir das manifestações do movimento negro norte-americano (SANTOS, 2017, p. 67)

ainda o direito à moradia no âmbito da posse e da propriedade e garantia do direito à memória.

### **CAPÍTULO III – Direitos para quem? A luta concreta da Comunidade do Horto frente ao pacto narcísico da branquitude**

*Dandara*. Uma das figuras mais difundidas como símbolo de resistência feminina negra e considerada como a companheira de Zumbi. Segundo um vídeo recente publicado pela Prof. Dra. Aza Njeri, em seu canal no *YouTube*<sup>44</sup> (NJERI, 2022), Dandara dos Palmares nunca existiu. Ela foi uma personagem do romance *Ganga Zumba*, escrita pelo autor João Felício dos Santos, lançado em 1962, pela Editora Civilização Brasileira. De acordo com a pesquisadora, o Movimento Negro acolheu a personagem como a heroína negra que encarnava o processo de luta contra a escravidão, e no ano de comemoração do centenário da abolição, Dandara dos Palmares ganhou projeção e foi inserida nas salas de aulas brasileiras (NJERI, 2022).

É muito interessante perceber que o imaginário foi utilizado como estratégia para fortalecer a autoestima e a representação das mulheres negras ao longo da história do povo negro no Brasil. Dandara é uma figura muito presente no imaginário social e celebrada por personificar a força, a inteligência, a estratégia e a luta por liberdade das mulheres negras brasileiras. Existiram e existem muitas Dandaras no Brasil. Evidentemente, a escolha do Movimento Negro por uma personagem negra feminina e oriunda de um dos quilombos mais reconhecidos na defesa da libertação dos povos negros escravizados não foi aleatória. O quilombo como modo de organização política segue sendo uma referência determinante para os processos de emancipação ainda atualmente.

E nesse percurso de rememorar heroínas negras, guerreiras reais, nos encontramos com a líder do Quilombo do Piolho, no Mato Grosso, Teresa de Benguela que encampou uma luta árdua contra os portugueses e a escravidão. Teresa foi escolhida para representar a luta das mulheres negras brasileiras e, por isso, tem uma data de celebração de sua história e trajetória, instituída pelo Movimento de Mulheres Negras: 25 de julho.

Assim, eu trago a representação de Dandara e Teresa, para começar este capítulo e pensar o processo de organização comunitária do Horto na defesa do seu território. São muitos os entraves que permeiam a luta por permanência, mas as ferramentas, estratégias e articulações promovidas pela comunidade e especialmente pelas mulheres negras seguem desafiando o *status quo* mantido pelo Direito.

---

<sup>44</sup> NJERI, Aza. Canal Aza Njeri. Quem foi Dandara dos Palmares? YouTube, 14.11.2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=z2ac88rgEPg>

Durante o tempo em que desenvolvo a pesquisa no Horto sempre ouço relato dos moradores sobre um conglomerado de poder atuante, composto por múltiplos atores, que se articula para promover a expulsão da comunidade. Desse modo, decidi explorar o comportamento desses agentes e como operam coletivamente para estender a manutenção de seus privilégios. Para esta análise trabalharei com o conceito denominado *pacto narcísico da branquitude*.

Antes de adentrar o referido conceito, é preciso contextualizar o conceito de branquitude para aprofundar nosso entendimento. O que ele significa? Como surgiu o termo?

Historicamente, temos, entre o fim do século XIX e a metade do século XX, intelectuais negros norte-americanos investigando, descrevendo e questionando a estrutura da supremacia branca. Uma obra de referência do início do *whiteness studies*, ou seja, estudos sobre branquitude, foi o livro “A Reconstrução Negra na América”, do autor afro-americano Du Bois (DU BOIS, 2014), que buscava mostrar como o preconceito racial, o racismo institucional e a supremacia branca estruturavam a base da sociedade norte-americana e como essa combinação foi extremamente nociva para a união da classe trabalhadora, considerando que os trabalhadores brancos e pobres imersos nos privilégios raciais não conseguiram se perceber semelhantes à classe trabalhadora negra (BENTO, 2022, p.55).

Desde então, o campo de estudos sobre branquitude se expandiu e encontrou terreno fértil para análise no Brasil, cujos processos de dominação racial são próximos aos estadunidenses. Atualmente, temos intelectuais negros e brancos produzindo obras importantes para compreender a dinâmica racial operante no território nacional, e, dentre eles podemos destacar Maria Aparecida Bento com as obras *Psicologia Social do Racismo* (BENTO; CARONE, 2014) e *O Pacto da Branquitude* (BENTO, 2022), Lourenço Cardoso com o livro “*Branquitude: com estudos sobre a identidade branca no Brasil* (MÜLLER; CARDOSO, 2017) ” e Lia Vainer Schucman com a publicação do livro “*Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*” (SCHUCMAN, 2020). Esses autores também tiveram como base e fonte, os estudos do sociólogo baiano Guerreiro Ramos, que publicou a obra “*A Patologia Social do Branco Brasileiro* (RAMOS, 1995), precursor dos estudos sobre branquitude em nosso país.

Assim, esse campo de estudo segue se desenvolvendo em nossa contemporaneidade e ampliando seu campo de análise através da investigação de temas

que se interrelacionam: capitalismo, masculinidades brancas, nacionalismo, internet e meios digitais, dentre outros. Não pretendo aqui discorrer minuciosamente sobre esses temas, mas considero importante citá-los porque, em alguma medida, eles aparecerão ao longo da análise sobre o caso Horto.

No que se refere ao conceito, este trabalho adota a definição pensada pelo autor Lourenço Cardoso, que compreende branquitude como “um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivos, isto é, materiais, palpáveis, que colaboram para construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial ‘injusta’ e racismo” (CARDOSO, 2010, p.611). Tal definição aponta para uma dominação racial, naturalizada pela sociedade que assimila e associa estereótipos negativos a pessoas negras e qualidades positivas a pessoas brancas, enxergando sempre a negritude como o oposto ao “padrão branco”. Ao passo que esse lugar de padrão impede que surjam questionamentos e reflexões das pessoas brancas sobre o seu *locus* racial e os privilégios advindos dele.

De fato, branquitude, em sua essência, diz respeito a um conjunto de práticas culturais que são não nomeadas e não marcadas, ou seja, há silêncio e ocultação em torno dessas práticas culturais. Ruth Frankenberg chama atenção para branquitude como um posicionamento de vantagens estruturais, de privilégios raciais. É um ponto de vista, um lugar a partir do qual as pessoas brancas olham a si mesmas, aos outros e à sociedade. (BENTO, 2022, p.62)

Dada a condição da racialidade branca, cujos privilégios são mantidos e naturalizados ininterruptamente ao longo da construção histórica, política e socioeconômica do Brasil, temos, pois, uma conjuntura onde pessoas brancas se unem, como um pacto, de maneira consciente ou inconsciente, sob o medo de perder tais benefícios. Esse vínculo para manutenção destes privilégios foi nomeado pela autora Maria Aparecida Bento como *pacto narcísico da branquitude*.

É evidente que os brancos não promovem reuniões secretas às cinco da manhã para definir como vão manter seus privilégios e excluir os negros. Mas, é como se assim fosse: as formas de exclusão e de manutenção dos privilégios nos mais diferentes tipos de instituições são similares e sistematicamente negadas ou silenciadas. Esse pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o “universal”. Esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele. (BENTO, 2022, p. 18)

Chegamos aqui a uma reflexão importante para pensar e analisar o caso da Comunidade do Horto. Pretendo ao longo deste capítulo mostrar como o pacto narcísico da branquitude está presente nesta dinâmica de remoção, operando de maneira

organizada, a partir das instituições envolvidas e suas ferramentas mobilizadas conjuntamente para garantir a expulsão das pessoas moradoras da comunidade.

Neste capítulo, também conduzo uma discussão mais específica sobre o direito à moradia frente ao direito de propriedade, confrontando este último através do direito à memória e à ancestralidade. No caso da Comunidade do Horto, onde o direito à moradia está frequentemente sob ameaça pela suposta propriedade requerida pelo IPJBRJ, moradores e moradoras interpelam-na constantemente por meio da ancestralidade e do direito à memória.

Ancestralidade esta que não se estabelece necessariamente por laços de consanguinidade, mas que se relaciona com as lutas anteriores, oriundas no mesmo território, do mesmo povo negro, considerando a ocupação bicentenária da região. Inclusive, consegui encontrar relatórios de pesquisa e artigos que comprovam a existência de um cemitério de escravos que se estende dentro do Jardim Botânico e em alguns trechos da comunidade do Horto. O referido cemitério está cadastrado no IPHAN como um sítio arqueológico de alta relevância. Desse modo, o Horto se configura como uma terra ancestralmente negra, onde a maioria de sua população marcadamente negra está ameaçada de várias formas, seja pela impossibilidade de permanecer no território, ou ainda, o perigo de desaparecer totalmente, o que acarretará mais uma vez o apagamento da história e memória afro-brasileira.

E por último, na conclusão do capítulo, defendo que as categorias mobilizadas pelo sistema jurídico tradicional não conseguem comportar os conflitos e as demandas que envolvem a Comunidade do Horto, porque trata-se de uma estrutura jurídica organizada de acordo com as premissas e *modus operandi* do que conhecemos como branquitude e seu poder hegemônico. Assim, a propriedade não pode ser a única via de garantia do direito à moradia, dada a sua estrutura. Ela é apenas uma pequena parte de uma totalidade – a relação das pessoas com a terra, o território, sua ancestralidade e memória – que precisa ser analisada e discutida.

Antes de aprofundar esta análise, é necessário dizer que as questões de direito envolvidas no caso do Horto não são meramente teóricas, elas são uma ação concreta. Tudo o que constitui esse conflito é palpável e materializado: o *modus operandi* do Jardim Botânico, a interpretação do Poder Judiciário expressa através das sentenças emitidas pelo Tribunal Regional Federal e as práticas de criminalização e exclusão dos outros atores. Tudo tem nome. Não se trata, portanto, de uma discussão em tese. Trata-se de uma análise a partir do caso concreto da Comunidade do Horto.

Reforço esta afirmativa porque embora a situação do Horto seja semelhante em alguns pontos às demais comunidades e favelas da cidade do Rio de Janeiro, não pretendo aqui esgotar as reflexões acerca do direito à moradia ou dos demais direitos envolvidos no conflito. O foco é a Comunidade do Horto, pensando os limites do direito à moradia, sua relação com a propriedade, a posse, a ancestralidade e demais temas correlatos para a partir dessas reflexões ampliar a análise sobre direito à moradia no contexto brasileiro. Dito isto, considero importante ambientar e contextualizar tal cenário para compreendermos à frente as particularidades do caso em questão.

Segundo os relatos colhidos nas entrevistas, a paz e a tranquilidade prevaleciam na Comunidade do Horto até chegarem as primeiras intimações e com elas, a ameaça de remoção. As primeiras ações de reintegração de posse foram ajuizadas em meados da década de 1980. Especificamente, 215 ações de reintegração de posse foram movidas pelo Instituto de Pesquisa do Jardim Botânico do Rio de Janeiro - IPJB e transitaram em julgado na década de 1980, positivando a remoção da maioria das famílias.

É importante destacar que aconteceram modificações significativas na legislação brasileira durante esse período: o advento da Constituição Federal (1988), o Estatuto da Cidade (2001), o Novo Código Civil (2002), a Lei 11.481 (2007) que prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União e a Lei 11.977 (2009) que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Esse arcabouço jurídico foi criado com o objetivo de proteger e legitimar a posse, além de gerar novos mecanismos de garantia do direito à moradia (MENDONÇA, 2016, p. 133).

Nesse contexto, a execução para o cumprimento da sentença que autorizava a remoção foi suspensa. Entra em cena a Secretaria de Patrimônio da União – SPU/RJ na tentativa de estabelecer um diálogo com a comunidade. Ao avaliar a situação dos moradores, a SPU/RJ estabelece um convênio com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro – FAU/RJ e encomenda um plano de regularização fundiária destinado às regiões ocupadas pelas famílias residentes no Horto.

Foram realizados cadastros dos moradores das 11 áreas que compõem a comunidade, informando as condições e metragens dos terrenos através do levantamento topográfico, incluindo ainda os dados socioeconômicos de cada unidade familiar e o tempo que os moradores residem no local (MENDONÇA, 2016, p. 137). Esse

levantamento foi de suma importância para a construção do plano de regularização fundiária, identificando que mais de 70 % dos moradores do Horto se encontram no perfil de baixa renda e, portanto, encontrariam inúmeras dificuldades para reconstruir suas vidas, caso a remoção fosse concluída.

Além dos cadastradores, a presença de técnicos (arquitetos e urbanistas) permitiu identificar as condições de habitabilidade das moradias, gerando demandas para melhorias habitacionais, objetivando suprir de salubridade, os domicílios já construídos. Destaca-se a forma em que foi realizado o levantamento topográfico: (i) Cadastro Físico: A realização de levantamento topográfico planimétrico permitiu a delimitação física de cada lote, medidas e confrontantes, dados indispensáveis para a elaboração do título e para a configuração do plano urbanístico; (ii) Cadastro Planialtimétrico: oferece informações necessárias à elaboração do Plano de Intervenção Urbanística, identificando curvas de níveis e outras informações necessárias a elaboração dos futuros projetos de infraestrutura, arruamento, caracterização das áreas de preservação ambiental, áreas de risco, indicando a necessidade ou não da remoção das moradias; (iii) Estudos Urbanísticos: avaliação de infraestrutura e equipamentos comunitários existentes, com identificação de áreas já atendidas e da necessidade de implantar novas redes e a demanda de serviços públicos; identificação das áreas de relevância para o patrimônio histórico, aspectos de morfologia urbana, permitindo alimentar o diagnóstico fundiário-urbano para subsidiar o Plano de Intervenção Urbanística. (MENDONÇA, 2016, p. 137)

Desta maneira, como vimos no trecho em destaque, o plano de regularização fundiária foi bastante detalhado e trouxe um conjunto de informações importantes para o litígio em questão. Todavia, há algo que se faz necessário destacar. Embora o projeto tenha concluído todas as etapas com sucesso, não incluiu a composição racial e de gênero da comunidade. Essa composição seria fundamental para aprofundar o perfil da comunidade, que além de ter em sua maioria uma população socioeconomicamente mais vulnerável, é majoritariamente negra e feminina<sup>45</sup>, segundo o Censo 2010 do IBGE. Esse dado da composição racial seria crucial para identificar o Horto como um território negro e feminino, o que implica na continuidade da invisibilidade da população negra. Desenvolveremos essa discussão mais à frente.

Como vimos acima, a Secretaria de Patrimônio da União no Rio de Janeiro pretendia, junto a equipe técnica da UFRJ, promover a regularização fundiária da região

---

<sup>45</sup> Realizei um levantamento sobre a composição racial e de gênero da Comunidade do Horto em minha dissertação de mestrado a partir dos dados encontrados no CENSO 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. De acordo com as informações disponibilizadas pelo censo dos Aglomerados Subnormais (categoria utilizada pelo referido órgão para definir favelas/comunidades), a Comunidade do Horto tem 62,1% da sua população composta por pessoas negras e cerca de 55% são mulheres.

do Horto, salientando os pontos críticos onde seria necessário realocar os moradores, mas dentro do mesmo perímetro. O trabalho foi construído em diálogo constante com a Associação de Moradores e Amigos do Horto – AMAHOR, que acompanhou todas as fases de elaboração do plano. No entanto, embora o cenário fosse propício para a regularização fundiária, não foi possível realizá-la.

Isso porque, em 2011, um terceiro interessado, a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico – AMA-JB, acionou o Tribunal de Contas da União – TCU para impedir a implementação do referido plano. Desse modo, em 2012, o TCU emitiu uma sentença afirmando a impossibilidade de promover a regularização fundiária em terras públicas. Diante desse cenário, a AMAHOR impetrou um mandado de segurança, com o objetivo de anular a decisão do TCU e manter as famílias no Horto, que foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal – STF, cuja decisão foi negativa em relação ao pedido dos moradores, alegando questões formais processuais.

Nesse contexto, o TRF da 2ª Região deu prosseguimento aos processos que estavam suspensos e retomou a execução da reintegração de posse, que ocasionou inclusive em 2016 a remoção da família do Marcelo, uma experiência traumática para toda a comunidade devido a violência empregada pelo poder policial e sua tropa de choque. Os processos foram gradativamente retomados da suspensão e o andamento processual, portanto, se encaminhou no sentido de executar a reintegração de posse a favor do Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico.

Em 2018, novas ações de reintegração de posse foram ajuizadas atingindo mais moradores da Comunidade do Horto que ainda não tinham processo referente às suas moradias. É importante ressaltar que mesas de conciliação entre as partes foram realizadas em 2016 para resolver o conflito. No entanto, no que se refere a estas iniciativas, o IPJBRJ sempre teve uma participação apática, demonstrando assim seu desinteresse na busca por uma solução que considerasse a permanência dos moradores do Horto no território. Sendo assim, o ajuizamento de novas ações em 2018 não foi nenhuma surpresa.

A Comunidade do Horto enfrenta novamente o Poder Judiciário, cujas decisões e sentenças continuam sendo proferidas a favor da reintegração de posse para o IPJBRJ. Dado o contexto geral do litígio, no próximo item serão analisados tanto as fases processuais e os argumentos que embasam a reintegração de posse, quanto o comportamento dos atores envolvidos no conflito. Para tal análise escolhi como fio condutor uma ação de reintegração de posse ajuizada em 2018, cujos réus são os

moradores da Vila 1024. Escolhi uma ação recente por ainda estar em andamento e porque ela também se apoia no histórico e nos argumentos levantados nas sentenças dos primeiros processos que já transitaram em julgado. Desse modo, será possível ver o percurso percorrido pela Comunidade do Horto dentro e fora dos tribunais.

### **3.1. Ações de Reintegração de Posse: o processo como ponto de partida**

É hora de ver em ação os direitos envolvidos no Caso do Horto. Como se apresentam concretamente os argumentos do IPJB em busca do despejo forçado da comunidade? Quais provas são apresentadas? Quais os pedidos feitos ao Judiciário? E a defesa da comunidade, como se apresenta no processo? Quais são os argumentos, provas e requerimentos da defesa? Como se posiciona habitualmente, por sua vez, o Ministério Público Federal, que opina na condição de *fiscal da ordem jurídica*, em tese equidistante das partes? E o Judiciário, como costuma decidir, quais provas valoriza e desvaloriza, sob quais fundamentos? Como o Judiciário concebe a aplicação do direito nesses conflitos?

Desde a década de 1980, quando as ações começaram a ser ajuizadas em face dos moradores do Horto Florestal, já sofreram o despejo forçado 05 famílias. Na data em que redijo esta parte da tese – final de 2022 – pesam contra a Comunidade do Horto 251 ações e execuções (213 processos antigos e 38 novos) para remover mais de 500 famílias.

Para mapear a consideração processual dos direitos, ou melhor, a negação processual dos direitos da comunidade do Horto, utilizei o seguinte método. Inicialmente, selecionei um processo julgado em primeira e segunda instância, que pode ser considerado representativo do que acontece, em regra, ao conjunto dos casos. A representatividade do processo selecionado pode ser explicada por dois motivos gerais: primeiro, porque, tal como no processo selecionado, a imensa maioria dos casos é julgada contra as pretensões da Comunidade do Horto, por argumentos muito semelhantes; em segundo lugar, o processo selecionado, por ser recente e já ter sido julgado em primeira e segunda instância, permitiu que todos os agentes do processo pudessem utilizar argumentos e provas acumulados nos anos anteriores, em casos anteriores, aperfeiçoando-os quando possível: a *petição inicial* do caso selecionado, por exemplo, vale-se de uma decisão de 2015 do Tribunal de Contas da União sobre a regularização fundiária do Horto;

a Defesa atualiza seus argumentos com novas invocações legais e jurisprudenciais; o Parecer do Ministério Público Federal e a Sentença prolatada pelo Judiciário citam casos anteriores da própria Comunidade.

Feita a seleção, busquei retirar do processo escolhido aquilo que é comum à imensa maioria dos casos, deixando de considerar aspectos particulares, que poderiam comprometer a análise. Assim, a partir de um caso concreto, pretendo oferecer uma visão geral e segura da profunda redução do conflito real do Horto, que ocorre em quase todos os processos judiciais envolvendo a comunidade.

O caso selecionado foi a Ação de Reintegração de Posse nº 0025567-34.2018.4.02.5101/RJ, ajuizada pelo Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – IPJB contra 9 moradores nomeados e outros “eventuais ocupantes” das casas. A ação foi ajuizada em março de 2018; a sentença de procedência do pedido foi prolatada em dezembro de 2020; e o julgamento de segunda instância, que negou a Apelação dos moradores do Horto, aconteceu em setembro de 2021.

Para permitir o controle da análise, em um dos Anexos desta tese é indicado um link de acesso aos seguintes documentos do processo selecionado: a) petição inicial do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – IPJB; b) a Contestação dos moradores do Horto; c) o Parecer do Ministério Público Federal; c) a Sentença de primeira instância; d) a Apelação dos moradores do Horto; e) o Acórdão de segunda instância.

É irrelevante para os resultados desta tese que o caso selecionado ainda não tenha transitado em julgado. O Superior Tribunal de Justiça, que ainda poderá analisar um recurso dos moradores, sistematicamente tem decidido desde o final da primeira década do século XXI contra a comunidade do Horto. E é esse traço comum que importa, não julgamentos excepcionais. Também é irrelevante para os resultados da tese que, quando não forem cabíveis mais recursos, se inicie uma fase de execução, inclusive com auxílio policial, para a efetivação do despejo forçado; fase que costuma ser longa por diversos motivos, inclusive tentativas de acordo. O que importa é a situação comum de permanente pressão jurídica e policial sobre a Comunidade do Horto, principalmente depois de o Judiciário decidir a favor da Reintegração de Posse, e não os meandros de cada execução.

### **3.1.1. Os traços comuns das Ações de Reintegração de Posse contra a Comunidade do Horto Florestal**

Neste item do capítulo, veremos os pontos similares presentes nos processos instaurados para identificar os temas discutidos, os caminhos percorridos pela União, e os atores envolvidos, a fim de concretizar a remoção da comunidade.

#### *3.1.1.1. As Ações de Reintegração de Posse: posse e propriedade*

As ações de reintegração de posse de um imóvel podem ser ajuizadas por quem foi injustamente privado de um bem que possuía anteriormente. A posse é um poder de fato de quem entende ter direito sobre o imóvel. A posse é diferente da propriedade porque a propriedade é um título jurídico que não é totalmente dependente do poder de fato: o proprietário de um imóvel, por exemplo, é aquele indicado na matrícula do registro de imóveis (“o título”); o possuidor do imóvel é aquele que age, de fato, como se fosse o proprietário do bem, mesmo que não tenha o registro em seu nome. Quando a posse de terceiro sobre um imóvel se prolonga por muito tempo sem que o proprietário reclame, o possuidor pode, em tese, se tornar proprietário por *usucapião*, ou seja, a posse somada ao tempo pode, em certos casos, gerar o direito de propriedade para o possuidor.

Ao ajuizar Ações de Reintegração de Posse contra a Comunidade do Horto, o IPJBRJ afirma implicitamente que detinha a posse da região ocupada pelos moradores do Horto e que foi injustamente privado quando as ocupações ocorreram. Ele poderia fazer outra escolha: ajuizar uma Ação Reivindicatória, que é a ação do proprietário que não detém a posse contra o possuidor que injustamente ocupa o imóvel, ação essa baseada no título de propriedade e não na posse anterior. A opção do IPJBRJ por Ações de Reintegração de Posse, considerando o interesse de remover a Comunidade, se justifica porque, como será visto, por uma ficção jurídica, é viável o raciocínio da posse anterior do IPJBRJ; porque a posse de bens públicos, por mais antigas e pacíficas que sejam, têm sido consideradas insuscetíveis de usucapião e, o que é mais importante, podem sofrer severas limitações dos tribunais, principalmente quando se trata de comunidades pobres e negras.

### 3.1.1.2. *Os personagens das Ações de Reintegração de Posse contra a Comunidade do Horto*

O autor da Ação é o Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, autarquia federal criada pela Lei 10.316, em 6 de dezembro de 2001, com finalidades estabelecidas no artigo 2º, destacado na petição inicial, a saber:

Art. 2º O JBRJ terá como finalidade promover, realizar e divulgar o ensino e as pesquisas técnico-científicas sobre os recursos florísticos do Brasil, visando o conhecimento e a conservação da biodiversidade, bem como manter as coleções científicas sob sua responsabilidade, competindo-lhe, em especial, em consonância com as diretrizes das políticas nacionais de meio ambiente fixadas pelo Ministério do Meio Ambiente:

I - subsidiar o Ministério do Meio Ambiente na elaboração da Política Nacional de Biodiversidade e de Acesso a Recursos Genéticos;

II - criar e manter programas de apoio à implantação, estruturação e desenvolvimento de jardins botânicos, nos âmbitos federal, estadual e municipal;

III - manter a operacionalização e o controle do Sistema Nacional de Registro de Jardins Botânicos;

IV - desenvolver e difundir programas de pesquisa científica, visando a conservação da flora nacional, e estimular o desenvolvimento tecnológico das atividades de interesse da botânica e de áreas correlatas;

V - manter e ampliar coleções nacionais de referência, representativas da flora nativa e exótica, em estruturas adequadas, carpoteca, xiloteca, herbário, coleção de plantas vivas;

VI - manter e ampliar o acervo bibliográfico, especializado na área da botânica, meio ambiente e áreas afins;

VII - estimular e manter programas de formação e capacitação de recursos humanos nos campos da botânica, ecologia, educação ambiental e gestão de jardins botânicos;

VIII - manter banco de germoplasma e promover a divulgação anual do *index seminum* no Diário Oficial da União;

IX - manter unidades associadas representativas dos diversos ecossistemas brasileiros; e

X - analisar propostas e firmar acordos e convênios internacionais, objetivando a cooperação no campo das atividades de pesquisa e acompanhar a sua execução, ouvido o Ministério do Meio Ambiente.

Os réus da Ação são sempre moradores conhecidos e eventuais ocupantes desconhecidos das casas localizadas na Comunidade do Horto Florestal, sendo que o oficial de justiça deve qualificar todas as pessoas encontradas no bem, no momento da

citação (ou seja, da comunicação da existência do processo aos réus, para apresentação de defesa).

Atua no processo o Ministério Público Federal como “fiscal da ordem jurídica”, em decorrência do que estabelece o artigo 178 do Código de Processo Civil, de 2015, especialmente no inciso III – norma que já era prevista no Código anterior. Prevê o dispositivo legal citado o que segue:

Art. 178. O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam:

I - interesse público ou social;

II - interesse de incapaz;

III - litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.

Parágrafo único. A participação da Fazenda Pública não configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público.

O julgamento da Ação compete à Justiça Federal nas instâncias ordinárias, considerando que o autor – Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro – é uma autarquia federal. Sendo a Comunidade do Horto situada no município do Rio de Janeiro, em primeira instância julga a ação um único juiz federal, responsável por uma das dezenas de Varas Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Em segunda instância, o julgamento do recurso de Apelação é colegiado, feito por uma das muitas Turmas de Desembargadores Federais, incumbindo a cada julgador (os desembargadores federais) a apresentação de seu voto para a formação do Acórdão final, composto sempre por pelo menos três votos.

Além da primeira e da segunda instância, há a possibilidade técnica em certos casos de acesso a instâncias extraordinárias, em Brasília, que são o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF). São mais comuns, no caso da Comunidade do Horto, a tentativa de chegar ao Superior Tribunal de Justiça - STJ. Ao STJ, quando aceita julgar os recursos, compete garantir que as leis federais e a jurisprudência firmada pelo próprio tribunal em Brasília sejam aplicadas uniformemente no país. Não se trata, portanto, de uma terceira instância de julgamento, mas de uma espécie de controle judicial sobre a aplicação estadual e regional das normas federais e dos julgamentos daquela corte superior.

Dito isto, veremos a seguir os argumentos utilizados pelo IPJB na petição inicial.

*3.1.1.3. Pedidos e Argumentos do Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro contra a Comunidade do Horto: a petição inicial*

O Autor faz dois pedidos contra a Comunidade do Horto. O primeiro é um pedido de “tutela provisória de urgência”, para que, antes mesmo da sentença, antes mesmo de ouvir os Réus, o Judiciário determine a “desocupação liminar dos imóveis pelos réus ou por quem quer que esteja indevidamente ocupando-os, no prazo de 30 (trinta) dias”, sob pena de uma multa que, no caso selecionado, foi requerida em R\$1.000,00 por dia até o despejo forçado.<sup>46</sup>

O segundo é o pedido final, pelo qual, após o devido processo legal, o Autor objetiva a reintegração definitiva da posse do imóvel indicado (todo processo indica uma ou mais casas específicas a desalojar), a fim de que sejam retirados os moradores conhecidos ou não, sob pena de multa, no caso selecionado, de R\$1.000,00 por dia.

Os argumentos de fato e de direito que embasam os pedidos do Autor podem ser resumidos assim:

- a) Argumento de fato: o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, criado em 1808 como um “jardim de plantas exóticas e de especiarias do Oriente”, compreende atualmente uma área de 143,98 hectares, dos quais 53 são abertos à visitação. Como se lê na inicial,

O espaço restante integra-se ao Parque Nacional da Tijuca, dedicado à preservação e à pesquisa científica desenvolvida pelo Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico, centro de referência mundial por seus estudos sobre a Mata Atlântica. Em suas dependências encontra-se o Museu Casa dos Pilões, no prédio onde funcionou a Real Fábrica de Pólvora.

- b) Argumento de fato: o Jardim Botânico do Rio de Janeiro possui três tombamentos que se consideram conjuntamente, pelo IPHAN. São eles: i) o tombamento, em 1938, do “Jardim Botânico e especialmente [do] Portão da Antiga Fábrica de

---

<sup>46</sup> Tanto no parágrafo acima como no texto que segue as aspas indicam transcrições do documento em análise.

Pólvora, o Pórtico da Antiga Academia Imperial de Belas Artes e o Antigo Aqueduto da Levada”; ii) o tombamentos, em 1973, do “Conjunto Paisagístico do Horto Florestal do Rio de Janeiro”; e iii) o tombamento, em 1967, do “Parque Nacional da Tijuca e Floresta de Proteção, inclusive áreas florestadas do Jardim Botânico e Horto Florestal que se encontram acima da cota de 100 metros do nível médio do mar”.

- c) Argumento de fato: o Jardim Botânico do Rio de Janeiro foi reconhecido como Reserva da Biosfera pela Unesco na Rio-92;
- d) Argumento de fato e de direito: as finalidades estabelecidas por lei para o Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, criado pela Lei 10.316/2001, mostram que, “muito mais do que um espaço de lazer e recreação, a autarquia federal atua na pesquisa e ensino nos campos da botânica, do conhecimento e conservação da biodiversidade florística, da ecologia, de educação ambiental e afins”;
- e) Argumento de fato e de direito: contudo, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, “patrimônio do Brasil e da humanidade”, sofreu invasões de área importante do terreno de posse e propriedade do Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico “totalizando mais de 500 (quinhentas) ocupações irregulares, abarcando desde residências de classe média alta a construções típicas de comunidades à margem dos serviços sociais e urbanos básicos”.
- f) Argumento de fato: tais invasões “e os seus usos impróprios têm se mostrado como os principais obstáculos para os avanços institucionais do IPJBRJ, marcadamente para a expansão e integração das atividades de conservação *in situ* e *ex situ*”, isto é, no local e fora do local controlado pelo Instituto.
- g) Argumento de fato e de direito: apesar de reconhecer incidentalmente a complexidade da questão fundiária da região, o Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico alega que “tendo em vista as demandas atuais e futuras de espaços fundamentais para cumprimento da missão sua institucional – e considerando a relevância histórica, científica e ambiental da área –, não resta outra alternativa senão o ajuizamento de ações de reintegração de posse” para reaver as casas construídas ou ocupadas pela Comunidade do Horto.
- h) Argumento de fato e de direito: o Tribunal de Contas da União, além disso, em 2011, determinou uma série de medidas a órgãos como o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o IPHAN, o Jardim Botânico do Rio

de Janeiro e as Superintendências de Patrimônio da União (SPU), dentre as quais a “transferência de todos os bens imóveis, inclusive o Horto Florestal” para o Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, assim como, após cumpridas obrigações de delimitação de áreas e registros de imóveis, o ajuizamento de ações de reintegração de posse das casas sem processo judicial até aquela data. Observação: este é um argumento comum apenas a processos posteriores a 2011;

- i) Argumento de direito: o Autor detém a posse e a propriedade de toda a área do Jardim Botânico do Rio de Janeiro conforme: i) as delimitações de duas matrículas do 2º Ofício do Registro de Imóveis do Rio de Janeiro – Livro 2, matrículas 95.416 e 103.475; ii) *Contrato de doação com encargos* firmado em 3 de novembro de 2016, e ratificado em 26 de agosto de 2017, entre a União (doadora) e o Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico (donatário);
- j) Argumento de direito: as terras do Jardim Botânico – enquanto patrimônio ambiental, histórico e cultural, que constitui espaço de lazer, recreação e exercício das finalidades institucionais do Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico – caracterizam-se como *bens de uso comum do povo e de uso especial*, sendo, portanto, *inalienáveis* por força do disposto no art. 100 do Código Civil<sup>47</sup>;
- k) Argumento de direito: logo, tendo em vista que terrenos públicos não podem ser transferidos a particulares, já que são inalienáveis, a ocupação clandestina desses terrenos por particulares representa *esbulho* de bem público, sendo todos invasores, “posseiros”, meros *detentores* precários, sem qualquer direito subjetivo a reclamar, aplicando-se aos casos da Comunidade do Horto o art. 71 do Decreto-lei 9.760/1946<sup>48</sup>, que disciplina as ocupações irregulares de bens públicos;
- l) Argumento de direito: ainda que não fosse assim, seria aplicável ao caso o art.1.208 do Código Civil, que *meros atos de permissão e tolerância* não geram *posse* e seus direitos e defesas decorrentes, assim como não adquire a posse quem

---

<sup>47</sup> Código Civil. “Art. 100. Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.” Explicação: por *bens de uso comum do povo* entendem-se aqueles que, sendo públicos, não têm destinações específicas de uso, como as praias e praças; por *bens de uso especial* entendem-se aqueles que, sendo públicos, têm destinações específicas determinadas pelo Poder Público, como hospitais, repartições públicas etc.

<sup>48</sup> Decreto-lei 9.760/1946. “Art. 71. O ocupante de imóvel da União sem assentimento desta, poderá ser sumariamente despejado e perderá, sem direito a qualquer indenização, tudo quanto haja incorporado ao solo, ficando ainda sujeito ao disposto nos arts. 513, 515 e 517 do Código Civil [de 1916].”

age de forma violenta ou clandestina, a não ser depois de cessar a violência e a clandestinamente os atos violentos ou clandestinos;

- m) Argumento de direito: não cabe qualquer indenização à Comunidade do Horto. Desde 2005, o STJ tem decidido que, não configurando verdadeira *posse*, mas sim *detenção* precária, a ocupação de bens públicos não gera direito de retenção por benfeitorias ou de indenização (R.Esp. 556.721-DF, sendo Relatora Ministra Eliana Calmon. Julgado em 15/09/2005). E esse mesmo entendimento se viu refletido em casos de reintegração de posse contra a Comunidade do Horto, como em um julgamento de 2017, pelo TRF-2 (Processo 0982585-23.1900.4.02.5101, sendo Relator o Desembargador Federal Alcides Martins. Julgado em 13/07/2017.).
- n) Conclusão de direito: “Portanto, inafastável a reintegração dos bens especificados, diante do desvirtuamento da função social da propriedade estatal, não remanescendo direito a qualquer indenização e/ou retenção de benfeitorias.”

Por sua representatividade, transcrevo a ementa reproduzida na petição inicial do julgamento pelo TRF-2 de outro caso contra a Comunidade do Horto, que foi invocado como um precedente na ação do Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico (Processo 0982585-23.1900.4.02.5101, sendo Relator o Desembargador Federal Alcides Martins. Julgado em 13/07/2017.):

Ementa: PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. JARDIM BOTÂNICO. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. BEM PÚBLICO. TOMBADO. OCUPAÇÃO POR PARTICULAR. ESBULHO. MERA DETENÇÃO. DESCABIMENTO DE DIREITO DE RETENÇÃO.

1. O Jardim Botânico enquadra-se nas categorias de patrimônio ambiental e patrimônio histórico, como os direitos difusos, ou seja, para todos, devendo como patrimônio qualificado ser preservado e salvaguardado de ameaças. Ele foi criado, em 1808, como um Jardim de Aclimação de plantas, e hoje, se consolidou como um Instituto de Pesquisas ligado ao Ministério do Meio Ambiente (Lei 10.316/2001), possuindo como missão precípua a conservação da biodiversidade, a realização de pesquisas científicas em botânica e ecologia, e a manutenção de suas coleções vivas e de suas coleções históricas e arquitetônicas.

2. Segundo informações constantes na petição inicial, o Jardim Botânico vem sofrendo, nos últimos anos, um gradual e insidioso processo de ocupação de parcelas de sua área, cuja utilização conflita com sua integridade física e equilíbrio natural. A velocidade que vem assumindo o crescimento da ocupação e o perigo da perda da identidade institucional, com a degradação das áreas e a destruição dos recursos naturais, provocou estudos por parte da instituição, tendo em vista que a recuperação de seu espaço físico é vital para seu engrandecimento

científico corrigindo-se as distorções e abusos de ocupações inadequadas ou irregulares.

3. O extinto IBDF – INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, posteriormente substituído pelo IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS e pela UNIÃO FEDERAL, ajuizou, em 25/03/1987, ação de reintegração de posse, em face de JOANES CARLOS DE MENEZES, morador em imóvel localizado na Rua Pacheco Leão - Estrada do Grotão c/2, Barraco no Barranco, em área do Jardim Botânico, com vistas a obter: a) a reintegração liminar do imóvel, em razão de posse e ocupação indevida do mesmo; b) ao final, o julgamento procedente da ação, tornando-se efetiva a liminar deferida; c) a condenação da parte ré em custas e honorários advocatícios; d) a condenação no pagamento de indenização pelo uso e gozo do imóvel, desde a propositura da ação até a efetiva reintegração na posse, pelas deteriorações nele ocorridas; e) perda das benfeitorias porventura realizadas.

4. A União esclarece que o requerido, estranho às atividades do Jardim Botânico, ocupa, sem causa jurídica, imóvel de sua propriedade, em área nacional interior, tentando perpetuar-se em imóvel que jamais lhe pertenceu e que invadiu, aproveitando a fragilidade do sistema de guarda e vigilância da área. Assinala que o Jardim Botânico vem tendo seu espaço físico reduzido de 2,1 mil hectares para os atuais 180 (fls. 7), aproximadamente, em razão do gradual e insidioso processo de ocupação de parcelas consideráveis de sua área, cuja utilização conflita com os objetivos da instituição e ameaça sua integridade.

5. Acertada a ação proposta pela União Federal, uma vez que caracterizado o esbulho por parte do réu, eis que permaneceu no imóvel, mesmo após a notificação, em 06/11/1986 (fls. 13), para que o desocupasse, viciando aquela posse como precária, em razão da detenção indevida do próprio nacional que deveria ter sido restituído ao seu legítimo proprietário.

6. Em razão do princípio da indisponibilidade dos bens públicos não há que se cogitar de qualquer tese com relação à posse desses bens, que possa inviabilizar a gestão da coisa pública.

7. Inexiste boa-fé contra expressa determinação legal. Ao revés, entende-se agir de má-fé o particular que, sem título expresso, inequívoco, válido e atual ocupa imóvel público, mesmo depois de notificação para abandoná-lo, situação típica de esbulho permanente, em que cabível a imediata reintegração judicial. (STJ, 2ª Turma, Relator Min. Herman Benjamin, em, 1 8/08/2009).

8. A ocupação de um próprio nacional residencial por servidor público possui como fundamento o interesse público e, como consectário lógico, tal fundamento persiste enquanto existir vínculo para com a administração pública, a qual deve fiscalizar e controlar a correta utilização desses bens públicos por particulares, estando inserida neste rol de atribuições a verificação de eventual extinção da permissão de uso, quando então, deverá fazer cessar os efeitos do ato administrativo.

9. Os bens públicos só cumprem a função social a que se destinam quando adequadamente utilizados em proveito da coletividade, sendo certo que sua utilização exclusiva é uma exceção e só poderá ser considerada compatível com os preceitos constitucionais, quando

exercida nos estreitos limites legais. Assinala outrossim, que aquele que se apossa de um bem público fora dos limites legais deve ser considerado posseiro de má-fé, passível da perda daquilo que tiver feito aceder ao bem.

10. No caso em questão, versando a demanda sobre ocupação de bem público, devem prevalecer as normas de direito administrativo, em especial, as previstas no DL nº 9.760/46, aplicando-se, subsidiariamente, as normas do direito civil.

11. Improcedente o pedido de indenização pelas benfeitorias realizadas no imóvel, nos termos do artigo 71 do Decreto-Lei nº 9.760/46. Ademais, o réu não comprovou nos autos, ter realizado tais benfeitorias. Inexiste qualquer possibilidade de proteção legal e retenção de benfeitorias para a hipótese de ocupação ilegal, ressaltando-se que a ré, há mais de três décadas já se beneficiou, indevidamente, de bem público, não lhe cabendo receber qualquer reembolso. 12. Recurso conhecido e não provido.

Dados os argumentos listados e a transcrição da ementa acima, compreende-se que o Judiciário acata aos argumentos do peticionário e se posiciona de maneira contrária à comunidade, negando o direito à permanência no local, tratando os moradores como invasores e, por fim, sequer reconhece a sua posse, tratando-os como meros detentores, além de desconsiderar as construções e melhorias realizadas nos imóveis durante o tempo em que moram nas casas e terrenos cedidos pelo próprio Jardim Botânico.

#### *3.1.1.4. Os documentos que acompanham a petição inicial*

A petição inicial é acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Escritura de doação da União em favor do IPJBRJ da área do Jardim Botânico, que inclui a comunidade do Horto;
- b) Certidões do registro de imóveis que demonstram o direito de propriedade do IPJBRJ;
- c) Mapa e fotos da região, com destaque para a região a sofrer o despejo forçado em cada caso;
- d) O Acórdão do TCU de 2012, que paralisou o processo de regularização fundiária da Comunidade do Horto;
- e) Uma Minuta intitulada “Proposta de Intervenções” para as áreas a serem reintegradas, com o “de acordo” e a assinatura do Presidente do IPJBRJ.

Além desses documentos, em alguns dos outros processos também são juntadas matérias do jornal “O Globo” desfavoráveis à permanência da comunidade do Horto no local. Em geral, essas reportagens costumam acusar a comunidade de invadir o território do Jardim Botânico, ou, denunciam práticas danosas ao meio ambiente que seriam supostamente praticadas pelos moradores do Horto.

#### *3.1.1.5. O momento da concessão ou não da liminar*

Com base na argumentação e nas provas juntadas, logo após a distribuição das Ações de Reintegração de Posse, o Judiciário concede ou não a “liminar”. Liminar é o que nome que costuma se dar a uma decisão precária, que antecipa algumas providências do processo logo no início, muitas vezes antes de ouvir a defesa, para evitar que a longa tramitação do processo prejudique quem supostamente tem razão.

No caso analisado, a liminar pretendida pelo IPJBRJ era a própria reintegração de posse, ou seja, o próprio despejo forçado dos réus antes mesmo de serem ouvidos. E neste caso, a liminar não foi concedida. O Judiciário concordou com a maior parte dos argumentos do IPJBRJ, mas ponderou que os réus deveriam ser ouvidos antes de qualquer decisão. Porque reconheceu que há outras questões envolvidas, como o direito à moradia, bem como a longevidade da ocupação – que desde o início é qualificada de forma indevida pelo Judiciário.

Ora, a ocupação de bem público somente é admitida mediante expressa autorização da entidade pública competente, ainda assim, em caráter precário e decorre de mera tolerância da Administração. Ressalve-se que o próprio Código Civil, no art. 1.208, prevê que não induzem posse os atos de mera permissão ou tolerância.

No caso em apreço, restou evidenciado que a ocupação do imóvel em questão deu-se sem o consentimento do Poder Público. Tal situação fática traduz a ocupação irregular, podendo-se afirmar que restou caracterizado o esbulho, para os fins a que se propõe a presente ação possessória.

A rigor, não há falar em posse, ante o princípio da indisponibilidade do bem público, mas mera detenção, pois a lei impede os efeitos possessórios em favor do ocupante ilícito.

(...)

Ocorre que a causa em deslinde não se limita tão somente à questão da presença do perigo de dano ao patrimônio ambiental, cultural, genético, histórico, artístico e paisagístico relacionado aos deveres e obrigações

estabelecidas à parte autora, envolvendo, também, o direito à moradia, motivo pelo qual se faz necessária a oitiva das partes adversas antes de ser deferida qualquer medida relativa à retomada da posse do imóvel.

Ademais, conforme citado na própria inicial, a ocupação, ainda que indevida, ocorreu ao longo dos anos, uma vez que as ações para reintegração remontam à década de 1990 e os termos dos acórdãos do TCU ali mencionados datam de setembro de 2012. Neste diapasão, não se pode falar em urgência de providência jurisdicional.

Por estas razões, **INDEFIRO, POR ORA, A LIMINAR DE REINTEGRAÇÃO PROVISÓRIA NA POSSE** requerida pela autarquia.

Este tem sido, na maioria dos processos que envolve a comunidade do Horto o único momento em que o direito à moradia é considerado, apenas para retardar uma decisão que já se antevê pela adesão explícita à argumentação jurídica do IPJBRJ.

### **3.1.2. A defesa jurídica da comunidade do Horto em Juízo: pedidos e argumentos**

A defesa jurídica dos réus de cada processo tem sido feita nos últimos anos, na maior parte dos casos pelo *Núcleo de Prática Jurídica da PUC-Rio*. Além desse Núcleo universitário, também defendem alguns moradores a Defensoria Pública da União ou, em pouquíssimos casos, advogados particulares. Como os processos se destinam para cada habitação individual ou para grupos de habitações próximas, a defesa técnica não é única.

Elegemos os pedidos e argumentos do *Núcleo de Prática Jurídica da PUC-Rio* como representativa, dada a extensão das questões jurídicas e de fato que mobiliza e dado também o fato de que a grande maioria dos moradores tem optado nos últimos anos por esse meio.<sup>49</sup>

Um dos requerimentos que tem sido feitos é a suspensão dos processos para tentativas de conciliação na Câmara de Conciliação da Advocacia Geral da União. Caso não seja autorizada a suspensão do processo para conciliação, a Defesa pede que:

- a) seja julgado improcedente o pedido do IPJBRJ, porque não houve invasão (“esbulho”), já que os moradores foram autorizados a construir suas casas;

---

<sup>49</sup> Reuni na síntese da Defesa tanto os argumentos da Contestação como os da Apelação, onde foram acrescentados alguns elementos.

- b) caso não seja acolhido o pedido anterior, seja julgado improcedente o pedido do IPJBRJ, dada a demora desmedida da reivindicação da área pelo IPJBRJ, gerando a perda do direito;
- c) caso não seja acolhido o pedido anterior, seja julgado improcedente o pedido do IPJBRJ, declarando-se a usucapião da área cuja reintegração é pretendida<sup>50</sup>;
- d) caso não seja acolhido o pedido anterior, seja julgado improcedente o pedido do IPJBRJ reconhecendo-se o direito da comunidade à *concessão de uso especial para fins de moradia – CUEM*, no mesmo local<sup>51</sup>;
- e) caso, enfim, os pedidos anteriores não sejam acolhidos, a Defesa pede que a reintegração de posse seja condicionada “ao oferecimento de uma alternativa habitacional por parte do poder público federal, uma vez que, além da ocupação histórica consolidada, a própria União já reconheceu o direito dos moradores de residirem em imóvel público”, através da outorga de Concessão de Direito Real de Uso – CUEM
- f) caso, nenhum dos pedidos acima seja acolhido, a Defesa pede que a reintegração de posse seja condicionada ao pagamento de indenização, em razão das benfeitorias (construções e melhoramentos) realizadas na área e que “enquanto as indenizações não forem pagas, os réus devem exercer o seu direito de retenção”.

Na parte argumentativa, a Defesa de mérito começa com um histórico, documentado da ocupação de cada réu específico (que reúne algumas casas vizinhas), dando ênfase para as datas, o trabalho e as obras realizadas. No processo tomado como parâmetro, as famílias de cada um dos réus foram morar no local, todas mediante algum tipo de cessão do Poder Público, em 1940, 1944, 1957, 1959, 1960 e 1974.

Em seguida, a Defesa faz um breve histórico da ocupação da comunidade do Horto em geral, com ênfase no fato de que 406 moradores da comunidade, no início deste século, fizeram requerimento à SPU-RJ (Secretaria de Patrimônio da União) para *Concessão de uso especial para fins de moradia – CUEM*. O requerimento foi feito com base na Medida Provisória 2.220/2001, que em seu art. 1º estabelece o seguinte:

---

<sup>50</sup> *Usucapião* é uma forma de adquirir a propriedade mediante a soma de posse pacífica e tempo prolongado no local. Normalmente, não é aceita para bens públicos, mas há correntes teóricas minoritárias que, dependendo do tipo de bem público, sustentam a possibilidade de usucapião.

<sup>51</sup> A *CUEM – Concessão de uso especial para fins de moradia* é um título que garante a moradia de quem ocupa pacificamente área pública, sob certas condições legais, até a data determinada na lei. Uma das previsões da CUEM está na Medida Provisória 2220/2001 (até hoje em vigor), que será citada no texto a seguir.

Art 1º Aquele que, até 30 de junho de 2001, possuiu como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, até duzentos e cinquenta metros quadrados de imóvel público situado em área urbana, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, tem o direito à concessão de uso especial para fins de moradia em relação ao bem objeto da posse, desde que não seja proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural.

A SPU-RJ abriu processo e reconheceu o direito reivindicado para os moradores da Comunidade do Horto. A citação da Defesa a seguir é longa, mas importante:

Em resposta ao requerimento de CUEM realizado, a SPU/RJ se manifestou através do ofício SEI nº 21331/2015-MP, no sentido de reconhecer tal direito aos moradores, tornando inequívoca a posse histórica e social dos ocupantes (Doc. 10). Acerca do ofício citado, alguns pontos devem ser destacados:

1 – No item 2.1 a SPU esclarece que sua manifestação está relacionada as 620 famílias que residem na localidade, uma vez que realizou a abertura de 620 processos individuais com objetivo de analisar o direito de cada um a regularização fundiária, observando os requisitos da MP 2220/2001.

2 – No item 2.3 a SPU expressamente reconhece o direito subjetivo das famílias à CUEM, ressaltando, inclusive, que tal direito deve ser assegurado às famílias que residentes dentro dos limites do Instituto de Pesquisa Jardim Botânico.

3 – No mesmo item 2.3, a União, através de sua SPU, reconhece o direito à regularização fundiária dos 620 moradores da comunidade do Horto, a mesma informa, que por se tratar de área de preservação ambiental e proteção dos ecossistemas naturais, a CUEM deve ser concedida em local diverso da ocupação originária.

4 - Confirmando essa linha de intelecção, no item 3 a SPU afirma: “A CONJUR/MPOG esclareceu que a CUEM será outorgada não sobre o imóvel atualmente ocupado, mas sim sobre o novo imóvel para qual o titular do direito (e sua família) for deslocado, com exceção para os casos de reconhecimento do direito no próprio local”.

5 – Importantíssimo observar o exposto no item 5 do referido ofício, em que a União condiciona a saída da comunidade a provisão de outras moradias para os ocupantes da área: **“A Administração Pública Federal está condicionando as desocupações das habitações do Horto/Jardim Botânico com a correspondente prestação de provisão habitacional as famílias ocupantes da área em apreço, tanto àquelas com direito à CUEM, quanto às demais com direitos (baixa renda residentes em imóveis da União) que são réus das ações judiciais em curso”**. (o negrito está no original)

A Defesa segue, então, para chamar atenção ao fato de que a *AMAHOR – Associação de Moradores e Amigos do Horto*, em razão da intensidade do conflito fundiário, requereu em 2018 a atuação da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, vinculada à AGU, para tentativa de conciliação. E o pedido foi deferido pela Câmara de Conciliação:

1. Aprovo, com fundamento no inciso I, art. 8º, da Portaria nº 1.399/2009 e nos termos da alínea "a", do inciso IV, do artigo 2º da Portaria CGU 41/2016, a NOTA Nº 54/2018/CCAF/CGU/AGU, de lavra da Conciliadora Iara Antunes Vianna, que, analisando requerimento de instauração de procedimento de resolução consensual de conflito apresentado pela Associação dos Moradores e Amigos do Horto - AMAHOR, sugere a admissibilidade do procedimento conciliatório. 2. Vale registrar que foram realizadas duas reuniões preliminares, sendo a primeira com os órgãos e entidades de direito público da Administração Federal, e a segunda com os representantes da requerente, tendo todos manifestado interesse na instauração do procedimento conduzido pela CCAF. 3. À Assessoria para as anotações de praxe, bem como adoção das providências necessárias, em especial a elaboração e expedição de convites aos interessados para participarem de reunião conciliatória, a ser realizada no dia 11 de abril, às 14h30, na sala 1233, do ed. Sede I da AGU. 4. Ademais, a Assessoria deverá observar os demais encaminhamentos sugeridos no item 9 da referida Nota. 5. Dê-se ciência à eminente conciliadora. 6. Cumpra-se. (os grifos são nossos)

Diante dessa via aberta e do interesse, de órgãos da própria Administração Pública, em uma conciliação, a Defesa considera prudente a suspensão dos processos de reintegração de posse da Comunidade, o que alguns juízes isolados autorizam.

E chega, então, a Defesa na parte mais dogmática dos argumentos, onde são mobilizados os seguintes argumentos de fato e de direito:

- a) Argumento de direito: embora a área onde a comunidade do Horto se encontra seja bem público, existem tipos diversos de bens públicos e regimes jurídicos distintos. E a área nunca foi um bem de uso coletivo, nem teve, em tempo algum, qualquer destinação especial, já que foi cedida pelo Parque aos seus ex-funcionários. Então, a área onde se localiza a comunidade só pode ser qualificada como *bem público dominical*, que é bem público apenas por constituir *patrimônio* de um ente público, mas não tem uma destinação de uso comum ou especial prevista em lei: ao contrário de ruas, mares e praças, o bem que é dominical não é de “uso comum do povo”; e ao contrário de edifícios destinados ao serviço da administração, o bem dominical não é bem de “uso especial”. É bem sem finalidade determinada, que pertence a um ente público da mesma forma que um bem pode pertencer ao particular.<sup>52</sup>

---

<sup>52</sup> Essa classificação é feita com base no art. 99 do Código Civil, que classifica assim os bens públicos: Art. 99. São bens públicos: I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças; II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias; III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

- b) Argumento de direito: da classificação da área da comunidade como *bem público dominical*, a Defesa retira a consequência, amparada em textos teóricos e em julgamentos dos tribunais, de que se trata de bem que pode ser alienado (vendido, doado, cedido), inclusive porque só foi registrada no Registro de Imóveis no ano de 2016.
- c) Argumento de direito: apesar de dúvidas teóricas e judiciais, não pode ser negada a possibilidade de *posse* de particulares sobre bens públicos, o que se conclui da leitura de alguns dispositivos de lei. Seguem as normas citadas na Defesa:

(i) Lei n° 6383/1976

Art. 29 - O ocupante de terras públicas, que as tenha tornado produtivas com o seu trabalho e o de sua família, fará jus à legitimação da posse de área contínua até 100 (cem) hectares, desde que preencha os seguintes requisitos: I - não seja proprietário de imóvel rural; II - comprove a morada permanente e cultura efetiva, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano.

(ii) Medida Provisória n° 2220/2001

Art. 1° Aquele que, até 30 de junho de 2001, possuiu como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, até duzentos e cinquenta metros quadrados de imóvel público situado em área urbana, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, tem o direito à concessão de uso especial para fins de moradia em relação ao bem objeto da posse, desde que não seja proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural. [os grifos estão no original]

(iii) Lei 9636/1998

Art. 22-A. A concessão de uso especial para fins de moradia aplica-se às áreas de propriedade da União, inclusive aos terrenos de marinha e acrescidos, e será conferida aos possuidores ou ocupantes que preencham os requisitos legais estabelecidos na Medida Provisória no 2.220, de 4 de setembro de 2001.

(iv) Decreto Lei 2375/87

Art. 2° Incluir-se-ão, vigente este decreto-lei, entre os bens do Estado, ou Território, no qual se situem, nos termos do artigo 5° da Constituição, as terras públicas devolutas às quais retirada, pelo artigo anterior, a qualificação de indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais.

Art. 3° Para os efeitos deste decreto-lei:

III - caracterizam situações jurídicas, já constituídas ou em processo de formação, aquelas em que as terras públicas tenham sido objeto de: b) **posse lícita**, por motivo outro, previsto em legislação federal, pendente de titulação.

- d) Argumento de direito: portanto, como se trata de bem público dominical (sem destinação determinada e sem registro até 2016), o Estado exerce sobre a área da comunidade do Horto um poder típico do proprietário privado, já que não havia qualquer função social predeterminada para a área.
- e) Argumento de direito: assim definida a questão, o tratamento jurídico da posse de particulares sobre bens públicos dominicais (como a área da comunidade do Horto) recebe tratamento especial dos teóricos do tema e de decisões, inclusive, de tribunais superiores como o Superior Tribunal de Justiça. Seguem transcrições da defesa em reforço a essa afirmação:

Quanto aos bens dominicais, sem serem de uso público e sem terem destinação especial, como as terras devolutas, por exemplo, mesmo não sendo adquiríveis por usucapião **podem, no entanto, ser objeto de posse, já que empecilho algum existe ao possuidor de neles exteriorizar qualquer poder inerente à propriedade, sem afetar interesse público.** Para eles não se admite a posse ad usucapionem, mas não impedem os interditos possessórios para manter a situação fática inalterada, de acordo com o poder de fato instalado. (FIDÉLIS, Ernane. Comentários ao novo Código Civil, vol. XV: da posse. Rio de Janeiro, 2007, p. 32)

O critério para aferir se há posse ou detenção não é o estrutural e sim o funcional. **É a afetação do bem a uma finalidade pública que dirá se pode ou não ser objeto de atos possessórios por um particular.** A distinção releva, pois nos bens públicos de uso comum do povo e especiais o possuidor não poderá ajuizar ações possessórias, eis que não pode haver posse individualizada de um ou de outro (CHAVES, Cristiano; ROSENVALD, Nelson. Curso de direito civil: direitos reais. vol. 5. Salvador: Juspodivm, 2013, p. 137).

2. A posse deve ser protegida como um fim em si mesma, exercendo o particular o poder fático sobre a res e garantindo sua função social, sendo que o critério para aferir se há posse ou detenção não é o estrutural e sim o funcional. **É a afetação do bem a uma finalidade pública que dirá se pode ou não ser objeto de atos possessórias por um particular.**

(...)

5. À luz do texto constitucional e da inteligência do novo Código Civil, a função social é base normativa para a solução dos conflitos atinentes à posse, dando-se efetividade ao bem comum, com escopo nos princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana.

6. Nos bens do patrimônio disponível do Estado (dominicais), despojados de destinação pública, **permite-se a proteção possessória pelos ocupantes da terra pública que venham a lhe dar função social.**

7. A ocupação por particular de um bem público abandonado/desafetado – isto é, sem destinação ao uso público em geral

ou a uma atividade administrativa -, **confere justamente a função social da qual o bem está carente em sua essência.** (REsp 1296964 2011/0292082-2 - 07/12/2016, Rel.: Min. Luís Felipe Salomão) *[todos os negritos estão no original]*

- f) Argumento de direito: nesse contexto, a ocupação da comunidade do Horto cumpre, ainda, a função social da posse, pois se trata de território anteriormente abandonado, no entorno do Parque, tendo a ocupação humana e a formação comunitária do Horto corrigido e garantido a função social de que o bem necessitava, pela instituição do direito à moradia, constitucionalmente garantido.
- g) Argumento de direito: o direito à moradia da comunidade do Horto tem proteção em normas internacionais, ratificadas pelo Brasil, na Constituição Federal e em normas infraconstitucionais, sendo as principais: (i) o art. 11 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966, ratificado pelo Brasil pelo Decreto 591/1992; (ii) o art. 6º da Constituição Federal; (iii) o art. 1.228, §4º e §5º, o art. 1.240, o art. 1238, parágrafo único, e o art. 1242, parágrafo único do Código Civil; (iii) o próprio art. 1º da Medida Provisória 2.220/2001 já citado; (iv) o art. 2º do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) etc.
- h) Argumento de direito: diante da caracterização do bem público como dominical, da possibilidade de posse sobre esse tipo de bem público e da proteção ao direito à moradia no nosso ordenamento jurídico, a Defesa conclui com a citação de um julgado em caso semelhante do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, onde esses fatores foram considerados. A ementa segue abaixo:

Apelação. Ordinária. Concessão real de uso de bem público. Municipalidade que não deu função social à propriedade dominical sua e pretende desalojar família de baixa renda, que ocupou imóvel abandonado. Sentença de improcedência. No mérito, vê-se que há prova suficiente de que a apelada é possuidora do imóvel há mais de vinte anos, realizando, portanto, o comando insculpido no artigo 1º da MP nº 2220/2001. Ausente a finalidade pública bem delimitada, é viável a permanência da apelada e sua família no imóvel, uma vez que, mantida a situação fática existente, estar-se-ia, sem dúvida, cumprindo com a função social do imóvel. Como dito alhures, desnecessária a edição de medida de provisória com o fito de disciplinar a função social da propriedade, tendo em vista que esta goza de assento constitucional (arts. 5º, XXIII e 170, III, CRFB/88), e, repita-se, não dando a municipalidade função social ao bem, este caracterizado como dominical, faz-se mister a chamada concessão de uso especial. Observando-se, contudo, que não se está conferindo o domínio, mas sim a posse do imóvel para o fim específico de moradia, estando o possuidor, que deu função social ao imóvel, sujeito à cassação da concessão do benefício, na hipótese de descumprimento dos requisitos

e fins determinados. (Ap. Cível n. 2006.001.444406 da 13ª Câmara Cível do TJ/RJ, Relator: Desembargador Antônio José Azevedo Pinto)

- i) Argumento de direito: apesar da proibição de usucapião de imóveis públicos pela Constituição de 1988 e pelo Código Civil, reconhecida pela Defesa, esta discute, em diálogo com teóricos do tema, se a proibição se estenderia para todos os imóveis públicos, independentemente da sua destinação, ou seja, da sua função. No caso de quase todos os moradores da comunidade, somado o tempo da sua posse com o de antecessores, eles teriam cumprido os prazos mais rigorosos de usucapião e teriam direito de propriedade sobre suas habitações, se a área fosse particular. Por isso, a Defesa invoca a função social da posse e o princípio jurídico da proporcionalidade para propor que a proibição de usucapião se norteie pela destinação do bem público. E cita, em seu socorro, uma decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Ementa abaixo:

APELAÇÃO CIVIL - AÇÃO REIVINDICATÓRIA - DETENÇÃO - INOCORRÊNCIA - POSSE COM "ANIMUS DOMINI" - COMPROVAÇÃO - REQUISITOS DEMONSTRADOS - PRESCRIÇÃO AQUISITIVA - EVIDÊNCIA - POSSIBILIDADE - EVIDÊNCIA - PRECEDENTES - NEGAR PROVIMENTO.

“O que acontece neste caso, é que os moradores (ex-funcionários do DER/MG), pouco a pouco foram edificando suas casas no local do acampamento. Com o tempo, as famílias foram crescendo, criando-se vínculo com a propriedade e desde então se passaram aproximadamente 30 anos. Hoje, uma pequena vila, dotada de infraestrutura como: asfalto, energia elétrica, mina e uma pequena igreja. Esta área ocupada pelos moradores, corresponde aproximadamente a 26% do imóvel. O restante encontra-se livre.” Assim, aquele que por mais de trinta anos, como no presente caso, tem como seu o imóvel, tratando-o ou cultivando-o, **tornando-o útil**, não pode ser compelido a desocupá-lo à instância de quem o abandonou. **Na espécie, os réus demonstraram a aquisição da posse do imóvel há mais de trinta anos**, sem qualquer oposição do DER. Destarte, demonstrado está que os réus, ora apelados, **não detinham apenas a mera detenção do bem, mas verdadeiramente sua posse, como se donos fossem**. Constata-se ter sido preenchido não só o requisito temporal exigido no Código Civil, como também a **qualidade dos apelados de legítimos possuidores a título próprio**, da fração do imóvel objeto da presente demanda, sendo mister o **reconhecimento de seu direito à aquisição da sua propriedade pela usucapião**, ao contrário do que defende o apelante. Ademais, cumpre ressaltar que malgrado os bens públicos não sejam passíveis de aquisição por usucapião (art. 183, §3º, da CF; art. 102, do Código Civil) o **imóvel usucapiendo não está incluído em área de domínio público**, tanto que, conforme corretamente decidiu o d. magistrado "a quo": (Apelação 1.0194.10.011238-3/001, TJMG, 2014, Relator: Desembargador Carlos Levenhagen) *[os negritos estão na peça]*

- j) Argumento de direito: com base no Acórdão do TJ de Minas, a Defesa sustenta, então, que existem bens materialmente públicos e apenas formalmente públicos; e que os bens formalmente públicos, como é o caso da área ocupada pela comunidade do Horto, podem ser objeto de usucapião. E cita um texto teórico, esclarecedor, do Desembargador Ênio Santarelli Zuliani, em amparo à possibilidade de usucapião em favor da comunidade do Horto:

A proibição de usucapir bens públicos decorre de uma situação muito simples de ser explicada. A disponibilidade do imóvel afetado (agregado, incorporado) ao Poder Público ocorre pela desafetação, que nada mais é do que uma manifestação de vontade que exclui ou faz cessar a dominialidade pública, abrindo ensejo para que tal propriedade entre no patrimônio dos particulares. Tanto a afetação como a desafetação são atos que José Cretella Júnior chamou de “pronunciamento do poder público”.

É nesse contexto que cabe interpretar o julgado finalizado pelo acórdão do STJ [REsp 1296964]. A sentença construída com a intervenção do Poder Público admitindo a posse *ad interdicta* do particular sobre bem público destinado a subsidiar a política habitacional consubstancia um ato de soberania ou uma declaração oficial de que o imóvel perdeu a sua afetação original, o que exclui a proibição constitucional de imprescritibilidade. Na verdade, se nenhuma decisão reverter o conceito de posse garantida por sentença, a declaração judicial de que os imóveis públicos destinados à política habitacional serão regularizados pela posse foi aceita como verdade absoluta, consagrando a tese de que **o interesse social está cumprido pela usucapião. Está, pois, assegurada a função social** (art. 186 da CF).

Os titulares da posse agasalhada pela sentença vinculativa, que deram aos imóveis, por vias transversas, a destinação que a eles foi renunciada, carregam um direito que extrapola os limites que a posse física delimita, porque são possuidores que ocupam o terreno como moradia, levantando acessões que, no fundo, constitui o cumprimento social de política de subsídio para moradia própria. Daí, por que o julgado transcende os horizontes naturais vistos em uma decisão comum, exatamente por abrir a porta ou uma janela para a regularização da propriedade pela usucapião: a partir do instante em que o Judiciário protege a posse de bem público e a Administração nada faz para desmistificar o conceito jurídico que nasce desse reconhecimento, **esses bens passam a contar com autorização (licença) para serem adquiridos pela usucapião.** (ZULLIANI, Ênio Snatarelli. Ensaio sobre a função social da posse e usucapião de bem público a partir de julgado do STJ. Em SALOMÃO, Luís Felipe e TARTUCE, Flávio (coordenadores). *Diálogos entre a Doutrina e a Jurisprudência*, 2018)

- k) Argumento de fato: a comunidade do Horto se fixou no local e perpetuou com “pleno conhecimento e aceitação do Poder Público, que nada fez por todas as

décadas de sua existência para contê-la ou recuperar o bem ocupado”, reiterando a área sequer estava registrada até o ano de 2016 no Registro de Imóveis, data em que houve a demarcação dos limites do Parque, inserindo em seus domínios os espaços ocupados pelos moradores.

- l) Argumento de direito: como não havia registro até 2016, nem mesmo se poderia presumir que a área fosse bem público; e, sendo presumivelmente bem privado antes de 2016, poderiam ser adquiridas por usucapião.
- m) Argumento de direito: mesmo que se reconhecesse, em tese, o direito à reintegração de posse em favor do IPJBRJ, a Defesa invoca a boa-fé e a perda do direito pelo Poder Público em razão do seu exercício bastante tardio, isto é, em razão da demora prolongada no ajuizamento das ações, que gerou a legítima expectativa de permanência dos réus. Requerer, depois de tantos anos, a reintegração de posse e o desalojamento da comunidade do Horto representa exercício abusivo de direito, vedado pelo Código Civil.
- n) Argumento de fato e de direito: a permanência dos moradores do Horto é compatível do ponto de vista ambiental, estando a comunidade estreitamente vinculada ao ambiente e, por outro lado, não sendo o IPJBRJ uma unidade de conservação da natureza. Mesmo as unidades de conservação, aliás, admitem a permanência da população em certos casos em seus limites, como acontece em unidades de conservação de uso sustentável. Logo, não há contradição entre a ocupação humana e a preservação do meio ambiente, “desde que as práticas sejam compatíveis com a manutenção da qualidade ambiental – como ocorre no caso do Horto”. Mesmo sendo Reserva da Biosfera, isso não significa incompatibilidade absoluta entre a permanência humana e as suas finalidades, sendo a gestão feita por divisão de áreas e destinações. Aliás, a maior parte do território do Rio de Janeiro é reserva da biosfera e isso não impede a ocupação humana. Este trecho da Defesa merece citação:

Além disso, **mesmo sendo Reserva da Biosfera, não importa em uma incompatibilidade absoluta entre a permanência dos moradores e as suas finalidades**. Sua gestão é feita por meio da divisão em áreas, a saber: (i) uma ou várias áreas núcleo, destinadas à proteção integral da natureza; (ii) uma ou várias zonas de amortecimento, onde só são admitidas atividades que não resultem em dano para as áreas-núcleo; e (iii) uma ou várias zonas de transição, sem limites rígidos, onde o processo de ocupação e o manejo de recursos naturais são planejados e conduzidos de modo participativo (art. 41, Lei 9.985/2000). **Importante destacar que uma área de 18.476 km<sup>2</sup> do Estado do Rio**

**de Janeiro é considerada Reserva da Biosfera<sup>53</sup>, correspondendo a, aproximadamente, 40% do seu território. [grifos da peça]**

- o) Argumento de fato e de direito: o tombamento do Jardim Botânico, por sua vez, também não é incompatível com uma ocupação humana consolidada, como é o caso da comunidade do Horto. O tombamento visa também a preservar a memória e referências à identidade dos diferentes grupos sociais, e não apenas sítios de valor histórico, paisagístico, ecológico e científico. E “o modo de viver dos moradores também deve ser preservado”, além de ser “plenamente compatível a forma como eles se relacionam com o entorno de suas moradias e a manutenção dos fundamentos do tombamento da região”. Por fim, a área tombada compreende um perímetro muito maior do que aquele ocupado pela comunidade do Horto, estendendo-se a áreas de classes média e alta, não sendo admissível a seletividade da remoção da população de baixa renda em razão, por exemplo, de padrões de construção – que têm, inclusive, valor histórico e cultural em muitos casos.

Podemos perceber que os argumentos elaborados pela defesa jurídica da Comunidade do Horto estão pautados em uma legislação nacional atualizada e nos parâmetros exigidos pelos tratados e pactos internacionais ratificados pelo Brasil em relação ao direito à moradia. Além disso, destacam a jurisprudência nacional, evidenciando alguns posicionamentos importantes dos tribunais em casos semelhantes e que poderiam ser aplicados na resolução do conflito. Mesmo com uma defesa substancial baseada em argumentos de fato e de direito, o TRF-2 segue desconsiderando-os e decidindo a favor do IPJBRJ.

A seguir, veremos o posicionamento do Ministério Público Federal acerca do litígio.

### **3.1.3. Parecer do Ministério Público**

Contrastando com a complexidade e coerência da Defesa jurídica da comunidade do Horto, o Ministério Público Federal oferece um parecer pela procedência integral do pedido de reintegração de posse do IPJBRJ, com menos de 5 páginas, reduzindo a questão à aplicação do art. 71 do Decreto-lei 9.760/46 e à aplicação automática de decisões

---

<sup>53</sup> Os dados utilizados pela defesa sobre a Reserva da Biosfera estão disponíveis em [http://www.rbma.org.br/rbma/pdf/caderno\\_22.pdf](http://www.rbma.org.br/rbma/pdf/caderno_22.pdf).

judiciais que desconsideram a relevância do tempo de ocupação, da análise de aspectos de fato sobre a boa-fé e que desconsideram a possibilidade de *posse* sobre bens públicos – independentemente da discussão sobre a sua destinação, sobre o tipo de bem etc.

A fundamentação do Parecer do Ministério Público é curta e pode ser reproduzida quase na íntegra, o que é melhor do que um resumo. Segue a transcrição parcial:

**Eis o sucinto relatório.**

Com efeito, o artigo 71 do Decreto-Lei nº 9.760/46, dispõe que:

Art. 71. O ocupante de imóvel da União, sem assentimento desta, poderá ser sumariamente despejado e perderá, sem direito a qualquer indenização, tudo quanto haja incorporado ao solo, ficando ainda sujeito ao disposto nos arts. 513, 515 e 517 do Código Civil.

Parágrafo único. Excetuam-se dessa disposição os ocupantes de boa-fé, com cultura efetiva e moradia habitual, e os direitos assegurados por este Decreto-lei.

A ocupação, exploração e o uso de bem público só é admitida se contar com o expresso assentimento do Poder Público, o que não é o caso, data vênia.

Neste sentido, traz-se à lume a jurisprudência:

“Inexiste boa-fé contra expressa determinação legal. Ao revés, entende-se agir de má-fé o particular que, sem título expresso, inequívoco, válido e atual ocupa imóvel público, mesmo depois de notificação para abandoná-lo, situação típica de esbulho permanente, em que cabível a imediata reintegração judicial REsp 1370254 / SP RECURSO ESPECIAL 2013/0028324-0, Relator(a) Ministro HERMAN BENJAMIN (1132), Órgão Julgador T2 - SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 08/11/2016, Data da Publicação/Fonte DJe 29/11/2016.”.

Observe-se ainda, que em se tratando de bens públicos, não há que se falar em posse de mais de ano e dia em caso de esbulho, tendo em vista que o ocupante não detém a posse, mas sim mera detenção precária e desautorizada. Infere-se, portanto, que é irrelevante o aspecto temporal da posse (nova ou velha) já que a ocupação do bem público pelo particular caracteriza mera detenção.

Cumprir registrar que o STJ tem entendimento consolidado no sentido de que configurada a ocupação indevida de bem público, não há falar em posse, mas em mera detenção, de natureza precária, o que afasta o direito à indenização por benfeitorias. Senão vejamos:

“PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015 NÃO CONFIGURADA. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. OCUPAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA POR PARTICULARES CONSTRUÇÃO.

BENFEITORIAS. INDENIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. 1. No que se refere à alegada afronta ao disposto no art. 1.022 do CPC/2015, o julgado recorrido não padece de omissão, porquanto decidiu fundamentadamente a quaestio trazida à sua análise, não podendo ser considerado nulo tão somente porque contrário aos interesses da parte.

2. A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que, configurada a ocupação indevida de bem público, não há falar em posse, mas em mera detenção, de natureza precária, o que afasta o direito à indenização por benfeitorias. 3. Recurso Especial não conhecido” (REsp 1701620/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/12/2017, DJe 19/12/2017)

(...)

Corroborando tal entendimento, vejamos a Súmula nº 619 do STJ, “a ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias”.

Deste modo, não exercendo o particular a posse de bem público, esta deve ser reintegrada ao Poder Público imediatamente, haja vista não caber a discussão em torno do real possuidor do bem público, sendo somente necessária a comprovação da titularidade da propriedade pela Administração Pública.

A jurisprudência entende que, havendo ocorrido a regular notificação do réu para desocupação do imóvel público, e deixando este de tomar as devidas providências nesse sentido, resta plenamente caracterizado o esbulho possessório.

(...)

Ante o exposto, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL manifesta-se pela procedência do pedido.

O parecer do Ministério Público, como vimos no trecho destacado acima, desconsidera e ignora toda a argumentação elaborada pela defesa e se atém apenas ao art. 71 do Decreto-Lei nº 9.760/46, validando o posicionamento desfavorável à permanência da comunidade e corroborando com o posicionamento do IPJBRJ.

Veremos no próximo item como se comporta o Poder Judiciário nas decisões.

#### **3.1.4. As decisões do Judiciário**

Como foi adiantado, as decisões do Judiciário, em todas as instâncias, têm sido em geral desfavoráveis à comunidade do Horto. Embora haja exceções em primeira instância, quando os recursos sobem para a segunda instância ou para o Superior Tribunal de Justiça – STJ, prevalecem as decisões desfavoráveis à comunidade.

No caso que analisamos não foi diferente. Mesmo que ainda não tenha havido julgamento do processo pelo Superior Tribunal de Justiça no final de 2022, quando estas linhas são escritas, tanto a sentença de primeira instância como o Acórdão de segunda

instância citam julgados do STJ que sinalizam a tendência de julgamento, que é o que interessa apresentar aqui.

A sentença acolheu os argumentos do IPJBRJ e do Ministério Público Federal e julgou integralmente procedente o pedido do IPJBRJ, determinando, assim, a reintegração de posse da área, sem qualquer direito à indenização ou à realocação dos moradores. Ao contrário do que havia acontecido na decisão que tinha indeferido a liminar, quando foi considerado o direito à moradia dos réus e a longevidade da ocupação, desta vez, na sentença, nenhuma consideração apareceu a respeito dessas questões.

Seguindo o que constou no parecer do Ministério Público Federal, a sentença, no mérito:

- a) Entendeu que não seria possível a suspensão do processo, para aguardar a conclusão das tratativas de acordo em curso na Câmara de Conciliação da Advocacia Geral da União, “uma vez que não parece razoável que o feito permaneça tramitando perante a Justiça Federal *ad aeternum*, com os custos de material e pessoal daí advindos, mormente sem que haja a menor perspectiva de um eventual e incerto resultado positivo, no que concerne às tratativas tendentes à regularizar a ocupação da área versada nos autos”.
- b) Declarou que a área objeto do pedido de reintegração se encontra dentro de bem público pertencente ao IPJBRJ e, daí, retirou todas as outras conclusões de forma simplificada, quase automática;
- c) Entendeu que não havia posse, e sim mera detenção (uma ocupação precária, que pode ser desfeita a qualquer tempo e que nunca gera usucapião) dos moradores da comunidade do Horto sobre as suas habitações, porque, conforme a jurisprudência dominante, não se exerce *posse* sobre bens públicos;
- d) Entendeu que o bem não seria disponível (isto é, alienável) e, por isso, não caberia usucapião;
- e) E entendeu, por fim, que os réus não têm direito a indenização, cabendo ao Judiciário apenas a reintegração de posse em favor do IPJBRJ.

Em amparo a essas conclusões simplificadas, que desconsideraram boa parte da Defesa, foram citados julgados do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (inclusive a respeito da comunidade do Horto) e do Superior Tribunal de Justiça. A sentença dá como consolidado no Judiciário o tratamento que deve ser dado aos moradores do Horto, conforme a transcrição abaixo:

Deveras, a matéria em exame – inclusive no tocante à mesma área objeto destes autos – encontra-se há muito consolidada na jurisprudência do E. TRF da 2ª Região. A linha adotada, em suma, é pela procedência do pedido de reintegração na posse, independentemente de indenização ao particular. Leia-se:

*“ADMINISTRATIVO. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. BEM PÚBLICO. DETENÇÃO. CERCEAMENTO DE DEFESA. INDENIZAÇÃO. 1. Ocupação irregular de bem público não caracteriza posse, mas sim, mera detenção, sempre a título precário, o que não gera efeitos possessórios, afastando, a rigor, qualquer possibilidade de indenização por eventuais construções e benfeitorias realizadas no local, ressalvado o disposto no Decreto-Lei n.º 9.760/46. 2. A Medida Provisória n.º 2.220/2001 não estabelece a possibilidade de concessão de uso de qualquer área pública, em especial àquelas destinadas a um fim específico como o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico. Além disso, nela há uma série de requisitos, dentre os quais, o primeiro é de que a ocupação do bem seja “sem oposição”, o que não se verifica, in casu. 3. Apelação improvida.”(AC 429.751, Quinta Turma Especializada, rel. Juiz Federal convocado LUIZ PAULO DA SILVA ARAÚJO FILHO, DJF2R de 7.5.2010)*

Para negar até mesmo uma indenização aos moradores da comunidade que viviam há tanto tempo no local, a sentença também trata a questão como consolidada no Judiciário:

No que tange às indenizações requeridas, cumpre registrar que o STJ possui entendimento consolidado quanto ao afastamento das indenizações por benfeitorias em ocupação indevida de bem público. Vejamos:

*“PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015 NÃO CONFIGURADA. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. OCUPAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA POR PARTICULARES CONSTRUÇÃO. BENFEITORIAS. INDENIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. 1. No que se refere à alegada afronta ao disposto no art. 1.022 do CPC/2015, o julgado recorrido não padece de omissão, porquanto decidiu fundamentadamente a quaestio trazida à sua análise, não podendo ser considerado nulo tão somente porque contrário aos interesses da parte. 2. A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que, configurada a ocupação indevida de bem público, não há falar em posse, mas em mera detenção, de natureza precária, o que afasta o direito à indenização por benfeitorias. 3. Recurso Especial não conhecido” (REsp 1701620/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/12/2017, DJe 19/12/2017)*

*“PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OCUPAÇÃO IRREGULAR DE ÁREA PÚBLICA POR PARTICULAR. ÁREA NÃO EDIFICÁVEL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. INDENIZAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. 1. O acórdão regional encontra-se em consonância com a jurisprudência desta Corte, assentada no sentido de que restando configurada a ocupação indevida de bem público, não há falar em posse, mas em mera detenção, de natureza precária, o que afasta o direito de retenção por benfeitorias e o*

*almejado pleito indenizatório à luz da alegada boa-fé. 2. Rever o entendimento do Tribunal de origem, no sentido de que não cabe indenização pela utilização irregular de bem público, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial. Súmula 07/STJ. 3. Agravo regimental não provido” (AgRg no AREsp 824.129/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/02/2016, DJe 01/03/2016). PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE TERCEIRO. DESPROVIMENTO DA APELAÇÃO. I - Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, em se tratando de Bem Público, não há que se falar em Posse, mas mera Detenção, de natureza precária, afastando o direito de retenção da área pelo detentor, bem como o pleito por Benfeitorias, ainda que à luz de alegada Boa-Fé. II - No caso, a propriedade foi ocupada indevidamente, encontrando-se a União impedida de exercer a posse legítima do imóvel. III - A 1ª Turma do TRF-5ª Região possui entendimento no sentido de que constatado o interesse público na retomada do bem, o não atendimento à notificação para desocupação voluntária do imóvel caracteriza o Esbulho, que deve ser sanado através da Reintegração da União na Posse. III - Desprovisionamento da Apelação. (AC – Apelação Cível – 585237 0017923-72.2012.4.05.8300, Desembargador Federal Alexandre Costa de Luna Freire, TRF5 – Primeira Turma, DJE – Data: 15/05/2019).*

Na mesma linha, ratificando o entendimento, temos a **Súmula nº 619 do STJ**:

*“A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias”*

Como obviamente a sentença acima resumida não enfrentou questões importantes apresentadas pela Defesa, foi apresentado um recurso (chamado Embargos de Declaração) para forçar a manifestação do Judiciário a respeito dessas questões.

A sentença foi então complementada para decidir o seguinte: (a) o decurso do tempo de ocupação dos moradores não geraria perda do direito à reintegração de posse em favor do IPJB; (b) não caberia concessão de direito real de uso para fins de moradia – CUEM no caso dos autos.

Eis os argumentos da sentença para decidir desse modo:

a) Sobre a suposta irrelevância do tempo de ocupação dos moradores do Horto:

No tocante aos embargos de declaração interpostos pelos litisconsortes passivos, entendo inexistir qualquer omissão quanto ao pedido veiculado no item "f" da petição inicial. De acordo com a sentença, o mero decurso de tempo não desnatura o comprovado esbulho possessório ocasionado pelos réus, dada a mera detenção da posse do imóvel, não sendo, por isso, o caso de se cogitar perda do direito de pleitear a reintegração de posse. A título de reforço, vale conferir a jurisprudência, em destaque:

**CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO - OCUPAÇÃO IRREGULAR EM ÁREA PÚBLICA POR PARTICULAR - REINTEGRAÇÃO DE POSSE - DEMOLIÇÃO DE EDIFICAÇÃO - FAIXA DE DOMÍNIO NA RODOVIA FEDERAL BR 101/RJ – BEM PÚBLICO - MERA DETENÇÃO PELO PARTICULAR - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - PROPORCIONALIDADE - DECURSO DO TEMPO – OMISSÃO INEXISTENTE. I - Tratam-se de Embargos de Declaração opostos por EDITE MATOS DE SOUZA em face de acórdão proferido pela 7ª Turma Especializada, ao argumento de ter havido omissão quanto à violação ao art. 2º, caput e inciso VI, da Lei 9.784/99 e aos princípios constitucionais da razoabilidade e proporcionalidade frente à demolição do imóvel cuja ocupação perdura por mais de vinte anos. II – O acórdão embargado firmou o entendimento de que o imóvel público é sempre indisponível, e mesmo a omissão do Estado ao longo do tempo não caracteriza vantagem ou a obtenção do direito de usucapir o imóvel. III - Desde que utilize fundamentação suficiente para solver a controvérsia, o magistrado não está obrigado a responder, um a um, os argumentos suscitados pelas partes. Logo, é admissível que o acórdão se encontre devidamente fundamentado sem, no entanto, ter decidido a causa à luz do contexto normativo indicado pelo postulante. Precedentes do Eg. STJ. IV - De acordo com o NCPC, a omissão que enseja o oferecimento de embargos de declaração consiste na falta de manifestação expressa sobre algum fundamento de fato ou de direito ventilado nas razões recursais e sobre o qual deveria manifestar-se o juiz ou o tribunal, e que, nos termos do NCPC, é capaz, por si só, de infirmar a conclusão adotada para o julgamento do recurso (arts. 1.022 e 489, § 1º do NCPC). V - Nos termos do art. 1.025 do NCPC, "consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de pré-questionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade". VI - Embargos de Declaração não providos. (TRF-2 - AC: 00448032620154025117 RJ 0044803-26.2015.4.02.5117, Relator: SERGIO SCHWAITZER, Data de Julgamento: 15/07/2019, VICE-PRESIDÊNCIA)**

- b) Sobre o suposto descabimento de CUEM (concessão de uso especial para fins de moradia) no caso dos moradores do Horto, o complemento da sentença decidiu assim:

Por outro lado, tenho que, de fato, ocorreu omissão quanto aos pedidos subsidiários indicados nos itens "h" e "i" da petição inicial, que envolvem o direito à Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia – CUEM, cujo fundamento é retirado do art. 1º da Medida Provisória 2.220/2001, *in verbis*:

(...)

Em sua peça de defesa, a parte ré sublinha que "a SPU/RJ se manifestou através do ofício SEI nº 21331/2015-MP, no sentido de reconhecer tal direito aos moradores, tornando inequívoca a posse histórica e social dos ocupantes", acentuando, com base nesse fato, ser "inequívoco o fato

de que a CUEM será outorgada a todos os moradores da comunidade". Como se vê, o fundamento utilizado para obtenção da Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia é escorado em ofício emitido pela SPU, o que, *per si*, não se reveste da formalidade exigida pelo 6º da MP 2.220/2001, segundo o qual o direito real correspondente será precedido de decisão administrativa. O ofício não é ato com conteúdo decisório, mas mero ato ordinatório!

Além do mais, há de esclarecer que a norma insculpida no art. 1º da Medida Provisória n. 2.220/2001 não pode ser aplicada ao caso presente, tendo em vista o conflito de interesses público e privado; na referida MP, o interesse público consente com o interesse privado ao garantir a CUEM, o que não é o caso. Portanto, descabe o acolhimento dos pedidos subsidiários indicados nos itens "h" e "i" da petição inicial.

O Acórdão de segunda instância teve o mesmo entendimento. Mas foi mais detalhado na fundamentação.

Após o Recurso de Apelação dos moradores contra a sentença, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que julga em segunda instância os processos da comunidade do Horto, confirmou integralmente a sentença de primeira instância, reforçando a tendência de julgamento dos casos do Horto.

A ementa do Acórdão abaixo resume a forma como o Judiciário tem apreciado a Defesa jurídica da comunidade do Horto. A recusa a qualquer argumento favorável aos moradores tem sido a tendência de julgamento em todos os casos, apesar dos esforços da Defesa e dos direitos da comunidade.

Eis a ementa do Acórdão:

APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. IMÓVEIS SITUADOS NO JARDIM BOTÂNICO. INDEFERIMENTO DE PRODUÇÃO DE PROVA. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CONFIGURADO. INTERESSE DE AGIR DO IPJB. VIA ADEQUADA. OCUPAÇÃO IRREGULAR. DETENÇÃO. ESBULHO. IMPOSSIBILIDADE DE INVOCAÇÃO DO DIREITO À MORADIA. BEM PÚBLICO TOMBADO. USUCAPIÃO E INDENIZAÇÃO POR BENFEITORIAS. DESCABIMENTO. CONCESSÃO DE USO ESPECIAL PARA FINS DE MORADIA. MP Nº 2.220/2001. NEGATIVA NÃO DEMONSTRADA. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA CONFIRMADA.

1. Apelação contra a sentença que julgou procedente o pedido para determinar a reintegração de posse dos imóveis situados dentro do perímetro do Jardim Botânico, sob o fundamento de que restou demonstrada a propriedade do bem, sendo a hipótese de detenção da área por particular.

(...)

3. Rechaçada a alegação de cerceamento de defesa e, por conseguinte, de nulidade da sentença. O cerne da controvérsia gira em torno da

definição do regime jurídico que estaria amparando a utilização dos imóveis em questão pelos apelantes, a fim de verificar a existência ou não de esbulho capaz de legitimar a ação de reintegração. Portanto, a questão evolutiva é unicamente de direito e independe da produção de outras provas,

oportunizando o julgamento antecipado, na forma do art. 355 do CPC/2015.

4. Ademais, o juiz é o destinatário das provas produzidas no processo. Logo cabe a ele examinar a suficiência dos elementos de convicção existentes nos autos, não havendo que se falar em cerceamento de defesa pelo simples fato de o magistrado entender desnecessária a dilação probatória (cf. STJ, AgRg nos EDcl no AREsp 681.175, Rel. Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, DJE 16.6.2015).

5. O TCU considerou ilegal a proposta de regularização fundiária defendida pela SPU, cujo objetivo era manter os moradores na área do Jardim Botânico, e emitiu acórdão com uma série de recomendações com vistas à devolução da área para a coletividade e para o Jardim Botânico. Portanto, presente o interesse de agir da apelada quanto à reintegração da área que lhe pertence, assim como adequada a via eleita, tendo a autarquia obtido

para si a posse em ato de continuidade, sem qualquer interrupção, o que torna irrelevante a data em que houve a sucessão da União pela apelada.

6. O fato de as ocupações terem sido, originalmente, autorizadas aos antigos funcionários do Jardim Botânico, não é suficiente para caracterizar a legalidade da ocupação. Na verdade, após o falecimento dos servidores, a ocupação se tornou irregular, transmudando-se em mera detenção, de caráter eminentemente precário, não defluindo daí qualquer direito (TRF2, 8ª Turma Especializada, AC 09280115019004025101, Rel. Des. Fed. MARCELO PEREIRA DA SILVA, DJE 14.3.2017; TRF2, 7ª Turma Especializada, AC 00085402020154020000, Rel. Des. Fed. SERGIO SCHWAITZER, DJE 27.10.2016).

7. Quanto ao alegado direito à moradia, o Jardim Botânico é bem público da União, impondo-se, assim, a aplicação do Decreto Lei n.º 9.760/46 que, em seu art. 71 dispõe que o ocupante de imóvel da União, sem assentimento desta, poderá ser sumariamente despejado e perderá, sem direito a qualquer indenização, tudo quanto haja incorporado ao solo, de modo que não há que se falar em ressarcimento a título de benfeitorias. Da mesma forma, não há que se falar em usucapião, já que os bens públicos não estão sujeitos a tal, conforme disposto no art. 183, §3º e 191, parágrafo único, da CR/88 e art. 102 do CC/2002. Precedente: TRF2, 8ª Turma Especializada, AC 00048517019874025101, Rel. Des. Fed. VERA LÚCIA LIMA, DJE 26.6.2015; TRF2, 5ª Turma Especializada, AC

00051383319874025101, Rel. Des. Fed. ALCIDES MARTINS, DJE 9.8.2017; TRF2, 5ª Turma Especializada, AG 01061927120144020000, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, DJE 26.3.2015.

8. Quanto à concessão de uso especial para fins de moradia, conforme disposto no art. 6º da Medida Provisória nº 2.220/2001, o título de concessão será alcançado pela via administrativa, podendo a obtenção

se dar pela via judicial, no caso de recusa ou omissão do órgão competente da Administração Pública, o que não restou demonstrado. Segundo informado pelos recorrentes, a SPU se manifestou favoravelmente ao pleito, condicionando, contudo, a saída dos moradores à provisão de outras moradias para os ocupantes da área.

9. Nada impede que as partes busquem uma solução amigável junto à Administração Pública. Contudo, encontrar uma alternativa habitacional é uma questão afeta às políticas públicas, não podendo o Judiciário interferir de forma abstrata na atuação do gestor.

(...)

12. Apelação não provida.

É possível, a partir do processo, compreender que os argumentos elaborados pela defesa da comunidade não são acolhidos pelo Judiciário ou pelo Ministério Público. Ignoram toda a legislação sobre direito à moradia porque sequer reconhecem a posse dos moradores e moradoras do Horto, como pudemos ver.

E, assim, as decisões encontram apoio e respaldo de outros entes influentes e interessados na remoção da comunidade como, por exemplo, as Associações de Moradores do Jardim Botânico AMAJB e da Gávea AMA Gávea, as Organizações Globo, o Instituto de Matemática Aplicada – IMPA. Neste sentido, veremos a seguir como ocorre a dinâmica dessa articulação que objetiva a remoção da comunidade.

### **3.2. Territorialidade ancestral *versus* pacto narcísico da branquitude: uma discussão sobre Ancestralidade, Memória e Propriedade**

Como pudemos observar nas falas dos moradores e moradoras destacadas nos primeiros capítulos desta escrita, existe um grande interesse de instituições locais pautado em uma lógica mercantil em relação ao uso da terra que a Comunidade do Horto ocupa. O bairro do Jardim Botânico passa por um período de gentrificação desde a década de 1960 e com esse processo a supervalorização dos terrenos aumentou a ponto de a área ocupada pela Comunidade do Horto ser avaliada em cerca de 10,6 bilhões de reais<sup>54</sup>, em meados da década de 2010, o que conseqüentemente aumentou a pressão para a remoção da comunidade.

---

<sup>54</sup> Esse valor foi publicado em uma matéria de *O GLOBO* sobre a Comunidade do Horto. Disponível em: [https://oglobo.globo.com/rio/jardim-botanico-governo-dilma-ja-no-fim-tentou-manter-moradores-19326526?utm\\_source=Facebook&utm\\_medium=Social&utm\\_campaign=compartilhar](https://oglobo.globo.com/rio/jardim-botanico-governo-dilma-ja-no-fim-tentou-manter-moradores-19326526?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=compartilhar); (colocar o link)

Além dos processos de reintegração de posse movidos pelo IPJBRJ, existe uma pressão local específica exercida pela Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico – AMA-JB, a Associação de Moradores e Amigos da Gávea – AMA-Gávea, o Instituto de Matemática Pura e Aplicada – IMPA e as organizações O Globo, em apoio ao IPJBRJ e, que, apesar de toda a historicidade da comunidade, seguem coletivamente construindo uma narrativa pejorativa, criminalizadora, que insiste em representar os moradores como invasores, denunciando-os por supostas práticas de danos ambientais, e consequentemente criam no imaginário dos moradores do bairro uma realidade falsa acerca da comunidade.

Por isso, as pessoas moradoras do Horto cada vez mais afirmam sua ancestralidade, história e memória, através de organizações e trabalhos museais, além da luta no âmbito político-jurídico para confrontar esse perverso discurso disseminado pelos interessados na remoção da comunidade do Horto.

Desse modo, vamos analisar a seguir como esta dinâmica ocorre, evidenciando o comportamento dos atores em questão.

### **3.2.1. Pacto Narcísico da Branquitude em ação: a articulação dos atores envolvidos no caso do Horto**

Uma territorialidade negra dentro de um bairro majoritariamente branco. Seus moradores não são mais bem-vindos porque não atendem mais aos interesses de quem detém o poder econômico da região. Esse desejo contínuo em excluir a Comunidade do Horto é mais uma expressão do apartheid racial operante na cidade do Rio de Janeiro e segundo essa lógica, negros e pobres não tem o direito de residir em áreas privilegiadas da zona urbana.

Em nome de um suposto desenvolvimento tentam extirpar uma comunidade negra e tradicional que guarda memórias de uma coletividade local, de momentos históricos importantes da cidade e que desenvolveu um jeito próprio de viver em meio à natureza. Esse processo de negação do pertencimento dos moradores da comunidade ao bairro se dá através da acusação de invasão. É uma forma perversa de negar publicamente, seja pelas mídias tradicionais ou pelo próprio processo, o pertencimento, com o objetivo de

enfraquecer essa coletividade que se apoia em suas raízes ancestrais e história para defender sua permanência.

Desse modo, suas vivências, experiências e memórias são ignoradas e até mesmo desdenhadas, zombadas. Trazer à tona a composição racial da Comunidade do Horto em contraposição a do bairro Jardim Botânico é algo importante neste trabalho. Conforme já identificado no CENSO 2010 do IBGE, 62,1% da população do Horto é formada por pessoas negras (considerando pretos e pardos), ou seja, a maioria habitante da comunidade é negra. Por outro lado, temos mais de 80% da população do bairro do Jardim Botânico formada por pessoas brancas. Assim, é possível concluir que a Comunidade do Horto é uma territorialidade negra inserida em um território branco.

Outro fato já apontado neste trabalho e que não podemos esquecer é que mais de 70% dos moradores do Horto são de baixa renda, conforme nos mostra o levantamento do Plano de Regularização Fundiária realizado pelo IPPUR – UFRJ. Somado ao fator classe e raça, encontramos também a categoria gênero, pois, de acordo com o CENSO 2010 do IBGE, mais de 55% da comunidade do Horto é formada por mulheres. Podemos também somar o fator idade, considerando que a população idosa da comunidade é numerosa, e, portanto, se torna um fator também relevante para esta análise.

Raça. Gênero. Classe. Idade. Nenhum desses fatores é considerado pelos juízes e desembargadores do Tribunal Regional Federal, ou pelo Ministério Público, ou mesmo pelo IPJBRJ. Tal estrutura jurídica e administrativa trata a Comunidade do Horto como uma massa de pessoas, desprovida de qualquer identidade e historicidade. Como vimos no início deste capítulo, ao destrinchar as peças processuais, não existe qualquer consideração por parte do Ministério Público e do Poder Judiciário em relação à população que reside no Horto e, nem tão pouco à ocupação histórica desse território.

No entanto, gostaria de evidenciar algumas questões importantes para esta análise e que são ignoradas no litígio. Inicialmente, como vimos no primeiro capítulo, a ocupação do território da região do Horto aconteceu utilizando mão-de-obra escravizada. A existência do próprio Jardim Botânico foi possível graças à escravidão. Isso já sabemos. Mas, o que realmente impressiona é que, posteriormente, no início a meados do século XX, os administradores do parque continuam a reproduzir uma forma de trabalho que podemos considerar como análoga à escravidão em relação aos funcionários do IPJBRJ.

Por que afirmo isso? Por que podemos considerar a relação de trabalho exercida pelo IPJBRJ como uma forma análoga de escravidão? Vou explicar. No início do século XX, a malha de transporte urbano era bastante restrita, o que dificultava as idas e vindas da casa para o trabalho e vice-versa. Segundo relatos dos moradores, os salários pagos eram baixos e tornava-se praticamente impossível que as pessoas trabalhadoras conseguissem alugar uma casa próximo ao local de trabalho e promover o sustento familiar. A jornada de trabalho se iniciava muito cedo, pela manhã, e terminava à noite. Muitas vezes, os funcionários perdiam o horário do bonde e, posteriormente, do ônibus e dormiam ali mesmo no parque. Nessa dinâmica, a administração do IPJBRJ, na época, permitiu a construção em terrenos e cedeu algumas casas para que os funcionários pudessem ter acesso ao local de trabalho e permanecer junto às suas famílias.

Embora pareça que a administração do parque Jardim Botânico fosse solidária e estivesse zelando pelo bem-estar de seus funcionários e familiares, na verdade, o motivo que existe por trás dessa suposta “benevolência” era outro. Segundo os moradores das vilas da Major, os salários, além de baixos, atrasavam muito e muitas vezes havia um hiato de seis meses ou mais sem receber. Desse modo, havia ali uma cooperativa dos funcionários que concedia produtos de armazéns (alimentares, de limpeza etc.) e quando os funcionários recebiam o salário pagavam o que deviam. Assim, o que sobrava era muito pouco e, praticamente, impossível viver fora dali. Não havia como comprar em outros lugares com o atraso dos salários.

Outro benefício em manter os funcionários dentro do parque, nas divisas com este, ou mesmo bem próximo é que, caso houvesse alguma emergência, os funcionários que residiam no local resolveriam a questão. Ouvei nas rodas de memória na Vila da Major que os funcionários-moradores continuavam em alerta mesmo durante o descanso. Ou seja, a noção de descanso era muito flexibilizada pelos empregadores. Aquilo não era um acordo, mas estava de certa forma implícito na relação de trabalho. Disseram ainda que algumas vezes o Jardim Botânico pegou fogo e o parque só não fora destruído porque os funcionários-moradores corriam com baldes de água para apagar o incêndio. É importante ressaltar que os funcionários não eram caseiros, não eram pagos para zelar 24 horas por dia pelo Jardim Botânico. Eles tinham as suas profissões dentro do parque: sementeiros, coletores, jardineiros, faxineiros, seguranças etc.

Desse modo, era um trabalho que, atualmente, de acordo com os princípios e normas da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, poderia ser considerado como uma

relação de trabalho abusiva e com acúmulo de função. O fato é que era vantajoso demais para a administração do parque manter os funcionários morando nas proximidades.

Uma questão necessária a pontuar nesse contexto é que o IPJBRJ à época também não fornecia equipamentos de segurança para seus funcionários para evitar acidentes no local de trabalho. Uma das funções mais perigosas era a dos coletores que extraíam sementes das palmeiras-reais ou palmeiras-imperiais. O trabalho consistia em escalar apenas com o auxílio de uma corda esta árvore que cresce cerca de 15 a 20 metros de altura. Ouvi relatos dos moradores durante as entrevistas sobre funcionários que caíram de uma altura enorme e depois encontraram dificuldades para se aposentar por invalidez.

Portanto, se somarmos o acúmulo de função que importa uma jornada diária longa, exaustiva, praticamente ininterrupta, configurando com a ausência de pagamento, cuja circunstância obrigava os funcionários-moradores a consumir no armazém montado no local pela cooperativa e que ao receber o dinheiro ficava praticamente todo no armazém, podemos considerar que a relação de trabalho dos moradores do Horto era análoga à escravidão. E, na verdade, podemos considerar ainda que a moradia era a moeda utilizada pela administração do IPJBRJ para manter os funcionários trabalhando no parque. Esse é o primeiro ponto que eu gostaria de suscitar.

Ainda sobre o IPJBRJ, existe outro ponto importante e bastante contraditório que eu gostaria de analisar. Como vimos anteriormente, na própria peça processual das Ações de Reintegração de Posse, o IPJB afirma que tem entre as suas funções zelar pelo Patrimônio Ambiental e Patrimônio Histórico. Recentemente, em comemoração aos 213 anos de sua criação, especificamente no dia 13 de junho de 2021, o Jardim Botânico lança a Trilha do Patrimônio<sup>55</sup>, que consiste em um percurso que evidencia o patrimônio histórico com informações sobre sítios arqueológicos e monumentos históricos presentes na área do parque.

Quando vi as informações sobre a trilha, busquei informações sobre o Cemitério dos Escravos, sítio arqueológico que faz parte do início do trajeto. Não encontrei maiores informações. Nem no site ou no folheto que adquiri pessoalmente no Jardim Botânico. Decidi fazer o percurso e nenhuma informação me foi acrescentada. É interessante que a

---

<sup>55</sup> Matéria sobre o lançamento da Trilha do Patrimônio e seu percurso com sítios e monumentos históricos no portal do Governo Federal. Disponível em: <https://www.gov.br/jbrj/pt-br/assuntos/noticias/jardim-botanico-do-rio-lancou-neste-domingo-13-6-a-trilha-do-patrimonio-em-comemoracao-aos-seus-213-anos#:~:text=O%20Jardim%20Bot%C3%A2nico%20do%20Rio,de%201808%2C%20por%20Dom%20Jo%C3%A3o>.

história contada durante o percurso e o material do folder estão centrados nas ações e construções dos colonizadores. Como é possível, nos dias de hoje, ignorar a presença africana e indígena no território? Este fato só ilustra a falta de compromisso com a agenda de uma educação antirracista.

Abro parênteses aqui apenas para compartilhar uma curiosidade. Quase 10 anos após a criação do Museu do Horto, como um museu de percurso, que visa firmar a memória e a história da Comunidade do Horto na região, a partir de uma perspectiva pautada no Quilombismo, do intelectual negro Abdias do Nascimento, o IPJBRJ, lança a sua Trilha do Patrimônio que consiste em um percurso histórico centrado no patrimônio que evidencia a história do colonizador. Fecho parênteses.

Resta evidente que esse zelo do IPJBRJ pelo patrimônio histórico não aparece quando se trata da memória africana/afro-brasileira. Pelo contrário. A postura da instituição ao longo dos anos tem sido omissa, somadas a práticas apagamento e silenciamento. Além dos relatos constantes dos moradores e da pesquisadora Laura Olivieri sobre o desaparecimento dos objetos que remontavam à época da escravidão e descaracterização de locais antigos e sagrados para adeptos das religiões de matriz africana que existiam na região, existe o desmonte da senzala praticamente intacta do Solar da Imperatriz. Como observado pelo Pablo durante a entrevista, essa senzala poderia ser utilizada como um local de memória e história na cidade do Rio de Janeiro, principalmente no que concerne a uma educação antirracista. O IPJBRJ poderia realizar parcerias com as escolas locais e desenvolver projetos de história e memória com alunos do ensino fundamental e médio das escolas das redes pública e privada de ensino. No entanto, a referida instituição optou pela descaracterização da senzala existente no porão do Solar da Imperatriz e reformou transformando-a em um café que funcionou por cerca de um ano.

Pesquisando em documentos antigos, encontrei uma publicação da década de 1980 de um servidor do Jardim Botânico que identifica a existência de um cemitério de escravizados na região e, encontrei também um artigo recente sobre o potencial bioarqueológico do Jardim Botânico, no qual essa antiga publicação é evidenciada. O funcionário em questão é o João Conrado Niemeyer de Lavôr que, durante a década de 1980, teve contato direto com a descoberta de ossadas humanas oriundas de alguns locais do Jardim Botânico e escreveu sobre o assunto no artigo *“Historiografia do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, no contexto da Fazenda Real da Lagoa Rodrigo de Freitas*

*e seus desdobramentos*” (LAVOR, 1983, p. 71). No texto em questão, Lavôr destina um item da publicação para tratar contar sobre a experiência de descobrir o Cemitério da Senzala do Engenho de Nossa Senhora da Conceição. Escreve Lavôr,

Segundo o Professor Honório Monteiro Neto, pesquisador do Jardim Botânico, próximo à cerca viva teria existido outrora o cemitério da senzala do Engenho de Nossa Senhora da Conceição da Fazenda Rodrigo de Freitas. Em 1979, quando reformaram o restaurante daquela empresa, foram encontrados naquele local e entregues ao Jardim Botânico, ossos humanos que ficaram guardados até 1981, quando passaram às minhas mãos. A 15 de janeiro deste mesmo ano, iniciou-se a restauração do prédio da Administração Central do Jardim Botânico e na parte posterior deste imóvel foram feitas escavações para passagem de tubulação subterrânea e orientadas por mim, recolhidas novas ossadas (LAVÔR, 1983, p. 71).

O autor conta que recebeu dois professores e dois estagiários do setor de arqueologia do Museu Nacional em 25 de agosto de 1982, que examinaram as ossadas e sugeriram o envio do material para o Professor Tarcísio Torres Messias, professor adjunto da UFRJ e que estava lotado no Museu Nacional, para realizar o teste de carbono 14. Assim, o teste foi realizado e o Professor emitiu um parecer com as seguintes informações,

1º - Pela reconstituição do material ósseo podemos dizer que se tratava de pessoas de complexão robusta de estatura mediana, mais ou menos 1,70m, do sexo masculino, pragmatismo acentuado, frente inclinada, abertura periforme larga (camerrinos), sendo por estes dados classificáveis como negróides.

2º - Os ossos apresentam alto teor de material orgânico o que diz não serem muito antigos, mas não podem ser considerados contemporâneos, regulando entre 200 a 300 anos, sendo perfeitamente plausível terem existido durante o período da escravidão. Não há nenhum vestígio de má formação ou doença óssea (LAVÔR, 1983, p.71).

Para respaldar a descoberta, o autor soma à escrita algumas fotos: a) dos ossos encontrados; b) da cova próxima ao prédio da Administração onde foram encontrados os ossos; c) do local exato da EMBRAPA onde também foram encontradas ossadas; d) dos Professores João Carlos Goldberg, Angela Maria Rabello da UFRJ juntos com o próprio autor realizando o exame preliminar nos ossos; e) uma cópia da planta do Engenho de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, no qual aparece a localização da senzala.

A existência do cemitério foi confirmada por pesquisadores do Jardim Botânico, do Museu de Astronomia e Ciências Afins, do setor de Arqueologia do Museu Nacional e da EMBRAPA Solos no artigo coletivo “*O ‘VELHO’ JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO (1808-1858): hipóteses arqueológicas a partir da documentação do seu*

*patrimônio cultural*” (GONZALEZ *et al*, 2019, p. 297) publicado nos anais do V Seminário de Preservação do Patrimônio Arqueológico em 2019.

A localização de ossadas humanas não significaria necessariamente a existência de um cemitério na região, mas um documento de 1812, de fato, o confirma. Dada a magnitude de sua importância para o projeto, sua análise requer espaço próprio. A título de registro, no entanto, esboçamos aqui o contexto de sua produção e seu conteúdo. O documento foi localizado na ‘Coleção Nabuco’, como ficou conhecida a Collecção chronologica das leis, decretos, resoluções de consulta, provisões, etc., etc., do Império do Brazil, desde o anno de 1808 até 1831, de José Paulo Figueiroa Nabuco de Araujo (Belém, 1796 – Rio de Janeiro, 1863), que se diferencia de outras coleções congêneres por incluir, como consta no próprio título da obra, “além do que se acha publicado nas melhores coleções, para mais de duas mil peças inéditas”. Filho de desembargador e ele próprio bacharel em Leis pela Universidade Coimbra, Nabuco de Araujo ocupou diversas posições de realce na magistratura do Império, dentre elas (a partir de 1826) o de Deputado Fiscal da mencionada Junta de Fazenda dos Arsenais do Exército, Fábricas e Fundições, o que lhe deu acesso a muitas das ‘resoluções’ aí tomadas, e as incluiu em sua Collecção chronologica. Em uma delas está a menção ao cemitério. A Junta se reuniu em 18 de março de 1812 para julgar se procedia o requerimento do padre Manoel Gomes Souto, que havia suplicado a d. João VI, meses antes, o pagamento de benesses vencidos desde sua nomeação como pároco da freguesia de São João da Lagoa, em 12 de maio de 1809. Somavam-se, segundo o padre, “muitos batismos dos escravos, mesmo adultos, da Real Fabrica da Pólvora, de suas anuais conhecenças e de seus enterramentos”, tendo ele administrado o pasto espiritual, não só a estes, “mas aos [de]mais agregados da dita Real Fabrica”. Padre Manoel solicitava ainda uma pensão anual que lhe compensasse os seus futuros direitos paroquiais, alegando que vinha sendo prejudicado nos seus respectivos emolumentos, “quando os escravos por doentes vem para a cidade e morrem no hospital” (PORTUGAL, 1837 [18 mar. 1812]). Na resolução que deriva do debate, os membros da Junta julgaram inapropriado que o suplicante, na qualidade de pároco, recebesse pelos batismos “sem incorrer na pena de simonia, imposta por direito canônico e Constituição do Bispado”, mas aconselharam ao Rei que lhe satisfizesse as “licenças e enterramentos que se lhe estão devendo pelas taxas declaradas, por ser este o estilo da Igreja”, acrescentando, todavia, que

‘se os escravos foram sepultados no adro da Igreja [capela Nossa Senhora da Conceição da Lagoa?] ou no cemitério, então não se lhe deve pagar a sepultura, na conformidade da mesma Constituição [da Igreja], que somente manda satisfazer a esmola das covas para a fábrica da Igreja, quando dentro delas são enterrados os fiéis [e] que os três escravos que se curaram no Hospital Militar [no centro da cidade] e nele se enterraram, como o suplicante não os encomendou, nenhum direito tem de pedir, [exceto] o direito que lhe é devido para sua encomendação (PORTUGAL, 1837 [18 mar. 1812], p.10)’.

Conclui-se pela existência de um cemitério na região da Lagoa, para enterramentos tanto de escravos cristianizados quanto de funcionários

da fábrica de pólvora, mas o documento não precisa sua localização. Talvez ficasse, como sugeriu Lavôr, nas terras ao redor da capela Nossa Senhora da Conceição ou das senzalas. Porém, deve-se acrescentar, há pelo menos outro possível local (GONZÁLEZ *et al*, 2019, p. 299).

O longo trecho retirado do artigo de 2019, confirma a existência do cemitério, mas apenas a investigação de Lavôr é que aponta o possível local do Cemitério da Senzala: as terras onde foi construído o Clube Caxinguelê.

Lavôr (1985) relata que na década de 1970 também foram encontrados ossos humanos no Horto Botânico, que fica atrás do arboreto do JBRJ, quando das obras para construção de um campo de futebol no Clube Caxinguelê. Junto deles foram encontrados objetos, uma peça de metal em forma de cruz e três moedas, reproduções datadas do início do século 19. O território, hoje pertencente ao JBRJ, vem espargindo vestígios, resquícios e lembranças, umas visíveis, outras imperceptíveis, que requereriam um estudo por técnicos de diferentes disciplinas – como já sugeria Lavôr – contribuindo “para ampliar a história do Jardim Botânico, da cidade do Rio de Janeiro e, por que não dizer, do Brasil”. (referencia)

Desse modo, são histórias e memórias importantes se perdendo há mais de 40 anos, se contarmos a partir da primeira descoberta em 1979. O tratamento dado pelo IPJB à memória africana e afro-brasileira se repete no tratamento dado à Comunidade do Horto, esta territorialidade negra que conta a memória outrora apagada. De acordo com a documentação levantada e os artigos encontrados, temos pelo menos três possíveis locais de memória africana dentro do território que envolve o Horto e o Jardim Botânico: a) as terras da EMBRAPA, localizada na Rua Jardim Botânico, 1024, mesmo endereço da Vila 1024, parte da Comunidade do Horto; b) as terras da sede do Engenho, onde hoje é o Centro de visitantes do IPJB; c) as terras onde funcionou a antiga sede da administração e que hoje compõe a biblioteca e; d) as terras do antigo Clube Caxinguelê, que já foram devolvidas ao IPJB por meio de uma violenta reintegração de posse.

O IPHAN inclusive aprovou o tombamento do Cemitério da Senzala do Antigo Engenho da Lagoa e o registrou como um sítio arqueológico de alta relevância. O que é curioso é que, mesmo o Jardim Botânico dispondo de todas essas informações não elabora nenhum tipo de pesquisa ou trabalho sobre memória africana no território<sup>56</sup>. Não existe interesse na divulgação dessas informações e caso fosse uma questão financeira, acredito

---

<sup>56</sup> A única ação do IPJB em relação à memória africana é a Trilha Africana, uma visita guiada por 19 espécies vegetais oriundas do continente africano, do Brasil e outras regiões tropicais cultivadas no arboreto do Jardim Botânico. Essa visita guiada é oferecida próximo ao Dia da Consciência Negra. É importante ressaltar que se trata de uma trilha que evidencia os vegetais utilizados nas religiões de matriz africana, candomblé e umbanda, com respectivos orixás e local de origem, mas o foco não são as experiências de pessoas negras.

que universidades públicas teriam interesse em parcerias. O fato é que tal omissão contribui de maneira silenciosa, porém eficaz, para o apagamento e silenciamento da memória africana.

Na verdade, o legado da escravidão para o branco é um assunto que o país não quer discutir, pois os brancos saíram da escravidão com uma herança simbólica e concreta extremamente positiva, fruto da apropriação do trabalho de quatro séculos de outro grupo. Há benefícios concertos e simbólicos em se evitar caracterizar o lugar ocupado pelo branco na história do Brasil. Este silêncio e cegueira permitem não prestar contas, não compensar, não indenizar os negros: no final das contas, são interesses econômicos em jogo. Por essa razão, políticas compensatórias ou de ação afirmativa são taxadas de protecionistas, cuja meta é premiar a incompetência negra, etc. etc. Como nos mostra Denise Jodelet (1989), políticas públicas direcionadas àqueles que foram excluídos de nossos mercados materiais ou simbólicos não são direitos, mas sim favores das elites dominantes. (BENTO, 2020, p.27)

É interessante lembrar aqui do caso do IPN – Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos. Ao promover uma reforma em sua casa, Mercedes dos Anjos e seu marido descobriram ossadas humanas. Uma pesquisa inicial foi realizada pelo Instituto de Arqueologia Brasileira que confirmou a existência do Cemitério do Pretos Novos, cuja função era enterrar os corpos dos africanos que morreram durante a travessia atlântica nos navios tumbeiros e chegaram ao Brasil pelo Cais do Valongo, localizado região portuária e central da cidade do Rio de Janeiro. O poder público ignorou a pesquisa durante 4 anos e percebendo que não haveria nenhuma ação, a família decidiu divulgar a descoberta, se uniu a pesquisadores e ativistas negros e fundou o IPN, que se tornou um centro de pesquisa reconhecido sobre a história e cultura afrodiaspórica, com atividades museais e um curso de pós-graduação.

Na mesma esteira do IPN e diferente da postura assumida pelo IPJB, a Comunidade do Horto, mesmo diante das ameaças de remoção, segue contando a sua memória através do Museu do Horto e divulgando a importância da história da localidade. Por isso, afirmo que a Comunidade do Horto é uma guardiã dessa memória territorial e ancestral, que inclusive deveria ser reconhecida como patrimônio imaterial. Ao saber da minha pesquisa, uma pessoa moradora da comunidade, que não quis ser identificada, mas desejou colaborar na investigação, me enviou uma foto da placa que identifica o exato local onde foram enterrados os ossos descobertos entre 1979 e 1981. Ela confirmou que o local fica próximo à Biblioteca do parque.

FIGURA 31 – Identificação dos ossos enterrados



Fonte: Arquivo da Comunidade do Horto

Além de todas essas questões tratadas aqui e somando ao que vimos nos relatos dos moradores e moradoras no segundo capítulo, existe uma prática muito perversa do JBRJ que precisa ser destacada: o sufocamento das casas que estão no dentro do perímetro do parque.

No segundo capítulo, quando tratamos da Vila 1024, a moradora Cristina apontou a prática, mostrou a enorme parede do Teatro Tom Jobim, construída pelo JBRJ, colada nas casas. Algumas famílias cujas casas que estão localizadas dentro do perímetro do parque estão vivenciando uma experiência muito semelhante e, assim como as casas da Vila 1024, estão submetidas a essa política de sufocamento e enfrentando os prejuízos advindos desta prática desumana.

FIGURA 32 – Muros construídos pelo JBRJ junto às casas



Fonte: Arquivos da AMAHOR

Em 2020, ano da pandemia, a administração do JBRJ iniciou uma construção de muros muito próximo às janelas das casas, sem consultar ou informar previamente seus habitantes, nem mesmo a AMAHOR. Chegaram os funcionários com suas ferramentas de trabalho e começaram a cavar nas laterais e fundos das casas para fazer a fundação.

FIGURA 33 – Fundação e muro construído acima do telhado das casas



Fonte: Arquivos da AMAHOR

Quando os moradores questionaram, os trabalhadores informaram que seria construído um muro e que não tinham mais informações. Assustados com essa atitude do

Parque, os moradores procuraram a AMAHOR para tentar intervir. A AMAHOR encaminhou um ofício pedindo informações, mas não foi respondida.

Como podemos ver na imagem acima, os muros foram construídos acima dos telhados das casas, o que contribui para tornar as casas úmidas, com pouquíssima ventilação e com baixa incidência de iluminação solar, transformando um ambiente saudável em um local insalubre, muito propício para o desenvolvimento de doenças respiratórias. Tornar o ambiente de moradia insalubre é mais uma ferramenta utilizada pelo JBRJ para forçar a saída das famílias que residem no perímetro do parque.

Tratamos até aqui sobre o JBRJ, mas para compreender a dinâmica imposta no sentido contrário à permanência dos moradores e moradoras do Horto, é preciso avançar na direção de outros atores. A Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico – AMA-JB e a Associação de Moradores e Amigos da Gávea se posicionam a favor da reintegração de posse para o Jardim Botânico. A primeira entidade teve um papel crucial no processo de não concretização da regularização fundiária, que fora encaminhada pela SPU-RJ, pois provocou o TCU pedindo a suspensão da implementação do Plano elaborado pela FAU-UFRJ. Já a segunda entidade, conforme relatam os moradores das vilas da Major, costuma durante suas reuniões comunitárias elaborar discursos contrários à comunidade, além de se articular a vereadores para encaminhar denúncias que acusam os moradores das vilas de praticar danos ambientais ou contra o patrimônio. É importante também lembrar da Associação de Amigos do Jardim Botânico, entidade que apoia e colabora financeiramente com o JBRJ, que também se posiciona contra a permanência da Comunidade do Horto.

Como já vimos anteriormente, as Organizações Globo também têm uma grande importância em pressionar a comunidade ao utilizar seu vasto arsenal midiático para criminalizar a comunidade e criar uma opinião pública desfavorável. Jornais impressos e no formato online, e matéria televisivas costumam retratar os moradores como invasores e praticantes de danos ao meio ambiente. Durante a pesquisa de campo, alguns moradores me mostraram recortes de jornais antigos com matérias depreciativas em relação aos moradores do Horto. Nunca ofereceram uma oportunidade para a Associação de Moradores e Amigos do Horto se defenderem publicamente em suas mídias. Essa atuação ferrenha contra a comunidade se explica porque a Fundação Roberto Marinho é apoiadora, parceira e financiadora do JBRJ de longa data e, inclusive, foi responsável, junto com o antigo Banco Real, pela reforma e restauração para acolher visitantes do

megaevento Conferência Mundial para o Meio Ambiente - ECO-92, sediada na capital do Rio de Janeiro.

Se a Comunidade do Horto for removida, é muito possível que apoiadores do Jardim Botânico tenham acesso a essa terra por meio de parcerias. Até porque, como dito pelos moradores da Vila da Major 64, existe interesse em ampliar a parte comercial do parque para inserir mais bares e restaurantes gourmets, teatros, dentre outras iniciativas comerciais. Tudo isso à custa da remoção de uma comunidade bicentenária.

Seguindo no contexto de utilização da mídia para deslegitimar a comunidade, diante organização e divulgação do Museu do Horto, a Revista Veja publicou a matéria: *“Um ultraje, um escândalo”*, em 09.02.2011, criticando duramente a comunidade. Um dos trechos mais graves foi a afirmação: “Cogitou-se até transformá-la em quilombo, sob a alegação de que quem pleiteava a terra eram descendentes de escravos, mas a ideia não vingou por falta de evidências”. Como resposta à matéria, a historiadora Laura Olivieri publicou, no Portal Geledés, o texto *“Quilombos não se inventam; eles existem historicamente”*. Nele, a historiadora fala sobre os seus mais de 10 anos de pesquisa sobre a área, apontando que existem construções na comunidade anteriores à criação do parque, atesta as evidências concretas e imaginárias (referentes à memória comunitária) e as diversas senzalas que existiram na região, além de reafirmar a missão do Museu do Horto em afirmar a origem histórico-cultural e identidade negras.

Uma outra instituição importante nessa discussão é o Instituto de Matemática Pura e Aplicada – IMPA, localizado na região do Horto. Recentemente, as obras realizadas para a construção de um enorme campus estão causando dano ambiental para a localidade. A ampliação do campus, segundo o movimento “Desmentindo IMPA”<sup>57</sup>, criado por moradores dos arredores do IMPA, gerou um grande desmatamento na área, derrubando 459 árvores de diferentes espécies: Cambucás, Pitangueiras, Grumixamas, Juçaras, Embaúbas, Pau-Pólvora, Pata-de-Vaca Branca e Angico, dentre outras.

Esse desmatamento foi realizado sem o estudo de impacto ambiental necessário para retiradas de vegetação com essa proporção. Além da perda significativa da flora e fauna oriundas da Floresta da Tijuca, a retirada das árvores vem causando muita preocupação aos moradores não só da Comunidade do Horto, mas de toda região, devido aos impactos que podem ocasionar enchentes na época de chuvas.

---

<sup>57</sup> Endereço Instagram

FIGURA 34 – Desmatamento promovido pelo IMPA



Fonte: BBC News Brasil

Em 2019, a Comunidade do Horto enfrentou uma terrível enchente que causou muitos prejuízos aos moradores, na qual algumas famílias perderam parte do imóvel onde residem e tiveram que se abrigar na casa de outros moradores até o volume dos rios baixar. Nesse episódio, moradores disseram em uma entrevista à BBC News Brasil, que suspeitavam que

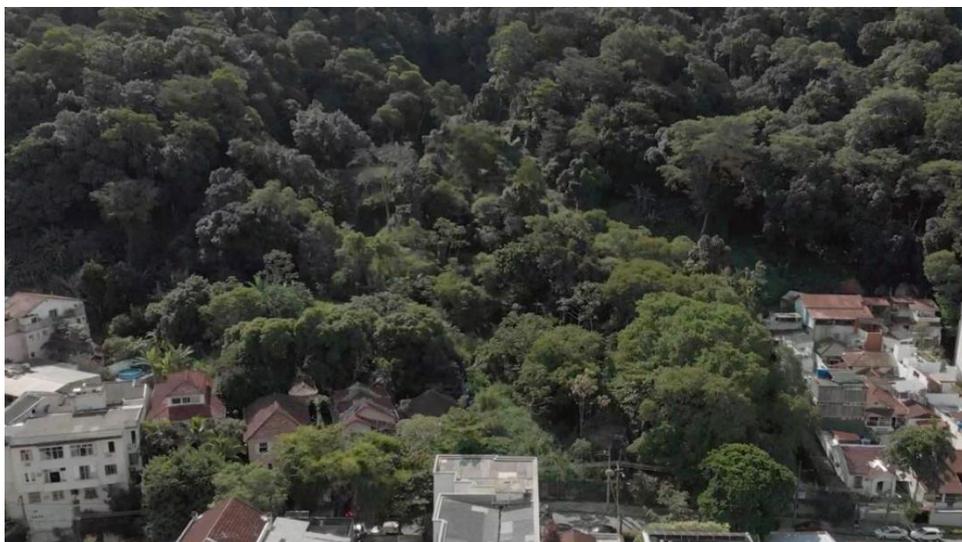
os efeitos da chuva tenham sido agravados pela capinagem recente da mata recobrendo parte da encosta, que está sendo preparada para receber um novo campus para o Instituto de Matemática Pura e Aplicada. A vegetação cortada do terreno teria sido arrastada pela chuva, entupindo dutos que escoam riachos por debaixo de casa e prédios – fazendo com que esses cursos d’água, com seu volume multiplicado, encontrassem novos caminhos (BBC NEWS BRASIL, 09.04.2019, online).

O que ocorre é que a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, no final da gestão do prefeito Marcelo Crivella, autorizou a obra do IMPA sem o devido e necessário estudo de impacto ambiental. Somada a essa questão, a gestão municipal cortou gastos para a dragagem dos rios da cidade, fato este que prejudicou muitos moradores da cidade, especialmente aqueles que residem próximo aos rios. No caso da Comunidade do Horto, além de ter chovido 311 mm de chuva em 24 horas, a ausência da dragagem somada ao desmatamento, fez os rios locais transbordarem por várias ruas não só da comunidade como em parte do bairro Jardim Botânico, arrastando carros, concreto, pedras, terra, o que também produziu crateras nas ruas.

Diante desse cenário, foi criado o movimento “Desmentindo IMPA” por moradores do bairro para pressionar a instituição a não desmatar e apresentar o estudo de

impacto ambiental. Mesmo com toda a repercussão, o IMPA retirou as 459 árvores e segue em frente com a construção do novo *campus*.

FIGURA 35 – Área antes do desmatamento



Fonte: BBC News Brasil

É muito interessante essa dinâmica do discurso ambiental imposta na localidade. Enquanto a Comunidade do Horto é acusada constantemente de causar dano ambiental à área nos jornais de mídia tradicional, argumento falacioso disseminado para criar uma opinião pública desfavorável à permanência, o IMPA segue construindo o campus sem sequer apresentar o estudo de impacto ambiental adequado. É importante ressaltar dois aspectos: o primeiro é que o referido campus é construído a partir de um modelo considerado como sustentável, que inclusive foi indicado ao *Prêmio Faz Diferença 2021*, na categoria Ciência e Saúde, e, premiado em uma competição internacional de sustentabilidade em arquitetura. Portanto, é retratado constantemente como um excelente projeto em mídias tradicionais. O segundo aspecto é que a Comunidade do Horto que possui projetos voluntários e comunitários de replantio florestal e limpeza dos rios, como por exemplo, o Projeto Horto Natureza, é acusada de dano ambiental pelos atores interessados na remoção. O Jornal do Brasil é um dos canais midiáticos que publica matérias questionando a instalação do novo campus.

Mas o instituto (IMPA), vinculado ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações, chefiado pelo ministro astronauta, Marcos Pontes, quer valer da sua excelência, reconhecida internacionalmente, para criar onde era mata um Novo Campus, como batizou: um prédio de oito andares, incrustado na encosta verde, com quatro blocos de dois andares cada, num total de 20 mil m<sup>2</sup>. Trata-se de monstro desproporcional a todas as escalas de moradia do bairro, que vem se revoltando contra os estragos já feitos na rua Barão de Oliveira Castro

e que teme pelo impacto que o movimento incessante de caminhões para retirada de pedras, terras e árvores, além do suprimento de materiais para a obra irá causar ao bairro. Calcula-se que seriam necessários 2.250 caminhões de dez toneladas, trabalhando cinco dias por semana, o que levaria 225 dias, ou 45 semanas com passagem diária de dez caminhões de dez toneladas pelo bairro que só tem uma entrada, a Rua Lopes Quintas, e uma saída, a Rua Pacheco Leão. Só em um destes blocos estão previstos espaços que justificariam a definição de “CAMPUS” (auditório de 213 lugares, salão de leitura, 67 gabinetes para pesquisadores, sete salas de aula, refeitório com noventa lugares). Nos outros três blocos – somando seis andares – haveria 129 apartamentos para alojar os alunos, pesquisadores e visitantes do Impa. O que de fato pode ser considerado como um tipo de hotel. Estima-se que serão alojadas em torno de 300 pessoas, e que circularão cerca de 1.500 novas pessoas, numa rua onde hoje com menos de trezentos moradores, assinala o engenheiro e geólogo Sérgio Fontoura, um dos líderes do movimento dos moradores do Horto. Sérgio Fontoura lembra que a região, considerada com geologia perigosa, sofreu um grande impacto em 2019, quando uma enxurrada desceu pelas encostas e destruiu casas na Rua Sara Vilela, até hoje não reconstruída 100% pela Prefeitura. (JORNAL DO BRASIL, 2021, online).

É impressionante o fato de um prédio com tamanha magnitude ter autorização municipal para ser construído em área de floresta sem apresentar o estudo técnico ambiental necessário. A fotografia abaixo mostra uma parte do projeto do campus com essa vasta dimensão que segue em construção pelo IMPA.

FIGURA 36 – Projeto do Novo Campus do IMPA



Fonte: BBC News Brasil

A partir da experiência de localidades da cidade que estão sob ameaça de desastres ambientais, foi criada, em 1º de dezembro de 2021, na Câmara de Vereadores da cidade do Rio de Janeiro, a “*Frente Parlamentar em Defesa da Justiça Socioambiental*”.

Coordenado pela Articulação Carioca de Justiça Socioambiental, o movimento, que nasceu na Pastoral da Ecologia Integral da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, é formado por 15 grupos vicariats e paroquiais, dois coletivos especiais voltados especificamente para temáticas de reciclagem e inclusão socioeconômica, plantio de árvores e preservação do meio ambiente, ameaçado nos diversos cantos da cidade, incluindo a Baía de

Guanabara. De imediato, defende três pontos básicos para que o prefeito Eduardo Paes recupere a cidade do estrago produzido na gestão Marcelo Crivella.

- “Imediato retorno da função de licenciamento ambiental para a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, de onde nunca deveria ter saído.
- Revisão criteriosa das licenças já concedidas.
- Criação da CPI da liberação das licenças de construção.
- A criação de lei que institui a necessidade de estudo de impacto ambiental e estudo de impacto de vizinhança pela Câmara dos Vereadores.

Especialmente no caso da região do Horto, os moradores mobilizaram deputados, vereadores e organizações de proteção ao meio ambiente para dar visibilidade ao caso e pressionar o IMPA. Segue abaixo o trecho de uma matéria publicada no jornal local *JB Em Folhas*, que tem acolhido a narrativa dos moradores do bairro, demonstrando essa mobilização.

Segundo o deputado estadual Carlos Minc, que enviou representante ao local na semana passada, o IMPA é top, “mas o estudo ambiental é fraquíssimo: ruim e falho. Descumpre várias leis, como a do impacto de vizinhança e a do prévio levantamento geológico, de flora e de fauna”. Além de Minc, o grupo **Desmentindo o Impa** reuniu representantes dos vereadores Chico Alencar e Reimont, membros do Articulação Carioca e Marcelo Lemos, do movimento Baía Viva. Eles observaram a dimensão da obra licenciada para construção no Horto e visitaram a parte alta da área, a fim de observar o trajeto pelo Alto Jardim Botânico, por onde, antes das chuvas de 2019, era possível acessar o terreno. Com isso, foi constatado que a licença concedida pela CET-Rio está desatualizada e não contempla corretamente o impacto viário causado pela obra no bairro. A ronda terminou na sede do IMPA, onde foi possível ao grupo observar a relação espacial de lá até o que estão chamando de “novo campus” (JB EM FOLHAS, 05.05.2022, online)

Em 2021, foi realizada uma audiência pública virtual sobre a construção do campus e o desmatamento que coloca várias áreas do bairro em risco de inundação e enchentes que podem, além de um grande prejuízo material, ceifar vidas. Participaram dela os arquitetos e engenheiros responsáveis pelo projeto do campus, o diretor-geral do IMPA (Marcelo Viana), o secretário municipal de Meio Ambiente Eduardo Cavaliere, o deputado estadual Carlos Minc, o vereador Pedro Duarte, representantes da GEO-RIO, membros das associações de moradores do Jardim Botânico e do Horto e o vereador Chico Alencar que conduziu a audiência.

Na audiência, o diretor-geral da instituição, Marcelo Viana, apresentou durante a audiência pública o projeto de expansão do prédio com a construção de um campus sustentável no bairro do Horto, na Zona Sul.

O projeto prevê a construção de 67 gabinetes, 7 salas de aula, 4 salas de estudo, laboratórios computacionais, centro de processamento de dados, auditório com 213 lugares, biblioteca virtual de 258 metros quadrados e 129 unidades de habitação para estudantes e visitantes em um terreno adjacente. Segundo Marcelo Viana, o IMPA, desde o início do processo, realizou um diálogo construtivo com as partes envolvidas e fez 13 reuniões com associações de moradores do local.

“Essas reuniões resultaram em diversas modificações do projeto. Algumas áreas foram suprimidas do projeto de edificação a partir do diálogo com os moradores. O projeto inicial contemplava cinco blocos e nós abrimos mão de um deles, a pedido dos moradores. Criamos também um corredor verde de 20 metros de largura para separar nossa edificação das casas vizinhas. Além disso, a área de edificação foi reduzida a  $\frac{1}{4}$ , o número de unidades habitacionais foi reduzido em 22,3% e as vagas de estacionamento foram reduzidas ao mínimo permitido pela legislação. A entrada do empreendimento foi totalmente reformulada”, destacou Viana.

Com um investimento de R\$100 milhões, o projeto foi feito para ser integrado à natureza e ganhou prêmio internacional de sustentabilidade em arquitetura. Como a construção vai demandar a retirada de 255 árvores do terreno, o IMPA dará uma contrapartida ambiental. Serão plantadas mais de 4 mil mudas de espécies nativas da Mata Atlântica no local. O instituto também argumenta que a obra será feita em uma clareira que existe no terreno há muitos anos, o que já reduziria os impactos ambientais. Marcelo Viana também destacou que a maior parte das árvores suprimidas são espécies exóticas, que não fazem parte da vegetação nativa da região (CÂMARA DE VEREADORES, 01.06.2021, online)

As associações de moradores marcaram o posicionamento contra a construção e expuseram os motivos. O deputado Carlos Minc e o vereador Pedro Duarte se manifestaram sobre o licenciamento ambiental.

Uma das representantes da Associação de Moradores das ruas Barão de Oliveira Castro e da Marquês de Sabará, Ana Soter, destaca que o aumento da circulação de pessoas vai causar muitos impactos para a vizinhança. “Hoje na rua não moram nem 300 pessoas, esse empreendimento irá dobrar o número de moradores da rua e fazer circular mais de 1500 pessoas nas redondezas, entre moradores, funcionários, professores, palestrantes”, pontuou Ana. O deputado estadual, Carlos Minc destacou que oito pontos ligados ao licenciamento do projeto chamaram a sua atenção: a falta de discussão de uma alternativa locacional, manejo da fauna, o fato de o projeto ser fronteiro com o Jardim Botânico, as compensações socioambientais, o levantamento da flora existente, as audiências públicas não feitas, o impacto de vizinhança e a questão geológica. “São pontos que a legislação exige e não foram acatados, mas isso não impede que eles sejam ainda cumpridos”, ressaltou.

O vereador Pedro Duarte (Novo) destacou que o foco da discussão deve ser a questão do licenciamento ambiental e urbanístico, com o esclarecimento de dúvidas que foram levantadas na reunião. “O IMPA não está nem jamais estaria acima da lei. Mas também não pode estar abaixo dela, completamente desconexo dela. Existe uma legislação

ambiental, que foi cumprida, com licenciamento, com averiguação do ICMBio, com todo o protocolo, todo o processo. Isso é o que importa aqui", destacou. (CÂMARA DE VEREADORES, 01.06.2021, online)

O secretário municipal de Meio Ambiente se posicionou favorável a construção do campus e afirmou que o licenciamento ambiental foi regular e que não houve nenhuma simplificação no processo de autorização. O que impressiona nos trechos destacados sobre a audiência e no caso como um todo é como as instituições se comportam e o discurso ambiental é moldado de acordo com os interesses. Uma obra desse porte causa menos impacto ambiental que uma comunidade como a do Horto, tradicionalmente construída e socializada em meio à natureza?

Trazendo a perspectiva de Cida Bento sobre o pacto narcísico da branquitude, é nítida a articulação dessas instituições para garantir seus projetos e interesses. O IMPA, mesmo promovendo um grande desmatamento para construir seu enorme campus proporção dentro da floresta sem o estudo de impacto ambiental adequado, tem o aval das autoridades para seguir em frente com o projeto. Enquanto isso, na outra ponta, a permanência da Comunidade do Horto é retratada e acusada como danosa ao meio ambiente. Seus moradores são mantidos em uma constante vigilância, sendo denunciados por supostas obras irregulares, caso façam obras de reparos e de manutenção em suas casas.

A diferença de tratamento dada à comunidade se estende também ao âmbito jurídico. O mesmo Tribunal Regional Federal que emite as sentenças contra a Comunidade do Horto foi o mesmo que emitiu uma sentença favorável a permanência do Condomínio Canto e Melo. O referido condomínio de classe média/alta foi construído ilegalmente em meio à floresta, em uma região conhecida como Alto Gávea, desobedecendo as normas ambientais vigentes à época.

Uma ação foi ajuizada para reparar os danos ambientais advindos da construção do condomínio e “com pedido de demolição das construções, fechamento dos logradouros abertos e replantio da vegetação, tendo em vista sua instalação em área não edificável pela legislação ambiental e urbanística” (GUIMARÃES; PINTO, 2019, p. 97). Um dos proprietários respondeu em juízo que caso a família não houvesse ocupado a região e construído suas casas, possivelmente a área teria sido ocupada por favelados (idem, p.97). Esse depoimento demonstra nitidamente quem pode ou não ocupar os locais considerados como privilegiados da cidade.

Outro fato tão grave quanto parece ser a continuação das obras, mesmo com o ajuizamento da ação e com o deferimento, em 23 de maio de 1991, de medida judicial liminar para determinar a abstenção aos réus de promoverem novos desmatamentos e/ou prosseguirem na construção de edifícios de qualquer espécie, assim como consentir que terceiros o façam na área de sua propriedade. Tanto assim que, em 2003, quando realizada nova perícia, outros 17 imóveis foram erguidos, somando-se aos oito que já haviam sido construídos entre 1984 (quando o projeto não foi aprovado) e 1991 (ano da propositura da ação); além disso, um 26o imóvel estava sendo construído. Ou seja, os proprietários tinham pleno conhecimento de que as construções eram proibidas e, ainda que, a princípio, não seriam passíveis de regularização. E, além de um descumprimento manifesto às normas ambientais e urbanísticas, demonstraram um profundo desrespeito às decisões judiciais, como se soubessem que, ao final, tudo restaria resolvido e eles poderiam viver tranquilamente em suas casas em região valorizada da cidade do Rio de Janeiro – como de fato aconteceu.

Embora o condomínio esteja localizado parcialmente no interior do IPJB, constando, ainda, informações de que duas casas do condomínio estão avançando sobre os limites do parque (ALDÉ, 2005a), não se encontrou nenhuma manifestação do Jardim Botânico a respeito. A sentença (decisão de primeira instância) foi proferida em janeiro de 2011, no sentido da improcedência da ação judicial por não terem sido comprovados os danos ambientais causados pela construção das casas. De acordo com a sentença,

[...] a realidade destes autos não aponta, de forma alguma, para a ocorrência de dano ambiental, sendo de salientar que, se dano ocorre, se desenvolve bem ao lado da área em tela – favela da Rocinha – e nada, rigorosamente nada, foi feito para coibir o desmatamento. Apenar os réus pelas alterações mínimas feitas na vegetação, sem potencial lesivo e ainda capazes de proteger o espaço de invasões, seria ir na contramão da defesa do meio ambiente. (RIO DE JANEIRO, 2011).

Ou seja, a sentença, além de afirmar que sequer existiu dano ambiental, utiliza-se do “perigo da favelização” para justificar a permanência das casas.

O trecho acima, retirado do artigo “Racismo ambiental e aplicação diferenciada das normas ambientais: uma aproximação necessária entre os casos da comunidade do Horto Florestal e do Condomínio Canto e Mello (Gávea/RJ)”, mostra o tratamento discriminatório praticado pelo Poder Judiciário e denota o racismo ambiental presente no conflito.

Sob o argumento do medo da favelização, o TRF da 2ª Região acolhe a permanência do condomínio, mesmo diante de todas as violações cometidas pelos proprietários. A autora Cida Bento analisa de maneira cirúrgica o medo racial que fundamenta o pacto narcísico da branquitude no contexto brasileiro.

Nesta altura, destacamos um outro elemento importante que está na gênese desses processos, e que é ressaltado por vários estudiosos das

relações raciais no Brasil: o medo. Esta forma de construção do Outro a partir de si mesmo, é uma forma de paranoia que traz em sua gênese o medo. O medo do diferente e, em alguma medida, o medo do semelhante a si próprio nas profundezas do inconsciente. Desse medo que está na essência do preconceito e da representação que fazemos do outro é que nos fala também Célia Marinho de Azevedo em sua obra *Onda negra, medo branco* (1987). O estudo de Azevedo evidencia como o ideal do branqueamento nasce do medo, constituindo-se na forma encontrada pela elite branca brasileira do final do século passado para resolver o problema de um país ameaçador, majoritariamente não branco. (BENTO, 2020, p. 32)

É possível identificar esse mesmo medo na sentença proferida pelo Tribunal de Contas da União para impedir a regularização fundiária da Comunidade do Horto. Em um trecho da sentença, os moradores do Horto são comparados aos moradores de rua da Praça Nossa Senhora da Paz.

A propósito, o que está a ocorrer no Jardim Botânico do Rio de Janeiro bem demonstra o nível de apreensão, entre nós, da significação do conceito de patrimônio público e cidadania. Em comparação, seria inconcebível cogitar que áreas públicas do Hyde Park, em Londres, ou do Central Park, em Nova Iorque, ou do Bois de Bologne, em Paris, pudessem ser objeto de tal atentado. Qualquer ousadia semelhante a que hoje se perpetra no Rio de Janeiro seria objeto de revolta popular, em defesa do meio-ambiente. Em exemplo grotesco, a utilização das áreas do Horto Florestal do Rio de Janeiro, para a finalidade de regularização fundiária, é hipótese idêntica à da utilização da Praça Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, para assentamento popular dos mendigos que ali habitam (ou habitavam) em caixotes de papelão. (p.82)

A dita apreensão do “nós” expressa no trecho em destaque é seguida de exemplos de parques norte-americanos e europeus, demonstrando um diálogo direto com aqueles comuns que têm um capital econômico e cultural que permite acesso a tais locais. Resta evidente ainda o preconceito e a discriminação em relação às pessoas moradoras de rua que segundo o julgamento não devem ocupar locais privilegiados. Tal interpretação foi estendida aos moradores do Horto. O fato é que as sentenças são emitidas pelos juízes e desembargadores sem que haja uma escuta. Ouvir os moradores e suas vivências no território seria fundamental em um processo que envolve tantas famílias. No entanto, o que presenciamos é um julgamento que prioriza os seus pares e criminaliza pessoas pobres, majoritariamente negras.

Percebe-se ainda como a articulação com a mídia é tão forte que influencia o posicionamento do Tribunal em questão e aponta para uma ação indevida por parte da Secretaria de Patrimônio da União – RJ, órgão responsável pela regularização fundiária.

A propósito, noticia o jornal “O Globo” que há centenas de processos, com decisões transitadas em julgado, no sentido da ausência de direito

dos invasores. Apesar disso, os órgãos responsáveis estariam procrastinando a prática dos atos de recuperação das áreas invadidas. Caso tal notícia seja verdadeira, seria exemplo clássico da prática de crime, pelos agentes federais responsáveis, pois estariam a cometer o crime de prevaricação, ou seja, deixar de praticar ato de ofício, para atender sentimento pessoal.

(...)

A questão assume grau de importância ainda maior em razão da politização do tema. Noticiam os meios de comunicação que autoridades públicas graduadas estariam desenvolvendo ações, na defesa de interesses privados, junto à Secretaria de Patrimônio da União, à Superintendência de Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro e a outros órgãos públicos, para a regularização dessas áreas, nas quais habitam seus parentes e eleitores. Há notícias, também, de que autoridades federais e estaduais teriam passado a habitar o local. A situação hoje existente equivale a um cabo de guerra, em que de um lado se colocam os invasores e seus defensores e, do outro, isoladas, a lei e a sociedade. (RIO DE JANEIRO, 2012, p.82)

A partir do trecho acima é possível perceber a especulação sobre supostos interesses privados de políticos e autoridades ligados à comunidade do Horto, com o objetivo de favorecer parentes e eleitores. Essas especulações são levantadas como forma de desmoralizar apoiadores da comunidade. O documento sugere ainda que a SPU esteja dificultando a reintegração de posse para também atender a interesses privados.

Tais fatos explicam - sem absolutamente justificar - a posição da Secretaria de Patrimônio da União e da Superintendência de Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro, a colocar dificuldades para a aplicação da legislação e recuperação da área invadida. A inação do órgão é ilegal, significa descaso com o patrimônio público federal, causa efeitos deletérios na sociedade e implica tomada de posição em favor da irregular transferência a particulares de áreas públicas tombadas. No caso concreto, a responsabilidade dos gestores da SPU deve ser apurada, tanto na esfera administrativa, quanto na cível e criminal, e merecer a devida reprimenda, porquanto a omissão e a complacência do Poder Público caracterizam improbidade administrativa, assim como procurar solução onde a lei não permite. (p.83)

Em resumo, o caso da Comunidade do Horto revela a estrutura e dinâmicas racistas operantes, seja de maneira estrutural, institucional ou ambiental. Resta evidente que o sistema gerado e estabelecido pela branquitude continua firme em garantir seus privilégios. O ideário criado e estabelecido por pessoas brancas de quem faz parte do “nós” e quem são os “outros” conduz à manutenção de 500 anos de privilégios disseminados de maneira estrutural e institucionalizada.

Com base nos escritos de Kaes, talvez possamos tentar compreender algo como o que Hasenbalg chamou de “acordo tácito” na sociedade brasileira, que é o de não falar sobre racismo e sempre encarar as

desigualdades raciais como um problema do negro. Talvez possamos ainda problematizar a noção de privilégio com a qual as pessoas raramente querem se defrontar, transformando-a rapidamente num discurso de mérito e competência que justifica uma situação privilegiada, concreta ou simbólica. Quando se deparam com informações sobre desigualdades raciais tendem a culpar o negro e, ato contínuo, revelar como merecem o lugar social que ocupam. Kaes nos mostra que os produtos do recalque e os conteúdos do racalcado são constituídos por alianças, pactos e contratos inconscientes por meio dos quais os sujeitos se ligam uns aos outros e ao conjunto grupal, por motivos e interesses superdeterminados. Esse acordo inconsciente ordena que não se dará atenção a um certo número de coisas: elas devem ser recalçadas, rejeitadas, abolidas, depositadas ou apagadas. Mas enfatiza que, ao possuir um ar de falsidade, elas possibilitam um espaço onde o possível pode ser inventado. (BENTO, 2020, p.46)

Aqueles que são considerados como pares se organizam para garantir o *status quo*. E assim brancos ostentam privilégios garantidos por uma estrutura colonializada, ao passo que negros e indígenas se encontram aliados desta mesma estrutura social e enfrentam uma série de obstáculos no processo de garantia de direitos.

Inclusive, a exclusão de negros e indígenas em relação à propriedade foi instituída por meio da Lei n. 601 de 1850 – a Lei de Terras. O interessante é que o referido instrumento jurídico foi criado no mesmo ano em que foi promulgada a Lei n. 581 de 1850 – Lei Eusébio de Queiroz, que proibiu de forma definitiva o tráfico de escravizados no Brasil. Existe, portanto, uma conexão entre “o fim do tráfico negreiro, a importação de mão de obra (europeia), com a migração do trabalho escravo para o trabalho livre e / ou assalariado, e a restrição do acesso à terra (RIBEIRO, 2020, p.47). A nova dinâmica instaurada deslocou o sentido mercadológico dos corpos africanos para a terra.

A partir da legislação fundiária de 1850, para a terra foi transferida a característica de mercadoria, até então atribuída ao escravo africano no contexto do tráfico. José de Souza Martins procede ao detalhamento da referida interligação:

[...] a nova legislação fundiária de 1850 nasceu estreitamente relacionada com a crise do trabalho escravo plantada na suspensão do tráfico negreiro e com a ameaça que essa crise poderia estender à grande lavoura, fundada no latifúndio porque fundada na escravidão.

[...] A imigração como solução para a crise do trabalho escravo entraria em conflito com a liberdade de acesso à terra, se o país passasse a ser progressiva e maciçamente povoado por homens livres, ainda que pobres, sobre os quais não recaísse nenhuma interdição racial, social e jurídica para impedir que se tornassem facilmente proprietários de terras. A criação de uma nova forma de interdição nasceu junto com a cessação do tráfico e a instauração do novo regime de propriedade.

[...] Desse modo, até mesmo as terras livres que, no regime anterior, estavam sujeitas a simples ocupação, só teriam aquisição legítima através da compra. É o que abre um longo período de conflitos fundiários até hoje não encerrado, pois as outras formas de aquisição da

terra tornaram-se automaticamente ilegais e sujeitas a contestação judicial, salvo nos casos expressamente contemplados nas leis. Seria engano supor que a finalidade da Lei de Terras fosse a de democratizar o acesso à propriedade fundiária. Na verdade, ela nasceu como instrumento legal que assegurava um monopólio de classe sobre a terra em todas as regiões do país, mesmo naquelas ainda não ocupadas economicamente (RIBEIRO, 2020, p. 47-48).

A Lei de Terras estabeleceu, portanto, uma nova condição para a aquisição de terras na qual os escravizados não poderiam acessá-las porque não eram livres, não possuíam titularidade de direitos, nem mesmo acerca da sua própria força de trabalho, além de não terem condições financeiras para adquirir uma propriedade (RIBEIRO, 2020, p. 51). Portanto, a negação estabelecida ao povo negro no que tange ao acesso à terra, à propriedade e, conseqüentemente, ao direito à moradia, foi historicamente moldada por uma legislação instituída a serviço da colonialidade.

Assim, no período pós-abolição, a impossibilidade de instrumentos jurídicos que garantissem o acesso à terra, de maneira eficiente, continuou a perseguir os agora ex-escravizados e seus descendentes. Sem qualquer tipo de reparação ou indenização (que deveria ser providenciada por parte dos senhores de escravos ou do Estado) pelo período da escravidão, a população negra foi lançada à sua própria sorte, alijada de direitos fundamentais básicos, sendo automaticamente empurrada para a construção de favelas, comunidades, ocupações, dentre outras, consideradas pelo universo jurídico como ilegais / subnormais, para garantir sua sobrevivência (RIBEIRO, 2020, p.79).

Este cenário evidencia uma ferramenta racista que permanece operando no cotidiano da história social brasileira: a atuação do pacto narcísico da branquitude em prol da manutenção dos interesses e privilégios da hegemonia branca. Portanto, o conflito fundiário constituído contra a Comunidade do Horto, a partir dos atores envolvidos, torna-se um nítido exemplo de como a propriedade é utilizada para continuar negando o acesso de pessoas negras à terra.

### **3.2.2. Ancestralidade e Memória Comunitária confrontando o Direito de Propriedade**

Dentre os aspectos do conflito fundiário envolvendo a comunidade do Horto ausentes de consideração nos processos judiciais, que promovem a remoção dos

moradores, talvez o mais importante seja a relação ancestral da comunidade com o território. Essa relação reivindica um direito à memória, que é vivo, porque continua pulsando nos modos de vida, nas relações familiares, na construção do território e no imaginário da comunidade.

A ancestralidade define de modo estruturante a cosmopercepção negro-africana, dispersa pelas suas inúmeras e diversas culturas. [...] Importa assinalar as transformações desse princípio fundacional a partir de uma experiência originariamente vivenciada e concebida no âmbito familiar, de forma concreta e materialmente figurada, para sua transcrição e abrangência transfamiliar nas Américas, em particular no Brasil, como um modo de readequação seja do princípio em si, seja dos sujeitos nele circunscritos e a ele relacionados. A expansão consequente do conceito de família e dos vínculos de parentesco e de pertencimento nas Américas, no âmbito da coletividade afro, quer no passado, quer no presente, como uma forma de restituição e reconfiguração do princípio da ancestralidade, agora aprendido e vivido, durante e após a escravidão, pelo engendramento de novos vínculos, dos quais deriva a constituição de uma linhagem familiar mais ampla, afetiva e simbolicamente, que passa a congregar o africano e seus descendentes em comunidades de pertencimento e de ajuda mútua, performada no âmbito das Casas, terreiros de Candomblé e nos festejos dos Reinados, por exemplo, e nos inúmeros outros modos de recomposição da herança e da memória africanas transcriadas nos territórios americanos (MARTINS, 2021. P.58-60)

A ligação da Comunidade do Horto com seu território expressa esses sentidos de ancestralidade e memória articulados no trecho acima. O modo de vida comunitário estabelecido pelos moradores e moradoras evidencia a recomposição da herança africana no Brasil. A própria criação coletiva do Museu do Horto demonstra o desejo de reafirmar as raízes africanas desta territorialidade e, assim, reterritorializar e perpetuar sua memória ancestral para, a partir dela, fortalecer o sentimento de pertencimento e legitimar sua permanência no território. Portanto, a Comunidade do Horto busca exercer seu direito fundamental à memória, compreendido como

o direito subjetivo de conhecer, resgatar e refletir sobre o passado da sociedade através do acesso orientado e gratuito ao patrimônio cultural brasileiro em sua dimensão tradicional. Não é simplesmente o acesso à cultura, mas a parte dela que evoca a origem do povo, os seus valores fundantes e as suas raízes. Ainda, considere-se que o direito à memória tem como um dos seus principais aspectos a possibilidade de conhecer o passado através da livre investigação. Isso conduz à necessária busca pela verdade dos fatos da História, à liberdade de construir uma história revisionista e, principalmente cicatrizar fatos dolorosos do passado, não através do esquecimento, mas do combate à impunidade (DANTAS, 2010, p.66-67)

É através da memória que a Comunidade do Horto reafirma o seu pertencimento ao território e confronta a versão perversa sobre a ocupação de suas terras, adotada e

disseminada pelos detentores do poder hegemônico. Essa memória coletiva é que sustenta, alimenta os movimentos de resistência e se torna força motriz para lutar pelo direito à moradia.

A memória social ou coletiva consiste no registro pela sociedade, dos mitos fundadores, relatos, documentos, datas, pessoas e lugares importantes para a vida coletiva (CHAUÍ, 2001, p. 129), e que marcam a coexistência. No âmbito social, existe o compartilhamento das experiências dos indivíduos, resultando em uma construção coletiva e dinâmica a partir do equacionamento dialético dos valores passados e presentes (JANOTTI; ROSA, 1995, p. 111-112), daí se poder afirmar que a memória social é uma representação compartilhada do passado (ROUSSO, 2005, p. 95). (...) A importância da memória social é evidente porque constrói a identidade coletiva de um grupo social, e, em segundo lugar, dá sustentação à memória individual porque se constitui em seu quadro de referências, além de permitir ao indivíduo conhecer fatos que não presenciou. (...) A possibilidade de escrever uma história alternativa e revisionista é a marca mais evidente da autodeterminação recém-conquistada. Nesse contexto, a memória é mais que a mera transmissão de experiências e tradições através das gerações: na verdade, representa a rememoração afirmativa, ainda que dolorosa, de perseguições políticas, étnicas, religiosas, que fundam a nascente cidadania (DANTAS, 2010, p. 54-55)

Como vimos, o argumento que prevalece para o despejo forçado da comunidade, é o fato de que se trata de um bem público. A defesa jurídica do Horto tem chamado atenção para o fato de que a área onde a comunidade está localizada só foi registrada como bem público no século XXI; e que o contrato de doação ostentado pelo IPJBRJ é de 2016. Por outro lado, continua a defesa jurídica, o tempo de posse da comunidade vem de várias décadas – o que esta tese confirma e documenta. Logo, conclui a defesa que, ainda que a localidade fosse um bem público quando o Horto foi legitimamente ocupado, a área não era um bem de uso comum do povo (como as praças e praias), nem era um bem de uso especial (como são os edifícios onde se prestam serviços públicos): o bem seria público apenas por pertencer ao patrimônio de um ente público, tanto quanto um bem pertence ao patrimônio particular. Nesses casos, público ou privado, trata-se simplesmente de um direito de propriedade – sem privilégios.

A propriedade que o IPJBRJ recebeu recentemente e que ostenta contra a comunidade histórica do Horto, portanto, não era bem de uso comum, nem tinha qualquer destinação específica determinada. Era uma propriedade pura e simples, sobre a qual se tentou posteriormente, já no século XXI, fabricar a destinação de ampliação de pesquisas botânicas para remover os moradores. Ainda assim, sem qualquer consideração da posse de décadas da comunidade, os processos judiciais reconhecem privilégios à propriedade

do IPJBRJ pelo simples fato de o IPJBRJ ser uma autarquia pública – e nem mesmo uma indenização ou a necessidade de prévio reassentamento costumam ser determinadas pelo Judiciário. O caso é tratado como a demissão e o despejo de um caseiro (mera *detenção*).

Assim, o registro imobiliário e o contrato de doação recebido em 2016 são as provas que o IPJBRJ apresenta nos processos que o Judiciário acaba considerando mais relevantes. Registro e contrato: duas típicas provas da propriedade imobiliária.

São curiosos, e revoltantes, os processos de consolidação do privilégio branco. Registro e contrato são as formas contemporâneas de assegurar a propriedade da terra. E a herança dos direitos registrados. É como se as riquezas já estivessem suficientemente distribuídas e só devessem circular por meio de registros, contratos e heranças, desconsiderando outros processos históricos de aquisição e acesso, que, de repente, se tornam ilegais e criminosos.

A memória e a ancestralidade que hoje se negam aos moradores do Horto já estiveram, até mesmo, no discurso conservador sobre as origens remotas da propriedade da terra no Direito ocidental. Fustel de Coulanges, historiador das cidades antigas europeias, relaciona o aparecimento da propriedade na civilização ocidental ao lar, à família e à religião doméstica, voltada inicialmente para os antepassados. Da fixação das famílias no território onde se enterravam os antepassados, surge a primitiva propriedade privada no Ocidente. No capítulo dedicado ao tema, destacam-se trechos como estes:

Há três coisas que, desde as mais antigas eras, encontram-se fundadas e solidamente estabelecidas nas sociedades grega e itálica: a religião doméstica, a família, o direito de propriedade; três coisas que tiveram entre si, na origem, uma relação evidente, e que parecem terem sido inseparáveis.

(...)

Como o caráter de propriedade privada está manifesto em tudo isso! Os mortos são deuses que pertencem apenas a uma família, e que apenas ela tem o direito de invocar. Esses mortos tomaram posse do solo, vivem sob esse pequeno outeiro, e ninguém, que não pertença à família, pode pensar em unir-se a eles. Ninguém, aliás, tem o direito de privá-los da terra que ocupam; um túmulo, entre os antigos, jamais pode ser mudado ou destruído; as leis mais severas o proíbem. Eis, portanto, uma parte da terra que, em nome da religião, torna-se objeto de propriedade perpétua para cada família. A família apropriou-se da terra enterrando nela os mortos, e ali se fixa para sempre. O membro mais novo dessa família pode dizer legitimamente: Esta terra é minha. — E ela lhe pertence de tal modo, que lhe é inseparável, não tendo nem mesmo o direito de desfazer-se dela. O solo onde repousam seus mortos é inalienável e imprescritível. A lei romana exige que, se uma família vende o campo onde está o túmulo, continua no entanto proprietária

desse túmulo, e conserva eternamente o direito de atravessar o campo para nele cumprir as cerimônias do culto.

Era antigo costume enterrar os mortos, não em cemitérios, ou à beira das estradas, mas no campo de cada família. Esse costume dos tempos antigos é confirmado por uma lei de Sólon, e por diversas passagens de Plutarco. Lemos em um discurso de Demóstenes que, ainda em seu tempo, cada família enterrava seus mortos no próprio campo, e que quando se comprava uma propriedade na Ática, nela encontravam a sepultura dos antigos proprietários. Quanto à Itália, esse mesmo costume nos é atestado por uma lei das Doze Tábuas, pelos textos de dois juristas, e por esta frase de Sículo Flaco: “Antigamente havia duas maneiras de colocar os túmulos: uns punham-nos no limite dos campos, outros no meio.”

De acordo com esse costume, pode-se imaginar como a idéia de propriedade se tenha facilmente estendido da pequena colina onde repousavam os mortos ao campo que o rodeava. (...) A sepultura havia estabelecido a união indissolúvel da família com a terra, isto é, a propriedade. (COULANGES, Livro II, cap. VI)

Podemos imaginar o deleite e o distanciamento de muitas pessoas privilegiadas que, na segurança de seus lares, leem sobre essas origens do direito de propriedade, como se estivessem apenas ampliando conhecimento sobre o passado de um direito que possuem. No entanto, guardadas todas as proporções, podemos traçar um paralelo parcial dessas origens com o poderoso senso de pertencimento que, aqui e agora, a ancestralidade e a memória da comunidade do Horto agregam à sua luta pela permanência no território. E isso deve ser motivo de atenção! Os moradores históricos do Horto, além de tudo mais que se possa argumentar, também repousam sobre seus mortos! Aqui e agora.

A Comunidade do Horto sabe da existência de seus ancestrais, cuja presença encontra-se abaixo dos seus pés, a existência das senzalas e seus respectivos cemitérios espalhados pelo território continuam presentes no imaginário comunitário. Assim, os moradores seguem contando a história de seus ancestrais e reivindicam seu direito não só de moradia, mas de pertencimento ao território.

A relação dos moradores do Horto com a história da escravidão está viva ainda nos dias de hoje, identificadas a partir das redes de religiosidade africanas presentes no local, bem como pela presença das ruínas de mocambo encontradas no Morro das Margaridas. Nesse sentido, cabe destacar estudos empreendidos por Souza (2012) que remontam tais características a partir de um trabalho de memória-social elaborado com os moradores da Comunidade do Horto, entre os anos de 2008 e 2012. Um dos entrevistados foi Pai Fausto, morador do Horto, que relata: “A gente olha pro mato e pensa logo na figura do índio, mas o negro também tem tudo a ver com o mato, até pelo aspecto quilombola. Tem uma herança negra aqui muito grande. Aqui perto da minha casa, a 200 metros tinham grilhões para acoitar os negros, tinha senzala... Aqui existe um lamento negro e todo mundo que trabalha com

a espiritualidade aqui sente isso. Meu Pai de Santo Maurício já conversou muitas vezes com a gente a respeito disso. Existe aqui um lamento negro, uma tristeza negra aqui dentro desse lugar. As pessoas passam por cima sem perceber o óbvio, mas é por isso que essas entidades africanas se vinculam muito a esse lugar e sentem necessidade de trabalhar por aqui. A entidade, então, que vem na minha cabeça, ela já me disse que quer ficar aqui, não necessariamente na minha casa, mas é aqui nessa terra que ela quer ficar. Então, existe muito fortemente a presença do negro aqui sim. Espiritual e culturalmente falando” (SOUZA, 2012). (GUIMARÃES; PINTO, 2019, p. 93)

Por fim, memória e ancestralidade são ferramentas que devem ser reconhecidas como critérios de análise para a estrutura jurídica em processos e casos como o da Comunidade do Horto. Descolonizar tal estrutura é um desafio que precisa ser encarado urgentemente para que territorialidades negras e indígenas deixem de ser sufocadas, silenciadas e dizimadas pelo poder hegemônico assegurado pacto narcísico da branquitude.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Na trilha das Dandaras, Candaces e Anastácias: memória e ancestralidade como ferramenta de luta por direito à moradia na Comunidade do Horto* é uma tese construída para ampliar o debate sobre o direito à moradia de comunidades negras e tradicionais na cidade do Rio de Janeiro e quem sabe possa servir como ferramenta a outras comunidades que enfrentem casos semelhantes no Brasil. Memória e ancestralidade aqui se apresentam como uma estratégia importante e necessária traçada por esta comunidade e especialmente conduzida por Emília de Souza, a partir da sua experiência à frente da AMAHOR e da co-criação do Museu do Horto, e das companheiras de luta para confrontar o direito de propriedade.

A propriedade não deveria ser o único elemento garantidor do direito à moradia. Como pode uma comunidade tradicional como a do Horto, com maioria da sua população composta por pessoas negras, assentada sobre os ossos dos seus ancestrais e que conta a sua própria história, destacando suas raízes africanas, ser arrancada do território ao qual pertence? A quem serve esse modelo jurídico de propriedade? Portanto, de acordo com todas as batalhas travadas pela comunidade nos tribunais e o tratamento diferenciado, baseado em critérios discriminatórios, é urgente que a atual compreensão e interpretação acerca do instituto propriedade sejam reformuladas pelo sistema jurídico brasileiro.

O caso da Comunidade do Horto apresenta um conflito entre direito à moradia e o direito à propriedade, com outro confronto real embutido: memória *versus* propriedade. Dado o contexto de racismo estrutural, que apaga constantemente a memória africana e torna invisível a trajetória e a experiência de pessoas negras, a remoção dos moradores e moradoras do Horto, além dos impactos negativos causados pelo deslocamento forçado, implicará diretamente no apagamento e silenciamento da história e memória africana da cidade do Rio de Janeiro.

E as ameaças de remoção seguem acontecendo porque o racismo segue operando intensamente, tanto nas instituições do Poder Judiciário e do Poder Executivo, quanto nas organizações da sociedade civil. Neste conflito, memória africana *versus* propriedade, as instituições judiciárias continuarão escolhendo a remoção como única possibilidade de resolução do conflito para manter o status quo e favorecer seus pares sócio raciais, o que configura mais uma vez a manutenção da hegemonia branca.

Diante dessa configuração, a Comunidade do Horto, gestada por uma potente força matriarcal, escolhamba a lógica colonial presente na estrutura jurídica e mostra o quanto o Direito posto não está apto a resolver o conflito. Uso a expressão “escolhambar” inspirada pela obra *“Pedagogia das Encruzilhadas”* de Luiz Rufino (RUFINO, 2019, p. 42) que traz Yangí, o Exu primordial, como corpo e entidade ancestral negra que “transgride os limites da supremacia da razão branca e da realidade para outros horizontes (idem, p. 24). Na cosmovisão yorubá, matriz do Candomblé, Exu é o dono da primeira gargalhada, aquele que ri diante do caos porque possui uma rebeldia e um inconformismo pulsante dentro de si e sabe os caminhos possíveis a trilhar para obter sucesso em suas empreitadas.

Exu é a gnose reivindicada para dobrar o desvio existencial investido como política de dominação. Dos cacos quebrados, da mutilação e do dismantelo, ele se coloca a caminhar e se expande. (RUFINO, 2019, p. 27)

E é esse mundo de possibilidades trazido pela grande encruzilhada que estamos explorando neste trabalho. Enquanto a lógica colonial persiste em apresentar um legado de perseguição, dominação e genocídio, pessoas pretas criam ferramentas e estratégias de luta autônomas em prol de sua libertação e emancipação. Se por um lado, a estrutura jurídica continua se esforçando para manter o status privilegiado da branquitude, a Comunidade do Horto, majoritariamente composta por pessoas pretas, se levanta e cruza o caminho apresentando memória e ancestralidade enquanto uma real possibilidade de (re) existência. Assim, o Museu do Horto, construído coletivamente por seus moradores e moradoras, co-criado e fundado por pessoas pretas assume o papel de esfregar na cara da hegemonia branca a sua história e pertencimento no território.

Praticar Exu por meio de suas encruzilhadas nos mobiliza, nos lança nas zonas de fronteira, nos permitindo praticar certas escolhambações contra as lógicas do colonialismo. Uma dessas traquinagens, praticadas nas frestas como ato de antidisciplina e de rasura aos imperativos coloniais, compreende-se no que conceituo como ebó epistemológico. O ebó, nesse caso, vem a se configurar como o saber praticado que ao cruzar outros modos, os afetam, atribuindo a eles mobilidade, dinamismo e transformação. O *ebó epistemológico* vem a produzir efeitos de encantamento nas esferas do saber, as mobilizando na perspectiva de abertura de caminhos. Essa operação se define pelo que destaco como sendo os *cruzos* de múltiplas formas de saber em um determinado modelo epistemológico. Essa ação, configurada como um fazer em encruzilhadas, potencializa o movimento e as transformações, confrontando as noções desencantadas dos modelos monorracionais e universalistas. Os ebós são, em suma, as múltiplas tecnologias inventadas e praticadas como possibilidade para a potencialização das

energias que nos movem na/para a abertura de caminhos e acúmulo de força vital. O ebó é a artimanha de encanto e de sobrevida. O ebó epistemológico como efeito gerador de encantamento nas esferas de saber está imbricado a uma Pedagogia das Encruzilhadas. A pedagogia proposta opera diretamente nas obras do colonialismo como um contragolpe. Nesse sentido, invoca e encarna Exu, evidenciando seu caráter tático e suas presenças como esfera de saber na luta contra as injustiças cognitivas/sociais produzidas ao longo da história.

Afirmo, portanto, que o Museu do Horto é um dos grandes ebós epistemológicos criado em meio às batalhas pela permanência da comunidade. A ancestralidade e a memória são tecnologias contracoloniais desenvolvidas e mobilizadas por essa territorialidade negra para combater o lugar de silenciamento, apagamento, criminalização e opressão histórico-social/colonial/racial no qual os atores contrários à sua permanência tentam a todo custo empurrá-la.

A Comunidade do Horto é agente de uma experiência afrodiaspórica com pedagogia própria, que encontrou na museologia uma ferramenta eficiente para contar sua própria história e nas feijoadas com rodas de samba, nos blocos de carnaval, festas juninas e de primavera um modo de expressar sua cultura e seu sentido comunitário. Assim, o Direito é atravessado novamente por um cruzo de epistemologias: a lógica eurocêntrica/colonial que permite apenas um único modo de ser e existir mantida pela ordem jurídica *versus* a pedagogia afrodiaspórica criada em meio a multiplicidade de recursos culturais e históricos que constroem possibilidades diversas de ser e existir.

Um dos pontos mais interessantes é que o Museu do Horto, além de ter uma vasta pesquisa documental com informações históricas tradicionais e da história de vida dos moradores, foi criado como um museu de percurso, cujas trilhas passam pelas ruas da comunidade e retratam a história local. Considero essa escolha importante porque exige movimento, caminhar para conhecer. Um museu de percurso, a céu aberto, totalmente integrado com a natureza e a vida comunitária, confrontando diretamente as denúncias falaciosas sobre dano ambiental. Os percursos propostos pelo Museu do Horto podem alcançar muitas pessoas e eu imagino o impacto que seria se os juízes atuantes no processo deixassem suas salas refrigeradas nos tribunais e participassem dessas atividades que passam por história, memória, cultura, geografia, biologia e ecologia. Essa multiplicidade de saberes e vivências poderiam impactar, caso houvesse abertura, positivamente a estrutura do Poder Judiciário e ampliar as concepções de mundo dos magistrados, influenciando suas sentenças.

E mesmo para tantos que, se deslindando entre lamentos e cicatrizes, diariamente se abrem à existência entre violências institucionais, mutilações psicológicas, humilhações individuais econômicas... ainda é na troca de maravilamentos e na ciência do encontro, nos movimentos corporais, na fertilização do sonho suado e do raciocínio ritmado, no manancial da cultura, que vai se imantando o dia a dia de esperança. Equilibrados pelo imaginário. Ferreira Santos (2005, p. 211), estabelecendo as contraposições à estrutura patente da sociedade brasileira (oligárquica, patriarcal, individualista, contratualista), chama ao seu latente, qualificado pela herança afro-brasileira e também ameríndia. Essa estrutura latente é de base comunitária, pois partilha bens e busca antes o bem-estar social e a continuidade da roda. É matriarcal, sensível às figuras simbólicas da grande mãe, da sábia, da amante. Sensível aos atos de juntar e mediar, de religar, partilhar, cuidar e à pertença da reciprocidade. Integra à filosofia o desejo, a libido e as sensações. Estrutura que ainda apresenta o seu caráter coletivo, organizando-se a partir da colheita dividida e de relações harmônicas e fraternais com a natureza e o meio ambiente para garantia da subsistência. Estrutura afetual, pois não se alicerça fundamentalmente em contratos, mas em suas vivências comungadas. Aí, morando seus fundamentos educativos, éticos. (ROSA, 2019, p.62)

O trecho acima retirado do livro “Pedagoginga, autonomia e mocambagem” (2019, p.62) retrata a experiência em diáspora que conjuga a diversidade de culturas, a filosofia e a religião, como ferramenta de encontro/reconexão da pessoa negra consigo mesma e o mundo que a rodeia. O autor descreve a cultura negra é matriarcal e comunitária, utilizando a arte do encontro para promover o bem-estar mudanças e avanços necessários para sobreviver.

Nesse mesmo sentido, as mulheres negras do Horto nos apresentam esse legado ancestral que esculhamba o Direito, permeado por uma lógica individualista, patriarcal e contratualista, e conduz, através de sua própria caminhada, suas múltiplas possibilidades de recriação, ofertando maneiras de (re)existir em meio à diáspora. Quando escrevo sobre a possibilidade desse legado matriarcal esculhambar o Direito, me refiro também a criar possibilidades do uso da estrutura jurídica a favor da comunidade. E é nesse sentido que estudantes e trabalhadores em geral da área jurídica devem avançar no sentido de combater a herança colonial.

A experiência e o viver em comunidade constituem laços profundos de pertencimento, que, se exterminados, como é próprio das políticas de remoção na cidade do Rio de Janeiro, podem causar danos individuais e coletivos irreparáveis. Como vimos nas entrevistas e trechos das referências bibliográficas sobre a Comunidade do Horto, o sentimento de pertencimento é algo muito presente. Quando Dona Ofélia, aos 67 anos, expressa, através de uma fala emocionada, o seu desejo de permanecer no território e que

não se imagina vivendo em outro lugar porque construiu desde a infância uma relação familiar com seus vizinhos e, conseqüentemente, com o próprio território, compreendemos que esta relação ultrapassa o sentido único e exclusivo da moradia. A moradia é preenchida por um significado amplo, que contém uma rede de apoio a uma pessoa idosa, com hipertensão, e gera segurança para ela em termos de saúde mental e física.

A mesma experiência é relatada por Dona Maria Alice que, aos 62 anos, nasceu no Horto, pois seu avô já era funcionário do IPJB, e hoje cuida de dois idosos da sua família: o marido da sua tia, a quem considera como pai e o seu pai biológico, paciente de câncer de próstata. Essa moradora, além de cuidar dos seus familiares idosos, é sobrevivente de 3 AVCs (Acidente Vascular Cerebral) e se cuida na rede pública de saúde próxima à comunidade. Dona Maria Alice também conta com a rede de apoio comunitária e se sente segura, assim como Dona Ofélia, em viver no Horto, a não ser pelas ameaças constantes de remoção, que geram impactos reais em sua saúde.

A remoção pode gerar, portanto, um impacto brusco e violento na vida familiar dessas duas senhoras. E na vida de outras famílias também. Eu sempre me lembro das conversas com a Emília, a preocupação dela com a população idosa do Horto. Emília, durante o tempo que esteve à frente da AMAHOR, ao participar de eventos em universidades, sempre destacava que o Horto tem uma grande população idosa e que a remoção da comunidade implicaria em risco de morte para muitas famílias.

Quando pensamos nos impactos da remoção, pensamos também em educação. Em quais escolas as crianças e jovens serão reinseridos? Será próximo à sua residência? Essas instituições vão dialogar com as suas origens? Esses jovens terão acesso à sua história familiar? As escolas da região do Horto já abriram suas portas, como vimos no primeiro capítulo, para desenvolver projetos de memória e engajamento comunitário. Aliás, a própria Comunidade do Horto constitui uma pedagogia própria, de uma vivência harmônica com a natureza e rica em noções de preservação ao meio ambiente. Como não lembrar da adolescente, moradora da Vila da Major 122-A, e sua delicadeza em reconduzir a minhoca para a terra? Como não lembrar dos relatos colhidos nas entrevistas nos quais os moradores e moradoras adultos e jovens relembram sua infância, com brincadeiras integradas à natureza? Remover as gerações antigas para outros lugares e tão perverso quanto privar as gerações mais novas dessa interação comunitária.

Ainda sob os efeitos do *ebó civilizatório*, penso na mobilização dos moradores e moradoras em participar desta pesquisa. O desejo de falar, apresentar o seu lado da história faz parte de uma ação autônoma nas frestas do colonialismo. É evidente, como pudemos observar nas rodas de memória, o desejo dos moradores das Vilas da Major 64 e 122-A e Vila Industrial 1024 em revelar sua história e denunciar as práticas de sufocamento das casas, de perseguição e vigilância contínua, da pressão psicológica causada por agentes de segurança do IPJB.

Isso me fez pensar no quanto os representantes do Poder Judiciário, curiosamente representados pelo arquétipo de uma mulher com uma venda nos olhos, além de não querer enxergar, também não se importam em ouvir as demandas daqueles e daquelas que dela necessitam. No caso do Horto, juízes e desembargadores continuam se escondendo atrás do arquétipo da Justiça para afirmar uma suposta neutralidade. Não existe neutralidade e isso é possível perceber ao destrinchar os autos do processo, como vimos no terceiro capítulo.

A escuta que deveria ser atenta e a visão que deveria estar aberta, cerra propositalmente seus olhos e seus ouvidos para atender os interesses daqueles que considera como pares. Isso está expresso na aceitação do discurso ferrenho sobre dano ambiental, mobilizado pelos que desejam a remoção dos moradores e moradoras. Mas, que se torna flexível e brando para proteger instituições renomadas ou condomínios com alto poder aquisitivo, como é o caso do IMPA e do Condomínio Canto e Mello, fato este que denota as práticas de racismo ambiental e institucional direcionadas à Comunidade do Horto.

Diferentes do arquétipo da Justiça, as mulheres do Horto e em especial as mulheres negras seguem em frente, com os olhos bem abertos e os ouvidos bem atentos, organizando suas famílias, mobilizando vizinhos, estabelecendo conexões importantes para além das fronteiras de sua comunidade. Parcerias com universidades e movimentos sociais, principalmente atrelados à defesa da moradia, engajamento comunitário com favelas/comunidades que vivenciam experiências semelhantes, engajamento político partidário, reuniões com membros do Ministério Público e Defensoria Pública, são alguns exemplos das articulações e reforços para oxigenar a luta. Elas continuam vestindo suas armaduras ancestrais, empunhando escudos e espadas para defender suas terras, assim como o itan de Oxum e Ogum nos informa.

Esse estudo aponta para uma continuidade de investigação sobre articulações comunitárias importantes no sentido de defesa do território, também encabeçadas por Emília: a articulação com mulheres negras do Brasil e da diáspora africana. Não será possível, tratar sobre o tema nesta tese porque é há um prazo a cumprir, mas, faço questão de marcar essa articulação como mais um recurso poderoso neste ebó civilizatório.

Sem dúvidas, essa articulação inicial pode render frutos muito importantes para a Comunidade do Horto. A participação da Emília em eventos acadêmicos e militantes internacionais nos Estados Unidos e sua ligação familiar com Angola podem ampliar não apenas a rede de visibilidade, mas também a criação de estratégias, incluindo acionar órgãos internacionais de proteção aos direitos humanos referentes ao direito à moradia e o direito à memória afrodescendente.

Encerro esta tese ciente de que o caminho de defesa da Comunidade do Horto é árduo e longo, dada a estrutura de poder que ela confronta. Mas, creio que este trabalho, a partir de tudo o que foi discutido em seus capítulos, pode funcionar como uma ferramenta de reflexão não só aos moradores e moradoras do Horto, mas acender luzes para o povo preto nas frestas do colonialismo e ajudar a trilhar caminhos de esperança, libertação e autonomia.

Yangí, ago mojubá!

Ogun Ye!

Yeye O!

Modupé O!

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700), volume 1. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio e Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_. Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700), volume 2. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio e Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_. A cidade, a montanha e a floresta. In: Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro. – Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

ALCÂNTARA, Maurício Fernandes de. "Gentrificação". In: *Enciclopédia de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2018. Disponível em: <http://ea.fflch.usp.br/conceito/gentrificacao>

BELIANI, Elisama; MORAES, Nilson Alves de; BORGES, Luiz C. Um parque sob encantos e desencantos: a Floresta da Tijuca, do reflorestamento a patrimônio paisagístico mundial. In: Anais eletrônicos do 15º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. Florianópolis, SC, 16 a 18 de novembro de 2016. Disponível em: [http://www.15snhct.sbhct.org.br/resources/anais/12/1474041921\\_ARQUIVO\\_TEXTOcompletoSBHCT2016-VERS3.pdf](http://www.15snhct.sbhct.org.br/resources/anais/12/1474041921_ARQUIVO_TEXTOcompletoSBHCT2016-VERS3.pdf). Acesso em: 29.06.2021

BERTONHA, João Fábio. Italianos na cidade do Rio de Janeiro: uma comunidade (re)descoberta. Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, nº 8, 2014, p. 415-428. Disponível em: <http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/italianos-na-cidade-do-rio-de-janeiro-uma-comunidade-re-descoberta/>. Acesso em: 20.06.2021.

BIZZO, Maria Nilda et al. Cacos de memórias, experiências e desejos na (re)construção do lugar: o Horto Florestal do Rio de Janeiro, 2005.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco antirracista. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, vol. 8, 178 Núm.1, pp: 607-630, Universidad de Manizales y El Cinde, 2010.

Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/alianza-cinde-umz/20131216065611/art.LourencoCardoso.pdf>. Acesso em 09.06.2021

CARDOSO, Luciene Pereira Carris. Histórias do Jardim Botânico: um recanto proletário na zona sul carioca (1884-1962). Rio de Janeiro: Telha, 2021. 250 p.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. CIDH realiza visita in loco ao Brasil. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/cidh/prensa/notas/2018/232.asp>. Acesso em: 18/11/2022.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. Marcos Antônio Alexandre, org. Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza, 2007.

GASPAR, Claudia Braga; BARATA, Carlos Eduardo. De Engenho a Jardim: Memórias históricas do Jardim Botânico. Rio de Janeiro. Ed. Capivara, 2008.

GOMES, Laurentino. Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Volume 1. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

GONÇALVES, Rafael Soares; VALE, Josiane do. Remoções e Megaeventos no Rio de Janeiro: a luta de resistência dos moradores da Vila Autódromo. Revista de Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, v. 23, n. 1, 2019. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/11931/6701>. Acesso em: 15.02.2021.

GONZÁLEZ, Marcos et al. O ‘velho’ Jardim Botânico do Rio de Janeiro (1808-1858): hipóteses arqueológicas a partir da documentação do seu patrimônio cultural. V Seminário de Preservação de Patrimônio Arqueológico. Rio de Janeiro: EMBRAPA, 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1120457/o-velho-jardim-botanico-do-rio-de-janeiro-1808-1858-hipoteses-arqueologicas-a-partir-da-documentacao-do-seu-patrimonio-cultural>. Acesso em: 22.06.2022.

GUIMARÃES, Virgínia; PINTO, Paula. Racismo ambiental e aplicação diferenciada das normas ambientais: uma aproximação necessária entre os casos da Comunidade do Horto Florestal e do Condomínio Canto e Mello (Gávea-RJ). In: Revista Desigualdade e Diversidade, n. 17, p. 89-106, 2019.

HALE, Charles R. What is activist research? Social Science Research Council, New York, p.13 -15, 2001

LACERDA, Nathercia et al (orgs.) Memórias Brincantes: histórias saltimbancas. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Stampapa, 2001.

LAVÔR, João Conrado Niemeyer de. Historiografia do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, no contexto da Fazenda Real da Lagoa Rodrigo de Freitas e seus desdobramentos. Rodriguésia. Rio de Janeiro. Ano XXXV – Nº 57. 1983. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rod/a/kZ6L4Ly6GvmyxRpDRR9jKpv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 14.08.2020.

LECLANT, J. O Império de Kush: Napata e Méroe. In: MOKHTAR, G. (Org). História Geral da África: A África antiga. São Paulo: Cortez/Brasília: UNESCO, 2011.

MATTOS, Enlison; INNOCENTINNI, Thais; BENELLI, Yuri. Capitânicas Hereditárias e Desenvolvimento Econômico: herança colonial sobre desigualdade e instituições. Repositório do conhecimento do IPEA. Pesquisa e planejamento econômico | ppe | v. 42 | n. 3 | dez. 2012. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5081>. Acesso em: 10.06.2021.

MENDONÇA, R. da M. Segurança da posse, consenso democrático e controle externo unilateral: avanços e retrocessos na história da ocupação do Horto Florestal, na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Direito) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MORAES, Renata Figueiredo. A escravidão e seus locais de memória – O Rio de Janeiro e suas “maravilhas”. IN: Odeere: revista do programa de pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB. ISSN 2525- 4715, Ano 1, número 2, volume 1, Julho – Dezembro de 2016. Disponível em: <http://www.pretosnovos.com.br/dropbox/textos/publicados/5960-22044-1-PB.pdf>. Acesso em: 20.01.2022.

MORETTI, Julia Azevedo. Concessão de uso especial para fins de moradia como instrumento de regularização fundiária em áreas da União. In: IV Congresso de Direito Urbanístico, 2006, São Paulo. Desafios para o Direito Urbanístico Brasileiro no Século XXI, 2006.

OLIVEIRA, Idalina Maria Amaral de. A ideologia do branqueamento na sociedade brasileira. Secretaria de Estado de Educação - Universidade Estadual do Norte do Paraná, 2008. Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1454-6.pdf>. Acesso em 15.02.2021.

PACHECO, Tania. 2007. *Inequality, Environmental Injustice, and Racism in Brazil: Beyond the Question of Colour*. In: *Development in Practice*. Aug.2008, Vol.18(6).

PARKER, Laurence; ROBERTS, Lorna. *Teoria Crítica da Raça e seu uso na Pesquisa em Ciências Sociais*. IN: *Teoria e Métodos de Pesquisa Social*. Bridget Somehk, Cathy Lewin (orgs.). – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p. 121-130.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Criminologia crítica e pacto narcísico: por uma crítica criminológica apreensível em pretuguês. IN: *Revista Brasileira de Ciências Criminais: RBCCrim*, São Paulo, v. 25, n. 135, p. 541-562, set. 2017. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/113395>. Acesso em: 22.12.2022

RIZZO, Tamiris P; SANTOS, Osmar; FONSECA, Alexandre B. "TUDO QUE NÓS TÊM É NÓS": pesquisa ativista, metodologias informadas por arte, lugares da negritude e práticas político pedagógicas de coletivos negros na universidade. Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022. Anais da 33ª RBA. ISBN: 978-65-87289-23-6. Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/evento/rba/33RBA/atividades-grupos-de-trabalho-65> . Acesso em 20.11.2022.

SANTOS, Carolina Câmara Pires dos. *Elekô: mulheres negras na luta por direito à moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Sociologia e Direito) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/21601>. Acesso em 02.07.2021.

SANTOS, Ceres. Pesquisa ativista e a comunicação de ONGs de mulheres negras brasileiras. *Revista Extraprensa*, USP. São Paulo, v. 11, n. esp., p. 23 – 36, jun. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/146036/141411>. Acesso em: 15.10.2022.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.) *Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 1ª ed. São Paulo; Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SILVA, Caroline L; PIRES, Thula R. O. *Teoria Crítica da Raça como referencial teórico necessário para pensar a relação entre direito e racismo no Brasil*. IN: Direitos dos conhecimentos [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UFS. I. Encontro Nacional do CONPEDI/UFS (2015: Aracaju, SE). Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/publicacoes/c178h0tg/xtuhk167/t9E747789rfGqqs4.pdf>. Acesso em 25.01.2022.

SOARES, Luiz Carlos. O “Povo de Cam” na Capital do Brasil: A Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX. Rio de Janeiro: Faperj – 7Letras, 2007. 478 p.

SOUZA, Daniela Barreto de; SOUZA, Adílio Júnior, de. Itan: entre o mito e a lenda. IN: Letras Escreve, UNIFAP – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/letras/article/view/4258/pdf>. Acesso em: 07.05.2021

SOUZA, Laura Olivieri Carneiro de. Horto Florestal: um lugar de memória da cidade do Rio de Janeiro. A construção do Museu do Horto e seu correspondente projeto social de memória. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social – PUC-Rio, 2012. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/21757/21757.PDF>. Acesso em: 25.08.2018.

SCHWARCZ, Lilia M. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VALLADARES, Licia do Prado. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

NABUDERE, Dani Wadada. Research, Activism, and Knowledge Production. IN: *Engaging Contradictions: Theory, Politics, and Methods of Activist Scholarship*, Berkeley: University of California Press, 2008, pp. 62-87. <https://doi.org/10.1525/9780520916173-006>

WEID, Elisabeth Von de. Bastos, Ana Maria Rodrigues. O Fio da meada – Estratégia de expansão de uma indústria têxtil. Rio de Janeiro. Editora: Fundação Casa de Rui Barbosa, Confederação Nacional da Indústria, 1986.

#### Fontes documentais

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Censo demográfico, 2010. Aglomerados Subnormais (Favelas, comunidades e ocupações). Disponível em:

[http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rj&tema=aglomsubnor\\_censo2010](http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rj&tema=aglomsubnor_censo2010).

Acesso em 21. 10.2021

BRASIL. Matrícula dos Escravos Nacionaes Addidos ao Jardim Botânico da Lagôa Rodrigo de Freitas. Biblioteca Nacional Digital. Manuscritos. Documento - 28. 15p. Orig. Ms. Rio de Janeiro, RJ. [1855]. Coleção Rio de Janeiro Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1426979/mss1426979.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1426979/mss1426979.pdf). Acesso em 27.09.2020

BRASIL. Relação dos Escravos pertencentes á Nação addidos ao Jardim Botânico da Lagôa Rodrigo de Freitas. Biblioteca Nacional Digital. Manuscrito. Documento – 27. Localização: II, 35, 01, 024 nº 001. Rio de Janeiro, 30.03.1844. 2p. Orig. Ms. Documento em mau estado. Coleção Rio de Janeiro. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1426978/mss1426978.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1426978/mss1426978.pdf)

#### Documentos Legais

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional no 105/2019. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020. 397 p. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566968/CF88\\_EC105\\_livro.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566968/CF88_EC105_livro.pdf). Acesso em 22.12.2022

BRASIL. Lei nº 581, de 04 de setembro de 1850, que “estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Imperio”, 1850. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim581.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm)> Acesso em: 12 de novembro de 2022.

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/10601-1850.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm). Acesso em: 13.10.2022

BRASIL. Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm). Acesso em: 13.10.2022.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm). Acesso em: 13.10.2022

BRASIL. Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007. Prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União; e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2007/lei/111481.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/111481.htm). Acesso em: 13.10.2022.

BRASIL. Lei 11.977, de 07 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV

BRASIL. Medida Provisória no 2.220, de 4 de setembro de 2001. Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/mpv/2220.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2220.htm). Acesso em: 15.10.2022.

#### Sítios web

Área da Comunidade do Horto avaliada em 10,6 bilhões de reais - [https://oglobo.globo.com/rio/jardim-botanico-governo-dilma-ja-no-fim-tentou-manter-moradores-19326526?utm\\_source=Facebook&utm\\_medium=Social&utm\\_campaign=compartilhar](https://oglobo.globo.com/rio/jardim-botanico-governo-dilma-ja-no-fim-tentou-manter-moradores-19326526?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=compartilhar)

Comunidade do Horto ocupa o gabinete do IPJB (Lixeira dentro da Comunidade) - <https://www.youtube.com/watch?v=CUIMuPDF5e8>

Evento sobre o Horto na UERJ – Prof. Ubiratan, Laura Olivieri e Rafael Mendonça - <https://www.youtube.com/watch?v=MkpijQNb7s4>

Folha Seca do Horto – Documentário: <https://vimeo.com/21997484>

Folha Seca do Horto – Funcionário do IPJB e morador antigo da Comunidade do Horto: <https://rioonwatch.org.br/?p=27957#:~:text=Orlando%20%20E2%80%9CFolha%20Seca%20%20Pereira%20da,sua%20comunidade%2C%20o%20Horto%20Florestal>

História do surgimento da Comunidade do Horto Florestal – <https://www.youtube.com/watch?v=bdDeTQil7Dg>

Horto Real - Projeto Nossa História – Maria Bizzo (Caco de Memórias) <https://www.youtube.com/watch?v=qmP4btN33mE>

IMPA e os impactos ambientais gerados a partir do novo campus:  
<https://jbemfolhas.com.br/2022/05/05/comissao-avalia-impacto-da-obra-do-impa-in-loco/>

<https://vejario.abril.com.br/cidade/horto-moradores-peticao-online-impa/>

Limites históricos do Jardim Botânico e da comunidade do Horto Florestal do Rio de Janeiro - <https://www.youtube.com/watch?v=o0mhzNJQx40>

Luta por moradia Comunidade do Horto – Prof. Ubiratan da UFRJ fala sobre o Plano de Regularização Fundiária e Especulação Imobiliária - <https://www.youtube.com/watch?v=kuqaZnNJ04U>

NJERI, Aza. Canal Aza Njeri. Quem foi Dandara dos Palmares? YouTube, 14.11.2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=z2ac88rgEPg>

No Rio, comunidade fundada nos tempos da escravidão luta para ficar: <https://apublica.org/2017/03/no-rio-comunidade-fundada-nos-tempos-da-escravidao-luta-para-ficar/>

Reintegração de Posse da Família do Marcelo (07.11.2016) - <https://www.youtube.com/watch?v=PZF0wnc 1Gw>

Seu Vilmar: “Só saio daqui no caixão” – Morador fala sobre a remoção da sua família: <https://www.youtube.com/watch?v=dagQKa41u7M>

Tratamento diferenciado: Horto e Condomínio Canto e Mello - <https://apublica.org/2017/03/pobre-sai-rico-fica/>

Trilha do Patrimônio - <https://www.gov.br/jbrj/pt-br/assuntos/noticias/jardim-botanico-do-rio-lancou-neste-domingo-13-6-a-trilha-do-patrimonio-em-comemoracao-aos-seus-213-anos>

TV Horto: <https://www.youtube.com/@tvhorto>